

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais



Título da Tese

**Velhos Amigos, Novos Adversários
As Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana**

Nome completo do Autor

Edson Robert de Oliveira Cortês

Orientador: Prof. Doutor Paulo Jorge Granjo Simões

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor Em Antropologia,
especialidade de Antropologia da Economia e do Trabalho

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais



Título da Tese

**Velhos Amigos, Novos Adversários
As Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana**

Nome completo do Autor

Edson Robert de Oliveira Cortês

Orientador: Prof. Doutor Paulo Jorge Granjo Simões

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor Michel Cahen, Directeur de Recherche Centre National de la Recherche Scientifique Sciences Po Bordeaux, França;
- Doutor Jason Michael Sumich, Senior Research Fellow Institute of African Affairs do Giga;
- Doutora Maria Paula Guttierrez Meneses, Investigadora Coordenadora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;
- Doutor José Manuel Rolo Ferreira Correia, Investigador Coordenador Jubilado Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- Doutor Paulo Jorge Granjo Simões, Investigador Auxiliar Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientador;

2018

Índice

Resumo	6
Abstract.....	7
Agradecimentos	8
Dedicatória.....	10
Abreviaturas.....	11
Capítulo I.....	15
Introdução.....	16
1.2. O Estado como instrumento de acumulação de capital	24
1.3 Como foi feita a pesquisa	38
1.4 Conceptualização.....	49
1.5 Estruturação do Trabalho.....	50
Capítulo II.....	52
Revisão Bibliográfica	52
Capítulo III	69
Elite Política e Económica de Moçambique Sua Gênese e Formas de Reprodução	69
3.1. Breve historial da economia política de Moçambique no período antes e depois da independência.....	69
3.2. O surgimento de uma elite política e económica cuja sobrevivência e reprodução está baseada na relação privilegiada com o Estado em Moçambique	72
3.3 A influência política como garantia dos direitos de propriedade e contratuais.....	91
Capítulo IV	115
Dinâmicas do processo de acumulação em Moçambique.	115

4.1 Da ajuda externa à indústria extractiva, metamorfoses do processo de acumulação em Moçambique	116
4.2 O equilíbrio precário dos jogos de interesse da elite política moçambicana poderá possibilitar a emergência de uma burguesia produtiva?	145
4.3 O Associativismo Empresarial como instrumento de controlo do sector privado .	151
Tabela 1. Ministros com interesses no sector das madeiras	163
Tabela 2. Ministros com interesses no sector das Pescas	166
Tabela 3. Ministros com interesses no sector dos Hidrocarbonetos.....	167
Tabela 4. Ministros com interesses no sector da Banca, Finanças e Seguros	168
Tabela 5. Ministros com interesses no sector da Mineração	169
Tabela 6. Ministros com interesses no sector da Energia.....	170
Tabela 7. Ministros com interesses no sector dos Transportes, Portos e Comunicações	171
Tabela 8. Ministros com interesses no sector dos Construção Civil e Obras Públicas	173
Tabela 9. Ministros com interesses no sector Imobiliário	175
Tabela 10. Ministros com interesses no sector de Serviços	177
Tabela 11. Ministros com interesses no sector da Agricultura e Agropecuária	179
Tabela 12. Ministros com interesses no sector do Turismo	181
Tabela 13. Ministros com interesses na Gestão de Participações em outras sociedades	183
Capitulo V	186
As estratégias de reprodução da elite política/empresarial de Moçambique.....	186
5.1 A educação formal como mecanismos de reprodução das elites políticas em Moçambique.	187

5.2. O matrimónio como estratégia de reprodução das elites em Moçambique.....	205
5.3 O poder económico como mecanismo de reprodução das elites políticas em Moçambique.....	214
5.3.1. Acesso aos activos e bens do Estado como mecanismos de reprodução e manutenção das elites.....	216
5.3.2 A privatização dos activos do Estado, mais concretamente o parque imobiliário do Estado	218
5.3.3 O saque aos bancos estatais	227
5.3.4 O recurso aos créditos de tesouro como forma de financiar as suas empresas deficitárias, empréstimos que a maioria dos credores nunca reembolsou ao Estado. ...	230
5.3.5 Aliança ao capital internacional	232
5.4 A posse e detenção do poder político como estratégia de manutenção e reprodução das elites político-económicas em Moçambique	234
Capítulo VI.....	260
O impacto do escândalo das dívidas ocultas na coesão das elites políticas do partido Frelimo	260
6.1 O historial da descoberta das dívidas ocultas.....	264
6.2 A crise da dívida pública e o seu impacto na coesão interna da elite do partido Frelimo	288
Capítulo VII.....	315
Conclusão	315
Bibliografia.....	327
Anexo das entrevistas	335

Resumo

Este estudo procura perceber até que ponto o surgimento de grupos económicos sustentados pelo acesso privilegiado ao Estado moçambicano se encontra dependente das lógicas e dinâmicas internas de acesso ao poder dentro do partido Frelimo.

Desde a independência de Moçambique o país teve quatro Presidentes da República que simultaneamente ocupavam o cargo de presidente do partido Frelimo. Após a liberalização da economia e adesão ao capitalismo, o controlo do poder político permitiu acumulação do poder económico, tornando parte considerável das elites políticas também elites económicas.

O estudo demonstra que a ascensão ao poder de um novo Presidente da República traz consigo oportunidades para a reconfiguração dos principais beneficiários no processo de acumulação de capital. Este facto acirra as disputas e tensões entre as elites políticas do partido Frelimo porque, o controlo do Estado permite o acesso privilegiado as oportunidades de acumulação de capital, mas para controlar o Estado é preciso que antes se tenha o controlo do partido, pois é o partido que controla o Estado.

As disputas e tensões internas pelo controlo da Frelimo fazem com que a competição política seja enorme, agravado pela existência de vários *Patrões* dentro do partido, cada um com as suas respectivas redes clientelares que não são estanques e onde os seus Clientes disputam protagonismo para ganhar visibilidade perante os seus Patrões ou então serem cooptados pelas redes que se mostram dominantes num determinado momento.

A avidez pela acumulação de capital faz com que as disputas não se circunscrevam somente ao âmbito político, pois como a economia é pequena e, existe uma enorme concentração dos sectores economicamente rentáveis, os políticos/empresários tornam-se também concorrentes nos negócios, e quando assim o é, aquele que detém maior poder político vence, mesmo que isso implique o desrespeito pelos direitos contratuais e de propriedade.

Palavras – chaves: Elites, Patrões, Clientes, Acumulação de capital

Abstract

This study seeks to understand the extent to which the emergence of economic groups sustained by privileged access to the Mozambican state is dependent on internal logic and dynamics of access to power within the Frelimo party.

Since the independence of Mozambique the country has had four Presidents of the Republic who simultaneously occupied the position of president of the Frelimo party. After the liberalization of the economy and adherence to capitalism, control of political power allowed accumulation of economic power, making political elites also economic elites.

The study shows that the rise to power of a new President of the Republic brings with it opportunities for the reconfiguration of the main beneficiaries in the process of capital accumulation. This fact aggravates the disputes and tensions between the political elites of the Frelimo party because state control allows privileged access to capital accumulation opportunities, but to control the state, one must first have control of the party, since it is the Party controlling the state

Internal disputes and tensions over Frelimo's control make political competition huge, compounded by the existence of several Patrons within the party, each with its own clientele networks that are not watertight and where its Clients compete for visibility To their Patrons or to be co-opted by the networks that are dominant at a given moment.

Greed for capital accumulation means that disputes are not confined to the political sphere alone, because the economy is small and there is a huge concentration of economically profitable sectors, politicians / entrepreneurs also become competitors in business, and when So it is, the one with the greatest political power wins, even if this implies disrespect for contractual and property rights.

Key words: Elites, Patrons, Clients, Capital Accumulation

Agradecimentos

Quero endereçar agradecimentos especiais a todos aqueles que deram um contributo valioso para a materialização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço ao supervisor da minha tese de doutoramento Prof. Doutor Paulo Granjo que, foi mais do que um simples orientador, tornando-se ao longo desta caminhada um amigo e companheiro de todas as horas. Muito obrigado Professor, estarei sempre agradecido.

Quando terminei o mestrado a primeira pessoa que me incentivou a fazer o doutoramento foi o meu PAP, Ernesto Cortês, na ausência da bolsa de mestrado, foi ele que sem receios de qualquer tipo de riscos fiduciários e, nem usando de qualquer condicionalismo, financiou toda a empreitada relacionado com o meu mestrado. Ao longo do doutoramento, diante dos constrangimentos da falta de bolsa de estudo, o meu eterno Parceiro de Apoio Programático (PAP), voltou a não impor qualquer tipo de condicionalismo financiando parte considerável de mais uma etapa da minha formação. Por isso só posso dizer, muito obrigado Pai, tu és o meu herói e amo-te muito.

Os meus agradecimentos são extensivos aos meus amigos Marcelo Mosse e Adriano Nuvunga, obrigado pela vossa ajuda impar durante o trabalho de campo, as várias conversas que troquei com ambos sobre os temas abordados nesta tese foram bastante importantes para a construção dos argumentos deste trabalho.

Ao Prof. José Jaime Macuane pela sua disponibilidade, apesar da sua preenchida agenda sempre que eu tivesse um bloqueio criativo e precisasse da sua ajuda, as portas do seu escritório estavam abertas para mim. Ao Marc De Tollenare pela sua prontidão em comentar alguns capítulos desta tese. Ao Prof. João Pereira pelo tempo disponibilizado para conversar comigo e esclarecer aspectos cruciais abordados ao longo deste trabalho.

Ao meu amigo Briguel (Francisco da Conceição), que por várias vezes colocou em causa os meus argumentos, foram muitas as discussões e só não chegamos a vias de facto devido a distância que nos separava na altura da redacção desta tese. Estas discussões, tensões e conflitos ajudaram-me a consolidar e melhorar os argumentos deste trabalho, por isso o meu muito obrigado.

Aos meus irmãos Denise, Nancy, Carla, Emanuel e Luis Filipe por todo apoio prestado ao longo destes anos para que este trabalho fosse materializado. A minha mãe Maria Salomé por todo o carinho e apoio incondicional vai o meu muito obrigado.

Ao Moíses Noé Cossa, “my brother from another mother”, a Aline Afonso, Cláudio Tomás, Gilson Lázaro e Marta Patrício pela sua ajuda, companheirismo e incentivos durante a estadia em Lisboa e ao longo da elaboração desta tese.

A minha tia Lúcia Cortez, e os meus primos Paulo Bretes e Daniel Bretes pelo amor e carinho que me deram ao longo dos anos em que vivi em Lisboa.

Os meus agradecimentos são extensivos à todas as pessoas que mesmo sabendo da sensibilidade de alguns dos temas abordados nesta tese, se dispuseram a conceder-me entrevistas e falar abertamente sobre os temas em questão. Kxanimambo.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado ao Oliver, a Chloe e a Claudia muito obrigado pelo amor, carinho e paciência demonstrado ao longo destes anos. Este é o nosso trabalho e por isso serei eternamente grato a vocês. GMV*.

* Gramo Maningue de Vocês

Abreviaturas

ACIS – Associação Comércio Indústria e Serviços

ACLLN – Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional

ADO – Apoio Directo ao Orçamento

AdM – Aeroportos de Moçambique

ADeM – Águas de Moçambique

AGP - Acordo Geral de Paz

APIE - Administração do Parque Imobiliário do Estado

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

AT – Autoridade Tributária de Moçambique

BA – Banco Austral

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BCI – Banco Comercial de Investimento

BCM - Banco Comercial de Moçambique

BM – Banco Mundial

BIM – Banco Internacional de Moçambique

BNU - Banco Nacional Ultramarino

BPD – Banco Popular de Desenvolvimento

BR – Boletim da República

BSTM - Banco Standard Totta de Moçambique

CASP - Conferência Anual do Sector Privado

CE – Comissão Europeia

CC – Comité Central

CCT -Comissão Consultiva de Trabalho

CDN - Corredor de Desenvolvimento do Norte

CGE – Conta Geral do Estado

CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique

CFMP – Cenário Fiscal de Médio Prazo

CIP – Centro de Integridade Pública

CMEA - Cooperação Económica dos Países de Leste

CP – Comissão Política

CPAR - Country Procurement Assessment Report

CPI - Centro de Promoção de Investimento

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CTA – Confederação das Associações Económicas

CUF - Companhia União Fabril

DFID -Department of International Development

DNO – Direcção Nacional de Orçamento

DUAT - Direito e Uso e Aproveitamento de Terra

EDM – Electricidade de Moçambique

EMATUM – Empresa Moçambicana de Atum

ENI - Ente Nazionale Idrocarburi

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FMI – Fundo Monetário Internacional

G-19 – Grupo dos 19 Doadores do orçamento do estado

GCMB - Global Group of Mozambique Bondholders

GIPS - Gestão de Investimentos, Participações e Serviços

GdM – Governo de Moçambique

HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa

JUE - Janela Única Electrónica

LAM – Linhas Aéreas de Moçambique

MAM – Mozambique Assets Management

MANU - União Nacional Africana de Moçambique

MASC – Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil

MDE – Memorando de Entendimento

MDM - Movimento Democrático de Moçambique

MDN – Ministério da Defesa Nacional

ME – Ministério da Energia

MEF – Ministério da Economia e Finanças

MF – Ministério das Finanças

MIREME – Ministério de Recursos Minerais e Energia

MITADER - Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MOZAL - Moçambique Alumínio

MPD – Ministério da Planificação e Desenvolvimento

MRM - Ministério dos Recursos Minerais

MS – Ministério da Saúde

OE – Orçamento do Estado

OJM – Organização da Juventude Moçambicana

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

OMR – Observatório do Meio Rural

ONG – Organização Não – Governamental

PAF - Performance Assessment Framework

PAP – Parceiros de Apoio Programático

PARPA – Programa de Alívio e Redução da Pobreza

PES - Plano Económico e Social

PIB – Produto Interno Bruto

PRE – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social

PRI - Partido Revolucionário Institucional

PPP – Parcerias Público Privadas

USAID – United States Agency International Development

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SERSSE - Serviços Sociais dos Serviços de Informação e Segurança do Estado

SISE - Serviços de Informação e Segurança do Estado

SPEED - Support Program for Economic and Enterprise Development

SWAPS – Sector Wide Approach

IDA - Agência de Desenvolvimento Internacional

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDN – Investimento Directo Nacional

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos

IGEPE - Instituto de Gestão e Participações do Estado

INE - Instituto Nacional de Estatística

Instituto Nacional de Comunicações (INCM)

TA – Tribunal Administrativo

TDM – Telecomunicações de Moçambique

TVE - Televisão Experimental de Moçambique

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente

VTB - Vneshtorgbank

Capítulo I

Introdução

Quando Moçambique conquistou a sua independência a 25 de Junho de 1975, esta antiga colónia de Portugal tinha uma economia assente no fornecimento de mão-de-obra para as minas de ouro da África do Sul e na exploração do sistema ferro-portuário que garantia a entrada de receitas provenientes do escoamento de matéria-prima e produtos para os países do *Hinterland*, mais concretamente a Rodésia do Sul, actual Zimbabwe, o Malawi e a Zâmbia.

A outra fonte de arrecadação de divisas era providenciada essencialmente pelos grandes grupos ligados à agricultura comercial que dominavam internamente a economia, tais como a Sena Sugar Estates, a Companhia de Boror a Companhia da Madal e outras, que eram empresas maioritariamente de capitais estrangeiros e tinham interesses no agro-negócio da exportação de açúcar, copra, algodão, castanha de caju e chá.

Havia também sucursais de alguns grupos empresariais portugueses que detinham interesses no sector de serviços e da pequena indústria local, tais como o Grupo Champalimaud, Espírito Santo e Companhia União Fabril (CUF). Podia-se ainda encontrar um terceiro grupo de empresas que foram constituídas e tinham as suas sedes em Moçambique; apesar de os seus fundadores serem colonos portugueses, eles já se encontravam a muitos anos em Moçambique e parte considerável dos seus investimentos, senão a totalidade, eram feitos no país. Neste grupo de empresas encontravam-se o Grupo Entrepasto, João Ferreira dos Santos, Boror Comercial, entre outros.

A vasta maioria das pequenas e médias empresas eram essencialmente propriedade de colonos portugueses, como também de alguns comerciantes indianos. Estas empresas operavam principalmente na área comercial e na pequena e média indústria que produzia para fornecer os principais centros urbanos do país.

«Although the scholarly literature largely has overlooked them, approximately 20.000 “Indians” originating from Goa (which Portugal also colonized) and the Indian sub-

continent participated in the import-export trade and in retail trade in both the city and the countryside (Pitcher: 2002, 29)».

A forma como estava estruturada a economia possibilitava que administração colonial portuguesa conseguisse arrecadar elevadas somas em divisas externas devido a natureza de serviços que a economia de Moçambique prestava aos países da região.

«Moçambique passou a ser um manancial de divisas externas, o que em parte explica que, apesar das guerras coloniais, se tivesse mantido o nível de reservas/ouro conhecido. Com efeito, através dos transportes para África do Sul e Rodésia e dos pagamentos diferidos aos trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, sendo parte dos salários entregues ao governo, e só mais tarde, devolvido aos trabalhadores, já na sua terra, Moçambique arrecadava somas que permitiam, por exemplo, em 1965, um saldo positivo na rubrica de «transportes», de 1114 milhões de escudos (Capela, 1977: 242)».

Porém, apesar da enorme entrada de divisas, a balança de transacções correntes foi sempre deficitária, devido ao facto de a economia depender das exportações de matérias-primas no seu estado bruto (por processar) pela ausência de uma indústria de processamento e importava produtos acabados maioritariamente da metrópole.

Segundo Capela (1977), para além da posição de subalternidade das colónias nas trocas comerciais, com total benefício para a economia metropolitana, elas vieram a sofrer, na área estritamente financeira, os efeitos do processo de integração monetária da zona do escudo previsto no decreto-lei nº44016, de 1961, e instituição do sistema de pagamentos interterritoriais estabelecido em 1963.

Como se pode depreender, por parte da administração colonial portuguesa, havia uma política clara de uso dos territórios coloniais como fonte de matéria-prima para a metrópole e de potenciais mercados para os produtos acabados ou bens de consumo da pequena e média indústria portuguesa que não tinha vantagens comparativas em relação a mercados mais competitivos.

Ao nível da região Austral de África, a administração colonial portuguesa soube tirar proveito da localização geográfica de Moçambique em relação aos seus vizinhos que possuíam economias muito mais desenvolvidas e que precisavam da mão-de-obra de

Moçambique, como também e principalmente da rede ferro-portuária de Moçambique, que permitia a importação e o escoamento de seus produtos.

Abrahamsson & Nilsson (1994) sugerem que a estratégia seguida pela administração colonial portuguesa entrou em contradição com os portugueses “moçambicanos” que lutavam por exercer uma dominação económica em Moçambique. E esta luta conduziu-os a uma política económica que excluía, quase completamente, os moçambicanos negros da actividade económica. Os moçambicanos não tinham possibilidade de avançar nem mesmo no comércio local e na pequena agricultura.

É importante frisar que estas contradições entre os objectivos definidos pela administração colonial portuguesa e a pretensão de alargar a dominação económica por parte dos colonos portugueses “moçambicanos” há muito estabelecidos no país se devia ao facto de os sectores estruturantes da actividade económica serem controlados pelo capital estrangeiro, entenda-se não português.

Durante o período colonial, eram muito poucos os exemplos de populações nativas que tivessem a seu cargo a gestão de pequenos e médios negócios que pudessem competir com as empresas dos colonos portugueses.

As populações africanas, principalmente aquelas situadas na parte sul de Moçambique, tinham como destino as minas de ouro da África do Sul, onde eram melhor remunerados em relação aos trabalhos pouco especializados que estavam destinados a exercer na sua terra natal, principalmente aqueles que viviam próximo das zonas urbanas. Porém a maior parte da população nativa vivia na base da agricultura de subsistência.

«Em 1970, na Assembleia Nacional, dizia a deputada por Moçambique: «Somos informados – e com imensa satisfação o soubemos – que em Angola se encontram portugueses africanos em vários sectores da administração pública e de actividade privada a desempenhar diversos lugares, incluindo alguns de relevo. «Outro tanto, infelizmente, não se pode dizer de Moçambique, onde salvo raras ou raríssimas excepções, não encontramos o português africano nos quadros do funcionalismo público nem das actividades económicas, excepto no preenchimento de mesteres não qualificados, mais humildes. Não o conhecemos como exercendo comércio ou indústria propriamente ditos, não o sabemos como possuidor de terrenos ou prédios, quase nunca

é visto a frequentar cinemas, restaurantes ou hotéis, não vive em casas ou apartamentos próprios ou alugados dentro dos centros urbanos, mas apenas isoladamente ocupando dependências reservadas a serviçais, etc. (Capela: 1977:248)».

A administração colonial em Moçambique era bastante centralizada, o Estado detinha um papel fulcral na definição das estratégias de desenvolvimento. Por via desse facto, os maiores beneficiários das suas políticas de desenvolvimento eram os colonos portugueses em detrimento da população nativa que não tinha acesso a mecanismos de financiamento para competir nos mercados formais e muito menos o nível de instrução que o possibilitasse aspirar a cargos mais altos na administração do Estado.

Nos últimos anos do período colonial, com a intensificação da guerra de libertação nacional de Moçambique, houve por parte da administração colonial algumas tentativas de abrir espaço para que as populações nativas pudessem auferir de alguns privilégios que antes constituíam prerrogativa dos colonos. Contudo, essas iniciativas não foram suficientes para o surgimento e consolidação de empresários negros e muito menos de uma classe média constituída pelas populações nativas.

Quando no dia 7 de Setembro de 1974 foram assinados os acordos de Lusaka, entre o governo português e a Frelimo, acordos que permitiram a formação de um governo de transição liderado por Joaquim Chissano e que incluía ministros do lado do governo português como também da Frelimo, este governo estava incumbindo de preparar o processo da transição da gestão administrativa do governo português para a Frelimo.

A entrada em funções do governo de transição aumentou os receios que os colonos portugueses tinham sobre o novo regime da Frelimo, acabando por desencadear uma vaga de migração que retirou parte considerável dos funcionários públicos da administração colonial portuguesa, como também grande parte dos actores do sector privado que detinham o controlo sobre a economia.

Durante este período a economia moçambicana assiste à saída dos principais grupos empresariais, principalmente as grandes empresas de capitais portugueses que tinham as suas sucursais em Moçambique, algumas das grandes empresas de capitais estrangeiros que operavam no sector agro-industrial, como também, a quase totalidade de pequenas e

médias empresas, cujos proprietários eram na sua maioria colonos portugueses e que controlavam grande parte do comércio de produtos e matéria-prima.

Apesar de existirem relatos que no período colonial havia alguns empresários africanos que se destacavam dos demais nativos pela sua habilidade nos negócios, estes nunca se tornaram grandes empresários porque a política seguida pela administração colonial impedia que estes conseguissem acumular o suficiente de modo a tornarem-se grandes empresários.

«Although the regime parcelled out land and credit in the 1960s, simultaneously it blocked further accumulation by africans, or appropriated land to distribute to portuguese migrants, or enacted administrative reforms that disturbed existing customary boundaries (Pitcher: 2002:34)».

A administração colonial era bastante intervencionista nos mercados, apesar de existirem grandes empresas privadas que controlavam os sectores chaves da economia, cabia a ela a função de regular e disciplinar os mercados. Através do controlo que exercia sobre o Banco Nacional Ultramarino (BNU), que era o banco central da colónia e controlava mais de 80% dos financiamentos à economia, a administração facilitava o acesso ao crédito às grandes empresas privadas, às empresas públicas e ao sector privado no geral. Isto, para além da prerrogativa legislativa que lhe possibilitava a criação de decretos e legislação que favoreciam as empresas detidas pelos colonos portugueses em detrimento dos nativos africanos.

Quando a Frelimo chega ao poder em Junho de 1975, após a proclamação da independência, havia por parte do sector privado receios de que a política seguida pelo novo governo fosse inviabilizar os negócios deste sector, através da nacionalização das empresas.

Parte destes receios eram justificados pelo facto de após a morte de Eduardo Mondlane, primeiro presidente e fundador da Frelimo, nas disputas internas entre as diversas facções pela tomada de poder, ter saído vitorioso o grupo liderado por Samora Machel que defendia que o movimento deveria ter uma orientação marxista-leninista.

Tendo em conta a orientação política seguida pelo movimento de libertação, os receios manifestados pelo sector privado eram mais do que plausíveis. Porém, nos dois anos

após a independência não se verificou uma súbita nacionalização das empresas que operavam em Moçambique. Contudo uma conjugação de vários factores fez com que a partir de 1977, a Frelimo enveredasse pela opção de economia centralizada.

«Even with widespread abandonment and sabotage, the degree of state intervention and nationalization in the first two and half years after Frelimo assumed leadership was selective and limited, evidence which further supports official claims that the measure was expedient. Out of a total of approximately 1675 companies existing throughout the country at the time of independence, the state only involved in approximately 39 companies in key sectors of the economy by 1977, the year government officially proclaimed its adherence to Marxism-Leninism (Pitcher: 2002:40)».

Inicialmente não havia uma clara intenção de nacionalização da economia, porém o receio dos colonos portugueses em relação à orientação política que seria seguida pelo novo regime pós-independência, aliada à fuga massiva de capitais, sabotagem de maquinaria e equipamento das empresas por parte dos proprietários, saída massiva de mão-de-obra qualificada e o aproveitamento de alguns nativos que, organizados em grupos dinamizadores, procuravam aterrorizar os colonos portugueses de modo a que estes abandonassem as suas empresas e saíssem do país, acabou precipitando a decisão do governo da Frelimo de nacionalizar parte considerável das empresas do sector privado e os prédios de rendimento devido ao abandono precipitado dos proprietários.

É importante frisar que só foram nacionalizadas as casas abandonadas e ou que tinham por fim o arrendamento. Portanto a nacionalização não se destinava somente a ocupar casas de colonos, mas também as casas dos moçambicanos nativos que tinham como objectivo o arrendamento foram abrangidas, os exemplos mais conhecidos são os prédios de rendimento dos antigos jogadores do futebol do Sport Lisboa e Benfica Mário Esteves Coluna e Eusébio da Silva Ferreira.

Apesar das nacionalizações que ocorreram de forma acelerada depois de 1977 em quase todos os sectores da economia nacional, houve algumas empresas que se mantiveram na posse dos seus proprietários, tais como o Grupo Entrepasto Comercial, João Ferreira dos Santos, Banco Standard Totta de Moçambique, entre outros, porque os seus proprietários ou gestores nunca abandonaram Moçambique por mais de noventa dias conforme rezava a lei das nacionalizações.

É importante frisar que só eram nacionalizadas as empresas de cujos proprietários ou gestores haviam-se ausentado do país por mais de noventa dias, sejam eles colonos ou nativos.

Por outro lado, o comércio, que sempre fora uma actividade privada no regime colonial, o governo moçambicano liderado pela Frelimo, viu-se obrigado a nacionalizar a maioria dos estabelecimentos devido ao abandono dos seus proprietários deixando parte considerável dos estabelecimentos comerciais abandonados e sem ninguém que os controlasse, tendo por conseguinte sido criada uma gestão estatal denominada de Lojas do Povo.

As estruturas governativas tomavam conhecimento do abandono de um estabelecimento comercial através de informações de populares e emitiam comunicados por via dos jornais e rádio aos seus proprietários dando-lhes um prazo de retoma até 90 dias da data da publicação, findo o qual o estabelecimento passava a gestão do Estado através de uma Comissão das Lojas do Povo.

As empresas que não foram nacionalizadas eram na sua maioria grandes empresas, algumas detidas por capitais estrangeiros, outras ainda pertencentes a colonos portugueses que nasceram em Moçambique e que na altura da independência preferiram manter-se no país, uma vez que todo o seu portfólio de negócios estava baseado em Moçambique.

A saída massiva dos colonos portugueses, mais de 250 000 não deixou muito espaço de manobra ao governo de Moçambique. Numa primeira fase procurou-se constituir grupos de gestão provisórios que eram compostos por trabalhadores das empresas abandonadas e alguns elementos indicados pelo governo da Frelimo, processo que culminava com a nacionalização da empresa por parte do Estado.

Foi assim que, no início da década 1980, o Estado tinha procedido à nacionalização de grande parte da iniciativa privada, desde os pequenos e médios negócios, até às grandes companhias que controlavam sectores nevrálgicos da economia.

Estas medidas, mais uma vez, não possibilitaram o surgimento de empreendedores e empresários provenientes dos diversos grupos nativos de Moçambique, processo que já

tinha sido interrompido durante a ocupação colonial portuguesa, através das políticas restritivas que impediam a emergência e consolidação de empresários africanos.

Apesar de a iniciativa privada não ter sido banida por completo, não havia por parte do novo regime incentivos de apoio à iniciativa privada e os poucos empresários que continuaram eram essencialmente portugueses nascidos em Moçambique, as grandes empresas de capital estrangeiro e alguns comerciantes indianos.

«The remaining private bank also found that obstacles were placed in the way of doing business. According to one of its representatives: The Banco de Mozambique controlled all of the large accounts, while Standard Totta was only able to finance Indians and some of the small Portuguese who remained in Mozambique (Pitcher; 2002:79)».

Durante a década 1980, Moçambique atravessou enormes dificuldades económicas devido principalmente à guerra civil que alastrou por todo o país, destruindo parte considerável das infraestruturas, o tecido económico e social.

Perante o agudizar da crise política, económica e social que o país atravessava o governo moçambicano teve que reorientar a sua política externa e a sua visão marxista, assinando o acordo de Nkomati com a África do Sul no ano de 1983, acordo que previa a cessação de hostilidades entre ambas as partes.

O objectivo principal deste acordo era que o governo da República da África do Sul parasse de fornecer o apoio logístico e financeiro a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), em troca da neutralidade do governo de Moçambique para com o Congresso Nacional Africano, o qual gozava de apoio logístico de Moçambique.

«These negotiations, which led to the Nkomati Accord, reflect the Mozambican government's difficulty in recognising the rebel movement as a relevant actor in the country's political process and not just an instrument of externally supported political and economic destabilization (Mazula 1995)».

Paralelamente observa-se uma viragem estratégica para o ocidente, como forma de conseguir ajuda para mitigar a profunda crise económica que o país atravessava. É assim que em 1985 o país adere às instituições de Bretton Woods, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que condicionam a sua ajuda à introdução de um

conjunto de reformas estruturais na economia. É deste modo que no ano de 1987, como resultado dos condicionalismos impostos, entra em vigor o Programa de Reajustamento Económico (PRE).

Segundo Bochmann e Ofstad (1990:34), «o programa de reajustamento estrutural, (PRE) tinha os seguintes objectivos: “ inverter o declínio na produção e restaurar um nível mínimo de consumo e de salários para toda a população, particularmente nas zonas rurais; reduzir substancialmente os desequilíbrios financeiros internos e reforçar as contas e reservas externas; melhorar a eficiência e estabelecer as condições para um regresso a níveis mais elevadas de crescimento económico, logo que a situação de segurança e outras condicionantes exógenas tivessem melhorado; reintegrar os mercados oficiais e paralelos; restaurar a disciplina financeira nas relações com os parceiros comerciais e credores».

Estas reformas culminaram com a revisão constitucional do ano de 1990, que abriu espaço à liberalização política, eliminando a proibição da formação e da filiação em partidos políticos. Esta constituição também veio garantir os direitos civis e políticos, para além de estabelecer as eleições como o mecanismo para ganhar e legitimar o poder político. Estas reformas legais constituíram passos importantes para que em 1992 fosse assinado o Acordo Geral de Paz (AGP), pondo termo à guerra civil de 16 anos.

A mudança de constituição permitiu a liberalização da economia, reduzindo formalmente o papel do Estado na economia e conduzindo ao processo de acumulação capitalista por parte da elite política local, que teve o seu início através do processo de privatização das empresas estatais.

1.2. O Estado como instrumento de acumulação de capital

No Moçambique pós-independência é impossível falar do Estado moçambicano, sem mencionar o nome do partido Frelimo. O processo de construção do Estado moçambicano teve o seu início após a conquista da independência em 1975; como tal, os três poderes do Estado, nomeadamente executivo, legislativo e judicial foram constituídos no período do partido único. Em 1990 com a entrada em vigor da nova constituição da República, houve formalmente a separação entre o partido e o Estado.

Contudo, esta separação tem-se revelado apenas formal, porque a realidade prática demonstra que o sucesso que o Partido Frelimo tem tido ao longo das quatro décadas em que se mantém no poder em Moçambique, se deve principalmente ao facto desta organização exercer um controlo sobre o Estado.

Após a independência, o controlo exercido sobre o Estado tinha como objectivos a criação dos alicerces da unidade nacional, a orientação da organização produtiva e acima de tudo, através do projecto ideológico Marxista-Leninista, construir um Estado que fosse a antítese do Estado constituído pela administração colonial portuguesa.

Anos mais tarde, com a introdução da constituição de 1990, que abriu espaço à competição política através da realização de eleições e à liberalização da economia, o controlo exercido pelo Estado passou a ter outros objectivos, tais como a garantia da realização da acumulação primitiva de capital por parte da elite política ligada ao partido Frelimo que só é possível por via da manutenção do poder.

O processo de reformas a que o Estado esteve sujeito a partir da segunda metade da década de 1980, aliado ao processo de reconfiguração de valores ideológicos a que a própria sociedade esteve sujeita – guerra civil prolongada, o abandono de uma lógica socialista, onde o Estado era o centro da acumulação e detentor da maioria dos meios e factores de produção, passando para uma economia de mercado selvagem, de acumulação com base na extracção e na obtenção de renda – criou as condições para que gradualmente o Estado se tornasse um instrumento de viabilização do processo de acumulação primitiva de capital por parte das elites políticas moçambicanas.

Assistiu-se a este tipo de práticas por parte das elites políticas e burocráticas um pouco por toda África Subsaariana, como também em grande parte dos países da Europa do Leste, principalmente as antigas repúblicas socialistas soviéticas como resultado dos processos de transição de economias centralizadas para economias capitalistas¹.

Volvidos 40 anos após a independência, o regime político vigente em Moçambique é o presidencialista, onde o chefe de Estado ocupa simultaneamente as funções de chefe do

¹ Hellman et al. (2000) no seu trabalho intitulado “Seize the State, Seize the Day”, fazem uma análise ao processo de transição nas Repúblicas Socialistas Soviéticas de uma economia centralizada para uma economia de mercado.

Governo. Desde a introdução do multipartidarismo no país, já se realizaram 5 eleições presidenciais e legislativas, a Frelimo tem conquistado todas as eleições legislativas desde então e os seus candidatos têm vencido as respectivas eleições presidenciais.

Por via do sufrágio universal, já ocuparam o cargo de Presidente da República três membros do partido Frelimo, partido que se encontra no poder desde a independência nacional, o primeiro foi Joaquim Alberto Chissano, que chegou ao poder no ano de 1987 por nomeação do Bureau Político do Partido Frelimo após a morte em 1986 do primeiro Presidente da República, Samora Moisés Machel.

Joaquim Chissano conduziu a transição de Moçambique de um sistema de economia centralizada para o liberalismo económico e a introdução do multipartidarismo. Em 1994 a Frelimo apresentou-o como candidato as primeiras eleições presidenciais, tendo vencido e permanecido no poder durante dois mandatos consecutivos, saindo da presidência da República no ano de 2004.

«Power was transferred from the reformist, technocratic and state-centred President Joaquim Chissano to the party-centred and heavy-handed leadership of President Armando Guebuza, who revitalised and reorganised the party, restored the founding history of the then nationalist movement to give direction to the party, increased salaries to party personnel and, when he became president of the Republic in 2005, brought back the subservience of the state to the party. So, while President Chissano had rolled back the party from the state, President Guebuza not only further entrenched the party in the state, he put it into the driving seat (Nuvunga, 2014:11)».

Em 2005, como resultado das terceiras eleições presidenciais e legislativas, Armando Emílio Guebuza chega ao poder como o terceiro presidente de Moçambique, cargo que ocupou até janeiro de 2015, quando subiu ao poder Filipe Jacinto Nyusi, o quarto presidente da República e o terceiro que ocupa o cargo por via da realização de eleições.

Como se pode depreender, contrariamente a muitos partidos ou movimentos de libertação que ficaram dependentes ou reféns de um único líder, a Frelimo conseguiu sobreviver aos processos de sucessão interna do partido com relativo sucesso, demonstrando que a organização é muito mais importante do que os indivíduos.

Apesar deste sucesso, desde os primeiros anos da sua fundação até à actualidade, há vários relatos da existência de disputas, constituição de alianças estratégicas pelo controlo do poder dentro do partido e muito poucos casos de cisões ou expulsões.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi constituída no ano de 1962, como resultado da fusão de 3 movimentos: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e União Nacional Africana de Moçambique (MANU). Eduardo Chivambo Mondlane foi o primeiro presidente e aquele que conduziu este movimento nos primeiros anos da luta de libertação contra o colonialismo português.

A Frelimo conseguiu agregar diversas tendências dentro de si, uma vez que os seus membros são provenientes dos mais diversos grupos étnicos que fazem parte do mosaico cultural do país, para além de partilharem as mais diversas ideologias sobre aquilo que Moçambique deveria tornar-se após a independência. Este facto pode ter contribuído para que ocorressem conflitos internos entre as diversas tendências que compunham o movimento, com os diversos integrantes procurando buscar o protagonismo necessário de modo a controlar o poder dentro da organização.

Segundo Opollo (1975), nos primeiros anos após a formação da Frelimo, os conflitos e disputas que ocorreram no seu seio foram influenciados pelas questões étnico-tribais, onde os membros provenientes do norte e centro do país julgavam que existia uma hegemonia dos grupos provenientes do Sul e dos mestiços. Porém, estas disputas e as expulsões que ocorreram durante este período nunca abalaram a estrutura do movimento.

«In the beginning, the major cleavage consisted of two groups: on the one hand, semi-educated *assimilados*, predominantly from ethnolinguistic groups located in what are today the northern provinces of Niassa and Cabo Delgado (the northern part of the country bordering on Tanzania and Malawi), with Lazaro Nkavandame, who belonged to a relatively rich Makonde rural family (Oppelo Jr 1975), as the prominent political figure. The other group consisted of highly educated *mestiços* (people of mixed European and African descent) and *assimilados*, largely from ethnolinguistic groups located in what today are the southern provinces of Gaza, Maputo and, partly, Inhambane, with Eduardo Mondlane as the prominent political figure. Mondlane was a

scholar, the only Mozambican with a PhD at the time and a UN official based in New York (Nuvunga, 2014: 2 e 3)».

Segundo Opello (1975), a estrutura do movimento de libertação não se ressentia dos conflitos internos porque as elites que se outorgavam como representantes dos seus respectivos grupos étnicos-tribais, não tinham conseguido influenciar os membros das suas respectivas etnias. Portanto o conflito dentro da Frelimo neste período era um conflito entre as elites e ele não arrastava consigo os membros da base, na medida em que o movimento sobrevivia basicamente fora da sua sociedade de origem, durante o período em questão.

Os conflitos internos, exacerbados numa primeira fase pela existência de várias elites étnico-tribais que pretendiam deter o controlo do movimento, vieram a acirrar-se anos mais tarde, devido à vontade expressa pelas lideranças do partido no sentido de alargar a base de apoio do partido aos mais diversos grupos da sociedade, ajustando-se aos novos contextos.

O período que antecede os processos de transição tem-se revelado dos mais críticos no que diz respeito as disputas e tensões internas dentro do partido. Provavelmente porque as transições implicam por vezes mudanças significativas na estrutura do poder dentro do partido e acima de tudo no controlo que é exercido sobre o Estado.

As mudanças que o partido, o Estado e a sociedade moçambicana têm vindo a experimentar ao longo dos tempos podem ajudar a explicar em parte estas tensões que se verificam nos processos de transição das lideranças partidárias.

Weimer, Macuane e Buur (2012), consideram que o `arranjo político` ou *political settlement* em Moçambique e no seio da Frelimo passou por três fases decisivas, com a possibilidade de uma quarta fase a aproximar-se rapidamente.

Segundo os autores, no que concerne à primeira fase, o argumento tem sido o de que, se não na realidade pelo menos a partir de uma perspectiva ideológica, uma potencial coligação de desenvolvimento foi constituída após a independência, em 1975. Após uma série de fracassos políticos, ela transformou-se num regime autoritário fraco, na medida em que a economia e a guerra de desestabilização se transformaram numa guerra civil em finais da década de 70 e inícios da década de 80. Desde que Joaquim

Chissano assumiu o poder em substituição de Samora Machel após a sua morte trágica em 1986, até ao início do novo milénio, a coligação começou a afigurar-se cada vez mais uma coligação fraca do partido dominante, na medida em que o controlo do partido sobre o Estado e a sociedade afrouxou, mas ela manteve o poder sobre a economia. Isto alterou-se quando Armando Guebuza se tornou secretário-geral da Frelimo em 2002 e Presidente da República, bem como presidente do partido após as eleições de 2004, com este último, uma vez mais, a tornar-se no centro de organização crucial da distribuição de benefícios e recursos na sociedade, no Estado e na economia. Ao longo do tempo, a coligação veio a assemelhar-se, cada vez mais, a uma forte coligação do partido dominante operando num sistema multipartidário formal.

Segundo Weimer, Macuane e Buur (2012) a questão que se coloca actualmente é se o *political settlement* em Moçambique se tornou numa coligação competitiva clientelista do partido dominante, com facções elitistas em competição lutando pelo controlo do poder no seio do Partido Frelimo, ao invés de uma luta entre partidos.

Analisando as dinâmicas inerentes à economia política de Moçambique e os diversos actores envolvidos constata-se que os questionamentos levantados pelos autores acima citados são de todo pertinentes. Ora vejamos:

O regime político em Moçambique é presidencialista, desde que foi introduzido o multipartidarismo os presidentes eleitos têm sido os candidatos indicados pelo partido Frelimo que também tem sido o partido com maioria na Assembleia da República. O Presidente da República é o chefe do Estado e do governo, também o ocupa o cargo de comandante em chefe das Forças Armadas de Defesa do país e, cumulativamente a de presidente do partido que sustenta o governo, detendo por conseguinte enorme poder no que diz respeito à gestão do poder executivo, legislativo e também o judicial.

No ano de 2012, a quando da realização do 10º Congresso do partido Frelimo, na cidade de Pemba, capital da província de Cabo Delgado, foi introduzido no regulamento interno do partido Frelimo um dispositivo legal que tinha como objectivo fazer a distinção entre o Presidente da República (nos casos em que o titular deste cargo fosse membro do partido) e o Presidente do Partido. Esta revisão dos estatutos preconizava

que o Presidente da República deveria prestar contas à Comissão Política² do Partido, que é liderada pelo presidente do Partido.

Na eventualidade do cargo de Presidente da República não ser ocupado pelo mesmo indivíduo que ocupa o cargo de Presidente do partido, esta medida abria espaço para que houvesse dois centros de poder, algo que veio a suceder durante os primeiros meses do mandato de Filipe Nyusi, que ocupou o cargo de Presidente da República enquanto o seu antecessor Armando Guebuza mantinha o cargo de presidente do partido.

No 10º Congresso, o então Presidente do partido Armando Guebuza aprovou esta medida quando faltavam apenas dois anos para o final do seu segundo mandato no cargo de Presidente da República, o que não deixa de ser caricato tendo em conta que devido à limitação de mandatos preconizada pela constituição da República, Armando Guebuza não poderia concorrer à sua sucessão.

Esta tentativa de Armando Guebuza de tentar exercer o controlo do partido mesmo depois de abandonar o cargo de Presidente da República pode ser um indicador da mudança que tem vindo a ocorrer para que a Frelimo se torne uma coligação competitiva clientelista do partido dominante.

A eleição interna do candidato do partido Frelimo para as eleições presidenciais de 2014 também constitui um exemplo das tentativas de controlo do partido por parte do seu anterior Presidente. Neste processo, a Comissão Política que era presidida por Armando Guebuza na qualidade de Presidente do partido apresentou três candidatos, nomeadamente José Pacheco, ministro da Agricultura do governo de Armando Guebuza, Alberto Vaquina, Primeiro-Ministro de então e Filipe Nyusi que ocupava o cargo de Ministro da Defesa. Cabia ao Comité Central³, a escolha de um de entre os três candidatos.

Ao apresentar estes três candidatos, a Comissão Política recusou a possibilidade de abrir espaço para que outros membros do partido pudessem apresentar as suas candidaturas.

² A Comissão Política é o órgão que orienta e dirige o Partido no intervalo das sessões do Comité Central.

³ O Comité Central é o órgão máximo do Partido, entre os Congressos.

Essa proposta foi rapidamente recusada por parte de alguns membros proeminentes do Comité Central do partido, como também foi alvo de críticas por parte de alguns membros fundadores do partido Frelimo.

Embora Guebuza oficialmente nunca tenha manifestado a sua preferência sobre nenhum dos três candidatos, os meios de comunicação social em Moçambique apresentavam José Pacheco e Alberto Vaquina, como sendo a primeira e segunda preferência respectivamente, do então presidente do partido.

O terceiro candidato apresentado pela Comissão Política do partido Frelimo, era o então ministro da defesa Filipe Nyusi, nascido na província de Cabo Delgado e pertencente a à etnia Makonde. Nyusi é da mesma etnia que o general Alberto Chipande, tido como um dos homens mais poderosos na estrutura do partido Frelimo e, devido a este facto, a imprensa, alguns membros do partido, como também indivíduos ligados ao sector privado afirmavam que a candidatura de Nyusi tinha sido por influência de Chipande.

A historiografia oficial da luta de libertação nacional afirma que o general Alberto Chipande foi o homem que disparou o tiro que deu início a luta de libertação nacional contra o colonialismo. O general Chipande é membro da Comissão Política do partido Frelimo, é deputado da Assembleia da República, é empresário com interesses nas mais diversas áreas da economia de Moçambique, desde os transportes até a indústria extractiva.

A Comissão Política liderada pelo Presidente do partido acabou cedendo às críticas e recuou na sua decisão, abrindo espaço para que outros concorrentes fossem admitidos na corrida a sucessão de Armando Guebuza. Foi assim que juntaram-se aos três primeiros candidatos, os antigos primeiros-ministros Aires Aly e Luísa Diogo.

Este episódio pode indicar que apesar de Armando Guebuza, na altura em que ocorreram os factos acima descritos, ocupar o cargo de presidente do partido e também o cargo de Presidente da República, ele não era o único “*Patrão*” dentro do partido, havendo por conseguinte outros “*Patrões*” com as suas respectivas redes clientelares que disputavam o controlo do poder dentro do partido.

Filipe Nyusi sagrou-se vencedor das eleições internas após uma segunda volta com a antiga ministra do Plano e Finanças do governo de Joaquim Chissano e primeira-

ministra no primeiro mandato de Armando Guebuza, a economista Luísa Diogo, tendo vencido posteriormente as eleições presidenciais realizadas em Novembro de 2014.

Em Janeiro de 2015, quando Nyusi é empossado como o quarto presidente da República de Moçambique, o dispositivo aprovado durante o 10º Congresso do Partido Frelimo deixa-o literalmente refém das decisões tomadas pela Comissão Política que era dirigida por Armando Guebuza, que se tinha mantido no cargo de presidente do partido.

Mais uma vez, proeminentes membros do partido Frelimo, tais como Sérgio Vieira, Teodato Hunguana, entre outros, começaram a exercer pressão através dos meios de comunicação social para que Armando Guebuza renunciasse à presidência do partido, uma vez que a história da Frelimo nunca tinha tido um precedente de bicefalia ou dois centros de poder.

Em Março de 2015 foi convocada a IV sessão ordinária do Comité Central do partido Frelimo, que culminou com a renúncia de Armando Guebuza da presidência do Partido e da presidência da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLN), a mais importante organização social do partido que aglomera os antigos combatentes da luta de libertação nacional e também parte considerável dos membros fundadores do partido.

Como se pode depreender, a luta pelo controlo do poder dentro do partido tem-se vindo a intensificar, porque quem controla o partido consequentemente exerce o controlo sobre o Estado.

Isso acontece pelo facto de Moçambique ser um país caracterizado pela existência de uma democracia de partido dominante, onde o partido controla o Estado e os sectores nevrálgicos da economia, portanto o candidato do partido Frelimo às eleições possui larga vantagem em relação aos demais concorrentes ao cargo de Presidente da República.

Alcançado o cargo de Presidente da República, o novo titular do cargo torna-se também presidente do partido devido aos estatutos do partido, como foi mencionado nos parágrafos acima, o que possibilita que este indivíduo esteja no centro da redistribuição de oportunidades de acumulação de capital, para si, para os seus familiares e aliados mais próximos.

«Somos também um País em que o controlo do Estado determina o acesso a todo o tipo de recursos. Assim, muitos de nós alinhamos o nosso posicionamento pessoal de acordo com os que detêm o poder do Estado. Há lugares em Conselhos de Administração por distribuir, há direcções em ministérios, há ministérios, há projectos, etc. Neste ambiente dominado pela preocupação do “ter” – material – e no qual o “ser” – convicções – desempenha apenas um papel secundário – e é visto com hostilidade por muitos – não admira que haja muitos oportunistas que investem na ideia de uma Frelimo forte apenas com o intuito de tirar benefício individual (Macamo, 2012:7)».

Este facto só é possível através da constituição de alianças dentro do partido, no Estado, com o sector privado nacional e principalmente através da aliança estratégica com o capital internacional e os doadores internacionais que, através da sua ajuda financeira, têm vindo a impedir ao longo de mais de duas décadas que Moçambique se torne um Estado falido.

«Somos um País com características muito específicas, a principal das quais é a nossa dependência do auxílio externo. A lógica política, mas também a lógica individual consistem, neste tipo de contexto, na instrumentalização desse auxílio. A classe política faz tudo para estar em conformidade com as exigências desse auxílio, muitas vezes não por convicção política, mas por conveniência pessoal (idem)».

A estrutura organizacional do Estado moçambicano privilegia o centralismo administrativo, que foi herdado da administração colonial portuguesa. Porém a lógica do centralismo administrativo aliada à cultura política que dá primazia às lealdades ao chefe em detrimento do cumprimento da legalidade, abre espaço à falta de distinção entre a esfera pública e a privada.

O Estado gradualmente tornou-se o instrumento de acumulação primitiva de capital porque, apesar das privatizações a que foi sujeito de modo a reduzir o seu peso na economia, ele continua a ser o detentor da maioria dos meios e factores de produção.

A elite política e administrativa, tendo a plena consciência de que não tem capacidade financeira e muito menos expertise necessária para consolidar-se no mundo de negócios sem a influência que eles exercem sobre o Estado, foi paulatinamente consolidando os

seus processos de acumulação com base na procura de oportunidades de extracção de rendas usando o Estado como instrumento para atingirem os seus fins.

A constituição de 1990 prevê a separação entre Estado e o partido, porém essa separação é apenas cosmética e durante os dois mandatos de Armando Guebuza era quase que inexistente. Perante este cenário, o aproveitamento dos meios e recursos do Estado para fins partidários e em especial por parte dos membros do partido tornou-se uma prática frequente, o que na competição política constitui uma vantagem comparativa em relação aos demais actores políticos.

«The Country Report of the African Peer Review Mechanism was inundated with reports that Frelimo cells or units exist in all public institutions, where they operate with official sanction. Indeed, members are permitted to suspend work in order to attend party meetings when these are scheduled in working hours ... Compulsory deductions are made from workers' salaries for the benefit of Frelimo when authorized by the relevant party organs (CRM, 2010:103)».

Este tipo de práticas de actuação consolidou a ideia de que para se tornar capitalista, empresário ou empreendedor de sucesso era necessário estar muito próximo dos círculos do poder, num contexto onde as narrativas dominantes apresentam o discurso de que aqueles que não estão connosco são nossos inimigos, realçando a dualidade extrema na qual está assente a realidade política do país.

Obviamente, nestas condições o partido dominante, a Frelimo, detém uma capacidade de atracção de novos membros muito superior em relação aos demais partidos políticos devido às expectativas que estes possuem em relação as recompensas que podem obter por causa da militância partidária.

«An example of the use of state machinery for Frelimo's gain was the launch by the Provincial Planning and Finance Directorate in Inhambane province of a tender in May 2008. The tender, for the provision of campaign material (8 000 T-shirts and 10 000 pennants) for Frelimo, appeared in the daily pro-government paper, *Notícias*. Frelimo uses cadre deployment to ensure that the state machinery is put at the service of the party, with civil servants in managerial positions doing the party's work not only to

maintain their positions but because they believe that their positions depend on Frelimo remaining in power (Nuvunga, 2015:18)».

O controlo dos meios e recursos do Estado, como também o acesso a informação sobre os futuros negócios do Estado ou áreas de investimento do capital estrangeiro, criou condições para que a militância partidária se tornasse atractiva para os indivíduos que pretendem melhorar a sua condição social e económica.

Este facto, para além de ter atraído um enorme número de novos membros, acirrou as relações clientelares e de patrocínio dentro do partido Frelimo, o que, aliado a uma dinâmica interna que possibilita alterações regulares das lideranças partidárias, abre espaço para que sejam bastante voláteis as disputas, alianças e reconfigurações empresariais da elite política moçambicana pelas melhores oportunidades de extrair rendas.

Após a liberalização da economia, o país já teve 3 presidentes da República. Uma nota em comum reside no facto de os processos de transição de um Presidente da República para outro - mesmo sendo eles do mesmo partido - provocarem alterações profundas na visibilidade dos protagonistas do sector empresarial.

Isto é, durante os mandatos de um determinado Presidente, assiste-se à ascensão de determinados grupos de indivíduos ou empresas na esfera económica, porém após os processos de sucessão, o fulgor económico apresentado por esses indivíduos ou empresas desaparece, podendo indicar que a sua performance no mundo empresarial estava intrinsecamente relacionada com o acesso privilegiado aos círculos de poder, que garantia por conseguinte o acesso aos grandes negócios com o Estado.

Este tipo de lógicas reforça o argumento apresentado por Couto (2015), quando frisa que em Moçambique, para alguns, a política é uma panela, é preciso comer muito e rápido porque a colher é muito disputada e a refeição pode durar pouco.

Tendo consciência que no caso moçambicano uma parte considerável da elite política é também por via disso elite económica, *a pesquisa procura compreender as dinâmicas internas que estão a ocorrer no seio desta elite, tentando captar como elas se constituem, as tensões e disputas internas, a formação de alianças e solidariedade entre si, e os processos de redesenho e reconfigurações dos seus interesses empresariais.*

A pesquisa centra-se nos aspectos acima referidos devido ao facto, de volvidos mais de 25 anos após a liberalização da economia e a introdução de incentivos para o surgimento de uma burguesia nacional, constituída por pequenas e médias empresas locais, o sector empresarial continua sendo fraco e com reduzida interligação entre os diversos sectores, com falta de capacidade financeira e falta de expertise.

Os poucos casos de sucesso são de indivíduos ou empresas com fortes ligações políticas, mas cujo sucesso está fortemente dependente da manutenção no poder do indivíduo que sustenta a rede clientelar ou de patrocínio, o que se agrava com o facto de a economia ser bastante concentrada em poucos sectores de actividade económica. Este é mais um factor que aumenta as disputas entre os membros das elites pelas melhores oportunidades de negócios ou de extrair rendas.

Perante estas constatações a questão central desta pesquisa é a seguinte:

- Observando as características políticas, económicas e sociais de Moçambique, e tendo em conta as dinâmicas internas do partido Frelimo, até que ponto o surgimento de grupos económicos sustentados pelo acesso privilegiado ao Estado estará dependente das lógicas e dinâmicas internas de acesso ao poder dentro deste partido?

A leitura da realidade empírica moçambicana conduziu-nos a avançar com a hipótese de que o controlo dos destinos do partido no poder pode criar condições para a constituição de grupos empresariais favorecidos, mas que estes privilégios se podem reduzir, a partir do momento em que os seus proprietários perdem o poder efectivo na estrutura partidária.

Este pressuposto advém do facto de, após ter experimentado processos mais ou menos pacíficos de sucessão das lideranças, por onde passaram cinco líderes partidários (sendo que quatro destes chegaram a ocupar o cargo de Presidente da República), uma nota distinta parece emergir no período após a adesão ao liberalismo económico, que se prende com o facto de a ascensão ao cargo de Presidente da República (e por conseguinte à liderança máxima do partido) por parte de cada um deles conduziu a processos de redesenho e reconfiguração dos indivíduos ou grupos empresariais com acesso privilegiado aos negócios com o Estado.

Esta constatação pode ser corroborada pelo facto de os processos de sucessão na liderança do Estado e do partido, revelarem processos de ruptura e descontinuidade não só no que diz respeito à dimensão empresarial, como também ao nível da concepção de políticas públicas, o que *à priori* pode ser difícil de compreender tendo em conta o facto de a sucessão ocorrer dentro do mesmo partido.

Um exemplo claro destas rupturas e descontinuidades ao nível da concepção de políticas públicas pode ser descortinado no processo de constituição de ministérios após a formação dos governos. Por exemplo quando Joaquim Chissano chegou ao poder constitui o ministério do Plano e Finanças. Volvidos alguns anos, com a ascensão de Armando Guebuza à presidência da República, procedeu-se à separação dos ministérios em dois, constituindo o ministério das Finanças e o ministério do Planificação e Desenvolvimento. Dez anos depois, Filipe Nyusi assume a chefia do Estado e do partido e extingue os ministérios de Planificação e Desenvolvimento e o ministério das Finanças, criando o Ministério de Economia e Finanças.

Obviamente que este tipo de rupturas e descontinuidades tem implicações ao nível da gestão interna dos ministérios visados, da provisão de serviços aos mais diversos utentes e fornecedores, da performance do próprio ministério e acima de tudo, revela de certa forma uma falta de visão estratégica do próprio partido sobre a gestão do Estado.

O acesso e controlo do poder efectivo dentro da estrutura político-partidária possibilitam o controlo do poder económico; porém, o facto de existirem entraves institucionais que conduzem a um processo de sucessão interna dentro do partido e ao nível da presidência da república conduz a que os indivíduos que detêm o poder num determinado período tendam a proceder sempre que possível ao processo de redistribuição, dentro da elite político-económica do partido, de modo a garantir a sua sobrevivência económica quando forem relegados do poder.

Os 49 anos de existência da Frelimo, que a obrigaram a uma constante reconfiguração passando de um movimento de libertação nacional para partido-Estado e depois para um partido político ao estilo das democracias liberais e tendo conseguido manter-se no poder com poucos casos de expulsões de membros e rupturas ou clivagens que ameaçassem a sua existência, podem constituir um bom indicador do processo de redistribuição avançado na hipótese acima apresentada.

Deste modo, colocam-se como objectivos específicos deste estudo analisar os processos de sucessão das lideranças partidárias e as dinâmicas inerentes a estes mesmos processos, procurando por conseguinte captar os factores por detrás da ascensão e declínio de determinados grupos empresariais e dos indivíduos ligados a estes mesmos grupos.

Um segundo objectivo será de analisar por um lado, o perfil das áreas de interesse económico das elites político/empresariais moçambicanas e as suas ligações com o Estado.

Como terceiro objectivo específico iremos procurar perceber as disputas e reconfigurações, as alianças estratégicas que se estabelecessem entre os diversos grupos constituintes desta elite política e empresarial. Aqui, iremos procurar analisar pormenorizadamente as estratégias familiares destas elites para a manutenção do seu *status quo*, o que nos irá possibilitar olhar para variáveis tais como a estrutura dos matrimónios, o nível de educação, suas aspirações e estilo de vida, que julgamos sejam importantes para compreendermos o nosso grupo alvo.

O interesse pela compreensão das dinâmicas, reconfigurações, disputas e alianças intrínsecas à nova burguesia nacional moçambicana, maioritariamente constituída por políticos empresários pertencentes ao partido Frelimo, decorre das constatações identificadas na tese de mestrado, centrada na apropriação de bens públicos e na sua alteração com o aumento de importância do apoio directo ao orçamento por parte dos doadores internacionais. Nesta pesquisa para obtenção do doutoramento, pretendemos aprofundar este debate e realizar uma análise mais detalhada sobre o mesmo.

1.3 Como foi feita a pesquisa

Por uma questão metodológica, houve a necessidade de definir o grupo alvo, que é constituído pela elite político e empresarial, incluindo essa designação todo um grupo de políticos que enveredaram pela actividade empresarial após a transição de uma economia centralizada para economia liberal, sendo que parte considerável dos mesmos se mantêm activos na vida política e simultaneamente detêm interesses empresariais nos mais diversos sectores da economia.

Tomando em consideração o facto de a elite política e empresarial estabelecer relações formais e informais com alguns membros do sector privado, houve a necessidade de alargar o enfoque de modo captar as dinâmicas dos diversos actores que se encontram somente estabelecidos na área empresarial, procurando observar as suas relações privilegiadas com o poder político.

O foco de análise se concentrou na elite político empresarial ligada ao partido Frelimo, pois esta faz parte de um grupo relativamente bem identificado e já algumas vezes analisado em outros estudos, o que metodologicamente pode ser vantajoso.

Outro aspecto a salientar reside no facto de o país, após o processo de transição para uma sociedade de democracia multipartidária, ter passado por cinco processos eleitorais que sempre culminaram com a vitória do partido Frelimo, sendo que as lógicas inerentes ao processo de acumulação de capital, neste contexto, possibilitam que os detentores do poder político, com algum grau de facilidade e impunidade, possam criar condições para detenção do poder económico.

É assim que grande parte da elite económica do país se encontra directa ou indirectamente ligada ao partido no poder, por laços de filiação partidária, parentesco, amizade ou outro tipo de ligações, mas sempre tendo em vista as vantagens que advêm do acesso e controlo do Estado.

A construção do objecto de estudo exigiu a realização de uma revisão bibliográfica aturada sobre as diferentes perspectivas teóricas que directa ou indirectamente abordam as matérias relacionadas com o objecto de análise.

Aliada à revisão de literatura houve a necessidade de realizar uma análise documental através do Boletim da República de Moçambique, o que possibilitou a compreensão detalhada das áreas de interesse de investimento empresarial das elites político económicas moçambicanas e os seus respectivos parceiros de negócios.

A análise documental permitiu também a observação dos diplomas governamentais aprovados nos últimos anos, diplomas que possibilitaram a compreensão de como as áreas de interesse empresarial das elites políticas se tem vindo a alterar ao longo dos tempos.

Tendo a plena noção de que as relações entre as elites se estabelecem não só pela via formal, mas também através de encontros numa base informal, privilegiou-se também a observação dos mais diversos meios de comunicação social. Esta opção metodológica possibilitou a observação dos diversos tipos de solidariedade que se estabelecem entre os membros da elite política e empresarial. A título de exemplo: relações de matrimónio, o processo de apadrinhamento de casamentos e baptizados, o tipo de convidados que comparecem a este tipo de eventos, as práticas mágico-religiosas, entre outros aspectos que *a priori* podem parecer superficiais, mas que muitas vezes se encontram carregados de simbolismo e significado.

Uma das opções metodológicas escolhidas aquando da planificação do estudo residia na metodologia de histórias de vida, com enfoque centrado em histórias de vida de indivíduos pertencentes à elite. Pretendia-se analisar histórias de determinado grupo de indivíduos que fazem parte do nosso grupo alvo; contudo no terreno não foi possível adoptar esta opção metodológica, devido essencialmente à falta de colaboração dos visados que preferiam resguardar-se perante a sensibilidade do tema da pesquisa, respondendo apenas a perguntas específicas em vez de contarem por palavras suas o seu percurso de vida.

Um outro aspecto não menos importante que terá contribuído para a impossibilidade de realização da metodologia de histórias de vida está directamente relacionado com actividade profissional do autor deste trabalho, que é pesquisador do Centro de Integridade Pública, uma organização não-governamental moçambicana que pesquisa e expõe más práticas na gestão da coisa pública. É um trabalho com um elevado nível de exposição pública, que *a priori* impediu que o autor deste trabalho, estabelecesse relações de confiança e proximidade junto de elementos da elite política e empresarial que possibilitassem o uso da metodologia de histórias de vida.

Assim, apesar de não ter sido possível construir histórias de vida, foi possível entrevistar alguns elementos do grupo alvo. O facto de estes não serem um grupo homogéneo constituiu uma vantagem quer para realização das entrevistas, quer para levar a cabo um cruzamento e confrontação das informações produzidas pelos diferentes grupos que constituem esta elite política empresarial.

Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com informantes privilegiados. Com estas entrevistas, foi possível obter informação relevante sobre as dinâmicas inerentes ao grupo alvo.

Este grupo de entrevistados foi constituído em parte por funcionários das agências de cooperação estabelecidas em Moçambique, porque durante o trabalho de campo realizado para a tese de mestrado constatámos que estes possuem informação sobre os mais diversos interesses económicos da elite político e empresarial moçambicana.

Foram também realizadas entrevistas a funcionários de organizações não-governamentais locais, tais como do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), o Centro de Integridade Pública (CIP), o Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (MASC), e o Observatório do Meio Rural (OMR), organizações que produzem alguns estudos sobre aspecto relevantes para este estudo.

A análise do discurso mediático sempre esteve presente ao longo do trabalho e, por isso, não foi descurada a realização de entrevistas com jornalistas, principalmente aqueles que se encontram ligados aos *media* do sector privado. Esta opção pelos *media* do sector privado, sejam eles os canais de televisão, a imprensa escrita ou a rádio, deve-se ao facto de estes virem realizando, de uma forma contínua, reportagens relacionadas com objecto de estudo deste trabalho.

Um outro grupo profissional entrevistado para a elaboração deste trabalho foram os empresários. Dentro deste leque, procurou-se ouvir empresários dos mais diversos sectores de actividade, como a banca, serviços, construção civil, seguros, imobiliária, etc. Para além da auscultação de empresários dos mais diversos sectores de actividade, houve a necessidade de agrupá-los segundo a dimensão das suas empresas, por forma a captar a sensibilidade das pequenas, médias e grandes empresas.

Também foram realizadas entrevistas com elementos da direcção de duas das principais associações empresariais de Moçambique, a Confederação das Associações Económicas (CTA) e a Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS).

De modo a perceber uma outra dimensão da mesma realidade, principalmente no que diz respeito ao acesso a informação privilegiada de alguns indivíduos e empresas nos negócios com o Estado, foram entrevistados alguns funcionários públicos de alguns dos

principais ministérios da altura, tais como o Ministério das Finanças (MF), Ministério dos Recursos Minerais (MRM), Ministério da Energia (ME) e Ministério da Planificação e Desenvolvimentos (MPD). Alguns destes ministérios possuem actualmente uma nova designação, como resultado de fusões e extinções.

Outros actores relevantes entrevistados aquando da realização das entrevistas foram dois antigos ministros, um do governo liderado por Joaquim Chissano e outro do governo de Armando Guebuza, alguns professores universitários e ativistas sociais, que também possuem informação privilegiada sobre o assunto.

A escolha de diferentes técnicas e metodologias para recolha de informação, abriu espaço para que houvesse a opção pela metodologia de estudos de caso, privilegiando situações conflituais e aplicando como instrumentos analíticos os princípios da “Social Situation” de Max Gluckman (1961, 1987) e do “Social Drama” de Vitor Turner (1957). A escolha destas metodologias relaciona-se com a complexidade de compreender e captar os processos e dinâmicas inerentes ao nosso objecto de estudo.

Deste modo, a análise situacional concentrou-se na análise dos factores contextuais, procurando perceber que lógicas internas ocorrem dentro do xadrez político que condicionam a deslocação de oportunidades de uns indivíduos para outros na esfera económica.

Para tal, foi crucial um esforço de reflexividade e análise sobre os acontecimentos da sociedade moçambicana, um esforço autorreflexivo de reconfigurar a experiência de vida como uma forma de observação participante *a posteriori*. A análise de situações sociais oferece essa possibilidade principalmente quando o objecto de estudo se centra num grupo privilegiado e de difícil acesso, tal como o é a elite político empresarial ligada ao partido Frelimo.

«Embora Gluckman não tivesse colocado a questão com tanta frontalidade, também nos convida a que revisitemos o mais essencial nas formas como estudamos e como construímos as nossas conclusões. Recorda e salienta que a matéria-prima fundamental do trabalho científico de um antropólogo (ou de qualquer investigador que baseie a sua recolha de dados na observação directa) é aquilo que ele observa na interação social entre as pessoas. Por outras palavras, são os acontecimentos, os actos, as reacções, as

expressões de sentimentos, os silêncios ou as trocas de palavras e como elas são ditas, os comportamentos que as pessoas levam a cabo em circunstâncias específicas e, por vezes, o que nessas ocasiões vestem, o que então comem (ou não) e como o fazem, de quem se aproximam e quem evitam, a quem se aliam e com quem cooperam, quem confrontam ou ignoram. No terreno, não observamos estruturas sociais, sistemas económicos, políticos ou de parentesco, filosofias acerca do mundo e da sociedade nem, muito menos, diagramas ou teorias sociais formalizadas; o que observamos são comportamentos concretos de pessoas concretas em situações concretas, que estarão marcados de forma vivida por tudo isso mas que raramente constituem uma sua expressão explícita, completa ou abstrata. (Granjo, 2017)».

Daí a necessidade que houve de, aliada à observação das diversas situações sociais, cruzar essas observações com um conjunto de entrevistas com informantes privilegiados. Essas entrevistas possibilitaram o esclarecimento de alguns aspectos cuja compreensão não era suficiente baseando-se somente na observação dos mesmos.

Os princípios de “Social Situation” de Max Gluckman (1961, 1987) permitiram que não houvesse uma espécie de ânsia para rapidamente procurar definir o quadro teórico que melhor se ajustasse ao objecto de estudo em análise neste trabalho. Isso possibilitou o recurso a um *cocktail* teórico e metodológico que consoante as situações sociais em análise permitissem um melhor enquadramento.

«Com este tipo de procedimento, (a definição a priori do quadro teórico) conforme tive oportunidade de desenvolver noutra ocasião (Granjo 2004: 309-320)⁴, o trabalho científico torna-se aparentemente seguro e confortável, mas os riscos que se correm são altíssimos. A escolha e aplicação apriorística de uma determinada teoria incita-nos, desde logo, a focar a atenção nos dados que são para ela pertinentes, correndo o risco de não notar muitos outros, que poderão até ser os mais pertinentes para a compreensão do fenómeno que pretendemos estudar. (Granjo, 2017)».

Contudo, um dos mais importantes contributos oferecidos pelos princípios do “Social Situation” de Max Gluckman (1961, 1987) para este trabalho centra-se na observação

⁴ Também disponível em, <https://lisboa.academia.edu/PauloGranjo>, com o título “Teoria, tautologia e prática antropológica”.

de acontecimentos concretos e situados, principalmente se estes acontecimentos produzirem situações conflituais, porque é exactamente nas situações conflituais onde melhor se pode captar a realidade analisada, possibilitando por conseguinte a compreensão das estruturas e princípios subjacentes à vida social no contexto analisado.

No que diz respeito a este trabalho, destacam-se momentos tais como a sucessão ou alternância do poder na liderança do Estado, como a saída do antigo Presidente da República Joaquim Chissano abrindo espaço para ascensão ao poder de Armando Guebuza a chefia do Estado, ou aquando da sucessão de Armando Guebuza pelo actual Presidente da República Filipe Nyusi. O escândalo das dívidas ocultas, que ainda se desenrola no momento em que termino a redacção desta tese, constitui um outro importante momento para a análise de situações conflituais e das suas repercussões nas dinâmicas das elites política e empresariais moçambicanas.

De facto, segundo Granjo (2017), os referentes teóricos de Gluckman são bem diferentes dos princípios durkheimianos dominantes no seu tempo, que viam no conflito uma doença social (Durkheim 1991). «Ele foi, por isso, também capaz de notar e salientar uma outra potencialidade daquilo a que chamou situações sociais: quando elas envolvem e expressam conflitos, o seu efeito revelador torna-se ainda mais forte, porque nessas ocasiões as regras implícitas são interpretadas e manipuladas pelas pessoas em função das motivações e estratégias das partes envolvidas, permitindo que um observador exterior não só as aperceba em maior detalhe, como aceda às fronteiras de ambiguidade e de elasticidade com que elas são vividas por quem as partilha (Granjo, 2017:152)».

Em sociedades como a moçambicana, é preciso compreender os bastidores, as dinâmicas por detrás do palco principal onde se movem os actores pertencentes à elite política e empresarial. A análise de situações sociais oferece ferramentas úteis para captar essas dinâmicas que muitas vezes não são facilmente perceptíveis.

Portanto, ao longo deste trabalho eventos formais tais como reuniões do Comité Central do Partido Frelimo ou as reuniões semanais da Comissão Política são devidamente analisados, mas também se atribui a mesma ordem de importância a relatos sobre as “Cimeiras das Quintas” (que são almoços que se realizam durante os fins-de-semana nas quintas dos principais líderes do partido Frelimo, onde se tomam as decisões

importantes para o país), ou por exemplo a presença de Filipe Nyusi na festa de aniversário de Alberto Chipande logo após a tomada de posse do primeiro no cargo de Presidente da República. Anteriormente, a festa de aniversário de Alberto Chipande não merecia cobertura em todos os principais canais televisivos do país.

São aspectos que *a priori* podem parecer irrelevantes, mas cuja compreensão se revela importante para se compreender as lógicas inerentes ao poder em Moçambique e a metodologia das situações sociais de Gluckman permite captar essa dimensão do nosso objecto de estudo.

Enquanto isso, o “Social Drama” de Vitor Turner (1957) contribuiu na análise dos processos de disputas, alianças e reconfigurações a que o objecto de estudo desta pesquisa se encontra sujeito. Sendo que essas disputas, que podem ser individuais ou colectivas, se encontram em permanente oscilação entre a fissura ou quebra, crise, tentativas de mediação e a reintegração ou reconhecimento de ruptura.

As quatro fases do “Social Drama” são particularmente importantes para a compreensão das dinâmicas inerentes ao objecto de estudo desta pesquisa, devido principalmente à sucessão de acontecimentos que tornam evidentes as relações que se estabelecem entre as elites, que se tornam mais visíveis nas situações de conflitos.

Para o caso vertente deste trabalho, o “Social Drama” revelou-se uma ferramenta particularmente útil para compreender as clivagens internas da elite política e empresarial do partido Frelimo que ocorreram aquando da descoberta das dívidas ocultas. Neste período de tensão e conflito aberto entre figuras de topo do partido, tornaram-se evidentes as quatro fases mencionadas por Turner (1957).

Um dos principais desafios ao nível metodológico para realização deste trabalho prende-se com o facto desta pesquisa, para além de ter sido realizado na sociedade onde o autor vive e, onde fez todo o seu processo de socialização até a vida adulta, versar um objecto de estudo que lhe é de alguma forma próximo, devido à sua ocupação profissional. Este facto levanta os desafios sempre presentes quando se faz “Antropologia à Porta de Casa”.

Se, por um lado, fazer “antropologia à porta de casa” se pode considerar uma vantagem na análise de algumas informações cujo código de linguagem pode ser de difícil

compreensão para um pesquisador proveniente de fora deste meio, por vezes é um elemento inibidor para que o investigador seja acolhido dentro do grupo alvo e possa realizar a sua investigação. E este facto foi notório, como já referi, quando se pretendeu construir histórias de vida como uma das metodologias do presente estudo, pelo facto de o autor deste trabalho exercer o cargo de pesquisador no Centro de Integridade Pública, uma organização não-governamental moçambicana que tem como objectivo a promoção da boa governação, transparência e integridade na gestão do Estado.

Esse trabalho que exige por parte do mesmo um elevado nível de exposição mediática (participação em programas de televisão, radio, workshops, jornais, etc.), o que inibiu alguns dos membros da elite política e empresarial a acederem à solicitação de entrevistas, como também de eventualmente participarem numa metodologia de história de vida.

Apesar de fazer parte da sociedade onde o estudo foi conduzido, o autor não pertence ao grupo alvo, pese embora no seu quotidiano profissional lide com questões directamente relacionados com o objecto de estudo. Contudo, apesar desse conhecimento relacionado com a sua actividade profissional, o objecto de estudo apresenta algumas *nuances* que até ao momento em que enveredou pela pesquisa, lhe eram totalmente desconhecidos.

De facto, apesar da pesquisa, monitoria e exposição que tem vindo a realizar por via das suas obrigações profissionais aos negócios das elites políticas e empresariais e ao aproveitamento que estas fazem do Estado em benefício próprio, há dinâmicas acerca das quais só um olhar sistematizado e rigor metodológico possibilitam uma cabal apreensão e análise profunda.

Foram essenciais quer as entrevistas realizadas com actores relevantes, quer as conversas nos diversos grupos sociais onde o autor se encontra inserido ao longo dos anos de pesquisa. É o caso do grupo de amigos do futebol de domingo, que é constituído por indivíduos da classe média, de entre os quais funcionários públicos de escalões intermédios, colaboradores de médias e grandes empresas privadas moçambicanas, colaboradores de grandes empresas estrangeiras, trabalhadores de empresas públicas, alguns pequenos e médios empresários, colaboradores de organizações de organizações não-governamentais. Outro grupo importante é constituído pelos colegas da faculdade e amigos de longa, data cujo perfil profissional é

constituído por funcionários públicos, jornalistas, professores universitários, colaboradores de agências de cooperação internacional e organizações não-governamentais locais e internacionais.

Nestes fóruns de debate informal e tendo em conta as diversas proveniências dos integrantes destes grupos, foi possível apreender diversos temas ou dinâmicas directas ou indirectamente relacionadas com o objecto de análise da pesquisa.

Parte considerável das dinâmicas referentes aos hábitos de consumo, local de trabalho, escolas ou universidades que frequentaram, lugares de convívio, relações de parentesco e amizade, entre os diversos membros da elite política e empresarial moçambicana, foram obtidos nas conversas informais estabelecidas com os integrantes dos grupos acima descritos, sendo que alguns deles tinham acesso privilegiado ao círculo restrito da elite política e empresarial ou dos seus filhos.

Apesar dos riscos inerentes a esta forma de aceder a informação, riscos ligados principalmente ao enviesamento da informação, uma vez que não foram obtidos da fonte primária, esta estratégia revelou-se em certos momentos a mais eficaz, tendo em conta os constrangimentos experimentados para aceder ao círculo restrito do grupo alvo.

Apesar de estar a fazer “Antropologia à porta de casa”, a minha ocupação profissional constituiu um enorme desafio para análise do objecto de estudo. Sendo que os desafios que o antropólogo enfrenta ao realizar o seu estudo na sociedade onde vive ou na sua sociedade, são detalhadamente explicados por Granjo (2004).

«Conforme o autor refere neste último caso, havia pensado, em 1971, que os problemas específicos de um antropólogo que investiga a sua própria sociedade «teriam consequências a levar em conta numa avaliação profissional, isto é, científica, do produto do seu trabalho» (Cutileiro, 1977 [1971], p.XI). As consequências desses «problemas específicos», que não chegam a ser explicitados ou discutidos enquanto tais, seriam essencialmente duas: por um lado «o nativo será mais rápido e mais perceptivo sobretudo relativamente a detalhes ou instâncias isoladas. Não obstante, ser-lhe-á requerido um esforço muito maior do que o forasteiro (em última análise, talvez mesmo um esforço impossível) para conseguir formar uma concepção integral de uma sociedade de que, pelo menos a alguns níveis de experiência, faz parte» (Cutileiro,

1978, p.VIII); por outro, «mesmo que forme uma concepção integral da sociedade, a sua visão tenderá a ser mais distorcida por empenhamentos emotivos do que a de um forasteiro» (id., ibid). Em suma o antropólogo autóctone enfrentaria uma acrescida e eventualmente insuperável dificuldade para apreender e interpretar, na totalidade, a sociedade observada, estando igualmente menos apto a fazê-lo sem que essa concepção integral da sociedade fosse significativamente afectada pelo seu envolvimento emotivo com o objecto de estudo (Granjo, 2004:302 e 303)».

Como pesquisador na área de anticorrupção, com maior enfoque para as questões relacionadas com conflitos de interesses, tráfico de influências e *procurement* público, diariamente sou confrontado com evidências que demonstram como a elite política e empresarial usa o Estado como instrumento para viabilização da acumulação de capital.

Ao colocar este grupo privilegiado de indivíduos como objecto de estudo desta pesquisa e de modo a compreender as dinâmicas inerentes a eles na sua íntegra, foi necessário abandonar parte considerável dos preconceitos e o envolvimento emotivo acumulado ao longo dos tempos, enquanto pesquisador de uma organização que tem como objectivo contribuir para uma maior transparência, integridade e probidade na gestão pública.

«Por outras palavras, é em grande medida pressuposto que a possibilidade de compreensão do objecto passa por um processo traumático sofrido pelo próprio antropólogo em que, após ser desenraizado de tudo o que lhe é familiar e ser abruptamente confrontado com uma nova forma de vida e com a incompreensão do que o rodeia, íntegra em si as lógicas que observa e, ao tentar fazê-las suas, acede às estruturas sociais e sistemas de sentidos com que se confronta, num misto de *nirvana* e de trabalho intelectual árduo (Granjo, 2004:302)».

Apesar da ironia presente nas palavras do autor, neste caso, foi realmente necessário passar por um processo traumático, o que demonstra que apesar dos receios inerentes ao facto de estarmos em presença de uma pesquisa antropológica realizada à porta de casa, existe uma distância de alteridade entre o pesquisador e o objecto de estudo. Essa distância deve-se essencialmente ao facto de o pesquisador não fazer parte do grupo alvo e é realçada pela minha ocupação profissional e os antagonismos e clivagens que ela provoca em relação a esse grupo.

1.4 Conceptualização

Apesar de ter havido um cuidado da nossa parte de modo a não importar conceitos que não se possam aplicar a realidade analisada, houve a necessidade de definir e operacionalizar alguns que serão apresentados ao longo do trabalho de modo a possibilitar o seu devido enquadramento. Portanto os conceitos chaves desta pesquisa são os conceitos elite, clientelismo, patron-brokerage e organizational-brokerage.

Segundo Cohen (1981), elite é uma colectividade de pessoas que ocupam posições de comando em alguma esfera importante da vida social, e que compartilham uma variedade de interesses decorrentes de semelhanças de formação, experiência, direitos públicos e modo de vida. Para promover esses interesses, eles procuram cooperar e coordenar as suas acções por meio de uma organização corporativa.

Poderíamos optar por outras definições do conceito elite, mas esta pareceu-nos muito mais útil na abordagem do nosso objecto, porque abarca diferentes dimensões de análise.

Um outro conceito que iremos definir é o de clientelismo, e ele será apresentado na perspectiva de Graziano (1976). Segundo este autor, o clientelismo foi-se alterando ao longo dos últimos tempos e na actualidade em vez de ser uma relação vertical que parte do notável para o postulante, tornou-se horizontal envolvendo todas as categorias sociais, coalizões de interesses, grupos de funcionários do sector privado e público, bem como empresas regionais. É um clientelismo de massas, organizado e eficiente, que consiste em leis, regulamentos, provisões extraordinárias, medidas de emergência e concessões já não ao indivíduo, mas a grupos favorecidos. O autor considera que hoje o clientelismo é uma relação entre grupos largos e o poder público o que, para além de corresponder àquilo que é observável na realidade moçambicana, apresenta um curioso paralelo com alguns particularismos culturais locais, como por exemplo os princípios de controlo da vida familiar e laços matrimoniais.

Ainda na esfera da discussão do conceito clientelismo, Eisenstadt e Roniger (1984:230) apresentam os conceitos “Patron-brokerage” e “Organizational brokerage”. Estes conceitos acabam produzindo alguma complementariedade ao conceito clientelismo acima definido, na medida em que procuram compreender as diversas redes que se

estabelecem de modo a responder aos mais diversos interesses e à volatilidade destas mesmas redes, consoante os interesses em jogo e as posições ocupadas pelos diversos intervenientes em jogo.

Segundo os autores, “Patron-brokerage” é caracterizado por uma estrutura de redes dispersas, formalmente não relacionadas uma à outra, excepto por meio das actividades dos patronos. As redes permanecem dispersas, apesar de serem relacionadas à mesma estrutura, tais como as burocracias, os partidos políticos ou sindicatos”.

No caso da “Organizational-brokerage”, esta é caracterizada pela procura de um apoio das massas como uma fonte de legitimidade, seja em condições de sufrágios eleitorais e competição política duradoura ou sob sistemas políticos autoritários, tornando necessário aos actores políticos para obterem votos ou para mobilizarem as massas de alguma forma.

Quase todos estes potenciais patronos mantêm o controlo da administração pública ou de cargos políticos ou administrativo-burocráticos, e eles tendem a envolver-se numa actividade redistributiva de forma a assegurar um amplo apoio através da concessão de favores ou através da promessa de ajuda oferecida pelas lideranças partidárias. Os autores afirmam que a eficácia deste tipo de *brokerage* depende, é claro, do acesso dos *brokers* aos órgãos do Estado e dos canais de entrega dos recursos, como também da sua forma particular de os usar, de modo a reunir apoios políticos.

1.5 Estruturação do Trabalho

O primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização sobre a economia política de Moçambique desde o período colonial até ascensão ao poder do quarto presidente da história de Moçambique Filipe Jacinto Nyusi. Ainda nesta parte introdutória é apresentada de forma sucinta o problema principal que a pesquisa pretende abordar, os objectivos da pesquisa, as hipóteses, a justificação e os conceitos chaves.

O segundo capítulo apresenta parte do vasto debate teórico existente sobre as temáticas abordadas nesta pesquisa, procurando não descurar as análises dos diversos autores com o contexto em que a pesquisa foi realizada.

O terceiro faz uma descrição da génese e aos mecanismos de reprodução da elite política e económica de Moçambique. Estas temáticas são aprofundadas na quarta parte que dedica-se analisar as dinâmicas do processo de acumulação em Moçambique.

Por sua vez o quinto capítulo da ênfase é dada a análise das estratégias de sobrevivência e reprodução da elite política e empresarial moçambicana. No sexto capítulo procura-se demonstrar como o escândalo das dívidas ocultas abalou essas estratégias e expos parte considerável dos conflitos no seio das elites. No sétimo e último capítulo são apresentadas as conclusões.

Capítulo II

Revisão Bibliográfica

Existe uma vasta literatura que aborda a relação entre o poder político e a esfera económica, centrando-se na influência que o primeiro exerce sobre o segundo, num contexto de acumulação primitiva de capital. De seguida iremos apresentar algumas teorias que fornecem ferramentas úteis para captar a realidade moçambicana no que diz respeito a relação que se estabelece entre o poder político e económico de modo a garantir os direitos de propriedade e contratuais de um grupo privilegiado.

Jean Francois Médard (1998), debruçando-se também sobre o neopatrimonialismo, considera a corrupção e o clientelismo como fenómenos universais que em África ganham outros contornos devido essencialmente a dois factores. Um é a tentativa africana de domesticar o Estado importado, adaptando-o às condições africanas; o outro é o fracasso da institucionalização. Neste sentido, Médard prefere chamar o Estado africano de neopatrimonialista.

Para Médard, em África a história do desenvolvimento do Estado foi diferente do caminho que a Europa seguiu: enquanto na Europa a institucionalização do Estado transitou das regras patrimonialistas para um modelo de autoridade legal-racional, em África testemunhou-se uma importação do Ocidente das estruturas burocráticas que foram patrimonializadas pelos seus agentes.

O autor argumenta ainda que a corrupção em África está muito associada ao neopatrimonialismo e ao clientelismo e que a base para a prevalência do fenómeno tem a ver com a falta de distinção entre o público e o privado. O argumento neopatrimonialista largamente difundido por este autor define os Estados africanos como tendo uma lógica de poder baseada na personalização, relações informais entre o patrão e os seus clientes, sendo que o patrão não é sujeito a prestação de contas, é corrupto e trata a esfera pública como um feudo privado, atribuindo benefícios aos clientes para se manter no poder. Por outro lado temos os Estados modernos que seguem uma lógica Weberiana baseada na impersonalidade, formalismo, prestação de contas e não corruptos.

Para Médard o problema de África é a falta de prestação de contas que impeça os líderes de tratar a esfera pública como se fosse o seu feudo privado.

Walle (2001) apresenta um conjunto de características que, na sua opinião, identificam os estados como sendo ou não patrimoniais. Para além deste exercício de identificação das características, o autor apresenta factores que podem ter contribuído para a consolidação do neopatrimonialismo nestes estados.

O autor destaca o facto de uma parte considerável dos regimes que saíram das lutas de libertação pelas independências em África não gozarem de grande dose de legitimidade¹ nos seus respectivos países, não podendo contar com uma significativa tradição constitucional e uma sociedade civil forte. Outro aspecto focado pelo autor é o facto de as elites políticas que assumiram o poder após a saída das ex-potências coloniais terem herdado estados com falta de capacidade para garantir desenvolvimento e políticas de estabilidade, para além de os recursos económicos ao seu dispor serem escassos ou difíceis de controlar.

Adicionado a estes factores, estes estados possuem delimitações fronteiriças marcadas de forma arbitrária obedecendo aos desejos e objectivos coloniais, para além de que os efeitos da modernização aumentam as clivagens étnicas que irão aumentar a pressão sobre estes novos estados. Portanto, o nacionalismo emergente que se fez sentir nos estágios iniciais das lutas de libertação não será suficiente para sustentar estes governos no poder, principalmente pelo facto de estes não terem como responder às crescentes expectativas dos cidadãos em relação à melhoria do seu nível de vida.

Este autor considera que, de modo a se estabelecerem e se manterem no poder, as novas elites tiveram que usar os recursos e os instrumentos ao seu dispor. Perante os constrangimentos existentes, o estilo de governação que surgiu foi uma combinação entre o legado autoritário da administração colonial e tradição rural do patrimonialismo.

Ainda segundo Walle (2001), os regimes neopatrimonialista africanos apresentam quatro características previsíveis que acabam sendo as características que na sua opinião definem este tipo de estados, que são:

¹ Sobre a legitimidade, importa frisar que esta pode obedecer diversas dimensões, não se cingindo apenas na legitimidade democrática ou tradicional. Provavelmente, o autor não terá tomado em consideração estas outras dimensões.

Clientelismo que é usado de modo a ganhar e manter o apoio político e manter a estabilidade política. O clientelismo também é atractivo para as classes políticas de modo a enriquecerem, razão pela qual eles criam mecanismos para o enriquecimento pessoal.

O acesso aos recursos do Estado, que visa essencialmente manter as práticas clientelares, uma vez que é do acesso privilegiado a eles que se elabora a distribuição dos recursos. Muitas vezes, este acesso acaba criando situações em que a fronteira entre o público e o privado desaparece, abrindo espaço para o enriquecimento através do desvio de fundos públicos, emergindo depois estes mesmo líderes políticos como a nova classe empresarial.

A centralização do poder na figura do presidente da república.

Por fim o facto de estes estados serem regimes híbridos, onde as instituições informais coexistem com as formais típicas dos estados burocráticos modernos.

O autor considera ainda que, passadas quatro décadas após o início das independências e biliões de dólares em projectos para a criação de capacidade institucional dos estados, a falta de capacidade destes não pode ser vista como um infortúnio ou produto do subdesenvolvimento. Em vez disso, deve perceber-se esta fragilidade como consequência de políticas formais e práticas informais dos governos, para quem o desenvolvimento da máquina administrativa do Estado não é a maior prioridade. Portanto, teoricamente os líderes irão ter preferência por elevada capacidade do Estado, mas na prática poucos investimentos serão feitos nesse sentido.

E, apesar da linguagem tecnocrática que gira em torno da institucionalização da assistência ao desenvolvimento, a ajuda muitas vezes encoraja as tendências neopatrimonialista e acaba minando as tentativas de criação de um sistema legal-racional de administração pública.

Para Macamo (2006), um dos problemas dos estados africanos reside na falta de soberania interna. Ele frisa como sua primeira hipótese: *a fragilidade da soberania interna está por detrás da incapacidade de pensar a ordem política para além de interesses imediatos*. Sendo assim, o autor tenta mostrar que perante este cenário as elites políticas, reconhecendo a fragilidade da soberania interna, olham para a manutenção da soberania externa como garantia contra a instabilidade interna. Deste

modo, as influências externas podem ser tidas como formas de os poderes estatais africanos se manterem no poder, apresentado dois exemplos para tentar corroborar a sua hipótese: o alinhamento no tempo da guerra fria e a gestão do auxílio ao desenvolvimento na actualidade.

Para o autor, esta situação cria um constrangimento às elites políticas africanas, no sentido em que elas precisam dos fluxos decorrentes da ajuda para sedimentar o seu poder a nível interno. E a capacidade de atrair e redistribuir esses fundos é que legitima a manutenção destas no poder.

Macamo (2006) propõe como sua segunda hipótese, a *instrumentalização da soberania externa se alimenta duma visão patrimonialistas do estado*. Com esta afirmação, propõe-nos a ideia de que o estado é propriedade privada dos detentores do poder, e que o bem-estar da sociedade depende da acção e discricionariedade destes no exercício desse poder. Deste modo, a distribuição interna do poder e a lógica do seu exercício não obedecem, até certo ponto, à funcionalidade do aparelho de estado. Elas baseiam-se nas relações clientelares que se constituem como principal vínculo político.

Deste modo, segundo o autor, o critério popular não se resume à eficiência ou integridade, mas sim aos contactos que o representante político tem na “nação²” da mesma maneira que à “nação” interessam apenas aqueles representantes que não coloquem em perigo o vínculo clientelista.

Este autor destaca duas características essenciais da prática do Estado em África. A primeira reside na ideia que *o poder do Estado consiste numa prerrogativa da classe política*. A segunda prende-se à *crença da classe política numa suposta eleição quase divina para trazer a felicidade ao povo*. Assim sendo, a sua visão patrimonialista do Estado consiste na ideia de que o poder do Estado só é legítimo se concentrado a nível central e se tiver como objectivo trazer um bem-estar definido pelos detentores do poder. Quando refere a história de Moçambique, são apresentados três tipos de estado patrimonial, nomeadamente o patrimonial-predador, patrimonial-absolutista e patrimonial-burocrático.

² O termo “nação” deve ser compreendido como os diversos centros de decisão estabelecidos em Maputo, a cidade capital onde se encontra o poder do estado, do partido no poder, das agências financiadoras internacionais e dos diferentes interesses económicos.

Jason Sumich (2008a) questiona a pertinência da perspectiva neopatrimonialista, principalmente a abordagem apresentada por Chabal e Daloz (1999) que defendem que não existe uma consciência de classe em África. Para Sumich esse argumento é falacioso, analisando a realidade moçambicana, ele apresenta dois argumentos que contrapõe o enunciado dos autores acima citados, Sumich considera que existe uma consciência de classe e de elite dominante em Moçambique, onde a elite da Frelimo constitui a classe dominante, baseada no seu poder político, actuando deste modo para defender os seus interesses.

Sumich questiona a assumpção de Chabal e Daloz, quando afirmam que as elites que desenvolvem ambições hegemónicas e tentativas de estabelecerem uma clara separação do resto da sociedade rapidamente perdem a legitimidade e conseqüentemente são derrubadas. Sumich defende que é exactamente isto que está a acontecer em Moçambique, mas que este facto não implicou a perda de legitimidade nem de poder por parte da Frelimo.

O autor sugere que o percurso histórico do país se apresenta como um factor determinante para compreender estas dinâmicas, uma vez que após a independência a Frelimo teve que socorrer-se dos poucos moçambicanos assimilados, que tinham alguma instrução, para ocupar os diversos postos de trabalho na função pública e em outros sectores de actividade abandonados pelos portugueses. Deste modo assistiu-se a uma gradual aliança entre este grupo de moçambicanos e a Frelimo.

«Rather, it was a mutually empowering relationship between political elite and the southern, urban middle class, as state power was harnessed to an attempt to create a society based on ideological vision that had grown from specific social experiences. There was an embryonic class system based primarily on access to the state power, as Frelimo rewarded those who shared the party's modernist socialist vision, while trying forcibly to transform who did not (Sumich, 2008a:5)».

Portanto na opinião do autor diferentemente das teses neopatrimonialistas defendidas por Chabal e Daloz, o poder em Moçambique não se encontra baseado num único indivíduo, cuja saída de cena iria provocar uma generalizada disrupção nas redes clientelares, lançando a desordem. No contexto moçambicano, semelhante centralização possibilitou a um grupo largo e coeso a sobrevivência a sucessão de quatro presidentes e acima de tudo manterem o seu poder. Na verdade, o poder destes é suportado por uma

densa rede social que une os indivíduos, ainda que essas ligações sejam em muitos aspectos exclusivas e únicas.

Sumich considera que a maioria da base de apoio do partido no poder se sente excluída do processo de redistribuição da riqueza, mas isso não afecta o seu apoio à Frelimo, contrariando deste modo um dos pressupostos defendidos por Chabal e Daloz, quando afirmam que a acumulação de riqueza por parte do “Big Man” é benéfica para a sua comunidade, uma vez que este terá que redistribuí-la através das suas redes sociais verticais.

Perante este cenário, o autor levanta uma questão que, na sua opinião, as teses neopatrimonialista defendidas por Chabal e Daloz não identificam. Como pode uma elite manter a legitimidade no meio de grupos sociais que não se sentem beneficiados por ela?

Sumich concorda com Chabal e Daloz quando estes dizem que as elites africanas usam a comunidade internacional para se manterem no poder, mas afirma que no contexto moçambicano aparentemente os fundos internacionais não são extorquidos para financiar as redes clientelares. Em vez disso, garantindo a legitimidade e os fundos da comunidade internacional, a elite no poder obtém espaço de manobra na sua relação com os seus cidadãos, consolidando a diferença de classes entre a elite e a classe média.

Apesar de concordarmos com parte do argumento apresentado por Sumich (2008a), não estamos de acordo quando este autor afirma que no contexto moçambicano aparentemente os fundos internacionais não são extorquidos para financiar as redes clientelares. Na medida em que vários são os exemplos em Moçambique do aproveitamento das elites políticas dos fluxos provenientes da ajuda ao desenvolvimento, mais concretamente através do apoio directo ao orçamento, para a sua acumulação de capital.

Parte do desencanto dos principais parceiros de cooperação em Moçambique em relação a continuação do apoio ao orçamento do Estado, deve-se principalmente a percepção de que os fundos alocados ao Orçamento estavam a ser usados para outros fins que não os previamente acordados entre as partes. Do total de dezanove (19) parceiros de cooperação no início do apoio directo ao orçamento, actualmente só restam catorze (14).

Caciagli e Belloni (1981) cujo argumento teórico tem como base as teorias sobre as redes clientelares, consideram que as formas tradicionais de clientelismo, tal como eles tem vindo a observar, eram muito assimétricas, ricas em lealdade e deferência, e com tendência a estabelecer uma ligação para a vida com o cliente. Este padrão de relações clientelares tem vindo a mudar estando por conseguinte a ser substituído por novas formas, segundo os autores estas novas formas são caracterizadas pela contínua renegociação dos termos de troca, que muitas vezes conduzem a bem sucedidas tentativas por parte dos clientes de aumentarem o preço da fidelidade.

Assim, do ponto de vista dos patrões, a actual situação é aquela em que é fundamental garantir o maior número de votos possíveis, em troca do mínimo dispêndio de recursos; para os clientes, por sua vez, é necessário saber como vender a sua “fidelidade” da melhor forma possível. Em outras palavras, o patrão tem como objectivo assegurar de forma duradoura a dependência dos seus clientes, enquanto os clientes, em contraposição, procuram evitar qualquer vínculo permanente ao patrão, de forma a ser capaz de periodicamente jogar o jogo consoante os seus interesses.

A análise apresentada pelos autores acima citados aparece nas constatações de Sumich quando ele fala das várias alianças momentâneas que se estabelecem segundo os interesses dentro do partido no poder em Moçambique.

Os autores consideram portanto que os termos do contrato entre patrões e clientes nesta nova forma de clientelismo deixa implícito que a barganha entre os dois lados sempre esta presente: sendo portanto objecto de negociação e renegociação. Portanto os novos clientes, além de tudo, adquiriram a capacidade de avaliar os benefícios oferecidos ou que irão receber dos patrões, e se não existe um padrão objectivo do que deveria ser recebido em troca dos apoios prestados, é quase certo que eles possam levar a cabo comparações de modo a perceber o que os outros patrões estariam disponíveis a oferece-los e o que iriam pedir em troca.

Neste cenário os autores consideram que o principal problema dos novos patrões é encontrar fundos para fazer face a crescente demanda dos clientes. Segundo os autores, devido a origem social dos novos patrões, eles não possuem recursos privados com os quais possam levar a cabo o processo de redistribuição clientelista. Os recursos dos novos patrões devem ser, portanto, todos públicos, e de facto tem havido um aumento notável nos gastos das agências públicas.

O argumento acima apresentado pelos autores é importante de modo a perceber a lógica por detrás do elevado nível de endividamento público de Moçambique, registrado principalmente durante o segundo mandato de Armando Guebuza no cargo de Presidente da República, e vai de encontro aos pressupostos apresentados por Weimar, Macuane e Buur (2012) quando questionam se recentemente, a questão que se coloca é se o *political settlement* em Moçambique se tornou numa coligação competitiva clientelista do partido dominante com facções elitistas em competição lutando pelo controlo do poder no seio do partido Frelimo, ao invés de uma luta entre partidos.

Eisenstadt e Roniger (1984) na sua obra intitulada “Patrons, clients and friends” analisam algumas formas de relações interpessoais tais como o ritual do parentesco, as relações patrão- cliente e a amizade, e as condições sociais em que estas relações se desenvolvem. Na sua análise os autores procuram olhar para os mecanismos de mudança social, examinando o seu impacto sobre as estruturas sociais existentes e avaliando o significado das variações que possam vir a ocorrer.

Os autores acima citados afirmam que os primeiros estudos que foram desenvolvidos sobre a problemática da relação *Patrão-Cliente* assumiam acima de tudo, o subdesenvolvimento económico e político ou o baixo nível de modernização política, como elementos que contribuíam para o envolvimento e permanência deste tipo de relações. Mas com o avanço das pesquisas nesta área, foi se tornando cada vez mais claro, que a explicação deste fenómeno não passava somente pela presença dos factores acima mencionados.

Estes autores, aprofundam a sua análise, mostrando que os factores acima apresentados encontram-se presentes em muitas sociedades que apresentam níveis de desenvolvimento económico e político consideráveis, tais como alguns países da Europa Mediterrânica, América Latina e Sudoeste Asiático – no qual este tipo de relações clientelares constituem parte da forma como se encontram estruturados os arranjos ou relações institucionais, e apesar de profundas mudanças económicas e da organização política e mesmo ao nível das formas de organização interna das sociedades, estas relações clientelares mantêm-se.

«For instance, the major institutional frameworks of Brazil or the Andean countries in Latin America, Thailand and the Philippines in southeast Asia, and southern Italy, western Sicily, Spain, Turkey and Lebanon in the Mediterranean basin growing

incorporation of local settings within the sphere of influence of national and supranational market economies and of central political isolate other social features in order to explain the development, maintenance and persistence of the clientelistic mode of structuring generalized exchange (Eisenstadt, e Roniger, 1984: 204)».

Deste modo, os autores focalizam alguns aspectos considerados por eles fulcrais para se compreender a manutenção das relações clientelares nas sociedades acima mencionadas pese embora, tenham ocorrido alterações profundas no nível de desenvolvimento político, social e económico. Um dos traços frequentemente visível nestas sociedades segundo os autores, esta relacionada com certa fraqueza interna, como é evidente no grau relativamente baixo de solidariedade interna e simbólica, e por vezes no baixo grau de organização, autonomia, principalmente dos grupos inferiores ou vulneráveis da sociedade.

Sublinhando que estes grupos periféricos nestas sociedades revelam uma relativa falta de habilidade para influenciar o centro no que diz respeito ao processo de desenho de políticas e alocação de recursos, ou no processo de construção dos símbolos do centro de decisão.

Continuando, os autores consideram que essas sociedades também foram caracterizadas pela prevalência de expressões idiomáticas ou imagens simbólicas no seu seio, sendo que as suas crenças religiosas locais, atribuem uma forte ênfase ao papel dos mediadores, e várias concepções de honra têm sido apontadas como mais claramente relacionados com as relações patrão-clientes.

Prosseguindo, Eisenstadt e Roniger (1984) consideram que para compreender toda a importância dessas expressões culturais específicas e seus laços com a relação patrão-clientes, é importante perceber que eles estão relacionados com as concepções básicas da ordem cósmica e social que prevalecem nessas sociedades.

Intimamente relacionado com as características anteriores os autores consideram que neste tipo de sociedades, pode-se identificar uma certa estrutura onde estão presentes grandes elites e coligações que tendem a se desenvolver, e a persistir nas sociedades, apesar do impacto dos processos de desenvolvimento e concomitantes mudanças organizacionais.

Elites autónomas tendem a desenvolver-se aqui tanto na política como nas esferas funcionais (profissional) e cultural. Muitas destas elites estão inclinadas a tornarem-se simbólicas, apesar de algumas delas se encontrarem fortemente enraizadas nos mais amplos grupos profissionais, possuindo por conseguinte, pouca autonomia, autodefinição e orientação, mesmo no caso em que elas são bastante especializadas como no caso dos professores ou detentores de cargos administrativos, como é o caso nas sociedades modernas.

Os autores prosseguem dizendo que a maioria destas sociedades é principalmente caracterizada por uma extensa economia extractiva, (ou seja ao invés de desenvolvimento assiste-se a pilhagem).

São economias com baixos níveis de especialização interna entre as diferentes unidades económicas que actuam no mercado interno e conseqüentemente apresentam fraca propensão para o desenvolvimento ou incorporação de novas tecnológicas orientadas no sentido de transformar as bases da estrutura produtiva. Neste cenário o comércio é orientado para o exterior, sendo principalmente regulado pelos governantes ou por grupos externos, raramente indo ao encontro aos relativamente estreitos mercados internos, e apenas indirectamente aumentando os fluxos de recursos internos.

A estrutura social destas sociedades “clientelistas” segundo os autores, é caracterizada pela relativo baixo nível de confiança entre a maior parte dos grupos que a compõem, e este baixo nível de confiança, acaba reforçando os incentivos para os indivíduos investirem nas relações baseadas na honra interpessoal o que é central para as relações patrão-clientes. Este baixo nível de confiança se encontra intimamente relacionado a falta de critérios claros e transparentes que regulem as diferentes instituições.

A abordagem de Hanlon e Mosse (2009) apresenta alguns aspectos que vão de encontro com as abordagens sobre o clientelismo. Estes autores, no seu artigo intitulado “Is Mozambique`s Elite Moving From Corruption to Development?”, elaboram uma análise do cenário político e económico do país, levantando esta questão sugerindo a possibilidade de se estar perante uma nova abordagem por parte das elites políticas moçambicanas.

Os autores consideram que, em resposta a mais de cinco décadas de alterações rápidas aliadas às pressões internacionais, a elite conseguiu manter-se unida. Este facto criou

condições específicas que de certa forma moldaram a elite moçambicana e as suas estratégias de desenvolvimento. Na opinião destes autores, três factores influenciaram a história recente do país.

O primeiro prende-se com o facto de a Frelimo, um simples movimento de libertação, se ter mantido unido e se ter tornado actualmente o partido político predominante, tendo ganho todas as eleições realizadas até ao momento. Um aspecto singular ainda é o facto deste partido ao contrário da maioria dos movimentos de libertação africanos, nunca se ter tornado personalizado, havendo processos de transição política relativamente calmos. Ocorrem com frequência casos de conflitos pessoais ou políticos entre os seus membros, mas mesmo assim não há registo de elevados índices de deserções ou expulsões.

«(...) algumas das actuais facções dentro da hierarquia da Frelimo resultam dessas diferenças, ainda que tendam geralmente a emergir em torno de tópicos como o papel da economia de mercado, a democratização e outras grandes questões. Embora muitos membros da elite tenham sérias divergências de opinião e, em privado, possam manifestar verdadeira animosidade uns pelos outros, há que não exagerar a importância destas clivagens. Para a liderança baseada em Maputo, pelo menos até ao momento, essas diferenças tendem a ser limitadas por um conjunto mais alargado de interesses comuns. É frequente a pertença simultânea a diversas facções, com pessoas a juntarem-se a uma ou outra em função do assunto em causa (Sumich, 2008b:323)».

Continuando, os autores frisam ainda que todos os líderes partidários até ao momento são provenientes do grupo de combatentes da luta armada de libertação de Moçambique, realçando ainda que ambos presidentes são também líderes de importantes grupos empresariais. Portanto a nova elite do Moçambique independente tem as suas origens na luta de libertação nacional, enquanto o seu contínuo controlo permite a direcção dos recursos, contratos e licenças do Estado.

O segundo aspecto referenciado neste artigo prende-se com o facto de Moçambique ser um estado pobre, pequeno e periférico. Embora seja um importante exportador de energia e tenha alguns recursos minerais estratégicos, o país não possui reservas petrolíferas como Angola ou a Nigéria, o que de certa forma reduz substancialmente os fluxos financeiros que passam pelo país – o que em outras palavras faz com que haja pouco dinheiro disponível para que se dissemine a grande corrupção.

Por fim, registre-se o facto de a história recente de Moçambique, de uma forma pouco usual, ser delineada por forças externas, incluindo a guerra-fria, a indústria da ajuda e o neoliberalismo.

O argumento central do artigo é de que após um período em que os doadores foram de certa forma complacentes com a corrupção, crescente rent-seeking e políticas baseadas no consenso de Washington que falharam, a elite mudou a sua posição no sentido de passar a usar o estado para promover a criação de grupos empresariais que podem ser suficientemente largos e dinâmicos de modo a perseguirem um modelo desenvolvimentista similar aos modelos dos tigres asiáticos, ou ao desenvolvimento industrial na América latina ou ainda ao Volkskapitalisme dos tempos do apartheid na África do Sul.

Analisando os argumentos apresentados, é preciso não descurar o facto de os autores estarem a levantar algumas hipóteses relativamente as alterações que estão a ocorrer dentro do tecido político e económico de Moçambique, e o lançamento destas hipóteses é justificado pelo facto de estarmos em presença da fase embrionária desta presumível mudança por parte das elites moçambicanas.

«We argue here that there may be a shift to creating what appear to be well run businesses, using state access to gain contracts and licenses, but increasingly actually carrying out the work and doing it well (Hanlon e Mosse, 2009:6)».

Eles consideram ainda que esta mudança de improdutivo para produtivo rent-seeking começa a parecer-se a modelos que tiveram sucesso em alguns países desenvolvidos tais como o Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura. Nestes, a promoção da industrialização ocorreu tipicamente através da combinação de subsídios e protecção, o que permitiu a empresas e grupos empresariais locais privilegiados crescerem até serem consideradas competitivos.

Hanlon e Mosse (2009) frisam ainda que na Ásia oriental, empresas privadas foram seleccionadas baseando-se na sua performance, sendo depois apoiados e feitas crescer através dos apoios do Estado. Este tipo de apoios era combinado com políticas que forçavam as firmas locais a se tornarem mais eficientes, inovativas e competitivas e aquelas que fossem ineficientes e que simplesmente mostrassem que vivem na base da protecção do estado, essas eram penalizadas.

O artigo recorre às análises teóricas apresentadas por Raphie Kaplinsky e Hang-Joo Chang, que apontam o problema das políticas globais que exercem pressão contra políticas industriais desenhadas para promoção deste tipo de desenvolvimento, impedindo os governos de providenciarem um série de incentivos e outras formas de apoios que possam facilitar o crescimento industrial em novas áreas.

Deste modo, este tipo de políticas que outrora promoveram a industrialização em determinados países desenvolvidos através do acesso preferencial aos concursos públicos de prestação de serviços ao Estado, subsídios e interacção directa com os formuladores de políticas governamentais são agora práticas impróprias e corruptas.

Após as considerações teóricas, Hanlon e Mosse consideram que estas levam a duas descrições antagónicas sobre as firmas e grupos empresariais moçambicanos que emergiram e se desenvolveram a volta do anterior e do novo presidente da república, Joaquim Chissano e Armando Guebuza respectivamente.

A imagem mais comum reproduzida pelos doadores e pelas agências financiadoras é aquela que vê as elites corruptas que usam do seu acesso privilegiado aos recursos do estado para adquirem ganhos pessoais, bloqueando o acesso as firmas internacionais que se mostram mais eficientes e extraíndo rendas dos altos preços praticados pelos serviços e bens que estas providenciam.

Os autores preferem enfatizar outra imagem, onde dadas as circunstâncias históricas e o contexto social, seria lógico, na opinião destes, que as empresas que apresentem performances acima da média se pudessem desenvolver em volta da influência de pessoas poderosas, tal como o actual e anterior presidente da república. A alteração das regras e atitudes internacionais, que agora são vistas com algum preconceito contra o capital local favorecendo as grandes corporações transnacionais, significa que os métodos usados no passado para alavancar as empresas na Asia, América Latina e na Africa do Sul não mais são aceitáveis.

Na opinião destes autores, o que é tido ou tratado como corrupção e fraca governação na actualidade é, de facto, uma forma sensível e retardada de estratégia de desenvolvimento, portanto estas elites somente estão a fazer o que outros estados desenvolvidos mostraram ser necessário para construir algumas companhias regionais e globais competitivas.

«Insitec has clearly benefitted from some less than transparent decisions by the government, for example over the Mpanda Nkuwa dam and power line. Similarly without tender, Insitec was given three key sites in central Maputo, including a Ministry of Labour car park, for buildings it plans to construct. The independent weekly Savana reported that Correia and Insitec had come under pressure to give some Frelimo “goats” an interest in the company; Correia replied that he did not need that kind of “political muscle”. But he added that “big business is normally aligned with the grand national political strategies of the country.” This happened in the past in the now developed countries and must happen in Mozambique, where the private sector is very young, he said (Hanlon e Mosse, 2009:9)».

O parágrafo acima apresenta alguns dos privilégios auferidos por um dos grupos empresariais próximos da figura do actual Presidente da República. Em jeito de conclusão os autores lançam as seguintes questões: O desenvolvimento de companhias em que o Presidente tem interesses ou exerce directamente influência deveria ser mais abertamente encorajado como forma de criar empresas e grupos empresariais dinâmicos e eficazes o suficiente para serem competitivos e desenvolvimentistas?

Poderão estas companhias com ligações aos presidentes, através do seu acesso privilegiado ao Estado, potencialmente crescerem de modo a tornarem-se massa crítica e desempenharem um papel crucial no desenvolvimento de Moçambique e da região austral de África, tal como sucedeu no passado com empresas que tiveram este tipo de privilégios nos tigres asiáticos, na América latina ou na África do Sul?

O argumento apresentado pelos autores abre espaço para alguns questionamentos na medida em que este tipo de privilégios acaba excluindo aqueles que não possuem este tipo de ligações privilegiadas com o poder político, pese embora os actores no seu artigo façam menção a este aspecto.

«A concern for Mozambique is the importance of personal links with the President Guebuza, and good people have been politically and economically marginalised because they fell out with Guebuza. The intense competition between Guebuza and Chissano is personal, political and economic, and a number of Chissano allies have been marginalized. Also in order to give the bank BCI to Celso Correia, Guebuza had to push former finance minister Magid Osman and his Mozambican company SCI out of the

bank; Osman resisted and the chance to build collaborative links was lost. Interestingly, however, the marginalized people do not leave FRELIMO (Idem)».

Mas a exclusão não só contempla os membros do partido no poder que não sejam aliados do presidente em exercício, como também os nacionais que não tenham qualquer ligação partidária mas que possuem potencial e competência para o mundo dos negócios.

Hellman et al. (2000) analisam os diferentes tipos de interações que se estabelecem entre o estado e as firmas em países em transição de uma economia centralizada para o liberalismo económico, os autores concentram a sua análise na tentativa de perceber como as firmas exercem influência sobre os estados de modo a ganharem vantagens. Para tal eles definem três formas distintas de actuação das empresas/firmas em relação ao estado que são: *state capture* ou captura do estado, influência e a corrupção administrativa.

Para cada forma de actuação das firmas, definem o perfil das empresas que as usam, é assim que, para o caso da captura do estado, os autores apresentam as empresas recentemente privatizadas como as que mais incorrem neste tipo de práticas, como forma de ganharem espaço no mercado. As firmas que praticam a influência são as firmas estatais/públicas que devido aos laços que possuem com estado desde o período do socialismo, fazem o uso destas redes para ganharem vantagens no mercado. Por fim, na corrupção administrativa figuram as pequenas empresas que, devido aos seus poucos recursos, optam pelo pagamento de subornos aos funcionários públicos.

Definindo o perfil das firmas captoras, os autores consideram que estas tendem por vezes a incorrer na prática de corrupção administrativa mas nunca conseguem praticar a influência na sua relação com o estado, pese embora algumas destas sejam apontadas como sendo firmas que são detidas por ex-funcionários governamentais que as adquiriram durante o processo de privatizações.

Pegando no modelo dos autores para a sua aplicação ao caso moçambicano, contudo, é necessário incluir a variável conflito de interesses, uma vez que muitos se deparam - usando as palavras de Rose-Ackerman³ - com o problema das lealdades divididas. Muitos dos políticos no activo possuem interesses empresariais em firmas que prestam

³ Rose-Ackerman, 1999, p. 111

serviços ao estado e por vezes, o mais caricato, há instituições públicas onde eles possuem poder de decisão.

O modelo de Hellman et al (2000) é desenvolvido na assumpção de os proprietários das firmas privatizadas serem ex-funcionários públicos ou políticos que renunciaram aos seus cargos a favor do sector empresarial, o que não é, portanto, o caso em Moçambique.

Em Moçambique uma parte considerável dos titulares de cargos públicos, mais concretamente os membros do governo, parlamentares e funcionários do poder judicial possuem interesses empresariais. Diferentemente do modelo de Hellman et al., onde a influência é exercida por empresas estatais/públicas, no caso de Moçambique a influência política de modo a garantir direitos de propriedade e contratuais é exercido por empresas detidas ou participadas pela elite política.

Este tipo de empresas, tal como no modelo dos autores, não incorre em pagamentos usando somente da sua influência para ganhar os concursos públicos lançados pelo Estado, provocando por conseguinte graves distorções nos mercados uma vez que as suas propostas nem sempre são as melhores e mais competitivas.

North et al. (2009) apresentam um quadro conceptual que também permite captar a importância a que se reveste a influência política na esfera económica, política e social em países como Moçambique, ao discutirem os conceitos *Natural States e Open Access Society*.

No seu argumento os autores consideram que os *Natural States* são aqueles em que o poder político é usado para regular a competição económica de modo a criar oportunidades de capturar rendas em termos económicos, sendo que estas rendas possibilitam a constituição de uma ordem social, controlo da violência e estabelecimento da cooperação social. Por outro lado, as sociedades de acesso aberto “Open Access Society” regulam a concorrência económica e política de uma forma em que usa a entrada e concorrência para ordenar as relações sociais.

Os autores continuam afirmando que uma característica das sociedades de acesso aberto é a aparente independência dos sistemas económicos e políticos: Nestas sociedades as organizações económicas não precisam participar da política para manter os seus direitos, para cumprirem com os seus contratos, ou para assegurar a sua sobrevivência

perante o perigo de serem expropriadas, seus direitos de existir e competir não dependem da manutenção de privilégios.

Mercados de sociedade de acesso aberto “*Open Access Order*”, portanto, parecem mais autônomos do que os de sociedades caracterizadas pelo “*Natural States*” em que todas as principais organizações do mercado também devem servir interesses políticos.

Dentro deste quadro conceptual, Moçambique pode ser enquadrado como sendo um *natural states*. A forma como se encontra estruturado o tecido político, social e económico do país, possibilita que haja um aproveitamento por parte das elites da sua posição privilegiada de forma a garantir os seus privilégios pessoais. A elite política restringe o acesso aos direitos de propriedade para a sociedade no seu todo, porque percebe que a vulgarização destes direitos põe em risco a sua lógica de acumulação primitiva de capital.

De modo a circunscrever ou limitar o acesso de novos concorrentes, que possam prejudicar o seu processo de acumulação, a elite política moçambicana constituiu um sistema de acumulação alicerçado na sua influência política que é exercida através do partido Frelimo e sustentado por instituições altamente personalizadas e que tem o Estado no seu centro como o garante de todo o processo de acumulação.

As referências teóricas acima descritas apesar das suas limitações apresentam contributos que possibilitam a compreensão do contexto político, social e económico de Moçambique. Por conseguinte, em vez de escolhermos uma teoria que orientasse a nossa análise, optamos por não privilegiar nenhuma das teorias acima apresentadas de modo a retirar em cada uma delas os contributos que sejam mais representativos da realidade analisada.

Capítulo III

Elite Política e Económica de Moçambique Sua Gênese e Formas de Reprodução

Neste capítulo pretendemos analisar e compreender o surgimento da elite político/empresarial moçambicana, o perfil das áreas de interesse económico da mesma, os seus métodos de acumulação que passam pelas suas ligações privilegiadas com o Estado e as suas estratégias de sobrevivência e reprodução. De modo a facilitarmos a compreensão do mesmo, o capítulo na primeira parte apresenta um breve historial da economia moçambicana antes e depois da independência.

3.1. Breve historial da economia política de Moçambique no período antes e depois da independência

A localização geográfica de Moçambique pode ter desempenhado um papel fulcral para que a economia do país no período colonial fosse concebida de modo a que a estivesse voltada para a prestação de serviços. Assim, aproveitando as características geográficas que o país oferece e tendo em conta a situação económica dos seus vizinhos, principalmente a África do Sul e a ex-Rodésia do Sul, actual Zimbabwe, a administração colonial portuguesa estruturou a economia de modo a prestar serviços principalmente a estas duas potências económicas regionais.

Estes dois países constituíam uma das principais fontes de arrecadação de divisas por parte da administração colonial portuguesa. Para o caso da África do Sul, os serviços prestados baseavam-se no fornecimento de mão-de-obra para as minas, como também no uso do sistema ferro-portuário para a importação e escoamento dos produtos das regiões sem acesso ao mar. No caso da Rodésia do Sul, as divisas provinham do uso do sistema ferro-portuário que foi concebido para facilitar a importar e exportar os produtos para este país do *Hinterland*.

Nos grandes centros urbanos do país, tais como Maputo e Beira, existia uma pequena indústria local e serviços administrativos controlados por completo pelos colonos

portugueses, cuja saída abrupta após a independência provocou um enorme declínio nessas actividades e na gestão da função pública.

Grande parte da mão-de-obra nativa estava empregue no sector agrícola, tal como nos dias de hoje, podendo encontrar-se também um grupo de comerciantes de origem asiática que controlavam uma parte considerável do comércio local.

Portanto, as principais fontes de arrecadação de divisas por parte da administração colonial portuguesa tinham a sua base no sistema de pagamento diferenciado proveniente dos salários auferidos pelos mineiros moçambicanos que se encontravam a trabalhar nas minas da África do Sul, como também no uso do sistema ferro-portuário por parte da África do Sul e da Rodésia do Sul.

Após a independência de Moçambique as tensões políticas com os seus vizinhos da Rodésia do Sul e África do Sul deterioraram-se e, por conseguinte, houve repercussões ao nível das relações políticas e económicas entre os países, o que resultou numa redução drástica das divisas arrecadadas pelo Estado moçambicano. Para piorar o cenário, o país participou das sanções internacionais impostas à Rodésia o que, devido aos interesses económicos que ligavam os dois países nesse período, representou prejuízos na ordem de 250 milhões de dólares americanos em termos de exportações.

O clima de crispação com os seus vizinhos, que eram responsáveis por uma parte considerável das receitas do Estado, aliado a uma cada vez maior situação de instabilidade que culminou com o início da guerra civil que se prolongou ao longo de dezasseis anos, deixaram a economia de Moçambique numa situação calamitosa.

Em 1992 foram assinados os acordos gerais de Roma, que culminaram com o final da guerra civil entre o Governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), dando lugar a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em 1994.

A década 1990 foi marcada por uma tentativa de reactivação da economia que esteve numa situação de quase estagnação durante o período de guerra civil, sendo que as medidas para impulsioná-la começaram a ser implementadas na segunda metade dos anos 1980, com a introdução do PRE (Programa de Reajustamento Económico) que

mais tarde foi transformado em PRES (Programa de Reajustamento Económico e Social).

Estas medidas foram tomadas no sentido de dinamizar a economia, o que culminou em políticas públicas que visavam a redução do protagonismo do Estado sobre a economia, privatização das empresas estatais e a tentativa de criação de um óptimo ambiente de negócios que paulatinamente pudesse atrair o investimento directo estrangeiro de modo a dinamizar a economia.

Foi assim que gradualmente se assistiu ao surgimento de um sector privado ancorado no Estado, onde uma parte considerável dos elementos que o constitui possui ligações privilegiadas com o poder político, paralelamente à entrada de avultados investimentos internacionais ligados aos grandes projectos de capital intensivo.

A economia de Moçambique deve as elevadas taxas de crescimento que registava até há bem pouco tempo à entrada de investimento directo estrangeiro nos sectores ligados a indústria extractiva e aos serviços a ela relacionados, como também aos fluxos massivos provenientes da cooperação para o desenvolvimento - que pese embora tenham reduzido consideravelmente desde o princípio da crise financeira internacional em 2008, na globalidade ainda continuam a ser muito importantes no Orçamento do Estado.

Segundo Pitcher (2000) o sector privado moçambicano encontra-se dividido em quatro grupos segundo a importância económica e financeira, fazendo também considerações de natureza racial, étnica e nas relações com o poder. O primeiro grupo é constituído por grandes empresas com origens no século XIX, com interesses em vários sectores, geralmente associados a capitais externos e com influência sobre o poder, embora com capacidade para funcionar de forma autónoma. O segundo grupo é constituído por empresários de média e grande dimensão, que resistiram ao período «socialista» ou que regressaram após o período das reformas; são de origem estrangeira (principalmente portuguesa e asiática) e possuem boas relações com a burocracia havendo deputados entre o grupo; a influência política deste grupo localiza-se principalmente a nível provincial e local. O terceiro grupo é constituído por pessoas que transitaram da política para os negócios (permanecendo ou não na política), com grande influência junto da Frelimo; são geralmente ex-ministros, militares de alta patente, funcionários do Estado e ex-responsáveis das empresas estatais, a quem designa também como capital

comprador, para referir as apetências ao consumo (casas, carros, férias, etc.) de muitos dos membros deste grupo. O quarto é constituído por empresários de pequena dimensão, de várias raças e etnias, espalhadas por todo o país e nas diferentes áreas económicas.

O presente capítulo irá incidir a sua análise sobre o terceiro grupo de empresários apresentados na classificação de Pitcher (2000), olhando por conseguinte para o contexto em que estes emergiram, o perfil das suas áreas de interesse económico, as suas formas de sobrevivência e reprodução, como também as ligações privilegiadas com o Estado.

3.2. O surgimento de uma elite política e económica cuja sobrevivência e reprodução está baseada na relação privilegiada com o Estado em Moçambique

A discussão sobre o conceito elite em Moçambique afigura-se bastante complexa. Este facto torna difícil a identificação do período espaço temporal em que surgiu o grupo a que neste trabalho consideramos elite política e empresarial. Não obstante este facto, consideramos que existe um momento marcante no que diz respeito a constituição da elite política e este ocorre durante a luta pela independência de Moçambique.

Para uma melhor compreensão conceptual, o conceito elite no qual baseamos a nossa análise é apresentado por Cohen (1981), que define elite como sendo uma colectividade de pessoas que ocupam posições de comando em alguma esfera importante da vida social e que compartilham uma variedade de interesses decorrentes de semelhanças de formação, experiência, direitos públicos e modo de vida. Para promover esses interesses, eles procuram cooperar e coordenar as suas acções por meio de uma organização corporativa.

Segundo Opello (1975), o contacto intenso que as populações do sul de Moçambique tiveram com os grupos europeus, mais concretamente em Lourenço Marques, contribuiu para o surgimento de uma elite mestiça e de assimilados que, pese embora fosse pequena, tinha algumas vantagens devido ao acesso a educação. É esta elite do sul que vai juntar-se as elites do centro e norte de Moçambique cuja gênese era relativamente diferente, para formarem o movimento que denominaram FRELIMO. O autor realça

que os primeiros conflitos existentes dentro deste movimento foram influenciados por questões étnico-tribais, porque os membros provenientes do norte e centro do país achavam que existia hegemonia do grupo proveniente do Sul e dos mestiços.

Após a independência nacional este grupo de militantes da FRELIMO assumiu o poder executivo, legislativo e judicial, controlando por conseguinte a gestão do Estado, o que os tornou na primeira geração da elite política moçambicana. As características do regime socialista que foi adoptado no período pós-independência, aliada às enormes carências em termos de recursos humanos e materiais, não permitiu o surgimento e consolidação de outro tipo de elites.

Em 1990, Moçambique adoptou uma nova constituição da República que, de entre as várias mudanças que trouxe, também abriu espaço ao pluralismo económico e à livre iniciativa do mercado, pois até então a economia regia-se por um sistema centralizado onde o Estado, para além de controlar o sector público, detinha o controlo do sector privado. A adopção da nova constituição e a introdução do liberalismo económico conduziu a uma corrida ao processo de criação de uma burguesia local, facto que nunca ocorreu no período colonial e muito menos após a independência.

Durante o período colonial, tirando algumas excepções que se podiam encontrar nas grandes explorações agrícolas e em importantes famílias crioulas, o sector economicamente produtivo se encontrava sobre controlo dos colonos portugueses. Os poucos nativos que tiveram a possibilidade de atingir o estatuto de *assimilados* eram relegados para funções administrativas que exigiam força de trabalho com pouca especialização.

«During the 1960s it was possible to distinguish several categories within this minority. At the top were Portuguese owners of the large plantations and the various large business enterprises, top level civil servants and military officers, and successful professionals. This group, which was well-educated and almost exclusively white, considered itself an economic, political and social elite and had a sense of identification as such. Family connections were important; members felt they knew one another; and favours in employment were often given to friends and relatives. Below them were middle level civil servants, salaried white collar employees, and small farmers, who could be thought of as a “middle class”. Although they were by and large

white, many members were *mestiços* and a few were *assimilados*. Finally, the lowest level of this minority consisted almost entirely of *assimilados* who worked as skilled or semi-skilled wage earners (Opello, 1975: 69-70) ».

Este sistema de estratificação social não permitiu o surgimento e consolidação de uma burguesia negra em Moçambique, pese embora tenha surgido, principalmente nos principais centros urbanos, um grupo de assimilados e mestiços cujo contacto constante com os colonos portugueses possibilitou a aquisição de níveis de educação acima da média dos restantes nativos. «O seu número era, no entanto, escasso no conjunto da população (Granjo,2009:116)». No período pós-independência, muitos destes foram aproveitados pelo governo da Frelimo como quadros do aparelho de estado e das empresas estatais.

Após a independência, a excessiva intervenção do Estado na economia não possibilitou a emergência da iniciativa privada e por conseguinte o aparecimento de uma classe burguesa moçambicana. Os poucos indivíduos que persistiram neste tipo de iniciativas foram desencorajados, pois as mesmas eram consideradas como sendo capitalistas, valores que não eram tidos como referências por parte da classe política que controlava o Estado.

Após o terceiro congresso da Frelimo, realizado de 3 à 7 de Fevereiro de 1977, o partido-Estado decide deixar à iniciativa privada algumas áreas que até então eram intervencionadas pelo Estado, mas o facto de o país se encontrar em plena guerra civil acabou fazendo com que estas alterações políticas não surtisser os efeitos desejados.

Com o advento da constituição de 1990 e a abertura ao liberalismo económico, opera-se uma mudança profunda na sociedade moçambicana e gradualmente começam a surgir as primeiras tentativas de formação de um sector empresarial constituído por empresários nacionais. As privatizações das empresas detidas pelo Estado constituíram o “*take-off*” para tal processo, sendo que aqueles que se encontravam na gestão deste mesmo Estado se colocaram em situação privilegiada de modo a constituírem a nova classe empresarial do país.

A entrada dos anos 1990 assinala uma mudança radical no panorama político, económico e social em Moçambique. Tal como aconteceu em muitos países que

passaram por transições do sistema socialista para uma economia do mercado, houve um enfraquecimento generalizado das instituições do Estado, o que acabou criando espaços para que alguns indivíduos e famílias da elite política, através das suas influências e ligações ao poder, pudessem obter vantagens para si.

Harrison (2010) argumenta que o programa de ajustamento estrutural e de estabilização da economia legitimou o espírito consumista que havia sido fortemente condenado em nome do socialismo. Isso levou a uma situação em que todos, a todos os níveis da sociedade, tentassem saquear os recursos públicos para efeitos de acumulação de riqueza pessoal ou simplesmente para fins de sobrevivência. Como o processo de privatizações não foi transparente, o mesmo possibilitou que aqueles que tivessem boas conexões políticas beneficiassem dele.

Uma parte considerável dos membros da elite política ligada ao partido Frelimo, através do acesso a informação privilegiada, situou-se em posição vantajosa de modo adquirir as empresas estatais que estavam a ser privatizadas. Aproveitando-se de linhas de crédito que foram constituídas para esse efeito, este grupo pôde obter créditos que nunca foram pagos. Por esta via, alguns gradualmente tornaram-se numa elite política empresarial cuja característica principal se baseia na busca contínua de rendas - “rent-seeking”.

Hanlon (1992) argumenta que o processo de privatização, pela forma como foi conduzido, trouxe os ingredientes necessários para a criação de uma elite predatória. O autor realça que, na primeira lição sobre capitalismo e economia de mercado, o Banco Mundial na prática disse aos novos capitalistas moçambicanos que o dinheiro que se pede emprestado não é para ser reembolsado ou devolvido, de acordo com quem tu conheces e com as simpatias dos doadores. Isto, devido ao facto de o Banco não ter exercido pressão no sentido de reaver o dinheiro que foi emprestado às elites moçambicanas para exercerem o poder de compra nas recentes empresas privatizadas.

O argumento de Hanlon não teve em conta o facto de que, durante o período de fervor socialista, era normal que figuras próximas ao poder recorressem aos bancos em busca de empréstimos e muitas vezes estes empréstimos não fossem pagos. Este tipo de comportamento também poderá ter influenciado a postura desta elite na relação que posteriormente estabeleceram com os créditos concedidos pelo Banco Mundial,

O processo de privatizações acabou por não ser bem-sucedido, porque muitos dos beneficiários não possuíam capacidade de levar adiante as empresas, uma vez que não detinham recursos financeiros e competências técnicas para melhorarem a performance dessas mesmas empresas.

Processos de privatização mal sucedidos é normal acontecerem, mas o mais grosseiro na lógica das novas elites empresariais em Moçambique foi o facto de, anos mais tarde, muitos daqueles que adquiriram empresas na vaga das privatizações e depois não souberam geri-las, se tornaram elegíveis ao acesso a empréstimos do Tesouro moçambicano para financiarem as suas empresas quase falidas ou para abrirem novos negócios (Cortês, 2010:43).

«No período de 4 anos entre 1999 e 2002, o Tesouro deu empréstimos de 50 milhões de US\$ (na altura 874 milhões de meticais) a 35 companhias privadas. Os empréstimos foram maioritariamente para a *nomenklatura*, e nos 3 anos seguintes, de 2003 a 2005, só 11 destes empréstimos estavam a ser pagos. O relatório do Tribunal Administrativo de 2005 dizia que nos finais de 2005, Mavimbi, uma companhia de pesca ligada ao presidente Guebuza, tinha reembolsado o tesouro em 1% do seu empréstimo (Hanlon, 2008:236)».

Após Armando Guebuza ter tomado posse como Presidente da República, os relatórios do Ministério das Finanças apresentavam a Mavimbi como empresa que tinha liquidado todas as suas dívidas ao tesouro moçambicano, porém outras empresas detidas por figuras proeminentes da elite política de Moçambique continuaram a constar na lista de devedores.

O modelo escolhido para o início do processo de acumulação em Moçambique teve um papel determinante naquilo que é a percepção das elites políticas/empresariais sobre o papel do Estado, definindo por conseguinte as formas como acontecem as lutas pelo seu controlo e as alianças que se estabelecem entre os diversos actores envolvidos, de modo a que os seus privilégios na sua relação com o Estado sejam mantidos.

Este facto acabou sendo determinante para a forma como foi concebida a especialização rendeira das elites moçambicanas. Não sendo um país produtor de petróleo, e tendo em conta o facto de a exploração dos seus minerais se encontrar numa fase embrionária, (o

carvão da província central de Tete só recentemente começou a ser explorado pelas companhias internacionais tais como a brasileira Vale, a australiana Rio Tinto, a indiana Jindal Steel & Power; o gás da província de Inhambane pela Sasol sul-africana e mais recentemente as grandes descobertas de gás no bacia do Rovuma por parte da americana Anardarko e a italiana (ENI), as elites especializaram-se em retirar dividendos de onde conseguem atrair mais fluxos financeiros, no caso concreto da ajuda internacional e actualmente nos grandes projectos da indústria extractiva, mais concretamente na constituição de empresas para a prestação de serviços de logística as grandes companhias multinacionais que operam no país.

Em Moçambique, o peso do Estado na economia é enorme, mesmo após a liberalização da economia e o processo de privatizações. Só para se ter uma ideia da sua importância, quando se fala de emprego formal o Estado é o maior empregador com mais de 150.000 funcionários públicos, como também o maior comprador de serviços às diversas empresas que actuam num cada vez maior sector privado.

O Estado detém empresas públicas que actuam em sistema de monopólios em sectores chaves da economia, tais como o sector ferroviário através da empresa pública Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM, E.P), transportes aéreos Linhas Aéreas de Moçambique (LAM S.A), provimento de serviços de água, através da Águas de Moçambique E.P, energia através da Electricidade de Moçambique (EDM, E.P), telecomunicações através da Telecomunicações de Moçambique (TDM, E.P) que detém o monopólio da rede fixa de telefone e de provedor de internet e fibra óptica.

Portanto, aqueles que detêm o controlo do Estado com muita facilidade podem se permitir a estender a sua influência ao sector empresarial, devido à fragilidade evidenciada pelo último por forma a ser autónomo e estabelecer relações entre si, como também devido ao facto do sector privado ser constituído por uma parte considerável de indivíduos que se encontram tanto na esfera política como também empresarial.

Numa entrevista realizada no dia 20/01/2012 com um membro da CTA (Confederação das Associações Económicas de Moçambique) ele frisou que “*Numa economia pequena como a nossa, o maior cliente das empresas é o Estado, segundo são os doadores e em terceiro são as empresas.*” O mesmo interlocutor frisou que numa pesquisa desenvolvida pelo CTA no ano de 2011, para aferir junto dos seus membros qual era a

opinião sobre o ambiente de negócios em Moçambique, uma empresa de consultoria dissera que o ano de 2011 tinha sido um ano particularmente diferente porque o seu volume de negócios com o sector privado tinha ascendido a 40% do volume total de negócios, pela primeira vez em mais de 10 anos que operam em Moçambique.

Nestas condições, o controlo do Estado afigura-se como uma ferramenta fulcral para a sobrevivência e reprodução da elite política que se encontra a dar os primeiros passos no sentido de acumulação primitiva de capital, de modo a tornarem-se também elite empresarial em Moçambique.

«Primitive accumulation is a term that has been used both to vilify developing country states engaged in plunder but sometimes also to excuse and even to justify what is going on. The definition and analysis of primitive accumulation goes back to Marx who defined primitive accumulation as accumulation which is not based on capitalist production but which is essential for the transition to capitalism. For Marx, it described the transfers from non-capitalist to capitalist sectors that characterized the early stages of capitalist development (Khan, 2009:14)».

A economia de Moçambique tem como bases dois principais vectores, dos quais não possui nenhum tipo de controlo. Por um lado a ajuda ao desenvolvimento, cujos fluxos são determinantes para o crescimento continuado que a economia vem registando nos últimos anos; por outro lado, verifica-se o número considerável de grandes projectos de capital intensivo que beneficiam de elevadas isenções fiscais, cujas contribuições para o orçamento são insignificantes em comparação ao volume de negócios produzido por estes projectos.

No centro destes dois vectores temos o poder político, tendo como o seu principal veículo o partido Frelimo que, por via do controlo que exerce sobre o Estado desde a independência do país, se encontra numa situação privilegiada na relação que estabelece com estes dois vectores importantes da economia de Moçambique.

Dinerman (2007:6-7) chamou-lhe um "partido da burocracia". Dinerman esclarece este rótulo, comparando a composição do quarto e nono Congresso da Frelimo, que se realizaram em 1983 e 2006, respectivamente. De um total de 677 delegados ao IV Congresso, mais de 54 por cento eram trabalhadores ou camponeses, enquanto no IX

Congresso dois terços dos 1.326 participantes trabalhavam para o Estado ou para o partido, 48 eram homens de negócios e menos de 8 por cento (106) dos delegados eram trabalhadores industriais ou agricultores de pequena escala. Esta situação sugere que, para a elite política, a pior coisa que poderia acontecer não seria o isolamento da burocracia da sociedade, mas sim a sua perda de controlo sobre o Estado ou o isolamento da burocracia do partido.

Ao longo dos trinta e oito anos de independência e dos dezanove anos desde a realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, o partido Frelimo sempre se manteve no poder, pese embora o mesmo tenha sido obrigado a efectuar consideráveis alterações internas de modo ajustar-se as dinâmicas externas ao partido.

«At this Fifth Congress in July 1989, FRELIMO opened up membership to religious leaders, business owners, and others who had been excluded during the Marxist-Leninist era. The party now defined itself as a “vanguard party of the people” rather than a party led by a worker-peasant alliance (Manning, 2002:124)».

Moçambique tem-se revelado um país caracterizado por uma democracia de partido dominante, sendo que a esfera de influência do partido no poder passa pelo controlo do Estado, pelo poder judicial e legislativo, como também pelo sector privado. O processo de abertura aos diversos segmentos da sociedade iniciado com a realização do quinto congresso da Frelimo continua a ocorrer, sendo que um dos principais incentivos para que os indivíduos dos diversos segmentos sociais procurem filiar-se no partido possa estar relacionado com a ideia de que o partido Frelimo, neste momento, constitui um veículo de ascensão social e económica dentro da sociedade moçambicana.

Por via da percepção generalizada que é comumente partilhada na sociedade moçambicana de que aqueles que se encontram ao lado do partido no poder acabam detendo mais facilidades de ascensão profissional, social, no mundo empresarial, entre outras esferas, este facto tem conduzido a que indivíduos de diversos grupos sociais e com as mais diversos interesses procurem juntar-se à FRELIMO de modo a viabilizarem os seus interesses pessoais.

Actualmente, o partido no poder em Moçambique reclama possuir mais de quatro milhões de membros registados, não obstante o facto de este elevado número de

membros muitas vezes não se reflectir na afluência às urnas aquando da realização das eleições legislativas ou autárquicas. Um exemplo elucidativo ocorreu nas eleições autárquicas intercalares ocorridas no ano de 2011 no município de Quelimane, na província central da Zambézia. Neste município, o partido Frelimo afirma possuir quarenta mil membros mas no dia das eleições municipais o candidato deste partido perdeu as eleições com treze mil votos a seu favor.

Um aspecto interessante a ter-se em conta reside no facto de que, nas eleições gerais de 2009, o partido no poder reclamava possuir 3 milhões de membros, número correspondente aos votantes que se fizeram presentes às urnas nas últimas eleições. Quase cinco anos depois, reivindicam possuir 4 milhões de membros, o que corresponde a um crescimento de cerca de 1 milhão de membros em relação as últimas eleições em Moçambique,

A necessidade por parte da FRELIMO de alargar a sua base de apoio, como também a nova conjuntura governativa que requeria profundos conhecimentos no processo de formulação de políticas e o domínio de novas ferramentas de gestão - as quais parte considerável da elite política que dirigiu os destinos do país no período pós-independência não possuía - abriu espaço para o surgimento de novos actores no cenário político e económico do país.

Onde antes só havia o domínio da elite política proveniente da luta de libertação nacional, no período pós-liberalização da economia e de pluralismo económico houve a necessidade de atrair empresários, comerciantes, autoridades tradicionais, líderes religiosos, a comunidade muçulmana que desempenha um papel importante no comércio grossista e a retalho em quase todo o país e indivíduos tecnicamente qualificados que acabaram por constituir-se na elite tecnocrática.

Macuane (2012:24) identifica quatro tipos de elites em Moçambique, cuja formação está intimamente ligada ao processo histórico pós-independência do país. «Economic liberalization (PRE), dependence and poverty reduction process have contributed to the creation of four types of elites: knowledge elites inside the government; knowledge elites outside the government; the emerging business elites; and civil society elites. The boundaries between these elites are not well-defined, and individual members

participate in multiple groups at the same time, which has implications for final policy choices».

A abertura de espaço para os diferentes grupos acirrou a competição pelas oportunidades que o controlo do Estado pode proporcionar, criando dinâmicas internas dentro do partido FRELIMO, uma vez que os seus membros sentem a necessidade de ganhar visibilidade de modo a ocuparem cargos que lhes permitam controlar as oportunidades de extrair benefícios pessoais.

Este facto faz com que os jogos de alianças tenham que ser constantemente construídos e renovados. Por via desse facto, os indivíduos ou famílias que outrora gozavam de algum poder de influência devido ao seu papel na luta de libertação, agora também são compelidos a aperfeiçoarem constantemente as suas alianças estratégicas, caso contrário podem ser relegados para um plano secundário tanto na esfera política como na económica.

Tomás Vieira Mário, jornalista moçambicano e activista da sociedade civil que nos concedeu uma entrevista no dia 25 de Novembro de 2011 fez a este propósito o seguinte comentário: «*A FRELIMO neste momento não tem ideias, é mais um instrumento de acesso e manutenção de recursos, não existe uma homogeneidade de pensamento. Agora é pensamento disperso, acção conjunta*».

Enquanto se mantiver no poder, o partido funciona como um instrumento de estabilização das clivagens e tensões internas, a FRELIMO como partido desempenha o papel do grande patriarca e os restantes indivíduos e famílias, conscientes de que a sua lógica de acumulação está baseada no *rent-seeking* devido ao acesso privilegiado ao Estado que é garantido pelo partido, acabam submetendo-se às directrizes que provém do topo da estrutura partidária. Esta lógica de actuação e gestão de tensões e clivagens internas pode ser encontrada nas análises de alguns autores.

Segundo Manning (2002: 65-6), «The entry of these new members, regardless of their philosophical convictions, weakened the party distinctive identity and posed a serious challenge to party coherence».

De acordo com Sumich (2008b:323), « (...) algumas das actuais facções dentro da hierarquia da Frelimo resultam dessas diferenças, ainda que tendam geralmente a emergir em torno de tópicos como o papel da economia de mercado, a democratização e outras grandes questões. Embora muitos membros da elite tenham sérias divergências de opinião e, em privado, possam manifestar verdadeira animosidade uns pelos outros, há que não exagerar a importância destas clivagens. Para a liderança baseada em Maputo, pelo menos até ao momento, essas diferenças tendem a ser limitadas por um conjunto mais alargado de interesses comuns. É frequente a pertença simultânea a diversas facções, com pessoas a juntarem-se a uma ou outra em função do assunto em causa».

Um factor que pode contribuir para a manutenção de uma aparente estabilidade, apesar de existirem visíveis focos de tensão e clivagens dentro desta elite política e empresarial, reside na necessidade de manutenção e busca de novas rendas de modo a manter o processo de acumulação primitiva de capital das elites que passa pelo controlo do Estado por parte do partido FRELIMO, que é o instrumento através do qual eles exercem esse controlo.

O facto de na sua grande maioria esta elite ser constituída por indivíduos e famílias que procuram rendas (*rent-seeking*), isso faz com que os mecanismos de acumulação por parte dos mesmos não apresente diferenças substanciais, como também não são diferentes as áreas de intervenção das mesmas, o que acaba criando competição pela “caça” das melhores oportunidades de obterem ganhos individuais.

O que se pode depreender é que a lógica de actuação das elites obedece a padrões que visam responder a tendências dum determinado período de tempo. Portanto, no início da década de 1990 houve praticamente uma corrida às privatizações das antigas empresas estatais, quando já não havia mais empresas por privatizar os “apetites” concentraram-se nos créditos do tesouro para financiar as actividades das suas empresas recém-criadas.

Na segunda metade dos anos 1990, as fragilidades do sistema bancário foram usados para financiarem mais uma vez as empresas deste grupo privilegiado. Dois bancos comerciais que estavam sobre administração do Estado, o Banco Popular de Desenvolvimento e o Banco Comercial de Moçambique (actualmente designado

Millenium BIM), foram usados para financiar os negócios da elite política. No caso do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), que mais tarde passou a denominar-se Banco Austral e actualmente Barclays Bank, os novos proprietários entregaram ao Estado a carteira de créditos malparados que dizem respeito a indivíduos ligados a elite política moçambicana, de modo a que este faça a cobrança.

Nos anos 2000, os fundos provenientes da cooperação ao desenvolvimento através do apoio directo ao orçamento constituíram a “galinha de ovos de ouro”. Através do acesso privilegiado a informação sobre as áreas prioritárias de investimento do orçamento do Estado, alguns indivíduos e famílias da elite política passaram a constituir antecipadamente empresas cujo objectivo é posicionarem-se estrategicamente no mercado, de modo a prestar serviços às instituições públicas e com isso retirar os fluxos destinados ao orçamento de investimento por parte do Parceiros de Apoio Programático, tornando-se uma forma subtil e mais elegante de extrair rendas.

A segunda metade da década 2000 marca o início da “febre” da indústria extractiva em Moçambique, passando o país a receber avultados investimentos por parte de multinacionais ligadas ao sector extractivo. Este período coincide com a redução gradual dos fundos alocados à ajuda ao desenvolvimento por via do apoio directo ao orçamento por parte dos principais parceiros de cooperação, devido à eclosão da crise financeira internacional em 2008. Mas como também como argumentam alguns autores a outros factores.

Segundo Mosca (2013:48) há redução e mudança na natureza da cooperação pelas seguintes razões: crise nos países com maiores prestações financeiras para a cooperação; alteração política nos países desenvolvidos; “cansaço”/”saturação” dos doadores que cooperam há mais de três décadas; dúvidas acerca da eficácia da cooperação; questionamento acerca das irregularidades eleitorais; corrupção persistente no Estado; a não existência de consenso sobre as políticas governamentais no que respeita ao desenvolvimento inclusivo, à redução da pobreza e das desigualdades sociais e, conseqüentemente, com um padrão de acumulação concentrado; recursos da cooperação beneficiam principalmente a formação de elites burocráticas e rendeiras associadas e aliadas ao poder.

Com a entrada massiva de capitais provenientes dos investimentos na indústria extractiva, aliada à redução significativa dos fluxos provenientes da ajuda ao desenvolvimento, observa-se uma nova mudança por parte das elites políticas no sentido de buscar novas fontes de acumulação de rendas. E esta baseia-se na constituição de empresas que visam fornecer serviços às multinacionais que se encontram a operar em Moçambique no sector mineiro e petrolífero.

A forma como se encontra estruturada a economia moçambicana privilegia o investimento em sectores não produtivos e de retorno de capital rápido. O rápido crescimento do sector de serviços é um exemplo concreto do investimento nos sectores não produtivos, mostrando que os indivíduos e famílias adoptam esta opção porque estes são investimentos de baixo risco e que geram um retorno relativamente alto e imediato, enquanto para o caso dos investimentos produtivos os retornos são a médio ou longo prazo, gerando perdas a curto prazo.

Este padrão vai de encontro com o tipo de empreendedores que dominam o sector privado e o processo de formulação de políticas públicas de Moçambique, que é dominado pela presença de detentores de cargos públicos que também possuem fortes interesses em quase todos os sectores da economia do país.

«The type of accumulation based on business and a political network, including party business, has been occurring in the majority of the African countries. In Ghana, members of NDC have exploited the provision of loans, grants, lucrative contracts, implicit exemption from payment of taxes, acquisition of public enterprises, and other incentives to engage in the business activity. The logic of politics in this country inclines towards chronic relations with businessmen but the problem lies on the fact that as the politicians pursue short-term objectives, the business arena goes in the same line. This is pointed as the main reason way the country does not observe structural transformation (Kelsall, 2013)».

A avidez ou “sede” de acumulação de riqueza por parte da elite política e empresarial moçambicana, de modo a rapidamente se afirmar na posição de elite burguesa, criou as condições para que esta visse o investimento em sectores não produtivos e de retorno de

capital rápido, como uma plataforma propícia para oportunidades de enriquecimento baseadas na procura de rendas (*rent-seeking*).

Este padrão da economia faz com que haja muito poucos incentivos para que os indivíduos ou famílias direcionem os seus investimentos em projectos de longa duração e de retorno mais demorado. Sendo assim, a elite política que tem enormes responsabilidades na forma como se encontra configurada a economia do país, tende a concentrar os seus investimentos nos sectores de actividade que proporcionam rápidos retornos de capital.

Após a liberalização da economia as áreas de interesse de investimento da elite política ligada ao partido Frelimo concentravam-se nos sectores das pescas, exploração madeireira, transportes de carga e pessoas. Na segunda metade dos anos 1990 podemos observar a migração dos interesses empresariais para os sectores de serviços (compreende a banca, consultoria, turismo, etc.). Com a entrada do novo milénio e a descoberta massiva dos recursos minerais é possível constatar que quase toda a elite constitui empresas nos sectores da indústria extractiva, energias e na logística relacionada com este sector.

Parte considerável dos investimentos desta elite política nestes sectores não é realizado através de capitais próprios, mas sim, através do tráfico de influências que só é viável devido ao facto deste grupo privilegiado controlar o poder político em Moçambique.

Segundo Brito, (2009) pode-se questionar se a articulação entre a economia (agentes económicos e mercados) e o Estado na configuração de uma economia selvagem, é ou não favorável aos objectivos de reforço do poder assente em bases económicas. Esse poder articula interesses económicos e elites políticas em fase inicial de acumulação, sobretudo com base na busca de renda (*rent-seeking*), fazendo que se esteja a formar uma economia moçambicana baseada na renda.

Esta concentração nos mesmos sectores de actividade tende a criar conflitos e tensões a que nos referimos nos parágrafos acima, entre os membros da elite política nacional, uma vez que, pelo facto de estarem nas primeiras etapas da acumulação primitiva de capital e não tendo muitas vezes a expertise para que as suas empresas operem em determinados sectores de actividade, elas procuram parcerias com os investidores

estrangeiros que com o seu capital e conhecimento constituem uma *mais-valia* para a viabilização dos seus interesses privados.

Este tipo de padrão de acumulação é muito comum em alguns países africanos e alguma literatura sobre o assunto apresenta casos concretos. Hodges (2001:70) demonstra que “no caso de Angola, as empresas estrangeiras, bem conscientes da importância das ligações políticas para a obtenção de contratos e a protecção dos seus investimentos, tendiam a reforçar ainda mais a posição desses indivíduos bem colocados, escolhendo-os como sócios ou conselheiros”.

Actualmente há, por parte da elite política moçambicana, uma tentativa de criar legislação que obrigue os investidores estrangeiros a procurarem parcerias locais de modo a viabilizarem os seus negócios. Um caso concreto deste tipo de prática pode ser observado quando se consulta a proposta da nova lei de petróleos que, no seu artigo vinte, número dois, propõe o seguinte: “As pessoas singulares ou colectivas estrangeiras que prestem serviços às operações petrolíferas devem associar-se a pessoas singulares ou colectivas moçambicanas em conformidade com o regulamento”. O argumento subjacente a este artigo tem em vista a necessidade de transferência de expertise e empoderamento do sector privado local.

Este tipo de medidas burocráticas no sentido de impulsionar o sector privado tem o condão de somente beneficiar as empresas que estão próximas dos corredores do poder, em detrimento da lógica de eficiência e competitividade entre as mesmas. O que de certa forma acaba contribuindo para a percepção de que a proximidade ao centro do poder é uma garantia de prosperidade ao nível económico.

E é esta percepção, que se vai sedimentado na sociedade moçambicana de que o acesso ao poder político é condição “*sine qua non*” para garantir a ascensão ao poder económico, que por sua vez aumenta a competição entre os diversos actores, tanto para aqueles que aspiram atingir ao estatuto de elite política e empresarial, como também, os que se consideram pertencentes à elite política.

No âmbito desta competição, porque este grupo não é homogéneo, as diferenças substanciais que se podem encontrar entre os seus integrantes determinam o poder de

influência que eles exercem sobre o centro do poder, como também os resultados que os mesmos podem almejar alcançar.

É importante frisar que o exercício do poder em Moçambique é demasiadamente centrando na figura do Presidente da República, assemelhando-se a lógica do personalismo do poder e isso faz com que provavelmente somente os mais próximos do PR se tornem visíveis no que diz respeito ao seu poder de influenciar o cenário político/económico do país. As alterações na liderança do Estado são um exemplo elucidativo das mudanças que foram ocorrendo na visibilidade de determinados indivíduos e famílias que se situavam em torno do mesmo.

Em 2005, com a chegada ao poder de Armando Guebuza (que pertence ao mesmo partido político do anterior presidente Joaquim Chissano), gradualmente assistiu-se à alteração dos protagonistas na esfera política e económica do país. Grupos empresariais que no passado ocupavam posições menos relevantes tais como a Intelec Holding e a Grupo Insitec - ambas com fortes ligações ao novo Presidente da República - emergiram, tal como figuras como Salimo Abdula ou Celso Correia, ambos presidentes destas empresas. Também saltou para a ribalta a filha do presidente, Valentina Guebuza, como uma das mais proeminentes empresárias do país.

Em contraposição, algumas figuras e grupos económicos viram a sua pujança e protagonismo reduzirem-se significativamente com a ascensão de Armando Guebuza ao poder. É o caso da Sotux Limitada de Álvaro Massinga e do Banco Millenium BIM Moçambique, que viu reduzido consideravelmente o número de funcionários públicos que recebiam os seus ordenados mensais através das contas que detinham nesta instituição bancária em favor do BCI controlado por Celso Correia.

Portanto, mais do que chegar a ostentar a denominação de elite política/empresarial, por vezes o mais complicado é conseguir manter o *status quo*, na medida em que a distância que separa estes indivíduos e famílias do centro do poder deve ser constantemente cultivada de modo a que as mudanças que possam ocorrer não signifiquem alterações profundas nos seus interesses privados.

Aqui sobressai a questão dos direitos de propriedade e contratuais, algo que não é garantido para nenhum dos actores ou intervenientes nestas estratégias de reprodução e

sobrevivência das elites políticas em Moçambique. Pese embora exista um quadro regulatório legal que defenda os interesses dos cidadãos, o poder político exerce uma enorme influência sobre os outros poderes como também sobre o sector privado e os *media*, portanto os direitos de propriedade podem ser violados se esta for a vontade de quem está no poder político.

Apesar de constitucionalmente estarem previstos os direitos de propriedade e contratuais, na prática o seu cumprimento não é efectivo e consoante a influência política dos indivíduos os direitos podem não ser respeitados, neste cenário mostra-se racional a opção dos empreendedores pelos investimentos em sectores não produtivos e de retorno de capital rápido ou então o investimento que fazem para manterem-se próximos dos principais centros do poder.

Dois anos após a entrada de Armando Guebuza no poder, mais concretamente em 2007, o Estado moçambicano e o português alcançaram um acordo para a reversão do capital social da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB). Celso Correia, presidente do Grupo Insitec, terá desempenhado um papel fulcral na operação financeira que culminou com a reversão e por via desse facto acabou conseguindo que o seu grupo empresarial conseguisse entrar na estrutura accionista do Banco Comercial e de Investimento (BCI)¹.

Segundo Hanlon e Mosse (2009) a entrada da Insitec na estrutura accionista do banco não foi de todo pacífica, considerando que o presidente Guebuza chegou a “empurrar” o antigo ministro das finanças Magid Osman e a sua firma a SCI Limitada para fora do banco. Embora tenha resistido, este grupo acabou sendo obrigado a vender as suas participações accionistas no banco.

Após a entrada do Grupo Insitec na estrutura accionista do Banco Comercial e de Investimento, este banco investiu numa política de expansão ao nível do país que estava de encontro com as políticas do governo. Após a expansão, parte considerável dos funcionários públicos receberam notificações por parte da direcção das suas instituições

¹ Hanlon e Mosse (2009) descrevem detalhadamente os contornos deste negócio.

no sentido de abrirem contas no BCI, uma vez que os seus salários passariam a ser pagos por intermédio deste banco.

Actualmente existem funcionários públicos que auferem os seus salários nos dois bancos, sendo que o salário base entra na conta do Millenium BIM e os subsídios de produção ou subsídios técnicos são processados nas contas pertencentes ao BCI. Estes são alguns exemplos que ajudam a compreender a fragilidade dos direitos de propriedade.

Os casos acima relatados retratam disputas entre membros da elite política e económica mostrando que mesmo para estes os direitos podem não ser garantidos. Esta é uma fragilidade que pode incentivar a não transformação destas elites políticas que procuram rendas em elites políticas/empresariais desenvolvimentistas.

Ora vejamos, num cenário em que a lógica dos mercados é subvertida em detrimento de empresas que possuem o poder de influenciar os concursos de *procurement* público, ganhando-os mesmo prestando serviços de baixa qualidade aos preços mais altos, e onde os investidores estrangeiros procuram associar-se a parceiros nacionais devido ao temor de não conseguirem os melhores contratos e a necessidade de protegerem os seus investimentos, os actores que beneficiam desta situação tendem a investir os seus recursos na concepção de estratégias de manutenção do cenário prevalecente, de modo a garantirem a sua manutenção e reprodução.

Apesar desse investimento, nada garante a estes actores que a mudança da chefia do Estado - e por conseguinte a ascensão de novos protagonistas - não venha a retirar parte considerável dos privilégios que eles detinham anteriormente; e como não existe a garantia de que os direitos de propriedade e contratuais são respeitados e cumpridos, nada garante que os novos detentores do poder não procurem ocupar as oportunidades de aceder a rendas que foram criadas pelos seus antecessores.

A manipulação dos direitos de propriedade, apesar de criar uma certa instabilidade no sistema não chega a criar a ruptura do mesmo, e este argumento corrobora a teoria de direitos de propriedade defendida por Kim e Mahoney (2005) segundo a qual, «Property rights theory also provides us with an evolutionary perspective (Anderson and Hill, 1975; Libecap 1989; North 1990) of the processes through which institutional choices

are made, where the vested economic interests of contracting parties and potential distributional conflicts are taken into account and help explaining why inefficient property rights regime can persist».

Na sua argumentação sobre a questão dos direitos de propriedade North (1990), considera que nos países desenvolvidos quase todos os activos/recursos são produtivos e os seus proprietários pagam elevados impostos para a protecção dos seus direitos de propriedade como um bem público.

O autor considera que esse cenário não se verifica nos países em via de desenvolvimento, uma vez que a capacidade tributária do Estado é fraca ou quase inexistente, a maior parte dos recursos estão localizados em sectores de produtividade não capitalista e de baixa produtividade tais como agricultura e sector informal, o que gera um excedente insignificante que não é suficiente para pagar a protecção geral dos activos, através dos impostos.

Este tipo de economia política produz efeitos no sistema político, na medida em que é imperioso que se controle o Estado para que os indivíduos façam acumulação de capital, e por conseguinte os indivíduos não se podem permitir a perder eleições, sob o risco de perderem a sua principal fonte de acumulação.

Continuando o autor salienta que se os direitos de propriedade no seu todo não podem ser alcançados como um bem público, arranjos institucionais que protejam os principais investidores tornam-se importantes, e estes arranjos muitas vezes podem ser garantidos através de instituições não formais. Portanto o que pode parecer um conjunto de arranjos informais e *ad hoc* para proteger investimentos específicos pode muito bem ser o arranjo institucional mais eficaz em um país pobre para promover investimentos em áreas críticas.

Perante a manifesta precariedade dos direitos de propriedade e direitos contratuais, os diversos actores (investidores estrangeiros, empresários nacionais, indivíduos que procuram entrar nos círculos do poder, etc.) que actuam na economia de Moçambique procuram estar sempre atentos às dinâmicas relativas ao poder político, de modo a posicionarem-se estrategicamente com vista à salvaguarda dos seus interesses particulares.

Por exemplo, no caso das empresas estrangeiras, se um determinado indivíduo já não consegue assegurar a obtenção de contratos vantajosos e a protecção dos seus investimentos, é relegado para um plano secundário e procura-se um substituto que possa prosseguir os interesses da empresa. De forma subtil, estas empresas nomeiam um Presidente da Comissão Executiva que tem a seu cargo a gestão da companhia e deixam o indivíduo da elite nacional que perdeu o protagonismo com o cargo de presidente do Conselho de Administração ou administrador mas sempre cargos não-executivos. Mário Machungo antigo primeiro-ministro e actual presidente do Conselho de Administração do banco Millenium BIM enquadra-se neste perfil.

Perante o cenário descrito, quando os actores estão na posse de oportunidades de extrair rendas, tendem a tirar o máximo proveito possível destas oportunidades, para além de criarem redes clientelares onde possam fazer a redistribuição de modo a acautelarem situações menos favoráveis no futuro.

Este mecanismo tem-se mantido estável e funcional, devido ao facto de o partido FRELIMO conseguir manter-se no poder. Portanto, os desequilíbrios que o sistema pode apresentar são suavizados porque as redes clientelares estão situadas dentro do partido e as alianças estratégicas se encontram constantemente em processo de reconfiguração, tendo os participantes a plena noção de que a ruptura completa dos equilíbrios que se verificam até ao momento pode ser prejudicial para todos.

3.3 A influência política como garantia dos direitos de propriedade e contratuais.

Nos próximo parágrafos iremos analisar as dinâmicas internas do partido Frelimo que exerce o poder em Moçambique desde a sua independência de modo a compreendermos a ligação entre algumas das teorias acima apresentadas e a importância da influência política no contexto analisado.

A análise irá incidir sobre as dinâmicas internas do partido Frelimo porque é neste partido que se concentram a maior parte das elites políticas e económicas de Moçambique, e por conseguinte onde gravitam os diferentes interesses políticos, económicos e sociais e as suas respectivas redes clientelares.

A constituição da República de Moçambique, no seu artigo nº147 que versa sobre a elegibilidade da figura do Presidente da República, nos números 3 e 4 respectivamente, afirma que o mandato do Presidente da República é de cinco anos e este só pode ser reeleito uma vez. Ao contrário de uma parte considerável dos países africanos, onde é comum por parte dos chefes do Estado a alteração dos dispositivos legais de modo acomodar as suas pretensões de manter-se no cargo, a história mais recente de Moçambique revela processos de transição com relativa tranquilidade, o que revela que mesmo que os detentores do cargo tivessem vontade de continuar, acabam conformando-se com o cumprimento dos dispositivos constitucionais.

Apesar desse aparente conformismo ou resignação, no final dos mandatos constitucionalmente definidos, os momentos que antecedem a escolha dos potenciais sucessores das lideranças que se encontram em frente dos destinos do país, produzem dinâmicas e lógicas que afectam a paisagem da economia política e das relações entre os diversos actores intervenientes. É preciso recordar, como é mencionado nas páginas anteriores, que Moçambique pode ser definido como uma democracia de partido dominante, e a referência às mudanças nas lideranças diz respeito ao partido no poder desde a independência a Frelimo.

Como partido dominante, a Frelimo controla o Estado, os principais sectores da economia e principalmente a máquina administrativa que gere o processo eleitoral, por conseguinte os seus candidatos às eleições presidenciais partem em condições extremamente vantajosas em relação aos demais. Devido à extensão territorial do país, aliada à incapacidade financeira e organizacional dos partidos políticos da oposição, torna-se complicado por parte destes colocarem os seus fiscais a tempo e horas nas mesas das assembleias de voto e dar a devida logística. Só a Frelimo é que consegue fazer isso, porque ela se confunde com o Estado.

A limitação de mandatos que a constituição da República de Moçambique apresenta no que diz respeito à figura do Presidente da República faz com que com alguma regularidade (períodos entre 5 e 10 anos) o partido no poder tenha que reestruturar as suas lideranças de modo a nomear o seu candidato às eleições presidenciais, as disputas pela sucessão constituem momentos em que torna-se visível que os indivíduos que detêm o poder lutam por garantir o seu *status quo*. Por outro lado, existem outros grupos

que pretendem conquistar o poder dentro do partido de modo assegurar o controlo do Estado, o que permite aceder a potenciais fontes de acumulação de renda as quais de outra forma, não seria possível ter acesso.

É nesta conjugação entre os diferentes grupos que disputam o controlo do partido, para de seguida exercerem o controlo do Estado, que emerge um dos principais instrumentos usados pelo poder político de modo a conduzir a sua empreitada de acumulação primitiva de capital, que é a influência política.

A luta pela indicação do novo candidato do partido Frelimo para as quintas eleições presidenciais e legislativas de Moçambique, que aconteceram em Outubro de 2014, confirma o quão importante é para os diversos grupos que compõem o partido deter o controlo do Estado de modo a exercer a influência necessária para dominar o cenário político e económico do país e, por conseguinte, conquistar o acesso as principais fontes de rendas.

Mas para se deter o controlo do Estado, no actual cenário de democracia de partido dominante, a empreitada inicia com a detenção do controlo da máquina burocrática do próprio partido, o que possibilita abertura de oportunidade para com maior espaço de manobra controlar o Estado, uma vez que dentro do partido se encontram as principais forças que podem obstruir a ascensão de qualquer indivíduo que pretenda ocupar os mais altos cargos do Estado.

A análise da estrutura organizacional do partido Frelimo possibilita a compreensão de como os diferentes grupos ou indivíduos membros desta organização podem apropriar-se dela para construir as suas redes clientelares e, por via disso, exercerem a necessária influência política dentro do partido de modo alcançarem os seus objectivos.

Os órgãos centrais do partido Frelimo são constituídos pelo Congresso que é o órgão supremo do partido, pelo Comité Central que é o órgão máximo do partido entre os congressos, pela Comissão Política órgão, que orienta e dirige o partido no intervalo das sessões do Comité Central, pelo Secretariado do Comité Central que é o órgão executivo nacional do partido e por fim pelo Comité de Verificação do Comité Central, que é o órgão central que tem por função verificar o funcionamento dos órgãos do

partido na base da correcta observância da ética, dos estatutos e do programa, assim como dos regulamentos e demais directivas do partido.

Para além destes órgãos centrais, a Frelimo possui órgãos locais cuja influência não é de descurar, uma vez que uma parte considerável dos membros que compõem os órgãos centrais são eleitos para estes órgãos devido à sua militância activa nos órgãos locais. Os órgãos locais, que constituem a estrutura da máquina burocrática deste partido, são constituídos pela célula do partido que é considerada a organização da base do partido, a seguir temos o círculo do partido que é basicamente um conjunto maior de células. No círculo existe a conferência do círculo, o comité do círculo e o secretariado do comité do círculo.

Num outro nível imediatamente acima dos círculos, existem as conferências de Zona, o comité de Zona, o secretariado do comité da Zona e o comité de Verificação da Zona. Passando aos órgãos distritais, existe a conferência distrital, o comité distrital e o secretariado do comité distrital. E por fim, ao nível da província, existem a Conferência Provincial, o Comité Provincial, o Secretariado do Comité Provincial e o Comité de Verificação do Comité Provincial que é uma espécie de braço jurídico para observar se não existem irregularidades nos membros que se candidatam aos órgãos.

As conferências distritais e Conferências provinciais (uma espécie de Comité Central ao nível das províncias) são órgãos que se reúnem uma a duas vezes por ano, sendo uma das suas principais funções a eleição dos candidatos ao comité distrital para o caso da conferência distrital e ao nível provincial elas elegem os membros do comité provincial. Os membros dos comités provinciais reúnem-se para eleger o primeiro-secretário provincial e o respectivo secretariado, sendo estes os órgãos executivos do partido ao nível da província.

Desde que Armando Guebuza assumiu a presidência do partido Frelimo, é usual ouvir-se e ler-se nos principais órgãos de informação declarações por parte dos membros no sentido de que o presidente do partido revitalizou as bases do partido e criou estímulos para os membros nos escalões mais baixos da hierarquia do partido. Actualmente os primeiros-secretários do partido ao nível da província possuem uma influência política

igual ou superior aos governadores provinciais nomeados pelo Presidente da República que também é presidente do partido no poder.

Estes primeiros-secretários provinciais detêm um enorme poder de influência, tornando-se figuras incontornáveis quando se aproximam os períodos de eleição dos delegados ao Congresso, que é o órgão máximo do partido. Antes da realização do Congresso, realizam-se eleições para a escolha dos delegados ao Congresso e devido à importância que se reveste este acontecimento para os membros do partido, a maior parte dos membros procura concorrer a uma das vagas para delegado do Congresso.

Qualquer membro do partido pode submeter a sua candidatura à conferência provincial da província onde este se encontra registrado de modo a concorrer a uma vaga de delegado ao Congresso, após a submissão da candidatura cabe ao Comité de Verificação Provincial analisar a documentação submetida pelo membro de modo verificar se o candidato preenche todos os requisitos.

Porém os membros que submetem a sua candidatura, quando não fazem parte de nenhum dos órgãos administrativos do partido, têm menos hipóteses de verem as suas candidaturas elegíveis, porque os membros dos comités provinciais que fazem parte das conferências provinciais também possuem a pretensão de verem as suas candidaturas aprovadas, de modo a serem indicados como delegados ao Congresso. Estes, como estão dentro da estrutura partidária, usam todos os meios ao seu alcance de modo a influenciarem os processos a seu favor.

As Conferências provinciais detêm a prerrogativa de ratificar as candidaturas dos membros ao nível das províncias que concorreram para uma vaga de delegado durante a realização do Congresso. No caso dos candidatos que pretendem concorrer a uma vaga no Comité Central, as conferências provinciais submetem as candidaturas ao Congresso e compete a este órgão eleger ou ratificar as candidaturas de acordo com as cotas previamente estabelecidas nas directivas que são produzidas pelo Comité Central antes de iniciar o processo de eleição dos delegados.

Cada Congresso tem as suas próprias directivas específicas e elas funcionam como linhas orientadoras da actuação do partido durante esse Congresso, as directivas são propostas por vários órgãos do partido, mas a sua aprovação em última instância cabe

ao Comité Central. Por exemplo são as directivas que determinam o número de delegados que irão fazer parte de um determinado Congresso ou o número de candidatos que entram e saem no Comité Central.

Portanto a realização dos Congressos, que acontecem num intervalo de cinco anos, são o momento marcante na vida dos órgãos do partido, porque constituem uma oportunidade para os membros que aspiram chegar aos principais órgãos de decisão do partido procurarem atingir os seus objectivos. Mesmo que para tal, seja por vezes necessário recorrer a todo o tipo de artimanhas para se conseguir fazer eleger aos tais órgãos, mais concretamente o Comité Central ou a Comissão Política.

Tendo uma estrutura administrativo-burocrática enorme que procura o máximo possível acompanhar a divisão administrativa do território de Moçambique e reivindicando possuir quase quatro milhões de membros, o partido Frelimo possui uma estrutura propícia para o desenvolvimento de lealdades partidárias baseadas em redes clientelares, e a acção destas redes torna-se potencialmente mais visível durante os processos de transição ou renovação dos órgãos sociais.

A Frelimo exerce o controlo do Estado e por via disso consegue extrair rendas que beneficiam não só o partido e organização como em última instância, os membros do partido que exercem o controlo directo do Estado. Esse facto funciona como um dos maiores incentivos internos para disputas pelo controlo do poder dentro do partido, pois tendo influência política dentro da estrutura político-partidária ou controlo dos órgãos decisórios centrais do partido, mais possibilidades existem de deter o controlo do Estado.

A SPI Gestão e Investimentos é uma empresa que constitui um exemplo elucidativo de como membros do partido extraem rendas individuais e financiam simultaneamente a organização. Esta empresa é tida como uma holding do partido Frelimo, mas no seu registro comercial não consta o nome do partido Frelimo como sendo um dos sócios; antes fazem parte da sua estrutura accionista um conjunto de figuras proeminentes deste partido e por via disso conseguem ganhar importantes negócios do Estado.

Esta relação é basicamente informal pois não existe nenhum vínculo jurídico que obrigue os sócios da empresa a vergarem-se perante as decisões do partido, porém

existe por parte dos accionistas desta empresa a plena consciência que a pujança económica que a firma possui se deve muito à ligação privilegiada que ela possui com a estrutura partidária.

Num universo de aproximadamente quatro milhões de membros, segundo dados do próprio partido, e sendo o partido que controla o Estado desde a independência e mesmo após a entrada do multipartidarismo, o partido acaba exercendo atracção sobre os indivíduos dos mais diversos extractos sociais, pois este é visto como sendo um veículo para a promoção económica e social em Moçambique.

Numa sociedade como a moçambicana, que nos últimos quarenta anos tem experimentado processos rápidos de transição desde as experiências socialistas após a independência, uma guerra civil devastadora que deixou um rasto de mais de 1 milhão de mortos, seguido por uma viragem para liberalização da economia e a entrada do capitalismo selvagem, alguns dos valores sociais foram-se perdendo ao longo desta longa jornada de edificação do país.

A política tornou-se um trampolim para a supressão de dificuldades económicas que o cidadão passa no seu quotidiano e, por via disso, há um cada vez maior número de indivíduos que ao filiar-se tem como fim último a satisfação dos seus interesses privados. Num cenário destes, é normal que surjam alianças estratégicas baseadas na etnicidade, religião, extracto social, grupos profissionais, etc.

O elevado número de membros, aliado a uma estrutura político-partidária demasiada centralizadora, abre espaço para o surgimento de relações clientelares, baseadas na relação patrão-clientes, onde o controlo do Estado permite a distribuição de benesses em troca da lealdade política para com os principais líderes do partido, abrindo espaço para o surgimento de várias facções que disputam o poder internamente.

A percepção deste facto torna os momentos de eleições aos órgãos sociais do partido em momentos de grande tensão partidária, pois o controlo do partido permite ou abre espaço ao controlo do Estado e acima de tudo, a possibilidade de partir e repartir os pedaços do “bolo” das oportunidades de extrair rendas entre os demais clientes em troca da lealdade política.

No ano de 2012, a quando da realização do décimo Congresso na cidade de Pemba, na província de Cabo Delgado, a corrida à posição de membro do Comité Central e Comissão Política do partido foi acérrima, tendo havido relatos de compra de votos. O próprio Presidente do Partido pronunciou-se a esse respeito no encerramento do Congresso, lamentando o sucedido.

«Peço ao camarada presidente para acabar com a compra de votos nas eleições internas para as eleições autárquicas», disse João Afonso, um dos membros da Frelimo que participa neste evento²».

Durante o acto eleitoral, alguns delegados com poder de voto vendiam a sua tendência de voto, chegado o momento de votarem os delegados faziam uso dos seus telemóveis para fotografar os seus boletins de voto com a indicação do candidato escolhido como comprovativo para o candidato que previamente havia pago metade do valor acordado, e só mediante esse comprovativo era pago o remanescente do valor.

Para o caso do Presidente do partido e actualmente Presidente da República e o seu círculo mais próximo, com mais facilidade consegue orientar as tendências de voto, sem necessariamente incorrer em trocas monetárias. Como o Estado possui uma enorme influência sobre a esfera económica, como também pelo facto de constitucionalmente a figura do Presidente da República deter poderes quase que ilimitado, ele pode oferecer a nomeação a cargos em instituições públicas, institutos públicos, empresas públicas, universidades públicas, como também garantir o acesso aos grandes negócios do Estado àqueles que sejam mais próximos ou que façam parte da sua rede clientelar.

No caso concreto das empresas públicas, estas tornaram-se um dos instrumentos mais visíveis de situações claras de clientelismo. Por um lado, é lá que são oferecidas posições nos conselhos de administração aos aliados políticos que se destacam e, por outro lado, estas empresas constituem uma das principais fontes de financiamento ao partido no poder, principalmente em período eleitoral.

² Declarações extraídas do site: <http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1272243.html> no dia 25 de Março de 2016.

Actualmente a estrutura partidária da Frelimo responde a interesses clientelares, o que acaba realçando a importância da influência política como um elemento determinante em face da ausência dos direitos de propriedade e direitos contratuais que possam ser respeitados independentemente da posição dos visados.

A quando do escândalo da fuga de informações protagonizada pela organização Wikileaks, foram revelados alguns telegramas da embaixada dos Estados Unidos em Moçambique, nesses telegramas foram divulgadas conversas entre diplomatas americanos e o então ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do governo de Joaquim Chissano, o senhor Leonardo Simão.

Nas suas conversas com diplomatas americanos Leonardo Simão afirmara o seguinte: *«o partido Frelimo está corrompido e necessita de uma reforma. Simão acredita que o actual Presidente da República, Armando Guebuza, está directamente envolvido em actividades corruptas e dirige o partido “como a máfia” com a sua família e os seus companheiros com os quais possui um acordo comercial³».*

Tendo noção do actual *status quo*, aumentou consideravelmente a competição intra-elites nos últimos anos em Moçambique, tendo em conta que é dentro deste partido que se encontram a maior parte das elites políticas, económicas, intelectuais do país e como elas se encontram nos primeiros estágios de acumulação primitiva de capital lutam pelo controlo dos órgãos sociais do partido, de modo a que esse controlo possa garantir o aproveitamento do Estado como veículo de obtenção de rendas.

E sendo o Comité Central o órgão máximo do partido, no intervalo entre os congressos, a maior parte dos membros procura a todo custo fazer parte deste órgão devido às enormes contrapartidas que se podem obter pelo facto de se pertencer a este grupo restrito.

Existe também, por parte dos “Patrões” o legítimo interesse em que o Comité Central seja constituído pelo maior número possível de clientes que sejam leais a si, de modo a controlarem o partido e assim viabilizarem os seus interesses.

³ Informação extraída dos sites: <http://www.verdade.co.mz/newsflash/22028-tivane-e-rei-da-corrupcao-e-guebuza-gere-partido-como-a-mafia> ou <http://www.cablegatesearch.net/search.php?q=maputo&sort=1> sites acedidos no dia 25 de Março de 2016.

Os membros/clientes do partido Frelimo que conseguem ser eleitos para o Comité Central alcançam o órgão máximo do partido e por conseguinte, o seu preço na barganha com potenciais patrões que pretendam conquistar a sua lealdade política soube consideravelmente, visto que só existe um órgão acima do Comité Central mas cujo acesso é mais restrito ainda, que é a Comissão Política.

Para além da valorização interna, os membros do Comité Central também passam a ter um maior nível de exposição, tornando-se atractivos para garantia de direitos de propriedade e contratuais para os empreendedores que queiram fazer parcerias económicas com estes indivíduos, isso sempre que os seus interesses privados não colidam com os principais patrões do partido.

Olhando para o percurso histórico do partido Frelimo desde a sua fundação identificamos a existência de cinco líderes, em contextos históricos totalmente diferentes, Eduardo Mondlane o líder do partido após a sua fundação e durante a primeira fase da luta de libertação de Moçambique, seguiu-se Samora Machel que tomou as rédeas do ainda movimento de libertação após a morte do fundador da Frelimo em 1969. Com ele o país alcançou a independência, tendo permanecido na presidência do partido até à sua morte em Outubro de 1986.

Após a morte de Samora Machel, Joaquim Chissano tomou a liderança do partido em 1987 até 2004. Em 2005 a Frelimo elegeu Armando Guebuza para o cargo de presidente do partido, cargo que ocupa cumulativamente com o de Presidente da República o seu mandato terminou em Outubro de 2014, sucedendo-lhe Filipe Jacinto Nyusi, na liderança do partido e do Estado.

Como se pode depreender, apesar do sistema político, económico e social de Moçambique revelar padrões muito semelhantes aos apresentados pelas teorias neopatrimonialistas defendidas por Médard (1998), Chabal e Daloz (1999), De Walle (2001), Macamo (2006), Sumich (2008a), como também pelas teorias clientelistas defendidas por Caciagli e Belloni (1981), Eisenstad e Roniger (1984), North et. al (2009), o país possui algumas características que o tornam único.

O facto do partido que controla o Estado desde a independência apresentar mudanças frequentes na sua liderança faz com que não exista um “Big Man” todo-poderoso e que controla a seu “*bel-prazer*” a esfera política, social e económica.

Na ausência da figura do “Big Man”, muito por culpa da rotatividade na liderança partidária, houve a necessidade de se estabelecerem pactos que permitam equilíbrios constantes na relação entre os diversos *Patrões*, como também na relação entre os patrões e os seus potenciais clientes.

É importante realçar que podem existir vários níveis de *Patrões*, onde poderemos considerar que os patrões da primeira linha são essencialmente o grupo constituído pelos anteriores Presidentes da República e alguns antigos combatentes da luta de libertação nacional e membros fundadores do partido Frelimo nomeadamente Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande, Graça Machel, Raimundo Pachinuapa, Mariano Matsinhe, que detém uma enorme influência dentro da estrutura partidária.

Um professor universitário e director de uma proeminente fundação que apoia a sociedade civil, numa entrevista concedida para efeitos desta pesquisa no dia 1 de Dezembro de 2015 fez o seguinte comentário: «*Considero que as principais famílias do poder em Moçambique são: Família Machel liderada pela senhora Graça Machel, família Guebuza, família Chissano, família Chipande, família Pachinuapa, família Sumbana*».

Como se pode depreender Filipe Nyusi ao ser eleito presidente do partido e da República, tem potencial para entrar no grupo acima descrito. Contudo, findo o primeiro ano do seu mandato, ainda é prematuro afirmar que o actual Presidente da República e do partido Frelimo seja um dos principais *Patrões* do partido no poder em Moçambique.

Numa recente entrevista concedida Revista Visão no dia 18 de Fevereiro de 2016, a propósito da situação política que se vive em Moçambique, Dom Jaime Gonçalves Bispo Emérito da Beira, a segunda maior cidade do país, fez o seguinte em relação ao poder efectivo do actual Presidente da República: «*Mas, apesar de toda a sua diplomacia, a linha Chissano está malvista no partido porque a linha Guebuza não a aceita, por mais que explique a sua posição de paz. O resto é contemporização. Está*

visto que Chipande [Alberto Chipande, influente general maconde da Frelimo e mentor do atual chefe de Estado, também maconde] já se queixou de que o ‘sobrinho’ [Filipe Nyusi] é machucado por Guebuza. Chipande está a exigir que Guebuza deixe o ‘sobrinho’ governar e todos sabemos que o ‘sobrinho’ não governa por causa de Guebuza. Nyusi não faz nada».

Existe um segundo nível de *Patrões*, obviamente com menos influência em relação aos indivíduos acima citados, mas contudo conseguem agregar as suas redes clientelares e em determinados momentos, consoante os interesses em disputa, podem mobilizar as suas redes em apoio a qualquer um dos patrões acima citados.

A hierarquização da importância dos *Patrões* revela a existência de vários níveis de patrões e as suas respectivas redes clientelares, o que é também confirmado no estudo apresentado por Chivangue e Cortez (2015) num artigo intitulado: “An Analysis of Mozambique’s Political and Economic Networks”.

Neste artigo, os autores analisam as ligações entre políticos e empresários no Moçambique contemporâneo recorrendo ao método SNA – Social Networks Analysis de modo a identificar as ligações entre estes dois grupos de indivíduos, e distinguir as suas relações e medir tanto a densidade e a centralidade das redes política e de negócios.

Com base nos registos empresariais dos políticos e empresários moçambicanos, e usando o Social Networks Analysis, os autores analisam as diversas parcerias de negócios que este grupo privilegiado estabelece entre si. Esta análise permitiu descortinar a posição de cada indivíduo dentro da rede e o seu respectivo poder de influência, sendo que aqueles que ocupam uma posição mais central na rede tem maior poder de influenciar as decisões, porque obviamente possuem um maior número de ligações, o que reforça o seu poder dentro da rede.

Assumindo que parte considerável da elite política e económica é membro do partido no poder ou possui ligações privilegiadas a este partido, o artigo identifica quem são os políticos ou empresários mais activos na economia de Moçambique. O artigo demonstra que tal como acontece em várias partes do mundo, a elite política moçambicana esta

organizada em uma rede com um líder, havendo figuras num segundo nível, terceiro e mesmo um quarto nível, composto essencialmente de indivíduos que estão fora ou à margem da rede principal.

As conclusões do artigo de Chivangue e Cortez (2015), baseado no método SNA vão de encontro com as classificações acima apresentadas no que diz respeito a hierarquia dos *Patrões* dentro do partido Frelimo e como elas acabam influenciando a economia política do país.

Os autores demonstram que a posição central na rede é ocupada pelo então Presidente da República, Armando Guebuza. A posição central na rede ocupada pelo então presidente da República de Moçambique, deve-se essencialmente ao cargo que ocupava – a pesquisa para elaboração deste artigo foi conduzida durante o período em que Armando Guebuza ocupava os cargos de Presidente da República e presidente do Partido Frelimo - e a influência que ele detinha ao nível político e acima de tudo no nível económico onde tem interesses empresariais nos mais diversos sectores de actividade económica do país. Joaquim Chissano e Graça Machel ocupam as posições imediatamente a seguir, no centro da rede, demonstrando a importância do antigo Presidente da República e da viúva do Primeiro Presidente de Moçambique na economia política do país.

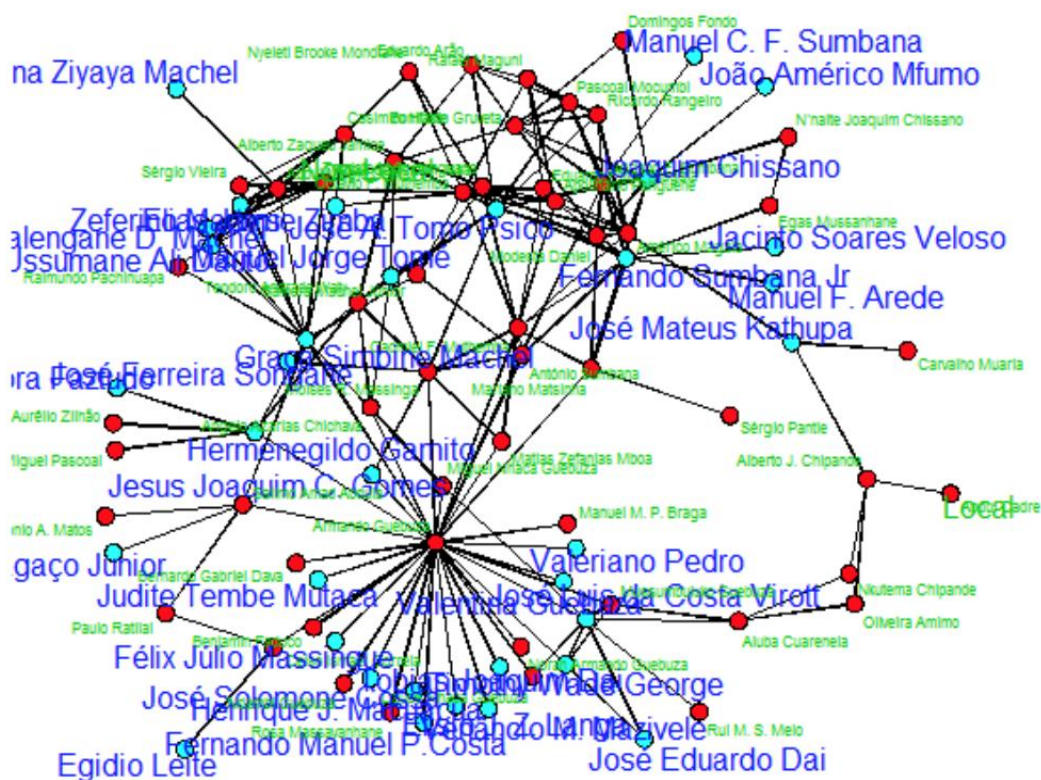


Figura 1: Sociograma das redes de interesses empresariais em Moçambique

Os autores frisam o facto de que em termos de conhecimento comum, a posição do então presidente da República era esperado, mas a posição do também antigo presidente da República Joaquim Chissano e da senhora Graça Machel, bem como os rankings de outros líderes de primeira linha, não eram esperados, uma vez que o observador comum não pode realmente ver a rede. Portanto, o artigo descreve com precisão as redes políticas e de negócios de Moçambique, com alguns resultados esperados e alguns inesperados, e deve ser usado para observar as mudanças que ocorrerão nesta rede ao longo do tempo.

É importante notar que o sociograma valida o estudo feito por Hanlon e Mosse (2009), em que os autores mencionam a existência de três famílias importantes na esfera política e económica, nomeadamente a família Chissano, a família Guebuza e a família da senhora Graça Machel.

O sociograma mostra dois principais grupos, com Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, Sérgio Vieira, Fernando Sumbana Júnior, Manuel Tomé, José Tomo Psico e outros no topo. A principal característica deste primeiro grupo é a ausência de um centro de poder que é distribuído entre diferentes nodos. No sociograma, pode-se encontrar o Presidente Guebuza, de quem flui o poder, ligado a pessoas como Miguel Nhaca Guebuza, Valentina Guebuza, José Eduardo Dai, Manuel M. P. Braga e outros. No centro, encontra-se Graça Machel e ela aparece como um ponto de conexão entre os dois grupos.

Um aspecto importante, realçado pelos autores, reside no facto de o posicionamento dos diversos indivíduos que fazem parte desta rede, não é imutável, ela vai alterando-se consoante as mudanças que vão ocorrendo na esfera política.

Num cenário como o acima descrito, onde pactos de equilíbrio entre as elites são constantemente firmados, o mais sensato de modo a acautelar o futuro é que o indivíduo que detém a presidência do partido (e por conseguinte o controlo do Estado), num determinado momento procure sempre que possível redistribuir as oportunidades pelos demais clientes, e acima de tudo não colidir os seus interesses com os de outros patrões.

Contudo nem sempre é possível conseguir alcançar esses equilíbrios precários, num contexto de competição política acirrada, oportunidades limitadas e violação dos direitos de propriedade consoante à vontade do poder político. Sendo que os desequilíbrios do sistema se tornam visíveis durante os processos de transição – entenda-se antes, durante e após a tomada de posse do novo líder, quando este começa a instalar a sua máquina dentro do partido e do Estado - como se pode depreender do artigo de opinião publicado por Sérgio Vieira⁴ no jornal O País, jornal detido pelo principal grupo de média privado a operar em Moçambique.

⁴ Sérgio Vieira é um antigo combatente da Luta de Libertação Nacional, após a independência ocupou o cargo de Governador do Banco de Moçambique 1978 - 1981, foi ministro da Agricultura 1981 – 1983, Governador do Niassa e vice-ministro da Defesa 1983 -1984, Ministro da Segurança 1984 – 1987, deputado da Assembleia da República desde a primeira legislatura à quinta legislatura, foi membro do Comité Central do partido Frelimo, Director- Geral do Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze 2001 até 2010 ano da sua extinção ordenada pelo executivo do então Presidente da República Armando Guebuza.

Na sua habitual coluna de opinião no jornal diário O País, o senhor Sérgio Vieira no dia 8 de Dezembro de 2015, publicou um artigo intitulado: “*Carta a muitos amigos, sobre pagar a pilhagem*” no qual é perceptível o nível de conflitualidade entre os dirigentes máximos do partido Frelimo, através das duras acusações que faz ao governo do então Presidente Armando Guebuza.

«Creio que bem precisamos de uma operação do tipo Lava jato para o bem da Pátria, do governo em exercício e dos cofres do Estado que devem reaver as pilhagens e as comichões de A e Z. Pouco interessa quem pilhou meia dúzia de milhões de Meticais, o fundamental quem se beneficiou directa e via familiares e subordinados de centenas de milhões de dólares e muitos e muitos biliões de Meticais. (...) O dólar que dizia-se chegar a 50 Meticais em Dezembro agora suspeita-se que ascenda para mais de 70 Meticais! Não nos pagam em dólares, não vivemos de dólares, muito importamos e os insumos porque pagos em moeda forte, aqui transformam-se em subidas em espiral dos artigos que consumimos. Porque esta catástrofe? Quem vai pagar a conta, a dívida, porquê estas somas fabulosas para pagarmos como se criaram e nos dizem, agora, haverem aumentado em mais de 1/3 de um ano para outro?

1. Fizeram-se obras faraónicas para ministérios, presidências, edifícios da Justiça, mas as conservatórias onde estão registadas as nossas vidas não possuem um sistema de alarme de incêndios ou sequer guardas e extintores. Eu fiquei sem registo de nascimento! O Ministério da Agricultura por duas vezes, maravilhosamente ardeu! Viva o saber fazer e saber organizar-se!

2. Fizeram-se pontes em Caia e Tete, novinhas, ninguém ponderou que numa ponte podem passar tanto viaturas como comboios, persistimos em ficar sem ligação ferroviária entre o Centro e o Norte e todos sabendo que também havia carvão na margem sul do Zambeze, majestaticamente ignorou-se este detalhe insignificante (?).

3. Destruí-se o pulmão verde na baixa de Maputo, negociou-se (como?) o Parque dos Continuadores, o Bairro Militar, a Cadeia Central, a FACIM, para proveito de quem? Mistério!

4. Entregaram-se as obras da Julius Nyerere a empresas mais do que duvidosas, uma delas até deixou morrer sete trabalhadores por incúria. Quem beneficiou?

5. Que histórias se contam sobre a circular e a ponte para a Catembe? Beneficiam a quem? Quanto custam? Não havia alternativas menos onerosas e igualmente eficientes, quando os valores despendidos mais que cobriam a ligação Tete – Mutarara, Tete – Zumbo, Cuamba - Lichinga, Guro - Chimoio, Pemba - Mueda, etc?

6. Quanto atum pesca por dia a dita EMATUM no lodo do cais onde estão atracadas as embarcações? Quem beneficiou disto?

7. Para onde vão os dinheiros da Electricidade de Moçambique (EDM), Telecomunicações de Moçambique (TDM), Correios, Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG), Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) para nos subirem os preços e baixarem em simultâneo a qualidade? Quem beneficiou disto?

8. À boca pequena muitos falam de comissões (comichões) recebidas por A e B e a começar do cimo. Nos transportes públicos o nome mais carinhoso dado diante de todos a um certo dirigente é ladrão! Popularidade abaixo de zero para quem sempre cultivou um ego desmedido. Diz-se que quem semeia ventos colhe tempestades. Que greves, que manifestações estamos a procurar? Que motins estamos nós a provocar? Uma operação Lava Jato como a brasileira ajudaria Moçambique e sobretudo faria o povo reganhar confiança no seu Estado e no partido que nele manda. Os resultados das eleições municipais, legislativas e mesmo das presidenciais não forçam todos a reflectirem? Contentamo-nos com afirmações idiotas de lambe botas sobre vitórias retumbantes, quando alguém e bem o disse foram mais que tombantes? Haverá vontade de entregar o poder a maiores gatunos, irresponsáveis, gente que se querem vingar da punição a traidores da pátria? Vigaristas notórios além dos actuais e bem conhecidos? Pobre Nyusi, pobre Maleiane⁵ gerirem cofres vazios e esvaziados pelas elites predadoras, do topo à base, apaniguados, familiares, amigos da onça deste país».

O artigo de Sérgio Vieira questiona muitas das opções de investimento público do governo do então Presidente Armando Guebuza, como também, acusa-o de

⁵ Maleiane é o apelido do Ministro da Economia e Finanças do governo de Filipe Nyusi, Adriano Maleiane, que já ocupou o cargo de Governador do Banco de Moçambique durante os mandatos de Joaquim Chissano como presidente da República.

enriquecimento ilícito em prejuízo do bem público, sugerindo a necessidade de o Ministério Público moçambicano conduzir uma investigação e levar o ex-presidente Armando Guebuza, seus familiares, amigos e colaboradores mais próximos aos tribunais.

Este tipo de pronunciamentos públicos em Moçambique são muito comuns por parte dos órgãos de comunicação social privados, porém quando provém de um membro sénior do partido Frelimo e que já ocupou diversos cargos governamentais, tem um elevado nível de mediatização. A mediatização está relacionada com o perfil de quem escreveu o artigo, o coronel Sérgio Vieira que é tido como um dos indivíduos mais próximos do então presidente Samora Machel, tendo sido afixado de casamento do então Presidente.

Para além deste facto, Sérgio Vieira sempre foi um influente membro do Comité Central do partido Frelimo, só alguém com um estatuto como o dele dentro do partido, poderia ousar fazer uma crítica directa ao ex-Presidente Armando Guebuza e mesmo assim, esta crítica foi proferida 11 meses após a saída de Armando Guebuza do cargo de Presidente da República e do partido Frelimo.

Este artigo de opinião confirma um dos principais argumentos desta tese, que reside no facto de actualmente o partido Frelimo estar a enfrentar processos de disputas internas entre os seus principais membros, sendo que tais disputas não são do âmbito ideológico, mas sim, associadas a processos de partilha de oportunidades de negócios e acima de tudo controlo do Estado.

A entrada massiva de investimento directo estrangeiro para o sector extractivo e para a logística com ele relacionado, Moçambique actualmente apresenta uma das maiores taxas de investimento directo estrangeiro na África Subsaariana. Por forma a não perder esta oportunidade de acumulação primitiva de capital, a elite política reconfigurou os seus mecanismos de extração de rendas criando parcerias com o capital estrangeiro.

Apesar do fluxo do investimento ter aumentado consideravelmente, a realidade demonstra que as oportunidades de extrair rendas não abundam e tendo em conta o número de indivíduos que são membros do partido e esperam essas mesmas

oportunidades, o risco de colisão dos interesses entre os diversos intervenientes torna-se elevado.

«From the perspective of an analysis of corruption, the important point is that primitive accumulation is difficult to organize legally. The transfer of resources to privileged groups who do not (and cannot yet) have any track record of being efficient capitalists, cannot be regulated using formal verifiable criteria. Inevitably, the number of candidates who could claim resources on the grounds that they *could* become productive capitalists far exceeds the resources available (Khan, 2003:18)».

Tendo a plena noção de que as melhores oportunidades de extrair rendas que permitam um melhor posicionamento no processo de acumulação primitiva de capital não são suficientemente grandes para todos membros do partido, os grandes negócios do Estado ficaram sobre controlo dos principais patrões do partido.

Portanto os principais investimentos, as grandes parcerias público-privadas nos sectores estratégicos da economia de Moçambique, hidrocarbonetos, indústria extractiva, transportes, energia, sector bancário e logística para o sector de hidrocarbonetos e extractivo são controlados pelo capital estrangeiro em parceria com as empresas detidas pelos principais líderes do partido Frelimo e pelos indivíduos que sejam próximos as lideranças partidárias.

«A economia moçambicana, com um modo de acumulação caracteristicamente extractivo (Castel-Branco 2010), é dominada pelo grande capital internacional associado a focos de capitalismo doméstico, geralmente rendeiro e predominantemente especulativo ou prestador de serviços, cuja estratégia a nível global está caracterizada como “acumulação pela desapropriação” das rendas de recursos naturais nos países pobres (Harvey 2005) apud (Castel-Branco, 2010: 118)».

Estes processos de definição de políticas públicas e macroeconómicas com profunda influência sobre a economia política do país e principalmente sobre as lógicas de acumulação inerentes a elite política e económica não podem ser desenhados sem a anuência dos principais *Patrões* do partido.

Os *Patrões* do nível imediatamente a seguir, não possuem a mesma influência política dentro do partido e por conseguinte ao nível do Estado como a dos patrões acima descritos. Porém estes, tal como os primeiros, possuem informação privilegiada sobre os principais negócios do Estado e em algumas situações são indivíduos que subiram às mais altas hierarquias do partido e do Estado devido a sua competência técnica.

A estes, os seus “apetites” de acumulação primitiva de capital são saciados através da atribuição de cargos nas empresas públicas, institutos públicos, universidades públicas, empresas públicas e altos cargos dentro dos principais ministérios. Porém, estes também possuem interesses empresariais, as empresas por eles detidas sempre são as vencedoras nos concursos de procurement público. Mesmo nas situações onde as mesmas não oferecem as melhores ofertas, simplesmente fazem uso da influência política para conseguirem singrar no mercado.

Para os clientes/membros do partido o seu objectivo resume-se em alcançar o nível intermédio, algo que é possível através da militância nos órgãos do partido, lealdade política para com os principais patrões mas sem revelar particular tendência ou proximidade para com nenhum deles, de modo a não ser considerado potencial inimigo por parte dos outros patrões. Uma das formas de cooptação deste grupo de clientes é através de casamentos com familiares próximos dos principais patrões, convidar os principais patrões a serem padrinhos de casamentos⁶ e baptismos dos seus filhos, como também através da elevada competência técnica do cliente/membro.

Existe ainda um segundo grupo de clientes/membros que é constituído por um grupo de empresários comerciantes de origem asiática. O seu alinhamento político é marginal e eles tal como uma parte considerável do empresariado local, afirmam que apoiam o partido Frelimo de modo a evitarem problemas tais como verem violados os seus direitos de propriedade e contratuais.

⁶ Por exemplo, Armando Guebuza durante o seu mandato foi padrinho de casamento do então comandante Geral da Polícia de Moçambique por si nomeado - Jorge Khalau - tendo o reconduzido a um segundo mandato como Comandante geral da Polícia, apesar das enormes críticas ao seu desempenho, principalmente devido a vaga de raptos que no início tinha como vítimas preferências empresários de descendência indiana, portugueses e que depois propagou-se a classe média alta nativa moçambicana. Estes crimes tiveram o seu auge entre os anos de 2012 e 2014, os valores cobrados para os resgates variavam entre 100.000 mil dólares até os 5 milhões de dólares.

No caso do empresariado de origem asiática, este grupo é um dos principais financiadores do partido e em troca do seu financiamento o governo sustentado pelo partido Frelimo assegura os seus direitos de propriedade e contratuais e ignora as irregularidades que eles possam cometer (fuga ao fisco, violação dos direitos laborais, etc).

Um exemplo elucidativo do financiamento político em Moçambique ocorre a quando da realização das eleições legislativas e multipartidárias. Neste período é muito usual o empresariado organizar jantares onde são convidados ilustres figuras do partido Frelimo incluindo o seu candidato as eleições presidenciais,

Ao longo desses jantares são realizados leilões de alguns objectos, leilões que visam angariar fundos para o financiamento da campanha eleitoral deste partido.

As dinâmicas acima descritas tornam o clima de investimento em Moçambique extremamente politizado e grupos empresariais tais como Insitec, Intelec, Whatana, Focus 21, entre outros, ligados às figuras da elite política moçambicana têm-se aproveitado do aumento considerável do investimento directo estrangeiro no país. E por via disso são importantes actores económicos e se tiverem apoio político sustentado, a longo prazo podem tornar-se grandes conglomerados. Porém actualmente muitas delas não são rentáveis e parte considerável dos seus ganhos provêm dos negócios ligados à compra e venda de bens, terra (pese embora em Moçambique a lei diga que a terra é propriedade do Estado), imobiliário e acções.

No entanto, se existem grandes críticas à forma como estas empresas fazem negócios ou no que diz respeito às suas competências técnicas, não existem casos de corrupção relacionados com estes grupos, há uma falta de evidência do pagamento de subornos, propinas ou outro tipo de práticas ilegais associadas às mesmas.

As ligações privilegiadas da Insitec⁷ e Intelec com o ex-Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, de certa forma tornaram estas empresas relativamente pouco

⁷ Diferentemente do grupo Intelec onde o então Presidente da República, Armando Guebuza, consta dos registos comerciais da constituição desta sociedade, no caso do Grupo Insitec, não há qualquer tipo de registo que ligue Armando Guebuza a esta sociedade, porém os círculos políticos, empresariais e os medias privados afirmam que Celso Correia o seu presidente é muito próximo de Guebuza. No actual

atractivas para algumas empresas estrangeiras de renome, uma vez que com Guebuza fora da presidência do país e do partido é possível que não consiga defender os direitos de propriedade e contratuais destas empresas.

Em Fevereiro de 2014, antes da realização do Comité Central da Frelimo que iria escolher o candidato da Frelimo à eleição presidencial que viria a realizar-se em Outubro de 2014, havia 5 pré-candidatos por parte do partido Frelimo nomeadamente Filipe Nyusi, José Pacheco, Alberto Vaquina, Luísa Diogo e Aires Aly.

Um empreendedor moçambicano por nós entrevistado no dia 26/02/2014 e que possui uma parceria de negócios com uma empresa portuguesa sediada na cidade do Porto julgava que o escolhido no comité central seria o então primeiro-ministro de Moçambique, Alberto Vaquina, e por via disso dois dias antes da escolha do candidato conseguiu arranjar um encontro entre os seus parceiros de negócios e o pré-candidato Vaquina, o qual ele pensava ser o escolhido do partido.

O exemplo acima mostra o quão importante e valorizada é a influência política, tanto por parte dos investidores como também por parte dos actores políticos. Um segundo aspecto é que a partir do momento em que houve o anúncio dos pré-candidatos os investidores que estão a chegar ao país e aqueles que já actuam no mercado moçambicano começaram de imediato a fazer contactos com os potenciais sucessores de Armando Guebuza, relegando o actual Presidente da República para um plano secundário, pese embora ainda estivesse no poder.

Tendo em conta que em Moçambique a ascensão ao poder de um novo presidente cria processos de reconfigurações ao nível das elites, este facto cria um grande desafio para o processo de acumulação das elites porque, antes que um determinado grupo consolide a sua pujança económica e política, o seu principal defensor é forçado a ceder o seu lugar, o que de certa forma pode prejudicar a sustentabilidade dos grupos anteriormente privilegiados.

governo do Presidente Filipe Nyusi, Celso Correia ocupa o cargo de Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Tivemos a oportunidade de entrevistar um funcionário de uma agência de avaliação de risco no dia 23/09/2013, que estava em Moçambique para analisar o ambiente de negócios e potenciais parceiros locais, para um cliente seu e disse o seguinte: «*Whatana Investments Lda, empresa da senhora Graça Machel é relativamente independente e é mais atraente do ponto de vista de reputação, no âmbito geral. Porém, o filho da Senhora Graça Machel não é tão altamente considerado e não tem o nível de expertise de Celso Correia e Salimo Abdula. Isso é um revés para os investidores*».

A Whatana Investments Lda, empresa ligada a Sra. Graça Machel é tida como relativamente mais independente e atraente do ponto de vista de reputação porque, sendo ela um dos principais “*Patrões*” do partido Frelimo, os seus interesses empresariais nunca foram afetados nem no período do ex-presidente Joaquim Chissano e muito menos com a chegada de Guebuza ao poder, havendo uma certa continuidade. Algo que no caso de Guebuza ainda devemos esperar algum tempo para aferir se ocorre.

Quando ocorrem mudanças no topo da liderança do partido Frelimo, os principais *Patrões* deste partido podem passar por alguns momentos de turbulência, mas os principais afetados são os indivíduos mais próximos das suas redes clientelares. Tendo a plena consciência dessa realidade, os clientes mais astutos são aqueles que procuram não se identificarem ou serem rotulados como fazendo parte da rede clientelar de um determinado patrão, uma vez que a perda de influência por parte desse *Patrão* acarreta perdas maiores para os seus clientes.

As empresas relacionadas com a rede clientelar do *Patrão* que estava no poder, como também dos seus principais clientes, acabam perdendo parte do seu fulgor, uma vez que a sua performance nos mercados era sustentada pelo facto de eles se encontrarem no centro do poder político. Essa perda de visibilidade por parte dessas empresas acontece mesmo nos casos em que elas se tornam competitivas.

E tendo em conta que estes grupos empresariais que pertencem à elite política moçambicana não possuem capital financeiro e muito menos competências técnicas, sendo o seu papel nas parcerias que estabelecem com o capital estrangeiro a intermediação para garantia dos direitos contratuais e direitos de propriedade, por via disso facilmente podem ser descartadas e substituídas pelas empresas de outros patrões.

Perante este cenário, de acumulação primitiva de capital em ciclos relativamente curtos, nunca superiores a 10 anos, que não possibilitem uma verdadeira consolidação dos grupos que se beneficiam do *status quo*, a questão que se coloca é até quando a elite política conseguirá manter os seus privilégios personalizados, de modo a evitarem que estes transitem para um cenário de respeito pelos direitos de propriedade que podem ser alargados a toda sociedade.

O actual padrão de desenvolvimento baseado numa economia de renda, onde as elites políticas se encontram nos primeiros estágios de acumulação primitiva de capital, só poderá ter sustentabilidade num cenário de constantes arranjos entre as principais elites e alguma abertura para os restantes grupos da sociedade que tenham expertise para o empreendedorismo mas cuja forte influência política não possibilita a sua emergência e consolidação.

Por sua vez, a estabilidade interna da Frelimo depende de uma distribuição mais ou menos alargada das rendas, por forma acomodar os interesses de um grupo cada vez maior de clientes que buscam a sua oportunidade de participar no processo de acumulação primitiva de capital que esta a ocorrer. Só assim é que a elite poderá impedir o alargamento dos direitos de propriedade para a sociedade (o que significaria perda de influência nos processos de acumulação), reforçando a importância do poder político sobre todas as outras esferas social e económica.

Capítulo IV

Dinâmicas do processo de acumulação em Moçambique.

No capítulo anterior a análise concentrou-se nos aspectos ligados a emergência de uma elite política/empresarial em Moçambique, as áreas de investimento económico dessa mesma elite, os seus métodos de acumulação e as estratégias de sobrevivência e reprodução deste grupo.

Este capítulo irá recuperar uma parte do debate iniciado anteriormente, principalmente no que se refere aos processos de acumulação primitiva de capital por parte da elite política moçambicana, apresentando as dinâmicas deste processo e o potencial de eclosão de conflitos entre os seus membros. Para tal será dada ênfase à observação das forma como se encontra estruturada a economia de Moçambique, focalizando à análise sobre os seus diversos intervenientes, a performance de determinados grupos empresariais moçambicanos, demonstrando quem são os proprietários dessas empresas, as relações que elas estabelecem entre si e a forma como elas se apropriam das oportunidades de extrair rendas, tendo em conta as relações privilegiadas de que gozam junto do poder político.

Com esta análise, espera-se que o capítulo consiga demonstrar:

- Que Moçambique é um país que apresenta as características dos *Limited Access Order*, segundo a classificação de North et al. (2009);
- Que tem uma economia essencialmente extractiva, sustentada por dois principais vértices que são ajuda externa e o investimento directo estrangeiro, os quais são aproveitados pela elite política local para efeitos de acumulação primitiva de capital;
- E que o actual padrão de acumulação primitiva de capital não abre espaço para a consolidação de grupos económicos nacionais, porque as mudanças na chefia do Estado implicam mudanças significativas nos grupos privilegiados e por conseguinte nas vantagens inerentes à influência exercida pelos mesmos para

garantirem o acesso a informação privilegiada e aos melhores negócios com o Estado.

4.1 Da ajuda externa à indústria extractiva, metamorfoses do processo de acumulação em Moçambique

O processo de acumulação primitiva de capital, por parte da elite política em Moçambique iniciou na década 1990, com a liberalização da economia e o subsequente processo de privatização. Este processo tem vindo a sofrer mutações ao longo do tempo, pese embora o padrão extractivo ou rendeiro da economia de Moçambique se mantenha desde o período colonial.

Este padrão é muito comum em países que se especializaram na exportação de produtos na sua fase primária, que são usados como matéria-prima para produção de bens que posteriormente regressam a estes países por via de importação como produtos acabados, resultando por conseguinte na extrema vulnerabilidades deste tipo de economias.

A economia moçambicana apresenta esse padrão, devido à sua pequena escala, diversificação limitada, infraestruturas frágeis e baixo rendimento *per capita*. A alguns autores denominam economias com este tipo de características como sendo economias rendeiras, ou extractivas.

Segundo Carneiro (2004), o conceito de economia rendeira deve ser compreendido a partir da concepção de um substrato comum a saber:

- Economias em que os processos e a lógica económica são em última instância determinados pela entrada de rendimentos externos – *unearned windfall resources* – que não resultam da remuneração de factores de produção (capital e trabalho) voluntariamente empregues em obediência a imperativos de maximização da sua produtividade;
- Economias inseridas em Estados rendeiros – concebidos como Estados de afectação, Estados exotéricos – que constituem os agentes receptores e de afectação das rendas externas na economia, através da sua «reciclagem»;

- Economias em que os processos de acesso ao «rendimento» pelos agentes económicos – no caso vertente, às rendas externas ou ao resultado da sua reciclagem – não sejam dominados por «processos económicos» consubstanciados em sistemas de remuneração de factores de produção; pelo contrário, o acesso às rendas externas, ou ao resultado da sua reciclagem, é efectuado através de «punções» no circuito interno de circulação das rendas externas, subordinado a uma lógica de *rent-seeking*, a qual molda a generalidade do sistema económico, incluindo os processos de formação dos preços;

- Economias em que o processo de concentração das rendas externas – ou da sua reciclagem – inerente ao sistema determina processos de crescente exclusão social (por exclusão do acesso às rendas, por «impossibilidade» de remuneração do factor trabalho), o que se expressa numa crescente dimensão do sector informal como refúgio de sobrevivência da maioria da população.

O autor realça que a concepção do Estado como «canal único» de recebimento e de afectação de rendas externas deve ser entendida no contexto da dinâmica de evolução do sistema rendeiro e da sociedade. A economia rendeira induz uma moldagem institucional que torna progressivamente indistinta a consideração «de estado» e de agentes «privados» incrustados de forma adventícia no Estado-rizoma; na economia rendeira, o Estado e tais agentes constituem o verso e o anverso de uma mesma, única e indistinta realidade rendeira. O desenvolvimento do sector informal processa-se, entretanto, de forma igualmente subordinada a uma lógica rendeira geral, inclusive a processos de *rent-seeking*, os quais se tornam dominantes na globalidade da formação social. São, portanto, absolutamente inviáveis as pretensões de contornar ou alterar a predominância da lógica rendeira e da economia rendeira a partir de um desenvolvimento do sector informal.

A exportação de produtos primários, de *commodities*, constitui a fonte geradora das rendas externas, a par da «ajuda externa»; de igual modo, a circunstância de o processo de exportação de tais produtos se tornar dominante determina, por sua vez, a moldagem da economia – bem como da natureza do Estado e das instituições.

O conceito de “economia extractiva” é muito próximo da definição de “economia rendeira”. Segundo Castel-Branco (2010) por economia extractiva (em vez de indústria

extractiva propriamente dita) entende-se uma dinâmica económica e social produtiva e de acumulação que é dominante (isto é, que estrutura e subordina as dinâmicas fundamentais de acumulação) e que se estrutura em torno de um conjunto de características semelhantes às usadas para descrever a indústria extractiva. Ao nível da economia como um todo, este padrão extractivo de acumulação tem efeitos estruturantes sobre os padrões de produção, comércio, propriedade, acumulação, distribuição e relações sociais, bem como sobre as capacidades, opções e sustentabilidade dos processos de reprodução económica e social ao longo do tempo.

O autor apresenta um conjunto de características comuns que identificam os países que possuem economias extractivas, onde a primeira característica se refere ao facto destas economias terem um nível de especialização na produção e comercialização de produtos primários com limitado processamento (ou valor acrescentado). Portanto, à semelhança das indústrias extractivas, a economia no seu conjunto opera predominantemente ao nível primário das cadeias de valor de que faz parte como fornecedora.

A segunda característica cinge-se ao facto de estas economias apresentarem desarticulação das actividades produtivas, com limitadas ligações, tanto a montante e jusante como transversais, entre actividades, firmas e subsectores, de tal modo que a malha económica é larga e porosa, em vez de desenvolver ligações multidimensionais e ser capaz de reter e usar a riqueza que gera.

Como terceira característica, Castel-Branco (2010) avança o facto de a capacidade de expansão e financiamento da economia dependem do desempenho das exportações de produtos primários. Dada a concentração em poucos produtos, a volatilidade dos mercados internacionais de produtos primários (*commodities*) e a vulnerabilidade de produtores de produtos primários nesses mercados, frequentemente controlados por monopólios ou oligopólios, a expansão económica encontra-se associada a crises cíclicas de alta frequência de acumulação de capital.

A quarta característica da economia extractiva reside na profunda desigualdade entre regiões e grupos sociais no acesso a oportunidades, opções e riqueza. Esta desigualdade é causada pela concentração da base produtiva e dos centros de acumulação e pela estrutura social desigual da produção e do emprego.

A quinta característica da economia extractiva é a insustentabilidade inter-temporal e inter-geracional deste modelo de expansão da base produtiva. A porosidade da economia, ou incapacidade de a economia reter a riqueza gerada, e a tendência para se porem tantos recursos naturais em exploração quanto o possível a curto prazo, colocam constrangimentos enormes nas opções e oportunidades de desenvolvimento a longo prazo e para as futuras gerações.

A sexta e última característica da economia extractiva é a dependência das classes capitalistas nacionais em ascensão, em relação ao acesso a rendas de recursos naturais e, por consequência, a sua submissão às dinâmicas mais globais de acumulação capitalista. Dado que o acesso aos recursos naturais e que as ligações com o capital estrangeiro multinacional requerem ou são facilitadas pelas ligações políticas através do Estado, o processo de acumulação com base em rendas de recursos naturais em economias de natureza extractiva tende a construir uma aliança directa entre o acesso ao poder público e o acesso à riqueza, bem como tendem a desenvolver um Estado focado na promoção de oligarquias financeiras nacionais e facilitação da sua aliança com o capital financeiro internacional.

Observando as características de Moçambique, constata-se que a sua economia é por excelência rendeira e extractiva, na medida em que ela apresentava os elementos estruturantes que caracterizam este tipo de economias. Dois anos após a proclamação da independência nacional, mais concretamente em 1977, teve início a guerra civil que opôs o governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), este conflito que durou dezasseis anos, tendo terminado com assinatura dos acordos de paz em 1992 entre os dois beligerantes, teve o condão de agudizar as vulnerabilidades da economia moçambicana e de certa forma introduziu um dos principais vértices estruturantes da economia de Moçambique na actualidade, a ajuda pública ao desenvolvimento.

Resumidamente, após a independência o novo governo depara-se com tensões políticas, militares e económicas com o seu vizinho mais poderoso na região, a África do Sul, que teve impactos imediatos na balança de pagamentos e na economia real, uma guerra civil que gradualmente vai se alastrando pelo território nacional prejudicando parte

considerável das suas estratégias de desenvolvimento para o país e calamidades naturais tais como a seca, que conduziram a uma situação de catástrofe humanitária.

Esta combinação de factores abriu espaço para que gradualmente o governo de Moçambique tivesse a necessidade de solicitar auxílio internacional para ajuda de emergência devido à situação que o país atravessava. Porém, as políticas de pendor socialistas por parte do governo moçambicano constituíam um entrave para que rapidamente fosse disponibilizada ajuda de emergência por parte dos doadores ocidentais.

«A forma de relacionamento dos poderes políticos ocidentais com o conflito na África Austral expressou-se claramente aquando da catástrofe e fome que assolou a província de Inhambane. Apesar dos pedidos repetidos feitos por Moçambique à comunidade doadora internacional, demorou mais de um ano até que os primeiros fornecimentos de ajuda de emergência chegassem às populações. A razão principal foi que Moçambique, com a sua expressa estratégia de desenvolvimento socialista, sofria de isolamento político e diplomático por parte dos grandes doadores ocidentais (Abrahamsson & Nilsson, 1994:109)».

As únicas opções viáveis para obter ajuda de emergência, dependiam da mudança radical de abordagem por parte do governo de Moçambique, abandonando por conseguinte as suas tendências socialistas, algo que não foi muito difícil de acontecer ao constatarem que as oportunidades de cooperação efectiva com o bloco socialista estavam a tornar-se cada vez mais diminutas.

«A necessidade urgente de ajuda alimentar internacional e de novos créditos internacionais, juntamente com a necessidade de apoio internacional político e diplomático para a luta contra o regime de minoria branca da África do Sul, fizeram com que Moçambique alterasse as suas alianças internacionais. A juntar a isso vem o facto de Moçambique não ter sido aceite como membro da organização de cooperação económica dos países de leste, CMEA. Por essa razão, ficaram frustradas as possibilidades de uma cooperação aprofundada com os países socialistas, como alternativa ao sistema de créditos ou ao apoio político dos países ocidentais (Abrahamsson e Nilsson, 1994:110)».

Com o cenário acima descrito, só restava uma alternativa de modo a suprir as necessidades em ajuda alimentar que o país necessitava, por conseguinte Moçambique aceitou os condicionamentos inerentes à ajuda alimentar de que necessitava, que passava pelo pedido de adesão às instituições de Bretton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, como também liberalizar a sua economia.

Para tal foi desenhado um programa de reabilitação económica (PRE) introduzido em 1987, este tinha como objectivos: inverter o declínio na produção e restaurar um nível mínimo de consumo e de salários para toda a população, particularmente nas zonas rurais; reduzir substancialmente os desequilíbrios financeiros internos e reforçar as contas e reservas externas; melhorar a eficiência e estabelecer as condições para um regresso a níveis mais elevadas de crescimento económico, logo que a situação de segurança e outras condicionantes exógenas tivessem melhorado; reintegrar os mercados oficiais e paralelos; restaurar a disciplina financeira nas relações com os parceiros comerciais e credores.

A segunda metade da década de 1980 marca o início da dependência da ajuda ao desenvolvimento como um dos pilares que sustenta a economia de Moçambique. Neste período, esta caracterizava-se essencialmente por ajuda de emergência alimentar.

«O consequente aumento da ajuda internacional contribuiu para estimular a recuperação da economia e em 1987 o produto interno bruto (PIB) cresceu quase 15%. Mas a recuperação durou pouco tempo. Como a guerra civil continuava, a taxa de crescimento foi caindo e, no início dos anos 90, tornou-se negativa. Foi só após o fim da guerra, em 1992, que surgiram as condições básicas para o restabelecimento do crescimento (Hodges e Tibana, 2005: 41) ».

Após o término da guerra civil em 1992, o número de organizações não-governamentais internacionais, agências de cooperação, doadores bilaterais e multilaterais aumentou consideravelmente e, com a chegada destes, os fluxos de ajuda internacional que o país recebia também tiveram um incremento considerável.

As formas de actuação destes doadores alternavam-se entre projectos de ajuda de emergência, e projectos de desenvolvimento. Durante o período de ajuda de emergência, o poder das ONGs internacionais foi-se tornando cada vez mais forte, uma vez que os

principais doadores preferiam canalizar os fluxos da sua ajuda via ONGs, em detrimento de canalizarem via Governo de Moçambique (GdM), visto que o consideravam extremamente burocrático e por vezes corrupto.

Em 1992, foram assinados os acordos de paz entre o Governo de Moçambique e a RENAMO. Com o fim do conflito armado, os doadores gradualmente mudaram o seu foco da ajuda de emergência para a introdução de projectos de desenvolvimento. Um pouco por todo o país, multiplicavam-se os diversos projectos, coordenados por uma extensa vaga de organizações não-governamentais, nacionais e estrangeiras.

Como se pode deprender, gradualmente o país foi consolidando a sua dependência em relação aos diversos doadores que se encontravam a operar no seu território. Pese embora esse facto, o Estado neste período foi relegado para um plano secundário, as diversas ONGs desenhavam os seus projectos, definiam o seu grupo alvo e implementavam as suas actividades, sem olhar para as prioridades definidas pelo Governo de Moçambique.

Um aspecto importante a frisar é que neste período, apesar de estar completamente invadido pela indústria de desenvolvimento, o Estado mantinha uma certa equidistância deste fenómeno, uma vez que não recebia financiamentos directos dos doadores, havendo somente algumas tentativas tímidas por parte dos parceiros de cooperação para prestarem assistência técnica a determinadas instituições públicas.

Na segunda metade da década 1990, o cenário mudou radicalmente. Paulatinamente, primeiro por parte dos doadores nórdicos, assistiu-se a introdução de projectos dentro das estruturas dos ministérios. Estes projectos, que existiam como estruturas autónomas, contribuíam muito pouco para o fortalecimento institucional destes, uma vez que criavam processos de gestão paralelos dentro da mesma instituição. Os projectos contratavam uma parte do pessoal administrativo dentro dos ministérios e estes beneficiavam de uma remuneração diferente dos restantes funcionários, geralmente em moeda estrangeira. A estrutura de desembolso dos fundos era totalmente controlada pela agência doadora, o que pressupõe a existência de mais de um sistema de gestão financeira dentro do mesmo ministério e mais de um orçamento.

Esta mudança de abordagem introduziu na máquina de administração pública, as lógicas inerentes à ajuda pública ao desenvolvimento. Gradualmente, os ministérios viram-se mergulhados em situações em que devido a existência de diferentes programas, financiados por diversos doadores, estas instituições do Estado pareciam réplicas de ONGs com a agravante de terem problemas de dupla subordinação, onde os funcionários deveriam produzir relatórios para os financiadores dos projectos e também para os seus superiores hierárquicos dentro do ministério.

«Em Moçambique, a certa altura, só no Ministério da Saúde havia mais de quatrocentos projectos financiados pela cooperação (Milando,2005:108)». Num cenário destes, é fácil presumir os conflitos internos e disputas entre os diversos intervenientes, de modo a que os fluxos financeiros continuem a fluir nos seus respectivos projectos, perdendo-se deste modo a oportunidade de trocar informação, e articular melhor as diversas áreas com o intuito último de melhorar o sector no seu todo.

Com o aumento do criticismo em relação aos efeitos perniciosos que os vários projectos criavam ao nível dos ministérios, foram introduzidos os fundos comuns, ou *sector wide approach*, mais conhecidos por SWAPS.

Com os fundos comuns os doadores passaram a disponibilizar os seus fluxos financeiros para orçamento do ministério, possibilitando uma maior apropriação da ajuda por parte dos ministérios. Portanto, em vez de o orçamento ir directo aos programas, ele é drenado para o ministério, aplicando-se na sua visão comum. Resumindo, os fundos comuns possibilitaram o surgimento de uma visão comum e mais ampla sobre as necessidades e prioridades, para além de terem contribuído para a construção de capacidade institucional dentro das instituições públicas, onde os gabinetes de estudos e planificação voltaram a ganhar protagonismo.

Na segunda metade da década 1990, foi também introduzido o apoio à balança de pagamentos. A introdução desta modalidade de ajuda ao desenvolvimento foi de iniciativa de quatro doadores, nomeadamente Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça. Esta ajuda era muito mais abrangente, pois visava minimizar os efeitos negativos dos constantes défices apresentados pela balança de pagamentos do país.

Como se pode depreender, gradualmente a ajuda ao desenvolvimento foi penetrando dentro da administração pública, tornando o Estado moçambicano a principal ONG local. Este facto consolida-se com a entrada do apoio directo ao orçamento de Estado, modalidade de ajuda que foi introduzida no ano de 2005, onde os doadores passaram a financiar o défice do orçamento de Estado de Moçambique.

A ajuda externa, principalmente nas modalidades de fundos comuns e apoio directo ao orçamento, permitiu que os doadores desempenhassem um papel importante no processo de formulação de políticas públicas do país e contribuíssem para o processo de reformas nos sistemas administrativo e financeiro do Estado, melhorando significativamente a performance da administração pública, como também para a expansão da despesa pública, financiado mais de metade da mesma.

Da ajuda de emergência alimentar que deveria ser pontual, passados mais de duas décadas, Moçambique tornou-se num dependente crónico de ajuda pública ao desenvolvimento que, aliada ao investimento directo estrangeiro, constituem os vértices estruturantes da sua economia.

«Portanto, sem a ajuda externa, o investimento público seria mínimo ou o Estado teria que encontrar outras formas de financiamento: contraindo dívida pública interna ou externa ou aumentando as receitas fiscais, o que implicaria recolher receitas fiscais nos megaprojectos (Castel-Branco, 2010:69)».

Porém, o processo contínuo e prolongado de ajuda pública ao desenvolvimento produziu efeitos perversos na economia política de Moçambique, que foram aproveitados pela elite política local de modo a consolidar o seu processo de acumulação primitiva de capital.

A ajuda externa possibilitou que a população tivesse acesso a um conjunto de serviços básicos que são da responsabilidade do Estado, que de outra forma não seria possível ao governo moçambicano providenciar aos seus cidadãos. Com esta alternativa, as elites políticas que controlam o Estado conseguiram por um lado aliviar potenciais focos de protesto social, e por outro, criar alianças estratégicas com o capital internacional.

Os constantes fluxos de ajuda externa permitiram que a elite política pudesse dar-se ao luxo de oferecer enormes incentivos fiscais aos grandes investidores ligados à indústria extractiva e aos sectores com esta directamente relacionados, sem que para tal houvesse a necessidade de alargar a base tributária, porque parte dos fundos para garantir os serviços básicos que um Estado deve providenciar são canalizados por via da ajuda pública ao desenvolvimento. Em troca dessa ausência de sufoco fiscal, o capital internacional oferece uma parte minoritária nas suas sociedades ou contratos de prestação de serviços de logística às empresas detidas pela elite política empresarial moçambicana.

Mas antes da chegada massiva dos fluxos provenientes do investimento directo estrangeiro a Moçambique, os financiamentos da ajuda externa foram largamente usados pelas elites políticas nacionais como fonte de acumulação primitiva de capital. Disso é exemplo claro o processo de privatização, que abordámos detalhadamente no capítulo anterior, o qual pode ser considerado o primeiro estágio da tentativa de acumulação por parte das elites locais. Posteriormente, os títulos de tesouro que foram usados para financiamento de algumas empresas ligadas às elites políticas locais também marcam um momento em que os fundos da ajuda externa foram usados para satisfação de interesses privados.

A partir da entrada em vigor do apoio directo ao orçamento, o acesso a informação privilegiada permitiu a um grupo privilegiado alterar o seu padrão de extração de rendas, através da constituição de firmas/empresas cujo objectivo é posicionarem-se estrategicamente no mercado de modo a prestarem serviços às instituições públicas e, com isso, retirar os fluxos aplicados ao orçamento de investimento por parte do parceiros de apoio programático, tornando-se uma forma subtil e mais elegante de extrair rendas.

«A introdução do apoio directo ao orçamento, aliada à consequente reengenharia institucional a que o Estado foi sujeito de modo a se tornar elegível a receber apoio orçamental por parte dos doadores, trouxe previsibilidade às acções da máquina da administração pública. Assim, de uma forma atempada é possível, por parte da mesma, definir políticas públicas de modo afectar os recursos para os sectores prioritários. Em outras palavras, a previsibilidade abriu espaço para uma maior capacidade de

planeamento e desenho de políticas públicas por parte do governo, mas por outro lado possibilitou que um grupo restrito de actores tivesse conhecimento prévio de informação privilegiada sobre futuras áreas de intervenção do investimento público. O acesso a este tipo de informação, conjugado com a introdução de melhorias significativas nos processos e procedimentos para execução da gestão financeira do estado, aliada a uma maior fiscalização por parte dos doadores, contribuiu para o surgimento de novas formas de apropriação dos fundos públicos (Cortês, 2010:72)».

A ajuda externa, também proporcionou oportunidades de obtenção de rendas por parte dos detentores do poder político. A par do aumento considerável da ajuda externa, que se intensificou a partir do final da guerra civil, também o investimento directo estrangeiro de forma tímida foi mostrando uma evolução no pós-guerra.

As economias de pendor extractivo ou rendeiro apresentam elevados níveis de exposição às dinâmicas dos mercados internacionais ou às “modas” da ajuda externa, por conseguinte a sobrevivência dos actores que actuam neste tipo de cenários, na capacidade de conseguirem adaptar-se rapidamente às mudanças que ocorrem a nível internacional, mas que têm efeitos ao nível local.

Esta lógica ajuda a explicar as tendências cíclicas religiosamente seguidas pela elite política de Moçambique de modo a que, por um lado, continuem engajados no processo de atracção da ajuda externa e, por outro, no investimento directo estrangeiro.

«De acordo com os dados, Maputo (por causa da Mozal, Motraco e projecto de ferro e aço, MISP), Nampula (refinaria petroquímica e areias pesadas), Tete (carvão), Gaza (areias pesadas e açucareiras) e Inhambane (gás natural e turismo) foram os maiores destinatários das intenções do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) aprovado entre 1990 e 2007 (Castel-Branco, 2010:49)».

A elevada exposição aos fluxos de capitais internacionais, tanto para o caso de ajuda externa como para o caso do investimento directo estrangeiro, acaba determinando as dinâmicas e o padrão de acumulação dos actores políticos e dos grupos de que eles fazem parte. O padrão do investimento privado nacional procura por conseguinte estar atento às mudanças apresentadas por estes dois principais vértices que definem a

estrutura da economia de Moçambique, ajuda externa e o investimento directo estrangeiro.

Após a liberalização da economia, que ocorreu com a entrada em vigor da Constituição da República de 1990, assistiu-se à privatização das antigas empresas estatais, como também à constituição de novas empresas por parte considerável dos membros da elite política ligada ao partido Frelimo. Analisando os dados referentes aos registos comerciais de constituição destas empresas, a partir dos anos 1990 com a liberalização da economia até aos dias que correm, torna-se visível o padrão extractivo da economia e como são constituídas as oportunidades de capturar rendas.

Um aspecto que pode ser identificado reside no facto de a constituição de empresas para operar em determinadas áreas serem realizados consoante a pujança que o sector demonstra em determinado momento, e tendo em conta que mais de 80 por cento das exportações vão somente para três destinos (União Europeia, África do Sul e China), e mais de 60 por cento do valor de todas as exportações é gerado somente por cinco produtos, este facto ajuda a demonstrar os elevados níveis de concentração das áreas de interesse económico da elite, o que faz com que ao longo do tempo se possa identificar um padrão migratório comum nos interesses empresariais da elite política moçambicana.

Durante a década 90, os principais, produtos de exportação da economia moçambicana eram o camarão, a castanha de caju e a madeira, todos eles processados e exportados na sua fase primária. Neste período, é possível observar que parte considerável dos políticos/empresários que se estavam a constituir no país constituíam as suas primeiras empresas, nestes sectores das pescas, da indústria do processamento do caju e da exportação de madeira.

As investidas no mundo dos negócios por parte de preponderantes membros do partido Frelimo não é uma prerrogativa dos dirigentes que ocupam cargos nos principais órgãos de soberania após a liberalização da economia. Uma parte considerável dos membros do executivo do período socialista embarcou logo após a liberação da economia na senda do empreendedorismo à “moda moçambicana”.

Em 1991, um ano após a liberalização da economia, segundo o Boletim da República (BR) nº 40, III Série de 2 de Outubro de 1991 – pág. 397, Teodoro Waty, ex-deputado da Assembleia da República pelo partido Frelimo, ex-membro da comissão política, ex-presidente do Conselho de Administração das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), junto com o actual ministro das Energia e membro do comité central do Partido Frelimo, Salvador Namburete e outras figuras do partido Frelimo constituíram a empresa IPESCA – Indústria de Pesca Santa Carolina, S.A.R.L.

Segundo o Boletim da República BR nº 49, III Série de 8 de Dezembro de 1993 – pág. 717, o ex-ministro dos transportes e comunicação no governo de Samora Machel e antigo Presidente da República de Moçambique (2005-2015), Armando Guebuza, em 1993 constituiu uma firma denominada Mavimbi no sector pesqueiro. No mesmo ano, segundo o BR nº 8, III Série de 24 de Fevereiro 1993 – pág.108, o ex-ministro da Justiça e ex-deputado da Assembleia da República pelo partido Frelimo, Ussumane Aly Daúto, constitui uma empresa denominada Pesca do Índico Limitada, também ligada ao sector das pescas.

Tal como a maioria dos seus colegas no governo, o ex-ministro na Presidência para Assuntos Económicos 1983-1984, e ex-ministro da Cooperação 1984-1994, Jacinto Veloso, segundo os dados constantes no BR nº44, III Série de 2 de Novembro de 1994 – pág.732, tinha interesses na indústria de processamento de madeira, através da firma Madeira Tropical Limitada, constituída em 1994.

Ainda nesse período, Alberto Chipande, ex-ministro da defesa e membro da comissão política do partido Frelimo, segundo o BR nº42, III Série de 18 de Outubro de 1995 – pág.883 constitui a firma Madeiras Rovuma Limitada, no sector madeireiro. O ex-chefe de Estado Maior das Forças Armadas de Moçambique e membro do comité central do partido Frelimo general António Hama Thay em 1995, consoante os dados constantes no BR nº3, III Série, Supl., de 17 de Janeiro de 1996 – pág.49, constitui uma firma de processamento de madeira denominada Umbila Limitada.

Segundo o Boletim da República nº9, III Série de 26 de Fevereiro de 1997 – pág.119, no ano de 1996, o general na reserva, deputado e membro da comissão política do

Partido Frelimo, Raimundo Pachinuapa, constitui a firma Madeiras de Nangade Limitada.

Alguns anos mais tarde, mais concretamente na segunda metade da década 1990 pode-se observar a gradual migração dos interesses empresariais da maior parte dos actores da elite política moçambicana, constituindo empresas em áreas que se mostravam mais atractivas, tais como a prestação de serviços. Importa referir que o ano de 1995 é marcado pela tomada de rédeas por parte do Banco Mundial da definição de políticas macroeconómicas de Moçambique, abandonando-se por conseguinte a perspectiva de estabilização da economia que era imposta pelo Fundo Monetário Internacional.

«Apesar da avalanche de doadores, a política macroeconómica de Moçambique era definida pelas instituições de Bretton Woods que desempenhavam um papel fulcral no desenho de políticas económicas a serem seguidas pelo país. O Fundo Monetário Internacional (FMI) defendia a estabilização da economia, por forma a reduzir a procura, controlando assim a inflação. Por sua vez, o Banco Mundial impunha o ajustamento estrutural de modo a aumentar a oferta e assim fazer os mercados funcionarem. As abordagens são contraditórias mas, no princípio dos anos 1990, a supremacia no caso de Moçambique era exercida pelo FMI, portanto era necessário estabilizar a economia de forma a evitar a inflação (Cortês, 2010:31)».

Mas a política macroeconómica seguida pelo FMI tinha cada vez mais contestação, tanto por parte dos cidadãos que sentiam a deterioração do seu nível de vida, por parte do governo que enfrentava cada vez mais manifestações de grupos profissionais, (tais como os professores e os enfermeiros), como também os doadores se sentiam cada vez menos agradados com as imposições da política económica do FMI, que privilegiava a estabilização de uma economia em detrimento do investimento para a reconstrução da mesma no pós-guerra.

«Donors also have a vested interest in changing IMF policy, because continued restrictions on government spending are now limiting how they use their aid money. They oppose this on two grounds: for home consumption they need to spend the money they have been authorized to spend, and they also see that it is essential to rebuild Mozambique productive base. This led them do connive with the government to find

increasingly creative ways to bypass the IMF limits. Two further IMF targets were added in response – a cut in the deficit before aid, which limits what donors can spend, and a demand for sharply increased foreign reserves, which forces the government to just put aid into the bank and not use it (Hanlon, 1996:135)».

É importante frisar que, a partir de 1995, gradualmente o Estado Moçambicano foi sendo alvo de reformas nos seus processos de gestão administrativa-financeiro e por via disso muitos funcionários públicos que ocupavam cargos de topo na administração pública foram chamados a oferecer o seu contributo para estas reformas como consultores, sendo pagos pelos fundos dos doadores. Mais uma vez, através do acesso a informação privilegiada e apercebendo-se das mudanças que ocorriam, de modo a não perder a hipótese de arrecadação de rendas, a elite política aproveitou para constituir empresas de prestação de serviços de consultoria, formação multidisciplinar, turismo, agenciamento, gestão de participações, etc.

É neste contexto que em 1995, Armando Guebuza, que ocupava nesse período a posição de chefe da bancada parlamentar do partido Frelimo na Assembleia da República de Moçambique, segundo constam no BR nº43, III Série de 25 de Outubro de 1995 – pág. 898 constitui a empresa Focus 21, Gestão e Desenvolvimento Limitada, outros membros proeminentes da Frelimo também migram os seus interesses para estas novas áreas de investimento, Teodoro Waty outro proeminente membro do partido Frelimo, sendo o BR nº26, III Série de 26 de Junho de 1996 – pág.549 constituiu a empresa W e W Consultoria e Investimentos, Limitada.

O BR nº 49, III Série de 3 de Dezembro de 1997 – pág. 1207 apresenta a constituição da empresa Intersul – Consultoria, Participações e Investimentos Limitada uma firma de consultoria constituída pelo ex-ministro da Segurança Jacinto Veloso no ano de 1997. O general Alberto Chipande primeiro ministro da Defesa no Moçambique independente, deputado da Assembleia da República e membro da comissão política do partido Frelimo, também entrou para área de serviços criando a firma CIST, Lda – Consultoria, Imobiliária, Investimentos, Serviços e Turismo, conforme o BR nº49, III Série de 6 de Dezembro de 2000 – pág. 1488.

Tal como estes dois generais, outros membros proeminentes do partido Frelimo constituíram empresas nestes sectores. Porém a entrada do novo milénio trouxe consigo o fenómeno da gestão de participações. Ora neste período, de forma transversal, o objecto social da maior parte das empresas que foram sendo constituídas por parte da elite política contemplava a prerrogativa de gestão de participações sociais de outras empresas ou participação no capital social. A lógica por detrás desta variação é sempre a busca incessante de captar rendas, no caso concreto, a participação no capital social do investimento estrangeiro que estava a aumentar consideravelmente no período em referência.

Toda elite política sem excepção entrou nessa lógica da gestão de participações sociais e participação no capital social de outras empresas, desde o anterior presidente da República Joaquim Chissano (1987-2004) com a sua empresa JC Grupo SA que está registrada no BR nº16, III Série de 16 de Abril de 2008 – pág. 255 a 4, passando pela ex-ministra das Finanças e ex-Primeira-Ministra Luísa Diogo, através da Mágoe Investimentos – Sociedade Unipessoal Limitada firma registrada no BR nº31, III Série, Supl., de 2 de Agosto de 2012 – pág. 1008 – (15).

O ex-ministro da Educação e Cultura e ex-Primeiro-Ministro Aires Aly, através da firma Futuro Investimentos, SA, registrada no Boletim da República nº49, III Série, 4ºSupl., de 15 de Dezembro 2009 – pág. 1106- (88) a 8, o Grupo Videre que segundo o BR nº19, III Série, Supl., de 12 de Maio de 2011 – pág. 448 – (14) a 2 tem na sua estrutura accionista a ex-ministra dos Negócios Estrangeiros, ex-ministra do ambiente e membro do comité central do partido Frelimo Alcinda Abreu.

A Intelec Holding, empresa constituída no ano de 2003, segundo o BR nº24, III Série de 11 de Junho de 2003 – pág.1092 apresenta como um dos sócios o antigo presidente da República e do Partido Frelimo, Armando Guebuza. A “febre” das empresas constituídas com o objecto social destinado à gestão de participação e representação de outras firmas também inclui a Whatana Investments Group, empresa que segundo o BR nº21, III Série, de 25 de Maio de 2005 – pág. 1226 apresenta na sua estrutura accionista a ex-ministra da Educação e membro do comité central da Frelimo Graça Machel.

Desde 2005, Moçambique tem vivido o “boom” dos recursos minerais. Este fenómeno mais uma vez alterou por completo as áreas de interesse da elite política moçambicana, arrastando todos eles para o novo filão de oportunidades de extracção de rendas. Nos últimos 10 anos, o registro comercial de empresas cujo objecto social passa pela pesquisa e prospecção mineira teve um aumento vertiginoso.

Alguns exemplos elucidativos da corrida ao sector extractivo podem ser vistos através do surgimento de empresas como a Mining Exploration and Development Corporation, Limitada que segundo o BR nº47, III Série, 4º Supl. De 29 de Novembro de 2011 – pág. 1434- (117) a 3, tem na sua estrutura accionista o General Alberto Joaquim Chipande.

O mesmo sucede com Jacinto Soares Veloso que segundo consta no BR nº24, III Série, 2º Supl. De 13 de Junho de 2008 – pág.428- (38) a 3 também terá entrada no sector extractivo através da Companhia Mineira de Naburi, S.A.R.L. Este padrão também é seguido pelo ex-presidente do Conselho de Administração da empresa Electricidade de Moçambique que segundo o BR nº nº27, III Série de 3 de Julho de 2002 – pág. 949 revela que o mesmo faz parte da estrutura accionista da Companhia Mineira de Uelela, Limitada.

A Mozouro Recursos, Limitada segundo o BR nº21, III Série, 4º Supl., de 1 de Junho de 2010 – pág. 414- (54) a 3, tem o ex-ministro dos Recursos Minerais, Castigo José Correia Langa, como um dos seus accionistas. A CCM General Mining, Limitada empresa do ex-ministro dos Recursos Minerais e antigo ministro da Coordenação da Acção Ambiental, John William Kachamila segundo os dados constantes no Boletim da República nº23, III Série, Supl., de 9 de Junho de 2011 – pág. 566 – (9) a 2.

A corrida à constituição de empresas por parte de figuras do partido Frelimo é transversal a quase toda estrutura partidária, como se pode depreender pelos exemplos arrolados. Segundo o BR nº 22, III Série, 3º Supl. de 6 de Junho de 2011 – pág.536-(55) a 2, David Simango, presidente do Município de Maputo, José Candugua António Pacheco, actual ministro da Agricultura e Segurança Alimentar e Felício Zacarias, antigo ministro das Obras Públicas e Habitação, são sócios na empresa Mozvest Mining, Limitada. A sua participação na estrutura accionista realiza-se por intermédio

da empresa Conjane Limitada, que segundo o BR nº16, III Série, 2º Supl. de 23 de Abril de 2010 – pág.322-(15) a 2, é detida por estas figuras do partido Frelimo.

Como se pode depreender, não existe muita diversidade nas opções de investimento por parte da elite, o que erradamente poderia levar a concluir-se que existe uma enorme concorrência entre estas empresas pelo domínio nos mercados. Contudo, a concentração nos mesmos sectores de actividade pode ser um indicador do potencial risco de conflitualidade entre os integrantes deste grupo.

Nem todos os que fazem o registros comercial, constituindo firmas, conseguem operacionalizar os seus objectivos, fazendo com que essas empresas entrem em actividades. Não tendo capital próprio e muito menos experiência nas áreas de actividade, o que resta a estes políticos com pretensões de tornarem-se empresários é conseguirem arranjar parceiros estrangeiros que possam viabilizar os seus negócios.

Segundo (Castel-Branco,2010:58), «há uma outra dimensão desta relação entre o Investimento Directo Estrangeiro e o Investimento Directo Nacional. Investidores nacionais, particularmente os que investem em grandes projectos, ou pedem empréstimos bancários (o que é registado como empréstimos e não como IDN), ou investem com “capital político”, isto é, com a sua capacidade de controlar o acesso aos recursos naturais (água, terra, recursos minerais), de influenciar decisões, organizações, instituições (incluindo políticas, leis, pacotes de incentivos fiscais e outros), de antecipar projectos de infraestruturas associados à exploração de recursos naturais e de “facilitar” o acesso dos investidores estrangeiros aos recursos naturais. Esta é uma forma específica e concreta de acumulação capitalista primitiva em Moçambique, cuja compreensão requer mais investigação».

O processo de atribuição de licenças de prospecção e pesquisa e a concessão mineira é um dos exemplos elucidativos de como fazendo uso de dispositivos legais, a elite política de Moçambique consegue reinventar novas oportunidades de extracção de rendas em benefício próprio.

Segundo Monjane (2014), a legislação do sector mineiro e o processo burocrático administrativo para atribuição de licenças de prospecção, pesquisa e a concessão mineira oferece alguns incentivos ao favoritismo político, sendo a discricionariedade no

poder alocativo uma fonte proeminente para o efeito. Por conta destes incentivos, e não só, a corrida para obtenção de licenças no período em referência do seu estudo (2009-2011) foi elevada se comparada aos outros anos. Ademais, quando analisada a informação que consta do cadastro mineiro, constata-se que uma parte considerável dessas licenças é detida por pessoas da elite política e pelas empresas das quais eles são donos ou sócios. Parte destes titulares de licenças inclui pessoas que no passado ocuparam e/ou ocupam altos cargos no ministério que regula e tutela a área mineira. Um dado particularmente relevante nestes extractos é de que a elite (titulares de licenças) em referência faz parte de um grupo político particular, ou pelo menos está a ele associado.

Segundo o autor acima citado, parte considerável dos pedidos de licenciamento que dão entrada no Ministério dos Recursos Minerais e Energia, quando o pedido provém de membros da elite política e económica ligada ao partido Frelimo, como também por parte de funcionários de topo do ministério que tem a seu cargo a gestão dos recursos minerais do país, estes nunca solicitam licenças de reconhecimento, que é um título mineiro atribuídos nos termos da Lei de Minas que permite o reconhecimento dos recursos minerais. Monjane (2014) afirma que todos os pedidos de licenças que entraram no cadastro mineiro no período entre os anos de 2009 à 2011, solicitados por indivíduos da elite política ou económica ou do topo da gestão do aparelho do Estado, eram para atribuição de licenças de pesquisa e prospecção ou concessão mineira.

Para o autor, este facto corrobora o argumento que determinados indivíduos gozam do acesso a informação privilegiada sobre as áreas mais ricas do país em recursos minerais, não necessitando por conseguinte de perder tempo em solicitar licenças para o reconhecimento dos recursos existentes numa determinada região. Outro factor que joga a favor deste grupo privilegiado reside no facto do aval final para a concessão de licenças estar dependente do ministro do sector que, no caso concreto, faz parte da estrutura do partido que controla o Estado em Moçambique, a Frelimo.

Portanto, através das licenças os seus titulares têm conseguido maximizar as suas rendas para efeitos de acumulação de capital de duas formas. A primeira, através do uso das licenças para efeito de especulação. É muito frequente que grandes empresas estrangeiras solicitem ao Ministério dos Recursos Minerais e Energia licenças de

pesquisa e prospecção de áreas que já se encontram ocupadas, tendo noção do potencial mineiro das áreas em questão e sabendo que muitas vezes os titulares nacionais destas licenças não desenvolvem as suas actividades por manifesta falta de capacidade financeira e técnica para tal, estas empresas entram em contacto com os titulares das licenças de modo a negociarem a venda da licença.

A segunda forma de acumulação é uma consequência directa da primeira. Assenta nas parcerias que os investidores estrangeiros são “forçados” a fazer com os nacionais para explorarem determinadas áreas, quando estas não estão na disposição de venderem as suas licenças de pesquisa e prospecção. Monjane (2014) frisa que os únicos recursos detidos por estas pequenas empresas são as licenças e, por via destas, os seus membros acabam por se beneficiar economicamente dos louros da parceria.

Como se pode depreender, parte considerável dos investidores nacionais ligados à elite política do partido Frelimo, opta pelo investimento com o recurso ao “capital político”. As firmas por eles criadas são uma espécie de instrumento de caça de oportunidades de capturar rendas, em outras palavras, para aceder-se a licenças de pesquisa e exploração, participar em concursos de *procurement* público, representação e agenciamento de marcas internacionais, etc., é vantajoso deter o registro comercial de uma firma cujo objecto social permita exercer essas actividades.

Portanto, o facto de um indivíduo poder ter registrado mais de uma dezena de firmas em seu nome não significa necessariamente que as mesmas estejam a desenvolver as suas actividades no mercado. Por isso, é muito normal que o mesmo individuo tenha mais do que uma empresa no mesmo ramo de actividade, alterando simplesmente a composição da estrutura accionista das empresas.

Um outro aspecto importante é que como a maior parte destas firmas não estão em actividade elas não contribuem para a economia com a geração de emprego e muito menos com o pagamento de impostos, e no caso daquelas que estão operacionais elas acabam distorcendo a lógica dos mercados, não existindo espaço para livre concorrência uma vez que as firmas ligadas ao poder político no que diz respeito aos negócios do Estado, mesmo que as suas propostas sejam economicamente ineficientes são escolhidas em detrimento de outras que poderiam ser economicamente viáveis.

Na prática o que acontece é que parte considerável destas firmas, nunca chegam a sair do papel mantendo somente o registro, mas possuir o registro comercial é um passo importante para obtenção de licenças de pesquisa e exploração, que poderão ser moeda de troca para atracção dos parceiros estrangeiros que entram com capital e a expertise para a estrutura accionista destas firmas.

Portanto no mercado não existe concorrência, porque a verdadeira concorrência está na capacidade que cada um dos políticos/empresários nacionais tem para atrair investidores estrangeiros, de modo a que as suas firmas façam parte da estrutura accionista das várias empresas do capital estrangeiro que procuram investir no mercado moçambicano; portanto participam no capital destas sociedades através do capital político.

Contudo, o capital político é tanto mais atractivo para os investidores estrangeiros, quando mais próximo este se encontra dos centros de decisão do poder, garantindo como mencionamos no capítulo anterior os direitos de propriedade e os direitos contratuais dos investidores estrangeiros.

Portanto o carácter extrovertido da economia de Moçambique que depende esmagadoramente de fluxos externos, aliada a característica do partido dominante, a Frelimo, onde existem várias facções que reconfiguram as suas alianças segundo os interesses em determinado momento, acirra as disputas dentro da elite política pelo controlo do poder.

Estas disputas internas começaram a tornar-se paulatinamente visíveis desde o início da ajuda externa ao país, onde os diversos mediadores da ajuda externa ligados ao Estado moçambicano procuravam protagonismo de modo a retirar as melhores oportunidades de renda. Nesta fase, ministérios disputavam atenção dos doadores internacionais de modo a que estes implementassem os seus projectos dentro da estrutura dos seus ministérios.

A entrada do apoio directo ao orçamento expôs ou tornou evidente as disputas pelo controlo do poder entre a elite ávida de oportunidades de extrair rendas, uma vez que, tendo acesso a informação privilegiado sobre as áreas de investimento do Estado, aqueles que controlam o Estado podem manipular os concursos de procurement público, para ganhar os principais negócios do Estado.

Com a transição de uma economia altamente dependente dos fluxos provenientes da ajuda externa, para uma economia concentrada nos massivos investimentos na indústria extractiva, as disputas e lutas internas pelas oportunidades de extracção de rendas, que antes estavam concentradas na captura da ajuda externa, estão actualmente a reconfigurar-se no sentido de se posicionarem o melhor possível para obter parte do filão proveniente do investimento directo estrangeiro.

Os registos comerciais acima apresentados demonstram claramente este padrão migratório, na busca de novas oportunidades de capturar rendas por parte das elites políticas locais. Este facto, para além de tornar a esfera económica demasiado politizada, abre também espaço para a hierarquização dentro da elite política dos níveis de acesso ao investimento directo estrangeiro por parte dos políticos/empresários nacionais.

Esta hierarquização tem vindo a consolidar a posição de um pequeno número de patrões ou oligarcas do partido Frelimo que têm vindo a controlar os principais negócios do Estado, recorrendo a dispositivos legais aprovados pelo parlamento controlado pelo partido no poder. Analisando as leis de Petróleo, Mineração como também a Lei sobre as parcerias público-privadas, é possível descortinar alguns artigos que procuram salvaguardar os interesses de empresas nacionais, sobre o argumento de potenciar o conteúdo local.

Por exemplo segundo a nova lei de petróleos, Decreto-lei nº 21/2014 de 18 de Agosto no número dois do artigo 41, estabelece que as pessoas singulares ou colectivas estrangeiras que prestem serviço às operações petrolíferas devem associar-se a pessoas singulares ou colectivas moçambicanas. Esta lei de petróleos possui um regime especial para o gás natural da bacia do Rovuma, neste é estabelecido um regime preferencial para aquisição de bens e serviços de empresas moçambicanas, cidadãos nacionais, ou empresas e cidadãos nacionais associados a empresas estrangeiras.

O artigo 34 da Lei de Mineração em Moçambique, que versa a questão da promoção do empresariado nacional nos empreendimentos mineiros, constitui mais um exemplo ao nível legislativo das formas de influenciar o investimento privado a associar-se ao capital nacional ligado as elites política do partido Frelimo.

Tal como as leis acima mencionadas, a lei das parcerias público-privadas também salvaguarda a entrada dos capitais nacionais nestes grandes empreendimentos, de modo a que gradualmente possa emergir um sector privado nacional. Este conjunto de leis são à partida boas, porém a sua aplicação na realidade do país, sob o argumento de consolidação do capital empresarial moçambicano, está a consolidar a emergência de uma burguesia ociosa e rendeira.

A título de exemplo vejamos o que tem ocorrido desde o ano 2000, aquando da entrada em vigor da primeira parceria público-privada em Moçambique, no sector das estradas. Esta foi a primeira de muitas parcerias que foram lançados nos anos subsequentes. Actualmente as parcerias público-privadas (PPPs), que começam a emergir como opção estratégica para o desenvolvimento e operação de infraestruturas em Moçambique, num leque alargado de actividades económicas (portos, estradas, ferrovias, hotéis, logística de megaprojetos, etc.), estão a ser conduzidas num quadro de menor transparência, configurando uma nova área de acumulação primária de capital potencialmente pernicioso para o bem público: as elites político-empresariais moçambicanas, usando da influência política, têm nas parcerias público-privadas uma nova fonte de acumulação de renda, cimentando posições estratégicas nesta área. Isso resulta numa diminuição da transparência nos negócios do Estado.

Rastreando algumas das diversas parcerias público-privadas constituídas, consegue-se perceber que a imposição legal para o estabelecimento de parcerias com pessoas singulares ou colectivas moçambicanas não é mais do que uma forma subtil de acomodar os interesses de empresas detidas pelos principais patrões do partido Frelimo.

Por exemplo no ano de 2010, o governo moçambicano assinou o contrato de concessão para a construção e gestão de uma central eléctrica à Gás no distrito de Ressano Garcia na província de Maputo, à empresa Gigawatt-Moçambique S.A., avaliado em 230 milhões de dólares americanos.

Um dos sócios deste consórcio é Castigo Langa, um antigo ministro dos Recursos Minerais e Energia do governo de Joaquim Chissano, que através da Eagle Holding detém 32% do capital da Gigawatt – Moçambique S.A. Este membro do Comité Central do Partido Frelimo possui enormes conhecimentos sobre a área em questão devido ao

cargo governamental que ocupou durante anos no sector em questão. Actualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Gigawatt Moçambique S.A.

A Intelec Holding, empresa detida pelo anterior Presidente da República Armando Guebuza, também faz parte da estrutura accionista, detendo 26% do capital da Gigawatt Moçambique, os restantes 42% pertencem a empresa sul-africana Gigajoule Power (Pty) Ltd.

Em Fevereiro de 2014, a ACWA Power Moatize Termoeléctrica S.A viu o seu pedido de concessão ser rubricado pelo governo de Moçambique. Este empreendimento de geração de energia com base no carvão está avaliado em 1 bilhão de dólares americanos.

A Acwa Power Moatize Termoeléctrica é um consórcio constituído pelas empresas AcwaPower da Arábia Saudita, Vale, do Brasil, Mitsui, do Japão, Whatana Investments empresa detida pela senhora Graça Machel e a empresa pública Electricidade de Moçambique. Esta concessão foi constituída ao abrigo da lei das parcerias público-privadas e por via disso o então Ministro da Energia, Salvador Namburete, disse que, com a participação da EDM e da Whatana Investimentos, está assegurado o cumprimento das imposições da lei sobre as Parcerias Público Privada no que diz respeito a participação do parceiro nacional.

Tal como no caso da Gigawatt Moçambique S.A, nesta concessão a identificação da oportunidade de negócio foi de iniciativa privada, mais concretamente pela Vale Moçambique, que lançou um concurso público para encontrar parceiro para construção da central térmica. O vencedor deste concurso no ano de 2007 foi o consórcio constituído pela empresa americana de produção de energia denominada AES em parceria com a moçambicana Whatana Investments.

Em 2008 a AES, devido a problemas financeiros internos, abandonou o projecto e a Vale teve que procurar novos parceiros para integrarem o projecto. Deste modo os novos parceiros identificados foram a Acwa Power que foi seleccionada depois de uma licitação internacional devido ao seu conhecimento em empreendimentos de geração de energia, a Mitsui foi escolhida porque é um grupo parceiro da Vale há muitos anos e

queria participar do projecto, solicitando uma participação no empreendimento, a Vale entra no consórcio porque é a proprietária da matéria-prima para a produção da energia, a Electricidade de Moçambique E.P. será a principal cliente da energia produzida e por isso também tem interesses no projecto e por fim a Whatana Investimentos, Limitada. Neste caso a Whatana Investimentos entrou no negócio como parceiro nacional, não estando claro quais foram as contrapartidas que ela ofereceu aos outros intervenientes no consórcio.

A VALE afirma que houve uma licitação internacional para o apuramento dos parceiros estratégicos, no caso concreto a Acwa Power. Por parte do Ministério da Energia, o entendimento é contrário porque os técnicos que estiveram em frente do processo afirmam que não houve concurso, mas sim, a identificação dum parceiro estratégico para o projecto, contrariando o disposto na lei.

Um terceiro exemplo deste padrão que tem vindo a ser consolidado refere-se à empreitada de construção da Linha de Caminho-de-Ferro Moatize-Macuse, com um terminal portuário avaliado em 3,5 mil milhões de USD. O consórcio vencedor desta empreitada é constituído pela empresa tailandesa ItalThai Engineering (60%), Caminhos de Ferro de Moçambique (20%) e Codiza (20%). A Codiza é uma empresa moçambicana que apresenta uma estrutura accionista bastante sugestiva: Kuzwana (Empreendimentos e Logística SA), Olaba Zambézia S.A (representada por Olivia Machel) e Transzambézia (representada por Haje Amade Pedreiro, Director-Geral do Grupo Intelec Holdings, onde Armando Guebuza é sócio).

Após a realização do concurso o consórcio vencedor foi ItalThai Engineering que não tinha estabelecido consórcio com nenhuma empresa moçambicana, o governo viu a necessidade de acoplar interesses nacionais e por via desse argumento foi escolhido o consórcio Codiza que segundo as palavras do antigo Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse, é um conglomerado de empresas e individualidades naturais e com interesses na província da Zambézia e que agrega diferentes sensibilidades políticas, étnicas e religiosas.

Tal como em todos os casos dos parceiros nacionais, o Codiza não adquiriu as suas participações no consórcio através da bolsa de valores, como também não possui capital

para entrar num investimento desta natureza, o arranjo que foi feito é que a Italthai Engeneering iria mobilizar capital para proceder ao investimento da parte do capital que seria responsabilidade do Codiza investir dentro do consórcio. Resumindo, o Codiza faz parte deste consórcio cumprindo o preceito legal estabelecido na lei das parcerias público-privadas que estabelece a participação dos parceiros nacionais.

O projecto da Nova Ponte sobre o Zambeze, na cidade de Tete, concessionado em 2010 às Estradas do Zambeze, SA, a qual rubricou um contrato de 30 anos cujo valor é de 105 milhões de Euros. Entre os accionistas das Estradas do Zambeze estão a Ascendi - Concessões de Transportes, a Soares da Costa - Concessões, e a empresa moçambicana Infra Engineering Mozambique, cuja estrutura accionista integra o então Ministro da Juventude e Desportos, Fernando Sumbana Júnior, o antigo ministro da Defesa Tobias Dai e o deputado e membro da Comissão Política do Partido Frelimo, Raimundo Pachinuapa.

Um dos processos mais polémicos de concessões das Parcerias Público-Privadas esteve relacionado com a escolha da empresa StarTimes para a implementação da migração analógica para digital. Para o caso desta concessão, também não houve concurso público, tendo-se recorrido a ajuste directo, sob alegação de que se tratava de “créditos bilaterais”, o que expõe ao Governo à imposição do credor. “Tudo o que é concedido por bancos de exportação não se prestam muito a concursos públicos, são créditos que se destinam a elevar as exportações de bens e serviços dos países que dão créditos”, declarou o então ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse.

A polémica ganhou maior eco justamente porque a StarTimes Technology tem ligações com a StarTimes Moçambique, uma empresa da filha do antigo Presidente da República, Armando Guebuza, criada em Junho de 2010, logo após a reunião do então Primeiro-Ministro e do antigo ministro dos Transportes e Comunicações, Aires Ali e Paulo Zucula, respectivamente, com o Presidente do Conselho de Administração da “StarTimes” chinesa, Xin Ping. Trata-se de um encontro realizado durante a estadia dos governantes moçambicanos na China.

Uma nota comum em todos os exemplos de parcerias público-privadas aqui apresentados revela que os valores envolvidos nestes negócios são extremamente

elevados para a capacidade financeira das empresas moçambicanas que participam nestas sociedades. Um segundo aspecto prende-se com a complexidade técnica das áreas de intervenção destas parcerias, a contraparte moçambicana em muitas destas parcerias não possui expertise e competência técnica de modo a que sua participação nestes consórcios constitua uma mais-valia para os parceiros estrangeiros.

Este padrão reforça o argumento acima apresentado por Castel-Branco (2010) quando afirma que a elite política recorre à sua capacidade de controlar o acesso aos recursos naturais (água, terra, recursos minerais), de influenciar decisões, organizações, e instituições (incluindo políticas, leis, pacotes de incentivos fiscais e outros), de antecipar projectos de infraestruturas associados à exploração de recursos naturais e de “facilitar” o acesso dos investidores estrangeiros aos recursos naturais, em outras palavras o “capital político” para poder fazer parte destes grandes consórcios que estabelecem negócios com o Estado.

Estas oportunidades de extrair rendas, são identificadas devido ao acesso privilegiado a informação do Estado e aos conflitos de interesse que estão extremamente enraizados na intersecção entre o sector público e privado em Moçambique. Mas o nível de acesso à informação varia entre os diversos membros da elite política, o que associado a falta de capacidade financeira e expertise e competência técnica acaba acirrando as disputas pelo controlo do poder.

No caso concreto da lei sobre as parcerias público-privadas, ela estabelece que o Estado deve abrir um concurso público de modo a que a melhor proposta técnica e financeira seja escolhida sem prejuízo para o Estado. Porém, na maior parte das parcerias-público privadas em Moçambique o consórcio apurado é escolhido por via do ajuste directo, portanto sem que haja lugar a realização de um concurso público.

A oportunidade de exploração do negócio é identificada pelos detentores de cargos públicos, tais como ministros ou por membros da elite política, que depois procuram um parceiro estrangeiro com capacidade financeira e competência técnica para que haja viabilidade do negócio, cabendo ao Estado o papel de veículo de regulação e viabilização dos interesses deste grupo que o controla.

No capítulo anterior foi abordada a questão dos direitos de propriedade, no caso concreto das parcerias público-privadas, tem vindo ao de cima a questão da fragilidade destes direitos quando os parceiros nacionais não conseguem exercer influência significativa de modo a que o consórcio que represente os seus interesses seja o escolhido.

Como o processo de identificação das oportunidades de negócio é na base do acesso a informação privilegiada e a sua viabilização passa pela capacidade de exercer influência sobre o Estado de modo a acautelar os interesses em jogo, quando há alternância na liderança das instituições do Estado os membros deste grupo privilegiado, sentem dificuldades em garantir os direitos de propriedade das empresas estrangeiras as quais eles estão associados.

Alguns dos consórcios estrangeiros, quando sentem que os compromissos contratuais estabelecidos não foram cumpridos, procuram ser ressarcidos, recorrendo a vias judiciais, invocando os pré-acordos estabelecidos com o Estado moçambicano que garantiam a parceria público-privado, tendo por conseguinte mobilizado fundos para o efeito. Actualmente, o Estado moçambicano enfrenta alguns processos em tribunais internacionais, destacando o caso das empresas italiana Salcef Costruzioni Edili e Ferroviarie, a indiana Rites and Inco, devido à quebra de contratos resultantes de disputas e lutas internas pelas melhores oportunidades de extracção de rendas.

Porém mesmo empresas detidas por elementos da elite política nacional, associada a parceiros estrangeiros, começam a processar o Estado quando se sentem lesadas. É o caso concreto da Muyake, empresa que na sua estrutura accionista apresenta os nomes de Mariano Matsinhe, antigo ministro da Segurança do Estado, membro do Comité Central do partido Frelimo e Conselheiro do Estado no período em que Armando Guebuza ocupava o cargo de Presidente da República, como também Leonardo Simão, antigo ministro da Saúde e dos Negócios Estrangeiros nos governos de Joaquim Chissano e membro do comité central do partido Frelimo.

A Muyake no ano 2014 entrou com um processo judicial no Tribunal Administrativo de Maputo, capital de Moçambique, exigindo o pagamento de 143 milhões de dólares americanos ao Estado moçambicano por falta de cumprimento do acordo estabelecido entre as partes para exploração do porto da província de Cabo Delgado. Este processo

abre um precedente nas disputas pelo acesso às oportunidades de extracção de renda por parte da elite política, na medida em que procuram mecanismos legais para fazer valer os seus direitos contratuais que poderão ter sido lesados.

O que se pode depreender é que, gradualmente, o grupo privilegiado que precisa do *status quo* para manutenção do seu padrão de acumulação começa a perceber que é preciso que as leis sejam respeitadas para garantir os seus direitos contratuais e de propriedade.

Algumas empresas estrangeiras quando decidem fazer investimentos no país, não compreendem muitas das lógicas e dinâmicas inerentes à economia política local, portanto ao associarem-se a uma determinada figura política que num determinado momento é titular de um cargo público, por vezes podem ser levados a concluir que os seus direitos contratuais e de propriedade estão garantidos.

Isso pode ser uma falácia, tendo em conta que as disputas e lutas internas da elite política pelas oportunidades de aceder as rendas podem constituir um obstáculo ao respeito dos direitos de propriedade e contratuais dos investidores estrangeiros e das diversas firmas nacionais a eles associados.

Perante este cenário, a factura final em caso de quebra de compromissos fica para o Estado, que acaba assumindo os prejuízos resultantes das contradições internas se não houver um acordo para que os vários interesses sejam acomodados. O exemplo da parceria público-privada acima mencionado para a construção da linha de caminho-de-ferro de Moatize à Macuze, que teve como vencedora a firma tailandesa IthalThai Engineering, é um exemplo claro destas lógicas de disputas internas e acordos de acomodação que fazem parte do padrão de acumulação das elites políticas moçambicanas.

Neste tipo de mercados, o Estado sai duplamente penalizado porque, por um lado, sempre que houver disputas e lutas internas e por conseguinte os novos detentores do poder não cumprirem os contratos anteriormente firmados, existe um potencial risco de as empresas lesadas o processarem. Por outro lado, nada garante que as melhores propostas financeiras e técnicas sejam as vencedoras, porque ganha quem mais próximo estiver do poder político, prejudicando com isso o Estado.

Como se pode depreender, a busca incessante por oportunidades de extracção de rendas obriga a um constante jogo de alianças, reconfigurações e acomodação estratégicas de interesses entre os membros da elite política moçambicana. Num cenário como este será possível o crescimento e consolidação de um sector privado forte e independente das disputas internas ao partido dominante em Moçambique?

O próximo capítulo irá desenvolver essa questão pertinente para compreensão das lógicas inerentes a economia política do país.

4.2 O equilíbrio precário dos jogos de interesse da elite política moçambicana poderá possibilitar a emergência de uma burguesia produtiva?

Este subcapítulo irá procurar compreender se em Moçambique estão reunidas as condições para emergência de um sector privado forte e independente do poder político, que seja dinamizador de mudanças e consiga criar articulação das actividades produtivas com ligações que possam produzir valor acrescentado e reter a riqueza.

Para tal, afigura-se importante apresentar uma análise do sector privado moçambicano e a forma como ele se encontra organizado. Este sector tem ao longo dos tempos recorrido a diversos mecanismos para sobreviver, primeiro às políticas de centralização da economia seguidas logo após a independência, e nos anos mais recentes, ao processo de liberalismo económico assente num modelo em que o Estado é usado como instrumento de viabilização de negócios privados de um grupo privilegiado.

Como já foi mencionado nos capítulos antecedentes, após a independência houve por parte da Frelimo, uma política de nacionalização da economia. Diversos sectores ficaram sobre alçada do Estado e as nacionalizações atingiram mesmo pequenos negócios nas zonas rurais e nas cidades, tais como barbearias ou mesmo bares.

Porém, à medida que a crise económica do país nos anos subsequentes á independência foi alastrando, o sector privado começou gradualmente a procurar aumentar a sua influência, principalmente por meios informais.

Segundo Mosca (2005), após um período inicial de imposição e de repressão ideológica e económica, os sectores não planificados reajustaram-se e encontraram múltiplas

formas de sobrevivência que evoluíram na medida e na velocidade em que a crise da economia planificada se aprofundava. A ineficácia e ineficiência do sector estatal e sobretudo a incapacidade de “ocupar” toda a economia permitiram que os sectores não planificados resistissem e tivessem tido áreas de mercado não controladas ou ineficazmente “ocupados”, mantendo os mecanismos de reprodução e os padrões de acumulação em funcionamento de baixa intensidade. Com o agravamento da crise e a guerra, a acumulação privada retomou o dinamismo próprio e o período das reformas facilitaram a expansão enquanto o sector estatal e a direcção macroeconómica não tiveram flexibilidade de ajustamento.

As reformas económicas introduzidas pelo programa de reajustamento económico abriram espaço para privatização de parte considerável do *portfolio* das empresas do Estado. Contudo, apesar do crescimento considerável do sector privado, a maior parte deste continua a desenvolver as suas actividades no sector informal.

Apesar destas reformas, o sector privado em Moçambique caracteriza-se pela existência de um Estado que exerce uma enorme influência como regulador, legislador e ainda como empresário em, virtude de ainda controlar sectores nevrálgicos da economia através das empresas públicas que detêm monopólios sectoriais. Actualmente existem 14 empresas públicas e 120 empresas participadas pelo Estado, sendo o Instituto de Gestão e Participações do Estado (IGEPE) a instituição que tem a seu cargo a supervisão das mesmas.

As empresas públicas têm o monopólio no que diz respeito aos serviços de utilidade pública, tais como fornecimento de água, electricidade, telecomunicações, neste último sector o Estado detém o monopólio na rede fixa através da empresa pública Telecomunicações de Moçambique (TDM) e lidera o mercado da telefonia móvel através da empresa pública Moçambique Celular (MCEL). Duas outras empresas públicas controlam o sector dos transportes, as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) no que diz respeito aos transportes aéreos, e os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) quando se fala do sector ferro-portuário.

Além das empresas públicas que actuam no mercado, existem micro, pequenas e médias empresas nacionais, as empresas estrangeiras de pequena, média e grande dimensão e as multinacionais que operam preferencialmente no sector extractivo. De acordo com

dados de 2009, publicados em 2012 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), 55% das empresas registradas encontram-se no setor de comércio, 32% no setor de serviços e 10% no sector industrial. Porém, as empresas da indústria extractiva, de transformação, água e energia eléctrica são as indústrias dominantes.

Segundo os dados do produto interno bruto (PIB) de Moçambique no ano de 2012, a agricultura é actividade principal, com uma quota de cerca de 23,4%, seguida dos transportes e comunicações com 12,3%, da indústria 12%, do comércio 11,1%, do imobiliário 5.8%, e dos serviços financeiros 5.6%.

A maior parte das empresas nacionais encontram-se descapitalizadas, possuem muito pouca expertise nos seus sectores de actividade, profissionais pouco qualificados e ligações fracas com empresas multinacionais. A crescente importância dos megaprojetos das multinacionais que investem no sector extractivo, desde o final da década de 1990, contribuem para levantar preocupações sobre a necessidade de intensificar os vínculos com as empresas locais.

Desde a chegada a Moçambique do primeiro grande megaprojeto, ligado à produção de alumínio na última década, envolvendo a empresa de alumínio MOZAL (Moçambique Alumínio), foram conduzidas algumas iniciativas no sentido de criar ligações entre os megaprojetos e as pequenas e médias empresas nacionais.

A descoberta massiva de recursos naturais, nos últimos anos, também tem contribuído para outras iniciativas de ligação, com foco especial no setor de mineração. As discussões sobre o conteúdo local no setor extrativo, alimentado pelo crescente investimento nesta área em Moçambique, têm potencial para alterar as relações entre as empresas multinacionais e empresas nacionais, que até agora têm sido de fornecimento de produtos e serviços com as condicionalidades inerentes às fraquezas acima mencionadas.

As pequenas e médias empresas são responsáveis por cerca de 98% dos registos comerciais em Moçambique, empregando cerca de 56% dos trabalhadores formais do sector privado. Contrariamente aos níveis de empregabilidade apresentados pelas pequenas e médias empresas, as grandes corporações ligadas ao sector extractivo, são de capital intensivo, empregando mão-de-obra altamente qualificada e em menores

quantidades, por exemplo a Mozal é um investimento de cerca de 2 mil milhões de dólares americanos, mas emprega menos de 3 mil trabalhadores.

Para além destas empresas que se encontram formalmente registradas, o sector privado alberga ainda uma vasta quantidade de operadores informais, e tendo a noção do contributo importante deste grupo do sector privado para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) criou o imposto simplificado para pequenos contribuintes de modo atrair o sector informal para o sistema tributário.

A maior parte das micro, pequenas e médias empresas locais encontram-se inscritas neste regime fiscal que foi criado para incorporar empresas cujo volume de negócios seja igual ou inferior a dois milhões e quinhentos mil meticais. Estas empresas estão isentas da obrigação de apresentarem contabilidade organizada e contas auditadas.

O regime simplificado alberga um vasto leque de integrantes do sector privado, praticamente a maioria das empresas moçambicanas, e as prerrogativas que abre tais como o facto de permitir que as empresas não precisem de ter contabilidade organizada e realizar auditorias as suas contas, tornou-se um entrave para a realização de negócios com as grandes multinacionais que operam no sector extractivo em Moçambique.

Isto devido ao facto de as multinacionais exigirem que, para efeitos de participação nos seus concursos de fornecimento de bens e serviços, as empresas concorrentes devem possuir a contabilidade organizada dos últimos três exercícios financeiros e as respectivas auditorias, sendo que as pequenas e médias empresas não reúnem este requisito.

Este constrangimento administrativo impede que parte considerável das empresas locais possam a curto prazo estabelecer relações comerciais com as operadoras do sector extractivo, perdendo-se por conseguinte a possibilidade de maior interligação da economia e esvaziando por conseguinte o discurso do governo de Moçambique que afirma que é preciso incentivar o conteúdo local, através da troca de sinergias entre os megaprojetos e as empresas nacionais.

As empresas que se encontram fora do regime simplificado também possuem enormes dificuldades para sobreviverem no mercado, enfrentando quase sempre problemas de

liquidez financeira derivados do atraso nos pagamentos por parte dos seus clientes, sejam eles as grandes multinacionais ligadas ao sector extractivo ou mesmo o Estado.

Para fazerem face a estes constrangimentos, algumas empresas recorrem aos empréstimos bancários de modo a pagarem aos seus fornecedores e puderem honrar os compromissos com os seus clientes, porém o que acontece é que ao contraírem empréstimos bancários os bancos comerciais normalmente estipulam um período *De Mora* de noventa dias para que a empresa inicie o pagamento do empréstimo, mas usualmente as grandes empresas podem levar até 180 dias para efectuar os pagamentos pelos serviços prestados, sendo a empresa obrigada a começar pagar o empréstimo contraídos antes de ser paga.

As fragilidades do empresariado local são agravadas ainda pelo facto de nem o Estado e muito menos as grandes empresas divulgarem os seus planos anuais de aquisições em termos de bens e serviços, de modo a que o sector privado local possa organizar antecipadamente toda a logística inerente à participação em concursos desta natureza.

Como se pode depreender, o sector privado em Moçambique possui enormes debilidades administrativas, financeiras e tecnológicas que são agravadas pelo facto de sofrer uma concorrência desleal movida pelos detentores do poder político que procuram conduzir o seu processo de acumulação de capital, o que acaba tornando uma miragem as oportunidades de negócios de logística que poderiam ser realizados com os megaprojetos do sector extractivo.

Não havendo a possibilidade de massificar os negócios com as grandes multinacionais que operam no sector extractivo, e tendo em conta as limitadas ligações entre as pequenas e médias empresas, tanto a montante e ajusante como transversais, entre actividades e subsectores, o fornecimento de bens e serviços ao Estado torna-se uma questão de sobrevivência para parte considerável das pequenas e médias empresas moçambicanas.

Assim, pode-se compreender parte considerável da influência que o poder político exerce sobre o sector privado, pelo facto do mesmo desempenhar um papel fulcral numa economia que, apesar de liberal, continua a ter no Estado um actor determinante.

Segundo Country Procurement Assessment Report (CPAR,2008), uma parte significativa da despesa pública em Moçambique ocorre através dos concursos de *procurement* público. Cerca de 1 bilião de dólares é o que o Estado moçambicano gasta por ano na aquisição de bens, serviços e construção de obras públicas, o que representa cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) e 55% do total das despesas públicas.

É principalmente através dos concursos de *procurement* público que a maioria das pequenas e médias empresas sobrevivem, algo que é propiciado pela Decreto-lei nº15/2010 de 24 de Maio que regula o processo de aquisições de bens e serviços do Estado em Moçambique, esta lei abre espaço para que em determinados concursos somente pessoas singulares, micro, pequenas e médias empresas possam participar.

A referida lei permite ainda, que se restrinja a participação nos concursos exclusivamente a empresas moçambicanas, como também atribui direito de preferência para empresas moçambicanas em caso de empate entre propostas para um determinado concurso público.

Contudo, a realidade prática tem revelado que estes concursos se tornaram um instrumento de viabilização de interesses económicos individuais que se manifestam através dos conflitos de interesse que são transversais a todos os níveis da administração pública. Onde a elite política concentra-se nos grandes negócios do Estado, tal como o negócio da migração digital que custou 300 milhões de dólares americanos ao Estado moçambicano e foi atribuída sem que houvesse concurso público à empresa Startimes Media Company Mozambique que é detida em 15% do seu capital social pela Focus 21 Gestão e Desenvolvimento Limitada, empresa detida pela família do ex-presidente Armando Guebuza.

Enquanto isso, alguns funcionários públicos nos mais diversos escalões procuram constituir empresas para participarem nos concursos lançados pelas instituições onde eles estão afectos ou cobrar comissões para que os concursos sejam adjudicados às empresas que pagarem as melhores comissões.

Como se pode depreender, há dois níveis distintos de distorção das lógicas dos mercados. Por um lado, temos a influência política que define o rumo dos grandes

negócios do Estado e, por outro lado, a pequena corrupção materializada pelo exercício de cobrança de subornos para adjudicação de concursos públicos.

4.3 O Associativismo Empresarial como instrumento de controlo do sector privado

De modo a tornar-se um interlocutor importante no diálogo com o governo, o sector privado identificou a necessidade de associar-se como forma de dar voz às suas preocupações. Foi assim que, no ano de 1996, como forma de melhor articular os canais de comunicação entre o governo e os integrantes deste sector, foi criada a Comissão de Trabalho das Associações (CTA). No ano de 1999 esta passa a denominar-se Confederação das Associações Económicas de Moçambique.

A CTA realiza encontros regulares com o governo e uma Reunião Anual a Conferência Anual do Sector Privado (CASP), onde se discute com o governo as principais políticas económicas, as reformas que devem ser introduzidas e a avaliação dos progressos nas políticas para melhorar o ambiente de negócios no país.

Esta associação tem uma relação muito próxima com o governo, o que poderia levar a concluir-se que, por via desse facto, ela exerça grande influência no processo de formulação de políticas económicas ou na melhoria do ambiente de negócios no país. Mas o que acontece é totalmente o oposto, a principal associação empresarial de Moçambique, a CTA, tem por diversas vezes assumido uma posição submissa em relação ao governo, muito comum nas relações clientelares estabelecidas entre os *Patrões* e os seus respectivos *Clientes*.

Um exemplo elucidativo do modo de actuação do CTA perante os membros do Governo aconteceu em Setembro de 2014. Aquando da celebração do décimo oitavo ano do CTA, a direcção desta associação ofereceu uma viatura Mercedes-Benz, avaliada entre 215 mil e 380 mil dólares americanos ao então Presidente da República Armando Guebuza pelo facto de ele ter contribuído para a melhoria do diálogo com o governo.

Devido aos constrangimentos legais impostos pela lei nº15/2012 de 14 de Agosto (Lei de Probidade Pública), três dias após a oferta da referida viatura, o então Presidente Armando Guebuza, teve que proceder à sua devolução, porque ao abrigo da referida lei nº1 do artigo 41, dispõem como princípio geral os seguintes termos: «O Servidor Público não deve, pelo exercício das suas funções, exigir ou receber benefícios e ofertas, directamente ou por interposta pessoa, de entidades singulares ou colectivas, de direito moçambicano ou estrangeiro». Para tornar mais perceptível o princípio geral acima referido a al. d) do n.º 2 do artigo 41 proíbe as ofertas cujo valor seja superior a um terço do salário mensal do titular de cargo político ou servidor público, pago pela entidade pública para que presta serviços, designadamente: viaturas, dentre outros meios de transporte.

A relação entre a CTA e o poder político, representado pelo partido Frelimo que controla o Estado, pode estar relacionada com duas dimensões estruturantes da dinâmica desta confederação: primeiro a proveniência ou afiliação política dos seus dirigentes máximos e a segunda as suas fontes de financiamento.

Em relação à primeira, é importante realçar que o processo de eleição dos presidentes desta associação sofre influências por parte do partido no poder. Os presidentes do CTA são membros da Frelimo e têm ligações empresariais com membros proeminentes do partido, Salimo Abdula¹ ex-presidente do CTA e actual presidente da assembleia-geral é um dos exemplos mais elucidativos.

Um outro aspecto, não menos importante, reside no facto da CTA não ser financeiramente independente. Esta organização recebe anualmente um milhão de dólares americanos a fundo perdido do orçamento do Estado, para além de também receber também 1 milhão de dólares norte americanos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento, através do programa Support Program for Economic and Enterprise Development (SPEED).

Uma outra fonte de financiamento da CTA provém da parceria que esta associação dos agentes económicos possui com a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e a

¹ Salimo Abdula é Presidente e sócio do Grupo Intelec que tem na sua estrutura accionista o ex-Presidente de Moçambique, Armando Emílio Guebuza.

empresa Escopil Internacional, numa solução denominado Janela Única Electrónica (JUE). Este sistema providencia às partes envolvidas no comércio e transporte internacional uma plataforma única para o acesso a todos serviços relacionados com o comércio exterior e o cumprimento dos requisitos legais de importação, exportação, trânsito e outros regimes.

Contudo, os encargos decorrentes do uso das declarações aduaneiras no formato electrónico são suportados pelos importadores, sendo mais um encargo adicional que deve ser suportado pelos agentes económicos locais, agravando os preços dos seus produtos ou bens e retirando-lhes a competitividade nos mercados.

Perante este facto, várias são as reclamações dos diversos agentes económicos sobre os encargos deste novo dispositivo electrónico para proceder-se à importação ou exportação. Mas como a CTA retira dividendos desta actividade, mantém-se indiferente às reclamações dos empresários, alguns deles membros desta confederação empresarial.

Portanto, para além da subserviência por motivos político-partidários, o CTA também tem falta de autonomia financeira, tendo necessidade de recorrer a fundos externos para a realização do seu plano de actividades, o que pode contribuir naturalmente para a sua falta de autonomia e independência para com o governo.

Quando o governo demora a efectuar os desembolsos para as actividades da CTA, esta organização tende a assumir um discurso mais crítico e independente, que se vai esvaziando logo após a recepção dos fundos nos cofres da confederação. Este facto revela a capacidade dos seus dirigentes de manipularem ou instrumentalizarem a pressão consoante a satisfação dos seus interesses.

Beneficiando do facto da maior parte do seu orçamento anual ser proveniente de fontes externas, parte considerável dos membros desta associação económica furtam-se ao pagamento das suas quotas anuais, porém existem enormes disputas internas pelo controlo dos cargos de direcção, uma vez que os mesmos constituem canais privilegiados de acesso à informação e de contactos com figuras proeminentes do governo, como também o primeiro contacto com investidores estrangeiros, ávidos em estabelecerem parcerias com o empresariado local.

Nos últimos anos, a diplomacia externa moçambicana é caracterizada essencialmente pela atracção de investimento directo estrangeiro, diplomacia económica. Por via desse facto, principalmente durante os mandatos do antigo Presidente Armando Guebuza, foi notório o envolvimento do empresariado nacional nas visitas de Estado realizadas por Armando Guebuza.

Os empresários que pretendessem fazer parte da comitiva presencial deveriam custear pessoalmente as suas viagens, para o caso do presidente do CTA que também é empresário, o orçamento desta organização tem uma rubrica para acomodar as viagens do seu presidente na comitiva da presidencial.

Este tipo de privilégios, que possibilitam o estabelecimento de contactos e acesso a informação que não está acessível aos demais membros adensa as disputas internas pelo controlo da organização. Num contexto como o moçambicano, que não é muito diferente da realidade que se assiste um pouco por todo continente africano, salvo raras excepções, a promiscuidade entre a política e os negócios também é percebida pelos investidores estrangeiros como o *modus operandi*, portanto um indivíduo que se faz presente na comitiva do Presidente da República e ainda por cima tem a seu cargo os destinos da principal associação empresarial do país, parte com uma vantagem considerável em relação aos demais membros na caça as parcerias com investidores estrangeiros.

Como se pode depreender, a CTA tem todo o interesse em continuar a manter o “monopólio” de interlocutor do sector privado junto do governo, pese embora esta situação também seja do interesse do próprio governo, que assim tem um interlocutor sobre o qual exerce algum controlo.

Como forma de contornar a estes constrangimentos, outras associações empresariais e mesmo empresas a título individual são forçadas a tornarem-se membros da CTA de modo a participarem e influenciarem o diálogo com o governo. Um exemplo elucidativo baseia-se na forma como se encontra organizada a Comissão Consultiva de Trabalho (CCT²).

² A Comissão Consultiva do Trabalho é o órgão composto pelo Governo, sector privado representado pelo CTA e os sindicatos, mais concretamente a Organização dos Trabalhadores de Moçambique-Central Sindical e a CONSILMO

No ano de 2000, nasceu a segunda mais importante associação empresarial de Moçambique, Associação de Comércio e Indústria (ACIS), que também é membro da CTA. Inicialmente a ACIS era uma associação cujo âmbito de actuação se circunscrevia a província de Sofala, mais tarde expandiu a sua actuação ao nível nacional e tem-se mostrado uma das mais interventivas associações empresariais em comparação com a sua congénere CTA.

As fontes de financiamento desta associação baseiam-se nas quotas dos seus membros e na prestação de determinados serviços de utilidade tanto para os seus associados, como também para um público mais alargado. A base de dados INBID que publicita todos os concursos públicos que são lançados na República de Moçambique e está acessível para todas as empresas que subscrevem e pagam um valor anual para aceder aos concursos é uma das fontes de financiamento desta associação.

Num contexto em que o fluxo de informação do Estado para o sector privado é bastante fraco ou quase inexistente, a ACIS através de debates internos promove a troca de informação entre os seus associados, dando informação sobre as principais mudanças legislativas e como elas podem afectar o ambiente de negócios. Esta associação também incentiva o estabelecimento de negócios entre os seus membros, procurando desta forma criar uma plataforma de estabelecimento de parcerias que possam criar interligação entre os diversos membros.

Como se pode depreender, no que diz respeito ao associativismo empresarial, as duas principais associações empresariais apesar de terem ligações entre si, pelo facto de a ACIS ser também membro da CTA, apresentam estratégias diferentes na sua relação com o governo, como também na relação com os seus membros.

Num cenário como o acima descrito, onde as associações empresariais não são independentes, fortes e dinâmicas de modo a pressionarem com eficiência o governo para que haja melhorias no ambiente de negócios, e acima de tudo onde titulares de cargos públicos e parte considerável da elite política detêm interesses económicos nos mais diversos sectores da economia, sendo eles concorrentes dos demais integrantes do

(Confederação dos Sindicatos Livres e Independentes de Moçambique), de modo a elaborarem a proposta de salários mínimos nacionais. A Comissão Consultiva do Trabalho é presidida pelo ministro do trabalho em exercício

sector privado, alguns grupos privilegiados não possuem incentivos para participar activamente no associativismo económico, na medida em que estes são os principais beneficiários do *status quo*.

«Analyzing decisions by business to invest in collective actions requires a wider examination of the other political alternatives – such as parties, elections, or personal networks –available to business people. Political strategies pursued by business are in part a function of this *portfolio* of options, and understanding business associations thus requires attention to the broader context of business politics. (Schneider, 2004:12)».

Em Moçambique, algum tempo atrás, os grupos privilegiados ligados à elite política não manifestavam grande interesse em participar activamente neste tipo de associativismo, a opção dos mesmos era racional tendo em conta o facto destes de forma individual ou em grupos relativamente menores conseguirem obter com relativa facilidade licenças, créditos bancários, acesso ao Direito e Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), influenciar aprovação de decretos e regulamentos que os beneficiem, etc., com mais rapidez do que os seus pares do sector privado.

Por outro lado, o reconhecimento, por parte dos outros intervenientes do sector privado, da existência de privilégios relacionados com favorecimento político nas relações económicas que não são extensíveis aos demais empresários, de certa forma contribuiu para que não houvesse incentivos para maior aderência às associações de carácter económico, de modo a que estes pudessem tornar-se grupos de interesse fortes e dinâmicos em prol do sector privado.

Nos últimos dez anos, a diplomacia externa moçambicana concentrou-se na atracção do investimento directo estrangeiro. Por via desse facto, um novo ímpeto para a aderência ao associativismo empresarial emergiu por parte de membros influentes da elite política que têm interesses económicos, uma vez que a participação nas associações económicas como o CTA constitui uma janela de oportunidade para o estabelecimento de algum intercâmbio com potenciais investidores estrangeiros.

Tal como para o caso da elite política, outros integrantes do sector privado, também começaram gradualmente a perceber que somente através da acção colectiva poderiam organizar as suas preocupações e tentar pressionar para influenciar no sentido de que

houvesse mudanças no ambiente de negócios que possibilitassem abertura de oportunidades para grupos mais alargados do sector privado.

A necessidade de fazer ouvir a posição do sector privado na Comissão Consultiva de Trabalho (CCT), aliada à entrada massiva do investimento directo estrangeiro (IDE), abriu espaço para que gradualmente a percepção do empresariado em relação a participação nas associações económicas fosse mudando, o que por conseguinte fez com que mais empresas procurassem filiar-se junto destas organizações.

A maior adesão de membros não significou porém que exista por parte destas associações, como nos parágrafos acima fizemos questão de frisar, maior poder de influenciar as políticas do governo em relação ao sector privado. Mas permite que dentro dessas organizações gradualmente possam emergir alguns grupos que melhoram os seus canais de acesso a informação fundamental sobre o ambiente de negócios no país, tornando-se por conseguinte a porta de entrada de uma parte dos investimentos estrangeiros que chegam a Moçambique. Permite ainda que em sintonia com outros actores, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Agência Americana para o Desenvolvimento, possam advogar de modo a que o governo introduza algumas mudanças ao nível legislativo por forma a melhorar o ambiente de negócios.

Por outro lado, os membros mais influentes destas associações passam a ter acesso privilegiado por vias formais e informais ao centro do poder político, através de conferências, simpósios, almoços e jantares com a elite política e os principais investidores estrangeiros, o que em última instância é benéfico para os seus interesses pessoais.

Como forma de manter o controlo sobre estas associações, por um lado, o poder político procura exercer influência nelas colocando nos lugares de direcção membros do partido e aliados de negócios das principais figuras da elite política. Para que essa estratégia vingue é necessário paralelamente realçar o papel da CTA como o único interlocutor do sector privado na relação com o Estado.

Num contexto em que o fluxo dos investimentos estrangeiros tem vindo aumentar consideravelmente, o controlo das associações económicas é fulcral, pois elas servem

como porta de entrada ou plataforma de contactos com esses investidores. Esta perspectiva de caça as parcerias de negócios com o capital estrangeiro é reforçada, conforme anteriormente expusemos, pelo quadro legal moçambicano que regula as questões ligadas ao conteúdo local, na nova e florescente indústria extractiva.

A legislação moçambicana no que diz respeito ao conteúdo local está mais preocupada com a propriedade das empresas, isto é, se os proprietários são ou não moçambicanos, do que com as questões relativas aos ganhos que a capacitação da economia local e o valor acrescentado ou incorporado localmente nesses produtos.

Por exemplo, no âmbito do Decreto-lei nº21/2014 de 18 de Agosto, Lei dos Petróleos, considera-se Pessoa Colectiva Nacional, qualquer pessoa jurídica constituída e registrada nos termos da legislação moçambicana, com sede no país, e na qual o respectivo capital social pertença em mais de cinquenta e um por cento ou controlada por cidadãos nacionais ou por sociedades ou instituições, privadas ou públicas, moçambicanas.

Este dispositivo legal pode ter sido elaborado na perspectiva de proteger o empresariado local, no acesso as oportunidades ligadas ao conteúdo local no sector extractivo, uma vez que experiências anteriores demonstram que estas medidas não foram devidamente acauteladas.

Segundo Langa & Mandlate (2013), o Centro de Promoção de Investimento (CPI), desenvolveu um programa de ligações que, de modo geral, pretendia aumentar o conteúdo local de fornecedores da Mozal e superar as dificuldades enfrentadas pelas empresas moçambicanas para aceder ao mercado que a Mozal oferecia. Neste processo, foram seleccionados determinados contratos, em que só empresas estabelecidas ou registadas em Moçambique podiam concorrer. Este tipo de política, combinada com as características económicas e técnicas dos contratos, encorajaram as empresas e os empresários sul -africanos a estabelecerem subsidiárias e/ou a investirem em facilidades em Moçambique.

Castel -Branco & Goldin, (2003:25-26), apud Langa & Mandlate (2013), nos casos em que o serviço a ser prestado requeria uma forte infra-estrutura industrial, e existindo

empresas moçambicanas estabelecidas, as empresas estrangeiras preferiam estabelecer parcerias com estas empresas já estabelecidas.

Neste âmbito, o CPI facilitava a troca de contactos entre empresas moçambicanas e estrangeiras com capacidades complementares e interesses empresariais.

Ainda segundo estes autores o que acabou por verificar-se é que as empresas estrangeiras, maioritariamente sul-africanas e australianas, nas *joint-ventures* procuravam facilidades iniciais para se estabelecerem em Moçambique, enquanto isso as suas contrapartes moçambicanas esperavam ganhos relacionados com as transferências de tecnologia e conhecimento. Portanto à partida, havia interesses contraditórios entre as partes, limitando por conseguinte a transferência de tecnologia para as empresas locais, como também contribuíram para descontinuidade das empresas nacionais com a Mozal, as *joint-ventures* acabaram revelando-se artificiais, com as empresas estrangeiras unicamente preocupadas em aceder às facilidades oferecidas pelas empresas nacionais.

Como se pode depreender, uma medida administrativa no sentido de criar condições para que as empresas locais pudessem gradualmente ganhar capacidade para prestar serviços a um megaprojecto, no caso em concreto a Mozal, acabou tendo efeitos perniciosos afastando essas empresas dessa oportunidade de negócios em benefício das empresas estrangeiras que vieram estabelecer-se em Moçambique.

Os condicionalismos legais, no que diz respeito às políticas de conteúdo legal plasmados nas novas leis de Petróleos e de Minas, versam somente a questão da propriedade das empresas, como forma de minimizar esses efeitos perniciosos para as pequenas e médias empresas moçambicanas, mas estes por si só, não são suficientes para criar mecanismos que favoreçam a emergência dum sector privado próspero e independente, capaz de criar demandas para a melhoria do ambiente de negócios.

Ora numa economia baseada na intermediação de produtos, quando se fala de intermediação refere-se o facto de parte considerável dos bens acabados que circulam na economia de Moçambique, serem provenientes de mercados exteriores, mais concretamente Africa do Sul e a Europa, cabendo às pequenas e médias empresas nacionais que transacionam esses bens e serviços o papel de intermediários, trazendo os

produtos acabados do exterior para venderem no mercado nacional, sem que tal produza valor acrescentado à economia ou incorpore algum factor de produção local.

Num contexto como este, as políticas de conteúdo local devem priorizar outras dimensões de forma a realmente catapultar o sector privado para um nível produtivo em detrimento de este se concentrar em caçar oportunidades de extracção de rendas.

Segundo Prieto (2014), o conceito de conteúdo local tem múltiplas dimensões, começando pela definição de “local”. A empresa fornecedora na qual o insumo é comprado pode estar localizada dentro do país e ser de proprietários nacionais; localizada dentro do país e ser de proprietários estrangeiros (parcial ou totalmente); ou com proprietários nacionais localizados no estrangeiro.

Além do conceito “local” em termos da propriedade e/ou localização das empresas fornecedoras, o conteúdo local (CL) pode ser definido em termos da produção e/ou valor agregado de equipamentos no processo de produção (em insumos, bens intermediários, produtos finais, tecnologia e capital) (Wells & Hawkins, 2008).

Tendo optado por uma dimensão ao nível do controlo da propriedade naquilo que é o discurso sobre o conteúdo local, as outras dimensões acima apresentadas foram relegadas para o segundo plano, isso ajuda a explicar em parte a forma como se encontra estruturado o sector privado em Moçambique.

Langa & Mandlate (2013) procuram compreender as ligações de pequenas e médias empresas moçambicanas aos grandes projectos de investimento estrangeiro, mais concretamente a Mozal. As autoras trabalham com uma amostra de 22 pequenas e médias empresas locais fornecedoras deste primeiro megaprojecto a operar em Moçambique, mostram que a exposição a um volume de negócios acentuado devido a ligação a este megaprojecto é um dos mecanismos mais relevantes na evolução das empresas analisadas.

O estudo sugere que para o caso das pequenas e médias empresas que tiveram sucesso nas suas ligações com a Mozal, estas possuem outro grande cliente que é o sector público, mais concretamente os ministérios, empresas públicas e institutos públicos e a partir desta carteira de clientes acedem a informação privilegiada de forma informal o que lhes possibilita prepararem-se para as novas oportunidades de negócio.

Segundo o mesmo estudo, as empresas que se ligam à Mozal em áreas que não implicam um elevado nível de especialização conseguem manter competitividade nos mercados tradicionais, mas são extremamente dependentes dos fluxos de negócios que têm com a Mozal e tendem a apresentar crescimento reduzido.

As empresas que diversificam as suas ligações também acabam adquirindo experiência e capacidades que não são comuns no mercado nacional e quando aparecem novos megaprojectos elas partem com uma certa vantagem em relação às demais. Ainda segundo as autoras, por vezes o envolvimento com os megaprojectos oferece oportunidades reduzidas de expansão, e como as empresas não têm garantias a longo prazo, devido ao facto dos contratos serem curtos (entre 2-3 anos), elas procuram diversificar as suas fontes de negócio. Por outro lado, existe a vulnerabilidade da própria Mozal que é transferida às empresas com as quais ela tem ligações: sendo produtora de alumínio, a empresa está também refém das oscilações dos preços desta mercadoria nos mercados internacionais.

Um aspecto importante, apesar de não constituir o foco do estudo, reside no facto de os exemplos bem-sucedidos de pequenas e médias empresas que diversificaram as suas ligações com a Mozal e o sector público, tendo depois conseguido penetrar em outros megaprojectos que têm vindo a instalar-se em Moçambique. É que estas empresas possuem ligações privilegiadas junto do poder político.

«O estudo levanta dois factores cruciais no que diz a respeito à geração de ligações no contexto moçambicano. Primeiro, a natureza da ligação entre a Mozal e as empresas nacionais foi condicionada por factores estruturais da economia (malha industrial concentrada em poucos grandes projectos) e quadro de interesses e estratégias dos diferentes agentes (Mozal, governo, empresas estrangeiras e nacionais). Segundo, devido à existência de uma relação dinâmica entre o tipo de produtos que a empresa fornece, o padrão das suas redes de ligações e a acumulação de capacidades ao nível da empresa, a natureza da ligação com a Mozal influencia o padrão de desenvolvimento das empresas e o mecanismo de multiplicação de ligações (Langa & Mandlate, 2013:203».

Langa & Mandlate (2013) avançam com alguns argumentos apresentados ao longo deste capítulo, mais concretamente a forma como se encontra estruturada a economia

moçambicana, alicerçada no investimento directo estrangeiro e na ajuda pública ao desenvolvimento que, por via do apoio directo ao orçamento, abre espaço para que o Estado possua alguma musculatura financeira que lhe possibilita realizar o investimento público que também é vital para parte considerável das pequenas e médias empresas locais.

Deste modo, as possibilidades de negócio para o sector privado limitam-se a estes dois actores e, conseqüentemente, isso obriga a que estas empresas procurem estratégias de sobrevivência, sendo a mais comum a diversificação ou generalização das suas actividades, o que é facilitado pelas características da própria economia que consiste na intermediação dos produtos.

Portanto, num mercado concentrado e pouco diversificado como o moçambicano, as empresas evitam especializar-se, porque isso implica necessariamente imenso investimento na sua área de especialização, para além de que a quantidade de clientes se reduz significativamente, comprometendo as suas possibilidades de crescimento.

Este facto faz com que as empresas não se preocupem muito em investir em áreas específicas de actividade porque isso não se traduz, necessariamente em vantagem comparativa em relação aos demais concorrentes no mercado.

Ao invés de optarem pela especialização, as empresas procuram diversificar as suas áreas de actividade, como forma de alargarem as suas oportunidades de negócio e por conseguinte diversificarem as suas fontes de rendimento. Resumidamente, as empresas procuram fazer um pouco de tudo, sendo este o motivo por que no sector privado moçambicano muitas empresas apresentam um objecto social demasiado amplo e desconexo.

Como as estratégias para fazer face à concentração do mercado, passam para a maioria das empresas do sector privado pela diversificação das áreas de actividade, este facto acaba criando as condições para que as áreas de actividade mais atractivas no que diz respeito à rentabilidade de negócios acabem congregando a maior parte dos agentes económicos, elite política, membros do governo, empresários sem qualquer tipo de ligação política, etc.

Analisando as tabelas abaixo pode-se descortinar o nível de concentração dos interesses empresariais da elite política ao longo dos tempos, tal como dos novos titulares de cargos públicos.

A primeira tabela apresenta os interesses empresariais de membros dos diversos governos de Moçambique no sector da exploração madeireira, também inclui os interesses de figuras que pese embora não tenham feito parte de nenhum governo são proeminentes membros do partido Frelimo, os quais para efeitos desta pesquisa são denominados como elite política de Moçambique.

Tabela 1. Ministros com interesses no sector das madeiras

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 – 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
	-Alberto Chipande ³	- Jacinto Veloso	-Luísa Diogo	-Oldemiro Baloí	- Raimundo Pachinuapa ⁴
	- Daniel Mbanze ⁵	-Almerino Manhenje	-Oldemiro Baloí ⁶	-Ernesto Max Tonela ⁷	-Verónica Macamo

³ Ministro da Defesa no então governo de Samora Machel, general na reserva, actualmente é membro da Comissão Política do Partido Frelimo, deputado da Assembleia da República e proeminente homem de negócios.

⁵ Vice-ministro do Interior no Governo do então presidente Samora Machel.

⁶ Ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação no governo do então presidente Armando Guebuza, tendo sido reconduzido ao cargo no primeiro mandato de Filipe Nyusi.

Exploração madeireira	- Jacinto Veloso ⁸	⁹ -Aguiar Mazula	-Lucas Chomera ¹⁰	-José Pacheco	
	-Graça Machel	António Hama Thay ¹¹ Mateus Kathupa ¹²	-Tomás Mandlate ¹³ -José Pacheco - Carvalho Muária - Abdulremane Lino de Almeida - Felício Zacarias - David Simango	-Joaquim Veríssimo ¹⁴ -Abdulremane Lino de Almeida -	

⁸ General na reserva ocupou os cargos de Ministro da Segurança do Estado (1975-1983), ministro dos Assuntos Económicos junto da Presidência, ministro da Cooperação Internacional (1984-1994). Actualmente é um proeminente homem de negócios.

⁹ Ocupou o cargo de Ministro do Interior no governo do então presidente Joaquim Chissano

¹⁰ Lucas Chomera foi ministro da Administração Estatal no primeiro mandato de Armando Guebuza, também ocupou o cargo de vice-presidente da Assembleia da República, actualmente é deputado e membro da comissão permanente da Assembleia da República de Moçambique.

¹¹ Foi ministro da Defesa nos governos de Joaquim Chissano.

¹² Deputado e membro da Comissão Permanente da Assembleia da República de Moçambique foi ministro da Juventude e Desportos no governo de Joaquim Chissano.

¹³ Ocupou o cargo de ministro da Agricultura no primeiro mandato do governo de Armando Guebuza.

		-Luísa Diogo ¹⁵ - José Pacheco ¹⁶	Pacheco -Carvalho ¹⁷ Muária -Venâncio ¹⁸ Massingue -Felício Zacarias ¹⁹ -António Hama Thay	Lino de Almeida	
--	--	--	---	-----------------	--

A segunda tabela apresenta os interesses empresariais de antigos e actuais titulares de cargos públicos no sector das pescas. Sector que atraiu atenção de proeminentes figuras da elite política e ministros logo após a liberalização da economia em Moçambique.

¹⁵ Luísa Diogo actualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Barclays Bank Moçambique, foi ministra das Finanças no governo do então Presidente Joaquim Chissano, foi primeira-ministra no primeiro mandato do governo de Armando Guebuza e também já foi deputada da Frelimo no parlamento.

¹⁶ Foi vice-ministro das pescas no governo do então presidente Joaquim Chissano, durante a governação de Armando Guebuza ocupou o cargo de ministro do Interior e desde 2010 ocupa o cargo de ministro da Agricultura.

¹⁷ Durante o segundo mandato do governo de Armando Guebuza, Carvalho Muaria ocupou os cargos de vice-ministro das Obras Públicas tendo depois sido nomeado ministro do Turismo.

¹⁸ Foi ministro da Ciência e Tecnologia nos governos de Armando Guebuza.

¹⁹ Ocupou o cargo de ministro das Obras Públicas e Habitação no primeiro mandato de Armando Guebuza.

Tabela 2. Ministros com interesses no sector das Pescas

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 – 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Pescas	-Armando Guebuza ²⁰ - Alberto Chipande - Óscar Monteiro ²¹ - Daniel Saul Mbanze - Jacinto Veloso	-Leonardo Simão ²² -Aguiar Mazula - Alfredo Rafael Massinga ²³ - Salvador Namburete ²⁴ - John Kachamila ²⁵ -Ussumane Aly Daúto ²⁶ -Alcido Nguenha ²⁷ - Tobias Dai ²⁸	-Alcinda Abreu -Tobias Dai -Lucas Chomera; -Salvador Namburete; Abdulremane Lino de Almeida; -Armando Artur João ²⁹ -Adelaide Amurane ³⁰ -Feliciano Gundana ³¹ -	-Adelaide Amurane; -Abdulremane Lino de Almeida;	- Teodoro Waty ³² - Veronica Macamo

²⁰ Antigo Presidente da República de Moçambique e do partido Frelimo.

²¹ Ministro do Estado na Presidência no governo de Samora Machel.

²² Membro do Comité Central do partido Frelimo, ocupou os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Saúde nos governos de Joaquim Chissano.

²³ Ocupou o cargo de vice-ministro das pescas no governo de Joaquim Chissano.

²⁴ Membro do Comité Central do partido Frelimo, tendo ocupado o cargo de ministro da Energia no governo de Armando Guebuza.

²⁵ Foi ministro dos Recursos Minerais e Energia e depois ocupou a pasta de ministro da Coordenação da Acção Ambiental, durante os governos de Joaquim Chissano.

²⁶ Desempenhou as funções de ministro da Justiça no governo de Joaquim Chissano.

²⁷ Membro do Comité Central do partido Frelimo e antigo ministro da Educação no governo de Joaquim Chissano.

²⁸ Membro do Comité Central do partido Frelimo desempenhou as funções de Ministro da Defesa nos governos de Joaquim Chissano e Armando Guebuza. É irmão da antiga Primeira-Dama de Moçambique, Maria da Luz Dai Guebuza.

²⁹ Ocupou o cargo de ministro das pescas durante o governo de Armando Guebuza.

³⁰ Ocupou o cargo de vice-ministra do Trabalho no governo de Joaquim Chissano. Durante a governação do antigo Presidente Armando Guebuza foi responsável pela pasta de Ministra na Presidência para Assuntos Parlamentares e Autárquicos.

³¹ Antigo combatente da Luta de Libertação Nacional de Moçambique, membro do Comité Central do partido Frelimo, durante o governo de Armando Guebuza ocupou o cargo de Ministro para os Assuntos dos Antigos Combatentes.

		-António Hama Thay - Almerino Manhenje - Mateus Kathupa	Alberto Mondlane;		
--	--	---	-------------------	--	--

A terceira tabela apresenta os interesses dos ministros e de elementos da elite política no emergente sector dos hidrocarbonetos. Onde pode-se verificar que apesar de ser um sector cujo investimento exige avultados investimentos financeiros, logo após a descoberta de imensas reservas de gás parte considerável da elite política e os ministros foram constituindo sociedades cujo objecto social permite trabalhar neste sector.

Tabela 3. Ministros com interesses no sector dos Hidrocarbonetos

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 – 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Hidrocarbonetos	-Armando Guebuza - Alberto Chipande - Mariano Matsinhe ³³ - Abdul Magid Osman -Marcelino dos Santos	Luísa Diogo -Leonardo Simão -Almerino Manhenje -John Kachamila - Ussumane Aly Daúto - Teodato Hunguana -Abdul Magid	-Luísa Diogo -Oldemiro Baloí -José Pacheco -Alcinda Abreu -Vitor Borges -Virgílio Feliciano Mateus -Felício	- Adriano Maleiane - Oldemiro Baloí -Atanásio Salvador Mtumuke -José Pacheco - Celso Correia	- Raimundo Pachinuapa - Manuel Tomé - Teodoro Waty - Eduardo Nihia

³² Foi membro do Comissão Política do partido Frelimo, durante o segundo mandato de Armando Guebuza, ocupou o cargo de Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais Legalidade, na Assembleia da República, também ocupou o cargo de, Direitos Humanos e Presidente do Conselho de Administração da empresa pública Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).

³³ Ocupou o cargo de Ministro do Trabalho no governo de Samora Machel.

		Osman	Zacarias -David Simango		
--	--	-------	----------------------------	--	--

A quarta tabela apresenta os interesses empresariais da elite política e de antigos e actuais ministros no sector da banca, finanças e seguros.

Tabela 4. Ministros com interesses no sector da Banca, Finanças e Seguros

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Banca, Finanças e Seguros	-Armando Guebuza -Graça Machel - Daniel Saul Mbanze -Magid Osman - Mário Machungo ³⁴	-Magid Osman -Tomás Salomão	-Fernando Sumbana Júnior -Armando Inroga -Tomás Mandlate -Alcinda Abreu	-Adriano Maleiane -Celso Correia	-Raimundo Pachinuapa -Prakash Ratilal -Hermenegildo Gamito -Manuel Tomé -Teodoro Waty

A tabela número cinco apresenta os interesses empresariais dos ministros do actual governo, como também antigos ministros e membros da elite política do partido Frelimo no sector da mineração.

³⁴ Entre 1975 a 1986 Mário Machungo ocupou vários cargos ministeriais nos Ministérios da Indústria e Comércio, Agricultura e Planificação. Ocupou o cargo de Primeiro-Ministro entre os anos 1986 a 1994. Actualmente ocupa a posição de Presidente do Conselho de Administração do banco Millenium BIM, o maior banco comercial de Moçambique.

Tabela 5. Ministros com interesses no sector da Mineração

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Mineração	-Armando Guebuza -Alberto Chipande -Graça Machel -Jacinto Veloso -Mariano Matsinhe -Daniel Saul Mbanze -Magid Osman; -Marcelino dos Santos ³⁵	Luísa Diogo -Leonardo Simão; -Almerino Manhenje; -Mateus Kathupa -John Kachamila; -Magid Osman; -Alcido Nguenha -Teodato Hunguana -Tobias Dai -António Hama Thay -Castigo Langa	-Luísa Diogo -Alcinda Abreu - Aires Aly -Tobias Dai -Lucas Chomera -Tomás Mandlate; -Felício Zacarias; -Oldemiro Baloí; -Paulo Zucula -Henrique Banze -Abdul Razak -Ana Paula Chichava -Carvalho Muária -David Simango -Venâncio Massingue Abdulremane	-Oldemiro Baloí -Jaime Basílio Monteiro -Atanásio Salvador Mtumuke -José Pacheco -Nyeleti Mondlane -Joaquim Veríssimo -Abdulremane Lino de Almeida - Letícia Klemens	-Raimundo Pachinuapa -Eduardo Nihia -Hermenegildo Gamito -Manuel Tomé -Teodoro Waty -Prakash Ratilal -Margarida Talapa -Verónica Macamo

³⁵ Ministro da Planificação e Desenvolvimento entre os anos de 1975 a 1977. Também ocupou o cargo de Presidente da Assembleia Popular actualmente designada Assembleia da República de 1977 até 1994. Marcelino dos Santos foi vice-presidente da Frelimo e um dos seus membros fundadores. Actualmente esta fora da política activa devido a sua idade e problemas de saúde.

			Lino de Almeida		
			-Iolanda Cintura		
			-Virgílio Feliciano Mateus		

A sexta tabela apresenta os interesses de antigos e actuais ministros como também, de membros da elite política no sector da energia.

Tabela 6. Ministros com interesses no sector da Energia

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 - 1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 - 2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -)	Outros membros da elite do partido Frelimo
Energia	Armando Guebuza Graça Machel Óscar Monteiro Mariano Matsinhe	Luísa Diogo Leonardo Simão Almerino Manhenje Mateus Kathupa; John Kachamila Ussumane	Luísa Diogo Alcinda Abreu Tobias Dai Henrique Banze; Paulo Zucula Fernando Sumbana	Celso Correia Joaquim Veríssimo João Machatine	Raimundo Pachinuapa Manuel Tomé Teodoro Waty -

		Aly Daúto	Júnior		
		Teodato	Rosário		
		Hunguana	Mualeia		
		Tobias Dai	Fernando		
		Castigo	Sumbana		
		Langa	Júnior		
		Fernando			
		Sumbana Jr.			

A sétima tabela apresenta os interesses empresariais de ministros do actual, de anteriores governos e de proeminentes membros da elite política no sector dos transportes, portos e comunicações.

Tabela 7. Ministros com interesses no sector dos Transportes, Portos e Comunicações

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 - 1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Transportes, Portos e	-Armando Guebuza -Alberto Chipande -Graça	-Luísa Diogo -Leonardo Simão -Almerino	-Luísa Diogo -Alcinda Abreu -Tobias Dai	Oldemiro Baloí Carlos Mesquita -Joaquim	-Raimundo Pachinuapa -Verónica Macamo -Manuel

Comunicações	Machel	Manhenje	-Aires Aly	Veríssimo	Tomé
	-Mariano	-	-António	Abdulremane	-Teodoro
	Matsinhe	Ussumane	Munguambe	Lino de	Waty
	-Jacinto	Aly Daúto	-Lucas	Almeida	
	Veloso	-Teodato	Chomera;	Celso	
		Hunguana	- Filipe	Correia	
		-Alcido	Nyusi		
		Nguenha	-Oldemiro		
		-Tobias	Baloí;		
		Dai	-Paulo		
		-António	Zucula		
		Hama	-Armando		
		Thay	Inroga		
			-Rosário		
			Mualeia		
			-Carvalho		
		Muária			
		-Henrique			
		Banze			
		Abdulremane			
		Lino de			
		Almeida			
		-Virgílio			
		Feliciano			
		Mateus			
		-Felício			

			Zacarias		
			-David Simango		
			-José Pacheco		
			-Alberto Mondlane		

A tabela número oito apresenta os interesses empresariais no sector da construção civil e obras públicas, por parte deste grupo privilegiado de indivíduos ligados ao partido Frelimo.

Tabela 8. Ministros com interesses no sector dos Construção Civil e Obras Públicas

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Construção Civil e Obras Públicas	-Armando Guebuza -Daniel Saul Mbanze -Júlio Zamith Carrilho ³⁶ -Graça Machel -Marcelino dos	-Luísa Diogo -Leonardo Simão -Almerino Manhenje -Aguiar Mazula -Mário Sevene	-Luísa Diogo -António Correia Fernandes Sumbana -Oldemiro Baloí -Tobias Daí	-Oldemiro Baloí -Celso Correia -José Pacheco -Adelaide Amurane -João Machatine Abdulremane Lino de	-Raimundo Pachinuapa -Manuel Tomé -Teodoro Waty

³⁶Foi ministro das Obras Públicas e Habitação no governo de Samora Machel.

	Santos	-Mateus	-Lucas	Almeida;	
	-Mariano	Kathupa;	Chomera		
	Matsinhe	-John	-António		
	-Jacinto	Kachamila;	Munguambe		
	Veloso	-Ussumane	-Felício		
		Aly Daúto	Zacarias		
		-Teodato	-Paulo Zucula		
		Hunguana	-Fernando		
		-Tobias Dai	Sumbana		
		-João Salomão	Júnior		
		-António	-Adelaide		
		Hama Thay	Amurane		
			-Ana Paula		
			Chichava		
			-Carvalho		
			Muária		
			Abdulremane		
			Lino de		
			Almeida		
			-Virgílio		
			Feliciano		
			Mateus		
			-António		
			Hama Thay		

A tabela número nove apresenta os interesses empresariais no sector imobiliário, este que é um dos sectores nevrálgicos para sobrevivência e reprodução dos membros da elite política como também dos actuais e anteriores ministros dos diversos governos de Moçambique. A tabela apresenta somente as empresas deste grupo de personalidades que tem como objecto social o sector imobiliário, porém ao nível individual parte

considerável da elite política, actuais ministros e antigos ministros possuem interesses neste sector.

Tabela 9. Ministros com interesses no sector Imobiliário

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Imobiliária	-Armando Guebuza -Salomão Munguambe ³⁷ -Magid Osman; -Oscar Monteiro ³⁸ -Mariano Matsinhe	Luísa Diogo -Leonardo Simão -Hélder Muteia -Almerino Manhenje; -Mateus Kathupa; -John Kachamila; -Teodato Hunguana; -Magid Osman; -Alcido Nguenha; -António	Luísa Diogo; -Aires Aly; -Lucas Chomera; -Oldemiro Baloí; - Tomás Mandlate; -Paulo Zucula; -Alexandre Manguele ³⁹ -Fernando Sumbana Júnior -Rosário Mualeia -Ana Paula	-Celso Correia -José Pacheco -Oldemiro Baloí -João Machatine -Joaquim Veríssimo -Alberto Nktumula - Vitória Dias Diogo -Agostinho Mondlane Abdulremane Lino de Almeida;	-Verónica Macamo -Raimundo Pachinuapa -Teodoro Waty -Manuel Tomé

³⁷ Ocupou o cargo de ministro das Finanças no governo liderado por Samora Machel, após a independência de Moçambique.

³⁸ Foi ministro da Presidência, da Informação, da Administração Estatal e do Interior.

³⁹ Ocupou o cargo de Ministro da Saúde no segundo mandato de Armando Guebuza.

		Hama Thay;	Chichava -Carvalho Muária -Venâncio Massingue -Vitória Diogo Abdulremane Lino de Almeida -Virgílio Feliciano Mateus -António Correia Fernando Sumbana -Félicio Pedro Zacarias -José Pacheco David Simango		
--	--	------------	---	--	--

A décima tabela apresenta os interesses empresariais da elite política, de antigos e novos ministros no sector de serviços. Por serviços entendem-se empresas do ramo comercial, consultoria, auditoria, agenciamento, importação e exportação de bens e mercadorias, etc. Este é o sector que agrega o maior número de pequenas e médias empresas moçambicanas.

Tabela 10. Ministros com interesses no sector de Serviços

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo de Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Serviços	-Armando Guebuza -Alberto Chipande -Joaquim Chissano -Graça Machel -Armando Panguene ⁴⁰ - Daniel Saul Mbanze - Joaquim Ribeiro de Carvalho ⁴¹ - Mariano Matsinhe -Jacinto Veloso	- Luísa Diogo -Leonardo Simão -Hélder Muteia -Almerino Manhenje -Tomás Salomão -Aguiar Mazula -Mário Sevene -Aurélio Zilhão -Mateus Kathupa -Francisco Mabjaia -Alfredo	-Luísa Diogo -Aires Aly - Tobias Daí -Lucas Chomera -Oldemiro Baloí - Tomás Mandlate -Paulo Zucula - Armando Inroga -Adelaide Amurane; -Aiuba Cuareneia -Zeferino Martins	- Oldemiro Baloí -Celso Correia -Carlos Mesquita -Adriano Maleiane -Adelaide Amurane -Jaime Basílio Monteiro -Carlos Agostinho do Rosário -Ernesto Max Tonela -Armindo Ngunga -Mouzinho Saíde Abdulremane Lino de Almeida	-Raimundo Pachinuapa -Teodoro Waty -Manuel Tomé

⁴⁰ Armando Panguene foi membro do Comité Central, Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros.

⁴¹ Ocupou o cargo de Ministro da Agricultura no primeiro governo de Moçambique, após a proclamação da independência nacional.

		Rafael Massinga	-Paulo Ivo Garrido		
		-Salvador Namburete	-Cadmiel Muthemba		
		-Telminha Pereira	-Alcinda Abreu;		
		-John Kachamila	-Fernando Sumbana Júnior		
		-Ussumane Aly Daúto	-Ana Paula Chichava		
		-Teodato Hunguana	-Rosário Mualeia		
		-Abdul Magid Osman	-Henrique Banze		
		-Alcido Nguenha	-Abdul Razak		
		- Tobias Dai	-Salvador Namburete		
		-Roberto White	-Carvalho Muária		
		-João Salomão	Abdulremane		
		-António Hama Thay	Lino de Almeida		
			-Virgílio Feliciano Mateus		
			-Pedrito Caetano		
			-Carlos de Sousa		

			- António Correia Fernando Sumbana -Felício Pedro Zacarias -Alberto Mondlane		
--	--	--	---	--	--

A tabela abaixo apresenta os interesses empresariais no sector da agricultura e agropecuária.

Tabela 11. Ministros com interesses no sector da Agricultura e Agropecuária

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Agricultura e Agropecuária	- Daniel Saul Mbanze -Graça Machel -Joaquim Chissano - Marcelino dos Santos -Jacinto Veloso	-Luísa Diogo -Leonardo Simão -Hélder Muteia -Almerino Manhenje -Aguiar Mazula -Mário Sevene -Mateus	Luísa Diogo -Alcinda Abreu -Aires Aly -Lucas Chomera -Oldemiro Baloí -Tomás Mandlate -Aiuba	-Celso Correia -Carlos Mesquita -Oldemiro Baloí -Joaquim Veríssimo -Carlos Bonete	-Raimundo Pachinuapa -Verónica Macamo

		Kathupa	Cuareneia		
		-Francisco	-Paulo Zucula		
		Mabjaia	-Henrique		
		-Alfredo	Banze		
		Rafael	-Ana Paula		
		Massinga	Chichava		
		-John	-Cadmiel		
		Kachamila	Muthemba		
		-Magid Osman	-Carvalho		
		-Alcido	Muária		
		Nguenha	-Venâncio		
		-Teodato	Massingue		
		Hunguana	-António		
		- Tobias Dai	Correia		
		-António	Fernando		
		Hama Thay	Sumbana		
			-Félicio		
			Zacarias		
			-Alberto		
			Mondlane		

A tabela número 12 apresenta os interesses empresariais da elite política e de antigos e novos ministros no sector do Turismo.

Tabela 12. Ministros com interesses no sector do Turismo

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Turismo	-Armando Guebuza -Daniel Saul Mbanze	Luísa Diogo -Leonardo Simão -Hélder Muteia -Almerino Manhenje -Aguiar Mazula -Mário Sevene -Mateus Kathupa -Alfredo Rafael Massinga -John Kachamila -Alcido Nguenha -Teodato Hunguana	-Luísa Diogo; -Alcinda Abreu -Tobias Dai; -Aires Aly; -Lucas Chomera; - Tomás Mandlate; - Paulo Zucula; -Fernando Sumbana Júnior; -Rosário Mualeia; -Ana Paula Chichava; -Cadmiel Muthemba; -Carvalho	-Atanásio Salvador Mtumuke -Alberto Nkutumula -José Pacheco -Joaquim Veríssimo - Roque Silva Samuel (vice-ministro Administração Estatal); -Abdulremane Lino de Almeida	-Raimundo Pachinuapa -Verónica Macamo -Teodoro Waty -Manuel Tomé

		- Tobias Dai	Muária;		
		-João Salomão	-Venâncio Massingue;		
		-António Hama Thay	-Abdulremane Lino de Almeida;		
			-Virgílio Feliciano Mateus;		
			-Mateus Óscar Kida (Ministro dos Antigos Combatentes);		
			- António Correia Fernando Sumbana;		
			-Alberto Mondlane;		
			-José Pacheco		
			-David Simango		
			-Felício Zacarias		

A tabela abaixo apresenta os interesses empresariais da elite política e governamental de Moçambique no que diz respeito à gestão de participações em outras sociedades. Pese embora este item não seja em si uma área de investimento, a sua apresentação revela-se pertinente de modo a demonstrar um dos principais argumentos sustentados por esta pesquisa, que é o facto de se assistir em Moçambique uma tendência cada vez mais

acentuada por parte das elites políticas de constituírem empresas com o principal objectivo de caçar oportunidades de renda.

O investimento na constituição de empresas cuja finalidade reside na possibilidade de participar no capital de outras empresas confirma este padrão e demonstra a importância que os próprios actores envolvidos – a elite política e governamental – atribuem a esse tipo de sociedades tornando-se estas a sua porta de entrada no capital de sociedades estrangeiras.

Tabela 13. Ministros com interesses na Gestão de Participações em outras sociedades

Área de Investimento	Membros do Governo de Samora Machel (1975 -1986)	Membros do Governo de Joaquim Chissano (1987 - 2004)	Membros do Governo de Armando Guebuza (2005 -2015)	Membros do Governo do Filipe Nyusi (2015 -	Outros membros da elite do partido Frelimo
Gestão de Participações em outras sociedades	-Armando Guebuza -Alberto Chipande -Graça Machel -Joaquim Chissano -Jacinto Veloso -Marcelino dos Santos -Mariano Matsinhe	-Luísa Diogo -Leonardo Simão -Almerino Manhenje -Hélder Muteia -Mário Sevene -John Kachamila -Magid Osman -Alcido Nguenha -Teodato	Luísa Diogo -Alcinda Abreu - Aires Aly -Lucas Chomera -Oldemiro Baloí -Felício Pedro Zacarias -António Munguambe -Fernando Sumbana	-Vitória Dias Diogo -Carlos Agostinho do Rosário -Celso Correia -Oldemiro Baloí -José Pacheco -Carlos Mesquita -Adriano Maleiane -Nyeleti	-Raimundo Pachinuapa -Mariano Matsinhe -Pascoal Mocumbi -Manuel Tomé -Teodoro Waty Hermenegildo Gamito -Tomás Salomão

		Hunguana	Júnior	Mondlane	
			-Rosário Mualeia	-Joaquim Veríssimo	
			-Henrique Banze		
			-Ana Paula Chichava		
			-Cadmiel Muthemba		
			-Vitória Dias Diogo		
			-António Correia Fernando Sumbana		
			-Carlos de Sousa		
			-José Pacheco		
			-David Simango		
			-Alberto Mondlane		

As tabelas acima reforçam o argumento apresentado ao longo deste capítulo, demonstrando como os interesses empresariais da elite política em Moçambique concentram-se nos mesmos sectores de actividades. Este facto pode conduzir ao aumento do nível de conflitualidade entre os diversos integrantes da elite política, devido a competição entre eles na arena económica.

A competição que se estabelece entre as elites, na esfera económica reduz o espaço de actuação para que outros intervenientes do sector privado que não tenham ligações privilegiadas com o poder político possam emergir e consolidar-se no mercado.

Portanto, todo o discurso sobre a necessidade de criação de políticas de incentivo ao empresariado local, não é mais do que simples discursos político, que não é sustentado pela realidade prática, através da formulação de leis e decretos que possibilitem o surgimento e consolidação dos pequenos e médios empresários.

As taxas de empréstimos bancários são demasiado altas e penalizantes para os agentes económicos, as políticas de conteúdo local são concebidas de modo a beneficiarem a elite política e governativa em detrimento dos agentes do sector privado, isto porque este grupo privilegiado é ao mesmo tempo concorrente do sector privado devido aos seus interesses empresariais em quase todos os sectores nevrálgicos da economia.

Segundo Khan (2010), os arranjos institucionais informais, tais como a alocação de recursos e acumulação através das redes clientelistas, constituem arranjos por meio dos quais grupos poderosos criam benefícios económicos para eles mesmos. Neste sentido, as redes clientelistas constituem as redes informais para permitir o acesso e distribuição de recursos através do exercício do poder político. Na opinião do autor, isto faz com que, os *political settlements* dos países em desenvolvimento sejam clientelistas, uma vez que as decisões alocativas importantes são feitas directamente através das facções patrono-cliente e da discricção política.

Em Moçambique, devido as frequentes alterações políticas ao nível do topo da estrutura do Estado, não se verifica a presença de um “Big Man” que mantém-se no poder durante longos anos e por via disso há por parte do poder político uma avidez por acumular rapidamente o máximo que se puder durante o período em que se controla os destinos do Estado.

Este facto impede que haja apoios ou incentivos aos agentes económicos do sector privado que não façam parte da rede clientelar dessas elites, o que faz de Moçambique um claro exemplo de *Limited Access Order*, segundo a classificação de North et al. (2009).

Capítulo V

As estratégias de reprodução da elite política/empresarial de Moçambique

Nos capítulos anteriores ficou evidente que a lógica do poder em Moçambique é marcada por processos de rupturas e descontinuidades frequentes que estão directamente relacionadas com os processos de alternância na liderança do Estado e do partido Frelimo.

Estes processos de rupturas e descontinuidades criam condições para que as elites políticas/económicas procurem alternativas de modo acautelarem os seus interesses, precavendo-se dos períodos em que estiverem mais distantes do centro do poder político. Esta forma de actuação vai de encontro a uma gíria popular moçambicana que diz “*isto é vez - vez*”, como forma de dizer que as oportunidades aparecem pelo menos uma vez para todos e o importante é quando ela aparecer não a desperdiçara.

«Once in a café I was approached by a Mozambican man who felt as a foreigner I was duty bound to help him find external funding for his revolution against the unjust state of affairs that currently exist. When I asked him what the outcome of his revolution would be, he smiled and replied: “I will be the one driving the Mercedes”. Although this man was decrying an unjust state of affairs, he was also operating under a similar logic as displayed by elites. (Sumich, 2005:112)».

A citação acima demonstra a forma como largos extractos da sociedade, em vez de procurarem mudar a forma como estão concebidas as lógicas inerentes à detenção do poder e à redistribuição das benesses inerentes à mesma, procuram ganhar vantagens para aceder ao poder e passar a beneficiar da redistribuição, ou deter o poder de modo a que sejam um elemento fulcral no processo de redistribuição da riqueza.

Este capítulo procura apresentar as estratégias de reprodução da elite política/empresarial ao longo do tempo, procurando perceber os mecanismos que usam quando estão no controlo ou próximos do centro do poder político, a gestão das vantagens comparativas que eles possuem em relação aos demais grupos da sociedade, as suas estratégias de sobrevivência nos períodos em que não detém o controlo do

poder. Também irá debruçar-se sobre as suas estratégias de manutenção no poder como forma de manterem as principais oportunidades de negócio. No conjunto desses aspectos, o capítulo irá apresentar as estratégias usadas pela elite para a sua reprodução ao longo do tempo, o que de certa forma permite a manutenção do seu estatuto.

5.1 A educação formal como mecanismos de reprodução das elites políticas em Moçambique.

Após a independência nacional, a Frelimo que tinha a seu cargo o controlo dos destinos do país, assumiu uma orientação Marxista-Leninista. Pese embora a génese dessa orientação seja muito discutível - esse não é o objectivo deste capítulo e muito menos desta tese de doutoramento - a questão é que oficialmente o discurso do partido-Estado assumia a sua orientação como Marxista-Leninista.

Por via desse facto, neste período havia um esforço para que, aos olhos da sociedade, Moçambique fosse visto como um país onde não existiam diferenças de classe e muito menos grupos privilegiados que pudessem reclamar o estatuto de elites. Contudo a realidade prática já demonstrava que, pese embora o discurso oficial apresentasse os dirigentes como aqueles que deveriam ser os primeiros nos sacrifícios e últimos nos benefícios, já se sentia de forma ténue a diferença entre os libertadores da pátria e o resto da população.

Um segundo grupo de privilegiados que paulatinamente começa a emergir são os poucos assimilados que durante o período colonial tiveram acesso a educação formal e que ocupavam os cargos mais baixos da administração colonial portuguesa. Estes, com o advento da independência e a fuga massiva dos colonos portugueses que controlavam, não só o aparelho do Estado, como também todos os sectores nevrálgicos da economia, viram-se numa posição privilegiada para ocupar o vazio deixado pelos colonos portugueses.

No período pós-independência, apesar das tentativas de se construir uma sociedade igualitária, os grupos acima descritos, constituídos pelos libertadores de Moçambique que controlavam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e os assimilados que tinham uma educação formal acima da média e que na altura da colonização

ocupavam cargos da médio e maioritariamente baixo escalão da administração colonial - gradualmente foram se distinguindo do resto da população.

O elemento crucial que esses dois grupos apresentavam para a distinção em relação ao resto da população residia, no caso dos libertadores da pátria que controlavam o partido-Estado, na legitimidade que eles detinham pelo facto de terem desencadeado a luta de libertação nacional contra o colonialismo português. Para o caso dos “assimilados”, a sua legitimidade para se julgarem privilegiados em relação aos outros grupos da sociedade provinha do facto destes possuírem educação formal acima da média, num contexto em que as taxas de analfabetismo das populações indígenas estavam acima dos 80%.

Uma nota dominante advém do facto de o elemento crucial para a diferenciação a que a sociedade começava a assistir residir no acesso e controlo do Estado, onde uns detinham o controlo do poder político e os outros gradualmente começavam a tomar conta da máquina administrativa do Estado.

Como fizemos menção nos capítulos anteriores, neste período não havia grupos privilegiados ligados ao sector privado que pudessem reclamar o estatuto de elite burguesa, pois as características do colonialismo português e as opções políticas adoptadas no período pós independência não permitiram o aparecimento e consolidação de uma elite desse tipo. Isso acabou por fazer com que os primeiros grupos privilegiados que surgiram em Moçambique gravitassem em torno do Estado, tornando-se este o instrumento principal para o surgimento, consolidação e reprodução das elites.

Após a independência, houve alguns receios por parte da Frelimo em relação ao grupo de assimilados, receios que estavam directamente relacionados com a relação próxima que este grupo teve com as autoridades coloniais portuguesas, o que poderia constituir um entrave no projecto da Frelimo de criação do “*Homem Novo*”.

Porém, a saída abrupta de grande parte dos colonos portugueses precipitou uma aliança pragmática entre o poder político constituído pelos libertadores da pátria que controlavam o partido Frelimo (e por conseguinte o Estado) e o grupo de assimilados. Esta aliança foi pragmática; tendo em conta as limitações graves de capital humano para gerir a administração pública e as várias empresas abandonadas pelos colonos

portugueses, a Frelimo não tinha outra alternativa senão aliar-se aos extractos sociais mais educados que a pudessem auxiliar no projecto de edificação de uma nova nação.

A educação formal paulatinamente foi se tornando num elemento estratificador da sociedade, onde aqueles que possuíam graus académicos mais elevados tinham mais possibilidades de evoluir nas suas carreiras profissionais, dentro da administração pública. Um aspecto que demonstra a importância atribuída à educação formal e por conseguinte a obtenção de graus académicos cada vez mais altos reside na forma como está estabelecida a progressão salarial e na carreira na função pública em Moçambique, onde a obtenção de um grau académico implica necessariamente a mudança de categoria e o respectivo aumento do ordenado.

A elite política de então, constituída principalmente pelos libertadores da pátria que detinham o controlo do partido-Estado, também se apercebeu do papel fulcral que a educação formal teria para a consolidação do seu *status quo*, e, no futuro, para a renovação desta mesma elite.

Nos anos subsequentes à independência foram levadas a cabo pelo governo campanhas de massificação do ensino para as populações que incluíam a alfabetização dos adultos. Era preciso construir o “*Homem novo*” e acima de tudo criar as bases para uma nação moderna de acordo com a visão do socialismo científico. Havia consciência das dificuldades em ter professores que reunissem os requisitos para lecionar nos mais diversos níveis, mas o mais importante era conseguir formar o maior número possível de pessoas, mesmo que isso significasse por exemplo, alunos da 3ª classe serem ensinados por alunos da 4ª ou 5ª classe.

Ainda neste período, muitos moçambicanos foram enviados para países do bloco socialista, mais concretamente a ex-República Democrática Alemã, a ex-URSS, a Hungria, a antiga Checoslováquia, e também para Cuba para prosseguirem os seus estudos nas mais diversas áreas de conhecimento. Havia por parte da classe política a plena noção de que o país carecia de recursos humanos tecnicamente qualificados.

A falta de recursos humanos qualificados também era visível na equipa governativa do primeiro governo do então Presidente Samora Machel, onde a maioria não tinha

qualquer experiência em cargos de governação e os poucos licenciados e bacharéis eram recém-formados das universidades.

A educação formal, no imaginário da elite do partido-Estado, era um instrumento que poderia abrir a possibilidade para a construção de uma nação virada para a modernidade, que abandonava as velhas práticas ligadas ao tribalismo, regionalismo, obscurantismo e tivesse mais próxima do mundo ocidental.

Quanto à África do Sul, Adam Kuper salienta que «The educated men turned toward the new world of western civilization. They tended to reject the tribal way of life, and place their hopes in cultural assimilation. (Kuper, 1965:74)».

Segundo Kuper (1965), o acesso à educação formal no caso da África do Sul no início do século passado permitiu que um grupo de nativos gradualmente começasse a se tornar ou a consolidar a sua posição de burguesia negra. Através da frequência de universidades estrangeiras, principalmente no Reino Unido, Escócia ou Estados Unidos de América, este grupo de indivíduos quando regressam ao seu país gozavam de um *status* que os distinguia dos demais.

«... the holders of letters of exemption tended to form a separate class and were called “the exempted” by other Africans... They would be treated with deference, not solely because they were exempted, but because invariably they were also educated men and Christians, and these were marks of respectability. The ordinary Zulus distinguished between *isifundiswa* (which is to say, a product of the school, with fairly good command of English, such as school teachers, interpreters, clerks), *ikholwa*, that is the Christian convert, and *izemtiti*, that is to say, the exempted. (Kuper, 1965:74)».

Uma parte considerável destes indivíduos formou-se em profissões liberais, tais como professores, advogados, médicos, enfermeiros, contabilistas, interpretes, etc. A natureza das profissões que eles possuíam permitia que eles pudessem prestar serviços às suas comunidades, apesar de a maior parte dos membros da comunidade não terem capacidade para pagar o valor real dos serviços prestados.

Contudo, cientes das suas limitações financeiras, os membros da comunidade que não tivessem dinheiro para pagar recorriam a outras modalidades de pagamento que poderia ser em espécie, através da oferta de produtos que eles produziam nas suas terras ou por

vezes através da oferta de animais, tais como cabritos, galinhas e até mesmo gado bovino.

Esta burguesia negra, comparativamente aos demais nativos, detinha alguns privilégios ou estatuto social decorrente do facto de serem detentores de diplomas universitários e, por via disso, vivia relativamente melhor em termos económicos em relação aos demais membros da comunidade.

Para o caso de Moçambique no período pós-independência, o acesso à educação também constitui um elemento crucial no processo de estratificação social da sociedade. Contudo, a classe burguesa ou elite que surgiu e se consolidou através do acesso a educação formal, contrariamente ao retrato de Kuper (1965), tinha no Estado o seu principal suporte.

Como foi mencionado nos parágrafos anteriores, o processo de massificação da educação formal em Moçambique foi incentivado pelo partido-Estado, impulsionado pela necessidade urgente de conseguir obter quadros qualificados para suprir a saída abrupta de quase toda a mão-de-obra qualificada constituída pelos colonos portugueses.

Os principais líderes do país nesta altura não possuíam uma educação formal muito elevada, alguns deles tinham abandonado as universidades estrangeiras onde tinham ido fazer a sua formação para se juntarem à Frelimo durante a luta de libertação nacional, havia um grupo relativamente pequeno de membros do governo que tinham o grau de bacharéis ou licenciatura.

O processo de massificação da educação para todos abriu espaço para que mais moçambicanos pudessem ter acesso à educação e por via disso, aspirarem a mobilidade social e melhoria das suas condições de vida. Afinal de contas, esse era a narrativa dominante ao longo da luta de libertação nacional. Contudo, a massificação num contexto de exiguidade de pessoal qualificado – entenda-se professores - coloca grandes desafios na qualidade do ensino que oferecido as populações.

Tendo a plena noção desses desafios e constrangimentos, após a independência nacional foi resgatado o modelo de escolas da Frelimo que fora implementado durante a luta de libertação nacional de Moçambique, de modo a oferecer educação formal aos filhos dos combatentes da Frelimo. Após a independência este modelo é readaptado para

acomodar os filhos dos dirigentes máximos da Frelimo, tornando-se uma ilha de excelência no oceano de dificuldades que atravessava o sistema nacional de educação.

Esta escola albergava os filhos dos dirigentes máximos da partido-Estado e, diferentemente das escolas públicas espalhadas um pouco por todo o país, a Escola da Frelimo gozava de prerrogativas especiais, como se pode depreender da citação abaixo.

«Catarina was born in 1975 and came from a Frelimo family. Her father had been a Minister in the socialist government. Catarina was educated at the Frelimo School until the ninth grade (year). There were 30 people in her class and all were the children of high-ranking Frelimo members. She remembered the discipline was extremely strict. When the teacher entered the room all the students had to stand at attention and greet the teacher and wait for permission to sit. The curriculum was rigorous and students were also required to work in the fields as part of the party's efforts to keep the elites close to the people during the early socialist period. There were advantages to attending the Frelimo School. The teachers were mostly expats from other socialist countries; many were East German and well trained. The students were provided with better food than other schools. In addition, students were provided with a bus to transport them to and from school. The normal students walking to school would often mock them and make comparisons with the school bus and cattle transport trucks. (Sumich,2005:105) ».

Como se pode depreender, a orientação política de pendor socialista camuflava de certa forma as diferenças de privilégios entre os diversos grupos da sociedade. Um outro aspecto não menos relevante é que, ao longo da década 1980, o país atravessou uma profunda crise económica, humanitária e social devido à guerra civil. Por via desse facto, a pobreza era generalizada e os símbolos de diferenciação entre as classes sociais eram pouco visíveis.

Portanto, o processo de estratificação social começou no período socialista, onde para além da educação formal, também já se podia ver a distinção quanto ao nível do consumo, pois os dirigentes do partido-Estado tinham acesso a determinadas lojas, as “lojas dos dirigentes”. Nestes estabelecimentos comerciais podiam-se encontrar produtos que não estavam disponíveis no mercado. Estes e outros aspectos foram marcantes para o surgimento de identidade de pertença ao mesmo grupo, para o

estabelecimento de relações de solidariedade e para o reforço de práticas como os casamentos e o apadrinhamento entre os membros das elites políticas.

A segunda metade da década 1980 e o início da década 1990 abrem espaço a um processo de reformas que afectou o tecido político, económico e social de Moçambique. Este período, como fizemos menção nos capítulos anteriores, é marcado pela intensificação da guerra civil e o conseqüente aumento da crise político, económica e social do país. É ainda marcado pela morte de Samora Machel - o presidente que proclamou a independência do país - que ocorreu à 19 de Outubro de 1986, e por mudanças de políticas económicas com a implementação do pacote de reformas económicas denominada Programa de Reajustamento Económico (PRE) que mais tarde denominou-se Programa de Reajustamento Económico e Social (PRES).

A entrada numa nova era, caracterizada pela liberalização da economia e abertura política, abriu espaço para a democratização mas também para as desigualdades sociais que se encontravam camufladas durante o período em que o partido no poder se designava de Marxista-Leninista, tornando-as cada vez mais evidentes.

Uma das principais mudanças que ocorreram neste período foi, por um lado, a abertura dos principais sectores sociais do Estado, tais como a educação e saúde, à entrada de operadores privados. Por outro lado, assistiu-se a uma degradação bastante acentuada dos serviços sociais prestados pelo Estado, devido principalmente aos baixos salários auferidos e ao absentismo dos professores, médicos, enfermeiros, serventes e outros técnicos afectos a estes sectores.

«The Fifth Congresso f Frelimo in 1989 recognised deterioring conditions in educations, principally the lack of financial resources and other factors, as preventing effective implementation of free and compulsory education. It was decided to invite the private sector – co-operatives, churchs and welfare organizations, cultural, recreation and sports associations – to build and administer private and community schools. These were to be run privately, subject to state supervision on matters concerning the curriculum, syllabuses and principles of organization. Private tuition which had been abolished, was also restored (Cross, 2011:119)».

Gradualmente na cidade de Maputo, capital de Moçambique e principal centro económico do país, começaram a surgir escolas e clínicas privadas, cuja capacidade de acesso estratificava ainda mais a sociedade entre os poucos que se podiam permitir a pagar por esses serviços e a maioria que como alternativa deveria continuar a recorrer as escolas e serviços públicos. Sendo que parte considerável dos profissionais que lecionavam nestas escolas ou que trabalhavam nestas clínicas eram os funcionários públicos que tinham um segundo emprego para compensar os salários mal pagos da função pública.

Nos anos 1990, o número de moçambicanos que possuíam um diploma universitário tinha aumentado consideravelmente, porém a educação formal ainda se mantinha como um elemento fulcral para mobilidade social das faixas mais jovens da sociedade. Os governos do então Presidente da República Joaquim Chissano, em comparação com os primeiros governos do falecido Presidente Samora Machel, são um exemplo elucidativo deste aumento considerável no número de indivíduos formados.

Com o aumento considerável da oferta de escolas privadas, a Escola da Frelimo, que antes albergava a maioria dos filhos dos dirigentes do partido no poder, perdeu parte do seu protagonismo e as novas gerações dos filhos das elites políticas começam a estudar nas escolas privadas situadas nos bairros nobres da cidade de Maputo. Tais como o colégio Kitabu, o antigo colégio Delta (actualmente já encerrado), a escola internacional, a escola portuguesa, a escola americana, a escola francesa, etc.

Nestas escolas, nos primeiros anos de formação os alunos têm o contacto com uma língua fulcral para a distinção dos demais concorrentes pelas melhores oportunidades de emprego, a língua inglesa, cujo domínio possibilita no mercado de trabalho moçambicano o acesso ás melhores oportunidades de emprego nas multinacionais do sector extractivo que actuam no país, nas organizações não-governamentais internacionais, nas embaixadas, nos escritórios das principais organismos de apoio bilateral (União Europeia, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento), nas principais organizações não-governamentais locais.

O acesso a estas escolas é altamente seletivo, sendo o principal critério o poder económico dos pais e encarregados de educação dos alunos. Por exemplo na American International School of Mozambique segundo o seu site

http://aism.co.mz/site/documents/tuition_and_fees_2015_2016.pdf acedido no dia 03/03/2016, um aluno que frequente o nível equivalente ao nono ou décimo ano paga de propinas anuais o equivalente à 25.613 dólares americanos, o que equivale a uma média mensal de 2.134 dólares americanos.

Um aluno que frequenta a escola Internacional de Maputo no nono ano de escolaridade paga por trimestre o equivalente a 2.122 dólares. Tendo em conta que o ano lectivo tem 3 trimestre, isso equivale a uma mensalidade de 707,00 dólares americanos por mês.

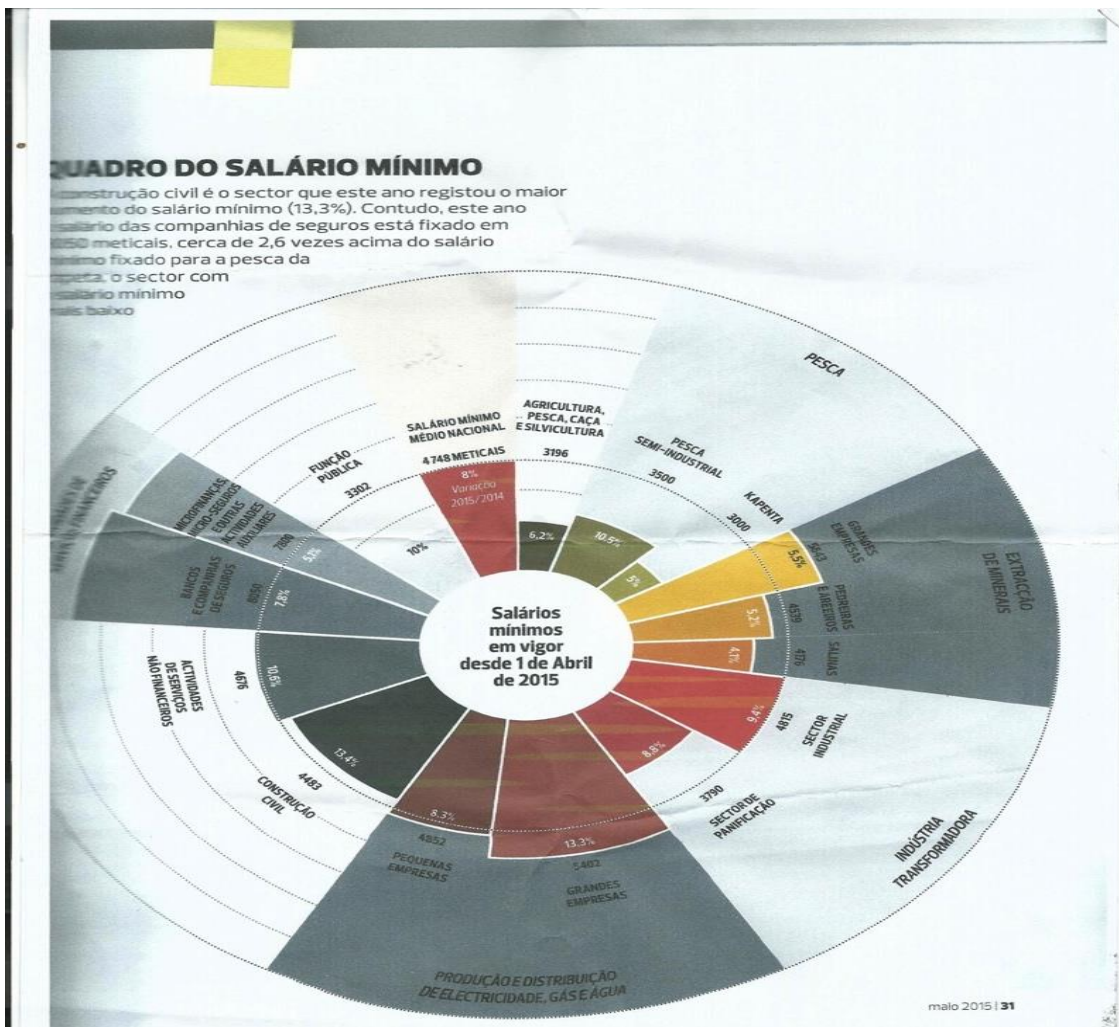
Para o caso da Escola Portuguesa de Maputo, um aluno que frequente o nono ano de escolaridade paga trimestralmente cerca de 662 dólares americanos o que equivale a cerca 221 dólares mensais que os pais ou encarregados de educação teriam que desembolsar para a educação formal do seu filho.

Também existem escolas privadas nacionais, algumas delas lecionam até o sétimo ano de escolaridade o que em Moçambique se designa Escola Primária Completa. O colégio Nyamunda é uma dessas escolas, sendo que um aluno que frequenta o sétimo ano de escolaridade pode pagar o correspondente a 146,00 dólares americanos mensais.

O colégio Kitabu, que foi uma das primeiras escolas privadas a operar no país, tem turmas a partir do oitavo ano de escolaridade até o décimo segundo. Neste Colégio o aluno do nono ou décimo ano paga de propinas o equivalente a cerca de 173 dólares americanos mensais.

A frequência nestas escolas privadas dá aos seus estudantes o sentimento de pertença a um grupo privilegiado que se distingue dos estudantes do ensino público. Porém, dentro deste grupo privilegiado existem também estratificações que decorrem do facto de uns serem mais privilegiados economicamente do que outros. Como se pode depreender, o facto de alguém poder se permitir a despende mais de 2.000 dólares americanos por mês para a sua formação não é comparável com outros privilegiados que somente podem se permitir gastar quase 200, 00 dólares americanos por mês no pagamento de propinas.

O maior empregador na economia moçambicana é o Estado e os ordenados auferidos pelos funcionários públicos, mesmo aqueles que se podem considerar melhor remunerados, não permitem ter os seus filhos a estudarem em algumas das escolas privadas que lecionam na capital moçambicana. Um médico generalista do primeiro escalão afectado na sede do Ministério da Saúde em Maputo, depois de todos os subsídios pode auferir um ordenado de 36.000 Meticais, o equivalente a 720 dólares americanos.



A imagem acima representa os salários mínimos em Meticais (moeda local) por cada sector de actividade. Fonte: Revista Economia e Negócios, Maio 2015.

Com o declínio acentuado da qualidade de ensino público, os alunos que frequentam o ensino privado encontram-se em vantagem comparativa em relação aos alunos

provenientes das escolas públicas. E essa vantagem poder-se-á se reflectir nos níveis de acesso a principal universidade pública do país, a Universidade Eduardo Mondlane, onde os estudantes provenientes do ensino privado que oferece melhor qualidade de ensino poderão passar a ter mais facilidade de acesso, devido à sua formação que é muito mais sólida, em detrimento da maioria dos estudantes provenientes das escolas públicas.

Um exemplo elucidativo do estado calamitoso do ensino público foram os resultados do ano lectivo 2015, onde mais de 80% dos estudantes que frequentavam o décimo e decimo segundo ano, as classes com exame escolar no sistema de ensino moçambicano, reprovaram de classe. Problemas relacionados com o absentismo dos professores, fracas competências por parte do quadro docente, corrupção, salários baixos, são alguns dos principais obstáculos enfrentados pelo sector da educação em Moçambique.

Porém, no actual contexto, a grande maioria dos estudantes que frequentam o ensino privado, uma vez terminado os seus estudos no ensino secundário geral, partem com destino as universidades estrangeiras. Os principais destinos para a realização dos estudos universitários dos filhos das elites políticas e empresariais moçambicanas são Portugal, Brasil, África do Sul, Inglaterra, Estados Unidos de América e Austrália.

«The growing educational class structure is enhanced by the ability for elite families to send their children abroad. Foreign education is prized by elite Mozambican families for the qualifications it bestows, but also because of the status it confers and the social networks it fosters (Sumich, 2005:106)».

Uma vez terminados os seus estudos e obtidos os seus graus de licenciados ou mestres, a maior parte destes estudantes regressa ao país de modo a iniciarem a sua vida laboral. Com o processo de formação sólida ao qual tiveram acesso desde a sua infância, eles se encontram em melhores condições para poderem obter os melhores empregos em relação ao resto da concorrência, como foi mencionado nos parágrafos anteriores.

«Por outro lado, o prestígio que advém de a formação avançada ser obtida no exterior está relacionado com os processos de legitimação que a construção das elites nacionais necessariamente implica. Ou seja, para além do reconhecimento e prestígio interno, essa legitimação, sobretudo quando falamos de elites nacionais e não locais, também tem de

ser realizada interpares e num plano internacional. E para pertencer a uma elite nacional não basta ter o reconhecimento dos outros elementos da mesma elite - que necessariamente têm de o aceitar como um dos "seus" - não basta também deter posições de poder e destaque diante do seu grupo social de pertença ou diante da restante população do país respectivo; implica, igualmente, que esse lugar social seja reconhecido por aqueles com quem, noutros países ou organizações, estes actores sociais estabelecem relações de proximidade - económica, social e simbólica. Esse jogo complexo de múltiplos espelhos e reflexos tem de ser habilmente manobrado, pois todos os elementos importam e não se podem sobrepor de forma excessiva. Costa (2009)».

Os empregos melhor remunerados e mais promissores em termos de realização de carreiras profissionais não dependem somente das habilidades que eles conseguiram obter ao longo do processo da sua educação formal. Parte considerável destes jovens, sendo filhos da elite política, gozam de importantes redes de contactos que podem garantir as influências necessárias de modo obterem as melhores candidaturas para emprego e abrir possibilidades de emprego em empresas que eventualmente não estavam recrutar candidatos para emprego.

Aqueles cujos pais possuem interesses empresariais que já estão em actividade vão por vezes trabalhar para as empresas dos seus respectivos progenitores, procurando por conseguinte aplicar parte dos conhecimentos teóricos que obtiveram ao longo da sua formação. Os filhos do antigo Presidente da República, Armando Guebuza, constituem um exemplo elucidativo, Valentina Guebuza¹ ocupava cargos de direcção na FOCUS 21 empresa da família Guebuza. Outro exemplo é do Grupo Chicomo da família do actual ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloí, que tem como director-geral Edgar Baloí, filho do ministro. Chivambo Mamadhusen director-geral do Grupo Videre, empresa da ex-ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e ex-ministra da Coordenação da Acção Ambiental e actual membro da Comissão Política do Partido Frelimo, também se enquadra no perfil acima descrito.

Para não fugir à essência das elites políticas moçambicanas, uma parte considerável dos filhos das elites que regressam ao país, após a sua formação conseguem empregos bem

¹ Entretanto falecida, vítima de violência doméstica, durante a fase final da redacção desta tese.

remunerados em empresas públicas tais, como a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, os Caminhos de Ferro de Moçambique ou Petromoc, institutos públicos tais como o Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE), o Instituto Nacional de Petróleos (INP), o Instituto Nacional de Comunicações (INCM) ou a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e nos ministérios mais atractivos, tais como, Ministério da Economia e Finanças, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ou o Ministério dos Recursos Minerais.

A propósito do açambarcamento das melhores oportunidades de trabalho por via de redes de contactos ou tráfico de influências, um alto dirigente da Autoridade Tributária numa entrevista concedida para efeitos deste trabalho no dia 25 de Fevereiro de 2014, revelou que: *«o nível de promiscuidade e tráfico de influência nos concursos de admissão de pessoal na Autoridade Tributária é tão elevado que o Presidente de então, Rosário Fernandes, tinha que estar em cima dos processo de modo a tentar garantir o maior nível de transparência possível, porque de contrário alguns funcionários poderiam começar a fazer a árvore genealógica das suas famílias dentro da instituição».*

No que diz respeito ao cidadão comum que fez toda a sua formação do ensino primário e secundário nas escolas públicas, a única hipótese de continuar os seus estudos ao nível universitário reside na candidatura aos exames de admissão para as universidades públicas tais como a Universidade Eduardo Mondlane, que é a maior e a mais antiga, universidade em Moçambique, a universidade Pedagógica, a UniLúrio, a UniZambeze e o Instituto Superior de Relações Internacionais.

Porém a oferta em termos de vagas destas universidades é ínfima quando comparada com a quantidade de candidatos espalhados por todo o país que pretendem ingressar na universidade, principalmente a Universidade Eduardo Mondlane, a mais reputada do país. Segundos dados constantes no website desta universidade, consultado no dia 8 de Fevereiro de 2016 - <http://www.uem.mz/index.php/uem-em-numeros-2012/estatisticas-sobre-estudantes> - no ano de 2012, de um total de 25029 candidatos, somente 4394 foram admitidos.

Anualmente o número de candidatos vai aumentando significativamente e um aspecto importante a ter em conta é que, por vezes, há candidatos que não conseguem entrar

para as universidades públicas e vão inscrever-se nas universidades privadas de modo a continuarem com os seus estudos ao nível universitário. Porém, quando são abertas as inscrições para os exames de admissão na universidade Eduardo Mondlane, estes voltam a candidatar-se na esperança de poderem entrar e assim abandonar a universidade privada. Em média as propinas mensais de um estudante numa universidade privada são cerca de 150 dólares americanos, valor que exige algum esforço financeiro a maioria das famílias moçambicanas.

A massificação da educação formal no período pós-independência em muitos casos abriu espaço para a mobilidade social de vários indivíduos que, após a sua formação tanto dentro do país como no exterior, regressaram e puderam obter melhores empregos na estrutura administrativa do Estado. Alguns destes indivíduos devido à sua competência técnica, gradualmente foram consolidando as suas posições no aparelho administrativo do Estado, o que mais tarde possibilitou a sua cooptação política para o partido no poder, tornando-se membros do partido Frelimo.

A percepção de que o acesso ao ensino superior é uma garantia de mobilidade social enraizou-se gradualmente na sociedade moçambicana. «As pessoas encaram a universidade em termos de ascensão social e não em termos de aquisição de conhecimentos ou competências. Frequentar a universidade num país fortemente marcado pelo analfabetismo cria nos que o conseguem a sensação de ter alcançado o cimo do Olimpo em termos sociais. Um diploma universitário traz consigo o sentimento de que se tem direito a desempenhar funções de gestão, usufruir de uma remuneração elevada (que permite a aquisição de casa e automóvel, viagens para o estrangeiro, etc.) e a ser tratado com deferência no plano social. (Oliveira, 2015:226)».

No final da década 1980, a diversificação das elites se acentuou. Para além dos libertadores da pátria que controlavam o partido-Estado, os assimilados que tinham educação formal e que aquando da independência ocupavam cargos importantes na máquina administrativa do Estado, veio juntar-se a estes a primeira geração de moçambicanos que tinham adquirido níveis de formação profissional acima da média no período pós-independência.

Parte considerável deste novo grupo de moçambicanos que tinham diplomas universitários havia concluído os seus cursos nos países do bloco socialista, outros

tinham feito a sua formação dentro do país na Universidade Eduardo Mondlane. As competências técnicas que estes possuíam eram extremamente importantes na nova fase em que o país estava a entrar.

«Contentious issues aside, the rise in the importance of technocrats in the government was a result of the change in the policy process, resulting from the adherence of the country to the Bretton Woods Institutions and the implementation of its Structural Adjustment Programme following the economic crisis of the 1980s and the lack of support from the socialist bloc, which led to the Samora Machel regime seeking an accommodation with Western countries (Macuane, 2001). With the new epicentre of policy agenda-setting lying in neoliberal capitals (Washington and elsewhere), policy formulation now required new skills, language and accountability processes, which rendered the socialist rhetoric at best inadequate. This required the shaping of new policy elites with strong links to international actors framing the policy agenda of the country. (Macuane, 2012:19)».

No 4º Congresso do partido Frelimo, realizado em 1989, as lideranças do partido decidiram abrir as portas do partido para os mais diferentes grupos da sociedade, uma medida que tinha como objectivos preparar o partido para as mudanças que estavam a ocorrer dentro da sociedade e por conseguinte alargar a sua base de apoio. Um ano depois entrou em vigor a constituição de 1990 que, de entre as várias mudanças, abriu espaço para o multipartidarismo no país.

A abertura do partido a outros grupos da sociedade, de entre os quais indivíduos ligados ao sector privado, gradualmente acabou por diversificar os tipos de elites dentro do partido, havendo por conseguinte a elite política constituída pelos libertadores da pátria que controlam o partido, a elite burocrática que controla a máquina administrativa do Estado, a elite com proveniência no sector privado, a elite ligada ao sector da sociedade civil e as elites intelectuais.

A fronteira que separa um determinado tipo de elite do outro é bastante ténue, havendo casos em que os mesmos indivíduos pertencem a mais de um grupo, podem ser cumulativamente elite política devido ao facto de ser libertador da pátria com poder de influenciar processos dentro do partido e do Estado, mas também proeminente homem

de negócios e titular de cargo público em funções, conhecendo por conseguinte o funcionamento da máquina administrativa do Estado.

«Apart from the broad groups of political and technocratic elites, already described, economic liberalization (PRE), dependence and the poverty reduction process have contributed to the creation of four types of elites: 1) knowledge elites inside the government; 2) knowledge elites outside the government; 3) the emerging business elites; and 4) civil society elites. The boundaries between these elites are not well defined, and individual members participate in multiple groups at the same time, which has implications for final policy choices (Macuane, 2012:24)».

Um aspecto transversal a todas as elites reside na dependência que estas têm em relação ao Estado, daí a necessidade contínua de exercerem controlo sobre o mesmo de modo a retirarem o máximo número de dividendos relacionados com esse controlo. Mas como o Estado que as elites políticas locais controlam não é autossuficiente e capaz de viver sem os principais vectores estruturantes da economia moçambicana, mais concretamente ajuda pública ao desenvolvimento e o investimento directo estrangeiro, elas são obrigadas a reinventar-se constantemente de modo a tornarem-se uma cópia fiel das expectativas dos parceiros que garantem, no final de contas, o seu estatuto de elite.

Neste âmbito, a educação superior fornece os instrumentos que possibilitam um diálogo comum com os interlocutores que por um lado garantem a sobrevivência do Estado, mais concretamente a ajuda ao desenvolvimento, e que por outro lado possibilita o seu processo de acumulação de capital, o investimento directo estrangeiro.

«É dentro dessa complexa teia relacional que emerge a crescente importância da educação superior como forma de estratificação social e de constituição e legitimação das elites, concorrendo e, simultaneamente, agregando-se ou associando-se a outras formas de legitimação. (Costa, 2009)».

A narrativa dominante na sociedade associa a educação superior à modernidade, fazendo do indivíduo que a possui alguém que tem a legitimidade para ser um interlocutor válido com os outros actores vindo do mundo moderno ocidental. Esta legitimidade que goza a obtenção de graus universitários associa-se a uma outra dimensão importante aos olhos do cidadão comum e principalmente dos funcionários

públicos, a necessidade de aliar a obtenção do diploma universitário com a obtenção do “cartão do vermelho” o que, em outras palavras, quer dizer tornar-se membro do partido Frelimo.

Apesar da existência das várias elites é importante frisar que a elite política ligada á luta de libertação nacional continua a ser a elite dominante e todas as outras ocupam um lugar subalterno em relação a esta. Por mais influente que seja o indivíduo ao nível dos negócios, na sociedade civil, na gestão administrativa e burocrática da máquina administrativa do Estado, o poder político e a legitimidade detida pelos indivíduos que estiveram associados à luta de libertação nacional e que controlam o partido é um legado que lhes confere uma legitimidade acima de qualquer outra.

A este propósito um antigo ministro da Educação entrevistado para efeitos deste trabalho, no dia 1 de Dezembro de 2015, disse o seguinte: *«Os libertadores da pátria pensam que têm a legitimidade de terem os privilégios que têm devido ao facto de terem libertado o país. Essa legitimidade não é só em relação à economia, também é em relação à justiça, em relação à política e mesmo dentro do partido e na forma como as decisões importantes são tomadas. Apesar da Frelimo possuir os seus órgãos de decisão, os libertadores têm a capacidade através dessa força mitológica de influenciar as decisões tomadas nos órgãos estatuídos, mesmo quando estes não fazem parte desses mesmos órgãos. Isto deve-se a legitimidade que todos os membros atribuem a eles».*

Como se pode depreender, apesar de se privilegiar a educação superior, uma vez que ela fornece instrumentos ou ferramentas analíticas que permitem às elites burocráticas ou tecnocráticas do Estado levarem a cabo as melhores opções de políticas públicas, as decisões estruturais ou mais importantes do país dependem do aval da elite política libertadora e sem o consentimento desta, ou se a decisão interferir com os seus interesses, por melhor fundamentada que seja em termos científicos ela não será adoptada.

Um exemplo elucidativo deste facto é o debate levado a cabo por algumas organizações da sociedade civil em Moçambique, em torno da necessidade de se aumentar a tributação das multinacionais ligadas ao sector extractivo. Outro exemplo relacionado a este, prende-se com a crítica que é constantemente feita no sentido de os vários governos do partido Frelimo, não estarem à criar políticas públicas que incentivem à

diversificação da economia e impulsionem as ligações entre as pequenas e médias empresas.

No sentido contrário, pode se encontrar uma campanha levada a cabo por organizações da sociedade civil em Moçambique, tais como o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), aquando da euforia da descoberta dos recursos minerais. As empresas multinacionais começaram a transacionar os activos que detinham sobre os recursos entre elas, sem efectuarem os respectivos pagamentos dos impostos sobre as mais-valias. Após campanha de sensibilização desta organização muito bem concebida, as elites políticas começaram a perceber o encaixe financeiro que daí podia advir e rapidamente a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) iniciou o processo de tributação deste tipo de negócios entre as multinacionais. Só no ano de 2013, devido a tributação deste imposto inerente à venda de activos entre as multinacionais em território moçambicano, o fisco arrecadou cerca de 800 milhões de dólares.

Obviamente que esse tipo de impostos, que no início do ano fiscal não estavam previstos nas contas do orçamento, oferece musculatura financeira à elite política que controla o Estado e o partido, portanto este exemplo demonstra como, quando os interesses económicos da elite saem reforçados, ela se torna flexível à análise bem fundamentada sustentada por argumentos técnico-científicos.

A educação superior continua a ser um dos principais mecanismos de reprodução das elites em Moçambique, principalmente quando a mesma é adquirida no estrangeiro, aliada a graus cada vez mais altos de formação, mais concretamente os graus de mestre ou doutorado. O acesso a educação superior, tal como no período pós-independência, não é exclusivo dos filhos e familiares próximos das elites políticas. As elites burocráticas, a nova elite económica (pese embora existam muitos membros da elite política dentro da elite económica) e as elites da sociedade civil e intelectuais também procuram cada vez mais o acesso à educação superior, tendo em conta as imensas vantagens que ela abre.

Pese embora os filhos e os familiares mais próximos da elite política tenham facilidades de acesso ao ensino superior, principalmente no diz respeito as universidades estrangeiras, os desafios que se colocam é que num contexto extremamente politizado

em que a concorrência política para o controlo do partido e por consequência do Estado envolve diversos actores, provavelmente será necessário a combinação de outras variáveis para garantir o processo de reprodução das elites políticas.

5.2. O matrimónio como estratégia de reprodução das elites em Moçambique.

As relações de parentesco constituídas através dos matrimónios constituem um mecanismo interessante de análise das estratégias de reprodução das elites, em qualquer contexto. No caso de Moçambique em que a competição política é extremamente alta e as alianças são bastante voláteis, a estratégia que passa pela realização de matrimónios entre famílias da elite revela-se uma oportunidade única de consolidar alianças mais duradouras e estáveis entre os membros da elite política moçambicana.

O processo de socialização de parte considerável dos filhos das elites libertadoras de Moçambique foi feito no período pós-independência, em espaços como a escola da Frelimo e outros lugares de convívio onde estes afirmavam a sua identidade como grupo. Nos anos 1980, na televisão pública de Moçambique, (a então Televisão Experimental de Moçambique -TVE), havia um programa dedicado à música moçambicana onde era habitual passar o vídeo de uma banda denominada Júpiter 11, um grupo musical composto exclusivamente por filhos da elite política de Moçambique.

São espaços como estes que reforçam o sentimento de pertença ao grupo e ao mesmo tempo a diferença entre o grupo e os demais. Porém, os espaços de socialização das elites não são exclusivos para os homens, muito pelo contrário, existem uma infinidade de locais de socialização onde há convivência entre os diferentes géneros, a escola ou universidade, encontros de família, baptizados, casamentos, convívios religiosos, o local onde se passam as férias, etc.

A partilha dos mesmos espaços de convívio social pode constituir um excelente ponto de partida para que, de forma espontânea, as relações entre os filhos da elite possam culminar em matrimónio. Para além do facto de as famílias, eventualmente se conhecerem há bastante tempo, o que pode ser um aspecto à ter em conta na hora de dissipar receios em relação ao noivo ou noiva.

Apesar de cada vez mais a sociedade valorizar o individualismo e valores típicos das sociedades neoliberais, no que diz respeito ao casamento as famílias ainda têm um papel

importante no processo de aprovação do noivo ou noiva, principalmente devido aos diversos valores culturais preservados pelos familiares mais velhos da família.

«While this ceremony is usually calm when both families agree with each other's future in-laws-to-be, it is very difficult for a person to marry someone whom the family opposes. The criteria for approval include, amongst others, class and ethnic dimensions. (Manuel, 2013:186)».

Contudo a forte valorização do poder económico tem desviado gradualmente o papel dos “mais velhos da família” para os familiares que possuem maior poder financeiro, isto é, uma cerimónia como o *lobolo*² pode iniciar tardiamente devido ao facto de por exemplo o irmão mais novo do noivo(a) e também o mais bem-sucedido em termos económicos chegar atrasado, pois como a viabilidade da cerimónia e do casamento depende da sua importante contribuição, todos os seus familiares ficam reféns da sua disponibilidade.

O processo de transformações políticas, económicas e sociais que Moçambique atravessou desde a sua independência, aliada a uma guerra civil que dilacerou parte considerável do tecido económico e social, alterou bastante os padrões morais e éticos das famílias moçambicanas. O espírito de solidariedade e altruísmo demonstrado ao longo dos primeiros anos pós-independência deu lugar a uma cada vez maior ênfase sobre o individualismo e a posse de bens materiais.

Esta lógica que privilegia o individualismo e o material em detrimento do afectivo, também condiciona a escolha dos parceiros para a realização dos casamentos. Portanto, para que um namorado(a) para se tornar um potencial noivo, há uma serie de factores que devem ser considerados, sendo a componente amor uma delas mas não a determinante.

Obviamente que esta forma racional e acima de tudo interesseira de estar perante a escolha de um futuro esposo(a) é também absorvido pela elites, como forma de impedir que os seus descendentes possam a vir a contrair matrimónio com indivíduos das classes sociais mais baixas, para além de garantir que os seus contraem matrimónio

² O *lobolo*, conforme é designado na África Austral e no sul da África Oriental, ficou classicamente registado na Antropologia como “*bride wealth*” ou “preço da noiva”

simplesmente com pessoas do mesmo extracto social, reforçando os laços de pertença a este grupo, as redes de solidariedade e garantindo acima de tudo a reprodução das elites.

Em Moçambique é muito comum nas conversas entre membros de família mencionar-se o seguinte: «*Nascer pobre faz parte do destino de uma pessoa, porque o indivíduo não tem a capacidade de escolher a família onde pretende nascer, mas casar com um pobre isso já é burrice*».

Sendo uma sociedade onde à estratificação social é atribuída muita importância, os indivíduos que julgam encontrar-se numa posição social relativamente alta em relação aos demais procuram a todo o custo manter a sua posição social, sendo que as alianças por via do matrimónio podem constituir uma importante forma de ascensão social, daí a importância do envolvimento da família para procurar aferir até que ponto a noiva, mas principalmente o noivo, consegue garantir um padrão de vida acima da média para a sua futura família.

Durante a realização do trabalho de campo, para esta tese, mais concretamente durante o mês de Julho de 2014, realizou-se o casamento de Valentina Guebuza - filha do então Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza. No período que antecedeu e mesmo depois do casamento, na cidade de Maputo as conversas nos *chapas 100*³, nos *dumba-nengues*⁴, nos mercados, cafés e escritórios eram em torno deste casamento, que a comunicação social *cor-de-rosa* em Moçambique denominou casamento do ano.

A estupefação da sociedade residia no facto de a filha do então Presidente da República, ter contraído matrimónio com um indivíduo que não era proveniente do meio da elite política e empresarial local. Porém, apesar de não ser um elemento pertencente a elite política/empresarial, o noivo da Valentina Guebuza é um indivíduo que se pode

³ *Chapas*, são carrinhas minibus de 15 ou 30 lugares que fazem transportes semi-colectivo de passageiros nas cidades moçambicanas. A sua denominação chapa 100 deve-se ao facto de as primeiras carrinhas que no início dos anos 1990 faziam este tipo de transporte cobrarem 100 meticais. Acerca desta instituição matrimonial no contexto de Maputo, veja-se Granjo (2005).

⁴ *Dumba –nengue*, palavra da língua ronga que em tradução literal significa “confia no teu pé” em alusão à fuga empreendida pelos primeiros vendedores ambulantes que surgiram no início dos anos 1990 um pouco por todas as ruas da cidade de Maputo. Estes quando viam a polícia a chegar tinham que rapidamente pegar nos seus produtos expostos a venda e correr para que a polícia não prendesse a eles e aos seus produtos.

considerar da classe média moçambicana, ocupando um cargo de chefia nos escalões intermédios da estrutura da companhia de telemóveis Moçambique Celulares (MCEL), controlada pelo Estado.

Durante esse período era comum ouvir as pessoas repetidamente dizerem que o noivo, actual esposo de Valentina Guebuza, tinha “acertado” e que iria virar um “folgado”. Na linguagem corriqueira da cidade de Maputo dizer que alguém “acertou” é sinal de que essa pessoa conseguiu não por mérito próprio, mas por algum acaso da vida, dar-se bem na vida.

Quando a imprensa começou a divulgar que o regime do casamento era de separação de bens, as conversas nos diversos extractos sociais de Maputo eram em torno da esperteza do Presidente Guebuza, que perante o casamento da sua filha com um indivíduo que não era do círculo da elite política/empresarial moçambicana, acautelou os interesses económicos da família, prevenindo da incerteza do futuro.

O matrimónio implica não só a união entre as famílias, mas acima de tudo o assumir de responsabilidades por parte dos noivos, e essas responsabilidades começam desde que os noivos assumem a vontade de contrair matrimónio. Parte considerável dessas responsabilidades está relacionada com os gastos financeiros relativos a todo o processo que envolve o matrimónio, que inicia com a preparação da cerimónia do *lobolo* e toda a logística inerente a esta cerimónia, o casamento, e a cerimónia do *xiguiane* que consiste na entrega, na casa do esposo, da sua esposa e dos bens que pertencem a ela. Esta cerimónia ocorre na casa da família do noivo ou mesmo na casa onde o casal irá viver após a consumação do casamento.

No meio urbano de Maputo, a realização deste tipo de cerimónias envolve um elevado esforço financeiro por parte dos noivos e das suas respectivas famílias, esforço este que ganha espaço num contexto em que uma parte considerável dos indivíduos têm propensão para a ostentação, mesmo quando essa ostentação implica enormes sacrifícios da parte dos mesmos, numa atitude que em Moçambique é comumente denominada “*show off*”, sendo que os protagonistas desse tipo de acções são considerados “*showoffista*”.

Apesar do culto a ostentação ser largamente difundido, o que é perceptível pelo nível das festas de casamento, geralmente com mais de 500 convidados, pelos presentes que são oferecidos à noiva e aos seus pais aquando da cerimónia do lobolo, pelo local da realização dos casamentos, muitas vezes hotéis de 5 estrelas ou em tendas gigantes montadas para o efeito, pelos carros onde os noivos se fazem transportar, entre outros itens que fazem parte das festas preparadas para estas ocasiões, há uma clara diferença entre os casamentos do cidadão comum, da classe média ou média alta e o casamento de indivíduos da elite política e económica local.

Durante o trabalho de campo para este trabalho, tive a oportunidade de passar a jogar futebol com uns amigos do meu primo. O grupo de praticantes destas manhãs de domingo e futebol integravam na sua maioria jovens entre os 26 anos aos 45 anos de idade, pertencentes à classe média moçambicana. Muitos deles são funcionários de empresas privadas moçambicanas e estrangeiras, agências do Estado, ONGs nacionais e internacionais, empresas públicas e professores universitários.

Num dos muitos domingos de prática de futebol, três dos praticantes enquanto se equipavam para iniciarem a jogar, faziam comentários sobre a festa de casamento a que tinham sido convidados no dia anterior. Tratava-se do casamento do filho de um ex-ministro dos governos de Joaquim Chissano e Armando Guebuza.

Os seus comentários incidiam principalmente sobre o luxo que tinha sido a festa, desde a ornamentação do local do casamento, as bebidas que foram servidas aos ilustres convidados tais como o espumante Moët & Chandon, os whiskeys velhos tais como o Johnnie Walker rótulo duplo preto, azul, verde, gold e platinum, whiskeys velhos de 18 anos e cujo valor comercial na cidade de Maputo é bastante elevado, podendo uma garrafa do rótulo azul custar acima de 300 euros.

Segundo estes ilustres convidados, os mais de 1500 convidados tiveram tudo de bom e do melhor naquele casamento, incluindo charutos cubanos para todos os homens ali presentes. Estes mencionaram ainda que o casamento contou com a presença dos dois antigos presidentes da República, parte considerável da elite política e económica do país e que quem não foi convidado para a festa do casamento é porque não faz parte do *Jet Set* local.

«Civil and religious (Christian and Islamic) marriages with ostentatious wedding parties mark a divide between middle class and elite groups and the rest of the population, which, in most cases due to a lack of financial resources, or the prevalence of family conflicts, may be unable to get married and thus end up living in *de facto* unions (Granjo 2006) apud (Manuel, 2013:185)».

Mas estes elementos de ostentação são um ponto de atracção para o acto de saber “escolher bem” ou escolher um “*bom partido*”, que significa saber escolher o indivíduo certo para se contrair matrimónio, porque o casamento e a sua respectiva festa marca somente o início de um processo longo de vida a dois que implica garantir o bem-estar emocional e acima de tudo material da nova família que se está a constituir no acto do realização do matrimónio.

«Being married gives people a desired social status and, indeed, constitutes one of the characteristics of young adults in the middle class, together with: owning or renting a house or apartment in the city or in the emerging new neighbourhoods on the perimeter of Maputo; being a professional (both the men and the women) either at state institutions, in the private sector or self-employed; owning a car/cars; participating in entertainment activities (restaurants, bars, discos), socialising, travel (nationally, regionally and/or internationally), in sum: to *viver bem* (live well), as put by those who see themselves as middle class and elite in Maputo. (Manuel, 2013:176)».

Para o caso dos grupos mais privilegiados - as elites e a classe média ou média alta – um casamento bem conseguido, o que significa à partida um casamento com um *bom partido* significa também a garantia de continuidade e até alargamento das redes de influência que permitem a garantia dos seus privilégios.

Este facto acaba condicionando o apoio das famílias para uma solução racional em detrimento de soluções que impliquem sentimentos afectivos, quando o seu ente querido se encontra numa situação de dúvida entre um indivíduo que dá garantias de estabilidade e segurança para a futura família ou alguém que seja o verdadeiro amor dessa pessoa, mas que não tem recursos financeiros suficiente para fazer o casamento e sustentar uma família.

Sumich (2005) menciona este facto quando afirma o seguinte: «There is pressure for independence elites to marry other elites. But the preservation of endogamy is often very difficult in practice as there is extensive social contact between elites and the urban middle classes that can lead to romantic attachments».

Perante esta realidade as elites políticas/empresariais, nos casos em que em não conseguem evitar os relacionamentos amorosos entre os seus filhos e os membros das classes médias urbanas, procuram mecanismos de modo a salvaguardar os seus interesses, principalmente os patrimoniais. O badalado casamento de Valentina Guebuza, pode constituir um exemplo elucidativo de alguma das estratégias usadas pelas elites, pois conforme foi referenciado, de modo à salvaguardar o património familiar, o matrimónio foi celebrado no regime de separação de bens.

Esta opção pode ser viável nos casos de famílias abastadas onde o cônjuge com menor poder político e económico acaba por se submeter à vontade da família do cônjuge económica e politicamente privilegiada. Nos casos de famílias menos abastadas, a hipótese de o matrimónio se realizar em regime de separação de bens é muito pouco usual, havendo algumas excepções de comunhão de adquiridos, mas sendo o normal o casamento em regime de comunhão total de bens. Provavelmente devido a esse facto, nota-se que ao nível da classe média e até mesmo das classes mais baixas, existe pressão familiar sobre os filhos no sentido de forçar um casamento com um individuo que possa garantir algum conforto material à nova família que será constituída e, nalguns casos, à família alargada.

«I would like to highlight the fact that, despite the emphasis upon romantic ties and individual choice, marriage remains a family affair – in which both partners’ extended families (not just their parents) also play a part. Concomitantly, though, marriage is also an individual stance, though it is pursued as a means to build a family, which grants a status of adulthood. I found it interesting that romantic love was not necessarily the main feature when choosing a marriage partner, but the sharing of class dispositions and a level of empathy and fondness amongst the pair were the most important aspects. I am tempted to advance that marriage seems to be less about love and more about fear – a fear of social stigmatisation and a lack of recognition that could contribute to emotional anxiety in both partners, (Manuel, 2013:193)».

Como se pode depreender, o matrimónio acaba constituindo uma estratégia durável e de longo prazo para a reprodução e manutenção das elites, porém essa estratégia não é monopólio exclusivo das elites políticas/empresariais, ela é alargada a outros extractos sociais tais como a classe média ou média alta, que por via do matrimónio procura assegurar ou manter o seu *status quo*.

Estas classes sociais quotidianamente frequentam os mesmos espaços sociais, seja no trabalho, seja em locais de convívio e divertimento, tais como restaurantes, bares, discotecas, almoços e jantares de família e amigos – o que é muito comum acontecer a partir das noites de 5^a feira, 6^a feiras e durante o final de semana – o que obviamente possibilita a ocorrência de relacionamentos amorosos entre os indivíduos provenientes destes grupos.

Deste modo, não raras vezes assiste-se ao matrimónio entre elementos da elite política e membros da classe média e ou média alta. Provavelmente poderá estar acontecer que a concorrência para “casar bem” ou escolher um “bom partido” cada vez mais não se resume somente aos elementos da elite política/económica, havendo por conseguinte um cada vez maior número de indivíduos cujo acesso à educação formal possibilitou a aquisição de competências que lhes permitiram ter uma ascensão social e económica, permitindo-lhes ocupar cargos de relevo em empresas privadas, empresas públicas, institutos públicos, agências do Estado, ministérios, agências de cooperação internacionais, organizações não-governamentais, etc.

Um aspecto importante a ter em consideração é que nem todos os filhos da elite política/económica tiveram sucesso na sua educação formal e também ao nível profissional em comparação com alguns integrantes da classe média ou média alta, que devem muito da sua ascensão social ao seu empenho pessoal. Isto é, mesmo que esse empenho também signifique estar atrelado as redes clientelares dentro do partido no poder e consequentemente do Estado.

Portanto há filhos da elite política que, mesmo com todas as oportunidades de obtenção da formação superior no estrangeiro e por conseguinte de obterem os melhores empregos ou gerirem as empresas ou propriedades das suas famílias, têm um histórico profissional que não é relevante e somente não se tornam um cidadão comum dentro da sociedade, devido ao capital político acumulado pelos seus progenitores. Um exemplo

elucidativo deste facto ocorreu a quando da publicação no jornal de maior circulação do país, o jornal Notícias, de um processo de arresto de bens do filho de um ex-governador provincial que era proeminente membro da elite política durante o tempo em que Joaquim Chissano ocupava o cargo de Presidente da República.

O filho deste ex-governador provincial era tido como um proeminente homem de negócios e muito bem-sucedido na esfera empresarial. Contudo, o fim do seu período de glória no mundo dos negócios coincidiu com o final de mandato de Joaquim Chissano na Presidência da República e do partido Frelimo, uma vez que era sócio do filho mais velho do então presidente da República em vários empreendimentos empresariais.

O arresto de bens, que estava a ser conduzido por um banco comercial devido a dívidas contraídas e que não foram pagas, demonstra mais uma vez o perfil padrão dos empresários ligados ao poder político em Moçambique. A estupefação das pessoas em relação a este episódio, que foi bastante comentado nas redes sociais em Maputo (Facebook, Whatsapp), provavelmente se deve mais ao facto de o banco comercial ter tido a “coragem” de colocar um anúncio de arresto de bens no maior jornal de circulação do país, do que necessariamente pela surpresa de verem um ex-empresário de sucesso ligado ao poder político ser exposto em praça pública, devido a sua incompetência como gestor.

Num contexto de concorrência política acirrada, onde controlar o partido garante o controlo do Estado, parte considerável dos filhos da elite política correm o risco de, a médio ou longo prazo, não conseguirem manter o seu *status quo*, uma vez que muitos deles não possuem capital político fora da alçada dos seus progenitores e, mais agravante, ou também não dispõem de capital económico ou, se o tiveram ou têm, não têm sido capazes de abandonar as lógicas rendeiiras que os tornam empresários de sucesso apenas num determinado período, quando tinham ligações privilegiadas ao poder político.

A este propósito um professor universitário entrevistado para efeitos desta pesquisa no dia 1 de Dezembro de 2015, fez o seguinte comentário: «*Os filhos da elite política/económica da Frelimo, nunca irão conseguir ter o protagonismo dos seus progenitores dentro do partido, porque eles não foram socializados ou não tem cultura política suficiente de modo a manipularem os jogos internos de poder dentro do*

partido. A competição política é muito grande, a Frelimo está a alargar-se tanto que haverá muita competição interna entre as diversas elites e isso provoca tensões muito fortes que não permitirão que os filhos dos libertadores entrem com facilidade nos principais órgãos do partido, mais concretamente o Comité Central e a Comissão Política. Então, num futuro quando os libertadores desaparecerem, os indivíduos que tiverem o controlo sobre os meios de repressão poderão controlar o partido».

Como se pode depreender, no contexto em análise os diversos intervenientes não podem apostar somente numa estratégia ou mecanismos de modo a manterem ou reproduzirem o seu *status* de elite, é necessário a combinação de vários mecanismos, por forma a salvaguardar a posição privilegiada.

O matrimónio, neste contexto, pode ser tido como uma estratégia complementar a outras estratégias que devem ser usadas por parte da elite política/económica para a reprodução, e manutenção e/ou reforço de laços de solidariedade intra-elites a médio e longo prazo, pois por si não conseguem garantir a sustentabilidade do processo de reprodução das elites políticas/económicas.

5.3 O poder económico como mecanismo de reprodução das elites políticas em Moçambique.

Como foi mencionado ao longo dos capítulos anteriores, após a independência Moçambique optou por uma orientação socialista, onde o Estado detinha a posse de uma parte considerável dos meios de produção, havendo no entanto algumas empresas que continuaram sendo propriedade privada.

Contudo, com o passar dos anos, a experiência socialista “a moda moçambicana” revelou-se um fracasso completo, devido aos factores já arrolados nos capítulos anteriores e, por via disso, houve uma mudança para o neoliberalismo e economia de mercado. Esta mudança ocorre por volta da segunda metade dos anos 1980. Neste período, alguns dos antigos assimilados da época colonial que tinham feito alianças pragmática com os libertadores da pátria que controlavam o partido Frelimo e o Estado,

já tinham consolidado as suas posições na máquina burocrática do Estado, sendo em alguns casos elementos imprescindíveis.

O 4º Congresso do partido Frelimo, realizado no ano de 1983, marcou o início de uma nova era no que diz respeito a detenção da propriedade privada dos meios de produção. Neste período assiste-se a um discurso mais proactivo por parte da liderança do Partido-Estado no sentido de o Estado abandonar de alguns tipos de negócios que poderiam ser conduzidos por parte de pequenos e médios comerciantes ou empresários.

O extracto da entrevista concedida ao Jornal o País no dia 2 de Março de 2015, pelo antigo combatente Feliciano Gundana, elucida as mudanças que foram introduzidas a partir do 4º Congresso: *«Antes mesmo do congresso, o Presidente Samora lançou a ofensiva política organizacional, que apontava que o Governo não se pode ocupar da agulha, da linha, da cebola, da batata, do fósforo. O Governo deve ocupar-se das grandes questões, dos grandes problemas, e libertar essas áreas para os outros realizarem. Quando chega o IV Congresso, as ideias já estavam claras de que mesmo os membros do partido podiam produzir nas suas machambas; podiam ter duas ou três pessoas para ajudar a produzir, porque era preciso combater a fome, a pobreza. Mas não se abandonou o socialismo nessa altura».*

As mudanças que foram iniciadas no 4º Congresso tiveram o seu ponto mais alto com a realização do 5º Congresso (1989), que marca um ponto de viragem ao nível da linha ideológica do partido, como por exemplo o abandono da orientação marxista-leninista e a aposta na iniciativa privada. Neste período assiste-se à abertura do partido aos mais diferentes extractos profissionais e é concedida aos seus membros a permissão para poderem abraçar o mundo dos negócios. Gradualmente assistiu-se ao açambarcamento de vários dos activos do Estado, tais como empresas estatais, fábricas, casas pertencentes à Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), etc.

O poder económico provavelmente é a mais importante estratégia de reprodução das elites políticas em Moçambique. Porém, para a sua prossecução é importante que se tenha poder político, que é manifestado através do controlo do Estado e do partido Frelimo, de modo assegurar a partilha dos principais activos que o Estado pode oferecer num contexto de acumulação primitiva de capital.

Asemoglu e Robinson (2006) apresentam um argumento que descreve na perfeição as dinâmicas acima descritas, quando mencionam o facto de que, num contexto de incertezas, há por parte dos indivíduos um incentivo de modo a investir na política e em instituições extractivas que levam ao surgimento de instituições essencialmente extractivas, e este facto acaba tornando as disputas políticas extremamente acirradas.

Como fizemos menção nos capítulos anteriores, a década 1990 marca definitivamente este processo de acumulação de capital e também do gradual fraccionamento das elites, devido a disputas que começaram a tornar-se cada vez mais evidentes em virtude da colisão de interesses na esfera económica, uma vez que foi neste período que dentro do próprio partido no poder começaram a surgir alguns grupos privilegiados no processo de redistribuição e outros que se sentiam relegados para um papel secundário no processo de redistribuição de oportunidades.

5.3.1. Acesso aos activos e bens do Estado como mecanismos de reprodução e manutenção das elites

No período pós-independência, havia por parte da elite política uma certa aversão à ideia da posse de activos económicos, seja ela em termos de propriedade de bens imóveis ou móveis, seja quanto à posse de activos em empresas privadas ou qualquer outro bem que distinguisse o seu proprietário dos demais ou da colectividade.

Esta aversão era reforçada pelo cometimento do Presidente de então, Samora Moisés Machel, que nos seus vários discursos pelo país popularizou a seguinte frase: “ Os dirigentes devem ser os primeiros nos sacrifícios e últimos nos benefícios”. O que pressupunha que a elite dirigente não devia aproveitar-se da posição privilegiada para obter enriquecimento ilícito para si ou para os seus familiares e ou amigos.

Este postulado obviamente que foi seguido quase à risca enquanto Samora Machel conduziu os destinos do país e do partido Frelimo. Após a sua morte em 19 de Outubro de 1986, Moçambique inicia um processo de mudanças radicais e a ostracização a que a detenção de activos económicos esteve relegada durante os primeiros anos da pós-independência passou a ser uma lembrança do passado, abrindo espaço para adoração ou o culto da acumulação obsessiva de todo o tipo de activos à disposição.

Como temos vindo a frisar ao longo deste trabalho, esta acumulação é viabilizada através do controlo que estas elites exercem sobre o Estado. Controlo esse que é legitimado pelo papel que elas desempenharam na luta de libertação nacional, outorgando-se o direito de acumular esses activos, chegando mesmo a afirmá-lo publicamente e sem qualquer tipo de pudor.

O general Alberto Chipande, antigo combatente da luta de libertação nacional de Moçambique, numa cerimónia decorrida no dia 3 de Agosto de 2009 por ocasião da apresentação da nova administração da empresa Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), onde ele ocupa o cargo de Presidente da Assembleia Geral, falou do historial dos corredores de desenvolvimento de Moçambique, da luta de libertação nacional, etc. Ainda no seu discurso o general Chipande mostrou-se indignado por se afirmar que os dirigentes da Frelimo são ricos. «Perguntou ele: Ricos de quê? E acrescentou: e se fossem ricos? Qual é o mal? Não foram eles que trouxeram a independência de que vocês estão a usufruir?».

O mesmo general afirmou que os moçambicanos tinham o direito de usufruir das riquezas do seu país, porém as oportunidades para vastos grupos de moçambicanos poderem realmente usufruir desse privilégio são remotas, uma vez que só um pequeno grupo, principal e exclusivamente membros do partido Frelimo, é que tem vindo a aproveitar as oportunidades de realizarem acumulação de capital.

Esta percepção quase que generalizada ao nível da sociedade foi recentemente corroborada na reunião do Comité Central do partido Frelimo, realizado de 13 a 15 de Abril de 2016 na cidade da Matola, província de Maputo. Neste evento, Tomas Salomão, o antigo ministro do Plano e Finanças no governo de Joaquim Chissano, antigo secretário-geral da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), actualmente desempenhando as funções de presidente do Conselho de Administração da empresa Cervejas de Moçambique e membro do Comité Central do partido Frelimo disse no seu discurso: «Em Moçambique nos últimos anos só comem os que estão aqui dentro – fazendo referência aos 200 membros do Comité Central e convidados do evento, muito deles presidentes de conselhos de administração de empresas públicas, institutos públicos – ignorando os reais problemas do povo e avisou que continuando

neste ritmo, o partido poderá vir a perder as próximas eleições (Jornal Público, 18/04/2016)».

Este processo de concentração de oportunidades de acumulação primitiva de capital neste grupo privilegiado teve o seu início na década de 1990 e esteve sempre assente na capacidade de controlar o Estado. Sendo que ao longo do tempo quatro principais estratégias foram usadas:

A privatização dos activos do Estado, tais como as empresas estatais e o património imobiliário do Estado;

O saque aos bancos estatais através de empréstimos concedidos por estes bancos, mais concretamente o antigo Banco Comercial de Moçambique (BCM) e o antigo Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) mais tarde denominado Banco Austral (BA), a elementos da elite política moçambicana, empréstimos avultados que foram contraídos e que nunca foram reembolsados tendo conduzido a falência desses mesmos bancos;

O recurso aos créditos de tesouro como forma de financiar as suas empresas deficitárias, empréstimos que a maioria dos credores nunca reembolsou ao Estado.

Aliança com o capital internacional que, por via do seu investimento principalmente centrado no sector extractivo e de prestação de serviços, encontra nas elites políticas locais um interlocutor ávido em acumular rapidamente capital.

5.3.2 A privatização dos activos do Estado, mais concretamente o parque imobiliário do Estado

Nos capítulos anteriores foi abordado a questão da privatização das empresas públicas com algum detalhe, por via desse facto, este subcapítulo não irá concentrar-se sobre esse aspecto, mas sim abordar a questão relacionada com a privatização de outro importante activo do Estado que é o parque imobiliário.

Após a independência e as circunstâncias inerentes a todo o processo que culminou com a saída massiva dos portugueses, o então governo de Moçambique nacionalizou todo património imobiliário deixado pelos portugueses, incluindo algumas casas nos bairros periféricos ou suburbanos das grandes cidades, tais como Maputo.

Estas nacionalizações dos imóveis de rendimento ocorreram no ano de 1976 e, de modo a levar a cabo administração de todo o património imobiliário que o Estado tinha alienado, foi criada a empresa estatal APIE que tinha a seu cargo a celebração dos arrendamentos, fazia as cobranças das rendas, garantia a manutenção dos imóveis, etc.

As nacionalizações das casas permitiram que parte considerável da população nativa negra, que nunca teria tido hipóteses de viver na cidade de cimento durante o período colonial pudesse arrendar ao Estado uma casa nos bairros de cimento e, por via disso, constituir populações urbanizadas.

Neste processo de urbanização das populações nativas, obviamente que os libertadores da pátria se estabeleceram na zona nobre da cidade de Maputo, mais concretamente nos bairros da Sommerchild, Coop e Polana. No que diz respeito à cidade de Maputo, estas áreas residenciais, principalmente os bairros da Sommerchild e Coop, são maioritariamente constituídas por vivendas com mais de um piso e não raras vezes equipadas com jardins e piscinas. Foi neste bairros que a maior parte da elite política da luta de libertação nacional, foi se instalar após a independência.

As rendas cobradas aos diversos inquilinos do APIE eram estabelecidas de acordo com a área do imóvel, o tempo de vida do imóvel, o tipo de utilização, número de casas-de-banho, havendo ainda uma tabela do preço por metro quadrado. As tabelas de preço incluíam para os casos em que a vivenda possui uma piscina, o preço de 75Mt por m². Para os aparelhos de ar condicionado o valor era 300 Meticais, aquecimento 500 Meticais, climatização central 1.200,00 Meticais.

O valor da renda aplicada pela APIE só podia consumir até um terço do salário constante da declaração do local de trabalho do arrendatário. Por via disso, as pessoas na altura procuravam arrendar as casas consoante os seus rendimentos mensais, o que fez com que a maior parte dos cidadãos comuns se fosse concentrar neste processo de migração das zonas suburbanas da cidade de Maputo para a cidade de cimento, nos bairros cuja renda fosse mais acessível, tais como o bairro Alto-Maé e o bairro Central.

Durante o meu trabalho de campo, tive a oportunidade de conversar com vários interlocutores sobre a questão do mercado imobiliário da cidade de Maputo. Este

assunto é discutido devido aos valores exorbitantes pagos actualmente pelo arrendamento de um imóvel na cidade.

Numa das muitas entrevistas que tive para efeitos da realização desta pesquisa, entrevistei um amigo de infância, Manuel, que me recordou um episódio interessante que retrata fielmente como o investimento no imobiliário tornou-se uma fonte de reprodução das elites.

«No ano de 1988 nós vivíamos no bairro Polana-Cimento, é um bairro constituído tipicamente por vivendas na sua maior parte geminadas, prédios com o máximo de 3 andares e algumas ruas tinham grandes vivendas como dos bairros mais privilegiados tais como a Sommerchild e a Coop. O nosso bairro também tinha escolas primárias, secundárias e do ensino técnico. A nossa casa era grande, no nosso quarteirão era a maior e tinha três pisos, a minha família era constituída por quatro pessoas, o meu pai, minha mãe, eu e o meu irmão. A renda que os meus pais pagavam pela casa era bastante elevada para o salário deles e a casa era demasiado grande. O meu pai foi APIE e pediu para trocar de casa por uma menor, mas como o processo estava a ser um bocado lento, acabamos por encontrar um senhor que estava disposto a trocar o seu apartamento de três quartos no mesmo bairro, pela nossa vivenda e assim fizemos a mudança e comunicamos a APIE. Na altura a solução arranjada parecia fantástica para os meus pais, mas hoje, temos a certeza que os nossos pais foram matrecos⁵ e sempre que cruzamos com os nossos vizinhos de então, eles gozam connosco pela nossa falta de visão ou previsão do futuro».

A história de Manuel aconteceu no ano de 1988, na sua opinião os seus pais foram *matrecos* na opção que tomaram porque dois anos mais tarde, estava-se no início da década 1990, que marca a viragem de Moçambique ao nível político, económico e social.

No ano de 1990, entra em vigor uma nova constituição da República, as conversações de paz entre o governo de Moçambique representado pelo partido Frelimo e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) começam a registrar avanços

⁵ Matreco é um termo vulgarmente usado na linguagem corriqueira em Moçambique para designar uma pessoa pouco inteligente e “sabida” ou alguém que toma decisões bastante questionáveis.

significativos que culminaram com o acordo geral de paz no ano de 1992 e, por via disso, começa a registrar-se à massiva entrada de ajuda de emergência para o país.

A ajuda de emergência destinava-se a aliviar a situação difícil porque passavam milhões de Moçambicanos vítimas da guerra civil que assolava o país. E esta era prestada por organizações não – governamentais estrangeiras que traziam consigo os seus técnicos estrangeiros, que precisavam de local para o seu alojamento.

Para além de alojamento para os seus funcionários, estas organizações também precisavam de instalação para os seus escritórios. Este período coincide com a privatização do património imobiliário do Estado, isto é, as casas que pertenciam à Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) começaram a ser vendidas aos arrendatários que manifestassem o interesse em adquiri-las.

As organizações internacionais que começavam a chegar ao país procuravam instalar os seus escritórios nos bairros mais nobres da cidade. Obviamente que se apercebendo deste cenário e das possibilidades que o mesmo abria em termos de captação de oportunidades de acumulação, inicia-se uma corrida às privatizações das casas pertencentes ao Estado, principalmente aquelas situadas na zona nobre das grandes cidades, tais como Maputo.

Num cenário de transição de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado, parte considerável dos mecanismos de controlo do Estado e da própria sociedade enfraquecem. Indivíduos que possuíam redes de contactos dentro do APIE ou influência política suficiente, aproveitaram o processo de privatização para acumularem mais de uma casa nos melhores bairros da cidade.

Casos houve em que famílias que arrendavam determinado imóvel desde o período em que estes foram nacionalizados pelo Estado, foram retirados em detrimento de indivíduos que detinham influência política suficiente para fazê-lo, obrigando os antigos arrendatários a cumprirem com as ordens de despejo e vendo por conseguinte os seus direitos contratuais serem desrespeitados.

Após as nacionalizações, o Estado detinha um conjunto de vivendas ou moradias que eram somente para o usufruto dos titulares de cargos públicos, tais como, Primeiro-Ministro, Ministros, Presidente da Assembleia da República, Procurador – Geral da

República, etc. Estas casas, quando o titular do cargo público fosse removido do cargo por demissão, nomeação, fim do seu mandato ou por outro motivo qualquer, deveriam ser entregue ao seu sucessor no cargo.

No período em questão, como a disputa pela alienação dos imóveis do Estado era bastante acirrada, muitas dessas casas foram alienadas pelos indivíduos que ocupavam os cargos públicos nessa altura, em prejuízo do Estado.

Um exemplo bastante comentado nos médias privados do país e nas conversas de rua e bare, aconteceu aquando do final do mandato de Eduardo Mulembwé como Presidente da Assembleia da República moçambicana, cargo que ocupou durante mais de 10 anos. Este foi substituído no cargo por Verónica Macamo, que deveria passar a usar a casa protocolar destinada ao Presidente da Assembleia da República. Contudo, Eduardo Mulembwé recusou sistematicamente de abandonar a casa, com o argumento de que não tinha para onde ir morar, uma vez que a casa onde ele havia habitado antes de assumir o cargo de Presidente da Assembleia da República não tinha condições de habitabilidade para um antigo alto dirigente do Estado.

O diferendo manteve-se durante mais de 1 ano, até que o Estado terminasse as obras na casa particular do antigo Presidente da Assembleia da República, para que este abandonasse a residência protocolar para a sua sucessora no cargo.

A disputa obstinada pela acumulação do maior número de imóveis e de preferência nos melhores bairros residenciais das cidades, principalmente da cidade de Maputo, tinha como objectivo posicionarem-se estrategicamente para aceder ao filão que seriam as rendas provenientes dos arrendamentos das casas para escritórios e habitação, maioritariamente destinadas para os expatriados que trabalhavam nas agências internacionais ou organizações não-governamentais que começavam a chegar a Moçambique.

Manuel, o meu entrevistado, considera que os seus pais foram *matrecos* porque não conseguiram perceber os ventos das mudanças que estavam a caminho e o quanto poderiam arrecadar em termos de rendas por uma vivenda como aquela que, no ano de 1988, os seus pais preferiram trocar porque o preço da renda que pagavam ao APIE era incomportável tendo em conta os salários que eles auferiam. A vivenda em questão

situa-se no bairro da Polana Cimento, numa avenida paralela à Julius Nyerere considerada a avenida mais requintada da cidade de Maputo.

Actualmente, os preços praticados no arredamento de imóveis na cidade de Maputo são extremamente caros. Uma vivenda numa avenida com a localização acima referida terá uma renda que, no mercado, pode variar entre 3000€ aos 6000€. Em Moçambique não há legislação que regule o sector imobiliário, os preços das rendas de casa são estipulados tendo em conta a localização do imóvel, o seu estado de conservação, o tamanho e (não menos importante) a capacidade de negociação dos intervenientes, mais concretamente o proprietário, o interessado e em muitos casos as agências ou agentes imobiliários.

O director de uma organização não – governamental entrevistado no dia 1 de Dezembro de 2015 para efeitos desta pesquisa, proferiu o seguinte comentário em relação aos valores pagos pelo arrendamento de imóveis na cidade de Maputo: *«O nosso escritório está situado no bairro da Sommerchild, uma vivenda de dois pisos e um quintal espaçoso, pagamos mensalmente de renda o valor de 6800€, tal como esta casa, o proprietário, que é um membro da Frelimo e já ocupou a função de embaixador em vários países, possui mais três casas na Sommerchild que estão a ser arrendadas por valor idêntico. Sei disso, porque na altura em que estávamos à procura do escritório para arrendar tivemos a oportunidade de falar com o proprietário e visitar a sua outra casa que na mesma altura não tinha inquilino, não ficamos com esse imóvel porque era menos eficiente para ser usado como escritório».*

Aproveitando-se da total desregulação do sector imobiliário, a elite política tem aqui um dos principais meios de manutenção e reprodução do seu *status* económico e social, por via do património imobiliário que foram acumulando desde o início das privatizações das casas pertencentes a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) e, mais recentemente, devido aos valores avultados que conseguem arrecadar com as rendas provenientes de vários imóveis arrendados que possuem nos bairros nobres da cidade de Maputo.

A cidade de Maputo assiste a um “boom” imobiliário com o aparecimento de novos edifícios de escritório e habitação, são prédios com mais de 10 andares que estão a ser erguidos principalmente na zona nobre da cidade. Os apartamentos nestes novos

edifícios, que estão a surgir um bocado por toda a parte na cidade de cimento, apresentam preços que variam entre os 200.000,00 € e os 1.000.000,00 €.

O acesso ao crédito à habitação é praticamente vetado aos cidadãos normais, devidas às taxas de juro proibitivas, que no caso do crédito habitação pode variar entre os 17% e 19%. Tendo em conta que um funcionário público com o nível de licenciatura e com direito a alguns subsídios pode auferir o equivalente a 600,00€, é praticamente impossível que este indivíduo seja elegível a receber um crédito habitação, de modo a comprar um imóvel na cidade de cimento, mais concretamente nos novos edifícios que surgem.

A especulação imobiliária não só atinge os imóveis nos bairros nobres da cidade, como também as zonas menos luxuosas, tais como o bairro Central, Malhangalene ou Alto-Maé onde os preços para aquisição pode custar entre 60.000, 00€ e 150.000, 00 €, valores que podem oscilar devido a factores como a localização, o estado de conservação do imóvel, a capacidade de negociação dos interessados, entre outros.

No que diz respeito ao arrendamento, enquanto nos bairros nobres da cidade o arrendamento mais baixo pode custar 2.500, 00 € e o mais alto cerca de 15.000 €. Nos bairros menos luxuosos da cidade as casas podem oscilar entre os 550, 00 € e os 3.000 €. Como se pode depreender, apesar do valor do arrendamento diminuir consideravelmente quando se trata do arrendamento nos bairros menos luxuosos, para o cidadão comum eles continuam a ser bastante elevados, tendo em conta os rendimentos auferidos.

Tendo em conta este cenário, a cidade de Maputo assistiu nos últimos 20 anos, a uma gradual migração dos seus habitantes da zona de cimento para os bairros periféricos em torno da cidade. Parte considerável dos proprietários dos imóveis que não fazem parte da elite política e económica arrendou ou vendeu os seus imóveis na cidade de cimento e foi habitar nos bairros periféricos ou “cidade do caniço”. Porém, as rendas que auferem com o arrendamento das suas casas na cidade de cimento possibilitaram que arrendassem ou construíssem casas de alvenaria nestes cada vez mais crescentes e fluorescentes bairros periféricos.

A migração a que se assistiu devido ao massivo arrendamento dos imóveis tornou de certa forma os bairros da “cidade de cimento” impessoais ou com falta de relações sólidas de vizinhança, devido a enorme rotatividade dos arrendatários dos imóveis. Um outro aspecto não menos relevante é o facto, de em bairros construídos para serem tipicamente zonas habitacionais, existirem lado-a-lado escritórios de empresas e casas de habitação.

Os jovens cuja infância foi passada na cidade de cimento, pelo facto de os seus pais no pós-independência terem conseguido arrendar um imóvel a APIE e depois aquando das privatizações terem adquirido esses mesmos imóveis na zona de cimento, quando atingem a vida adulta são compelidos a arranjar um terreno nos arredores da cidade e construir a sua própria moradia, o que apesar de ser bastante dispendioso em termos financeiros, ainda assim é muito mais barato e exequível em comparação com o arrendamento ou mesmo a compra de um apartamento na cidade cimento.

Portanto, paulatinamente, devido ao poder económico proveniente do arrendamento dos apartamentos e vivendas nas zonas mais nobres da cidade e também devido à facilidade que têm em aceder ao crédito bancário, em virtude da rede de contactos que possuem, as elites políticas e económicas (a partir de um processo de acumulação de património imobiliário que teve o seu início nos anos 1990, através do açambarcamento de imóveis pertencentes ao Administração do Parque Imobiliário do Estado) conseguiram acumular rendas no sector imobiliário que são cruciais para a sua sobrevivência.

Actualmente, estas elites não só detêm apartamentos e vivendas construídos no período colonial que se situam na zona nobre das principais cidades de Moçambique, principalmente a cidade de Maputo, como também, através do acesso ao crédito bancário, aos ganhos acumulados com as rendas dos imóveis e também através de processos de tráfico de influências vão-se gradualmente tornando também proprietárias dos novos apartamentos e vivendas que estão a surgir nos diversos condomínios fechados, sejam eles horizontais ou verticais.

A acumulação de rendas por via do investimento no sector imobiliário tem constituído uma fonte segura de rendimento, quando se verificam descontinuidades no poder político resultantes das mudanças de lideranças partidárias e do Estado, o que implica

novos processos reconfigurações e alianças resultantes das disputas internas para o controlo do partido entre as diversas facções.

Um empresário da área de consultoria, entrevistada para efeitos desta pesquisa no dia 30 de Novembro de 2015, fez o seguinte comentário em relação ao argumento acima apresentado: *«Os conflitos redistributivos estão a fraccionar à elite. Os grupos que não tiveram acesso ao “fillet-mignon” das rendas com o Estado, por privilégios políticos ou capital próprio podem ter conseguido ter acesso a outras rendas, sendo que acumulação de imóveis, como também os terrenos para construção, constituem para estes importantes fontes de acumulação de capital».*

O investimento no sector imobiliário, que teve o seu início nos anos 1990, tornou-se num importante mecanismo de reprodução e manutenção das elites políticas e económicas, permitindo que determinados grupos pudessem obter rendas sem que necessariamente tivessem uma estrita ligação com o Estado, uma vez que parte considerável dos seus clientes são as agências de cooperação internacional, organizações não – governamentais internacionais e estrangeiras, multinacionais ligadas ao sector extractivo, empresas estrangeiras prestadoras de serviços às multinacionais e os diversos expatriados tanto da indústria do desenvolvimento como também e cada vez mais ligados ao investimento directo estrangeiro.

O forte investimento no sector imobiliário confirma o perfil rendeiro que é característico das elites políticas e económicas de Moçambique. O investimento neste sector possibilita ganhos imediatos, não requer nenhum tipo de especialização, isto é, uma vez realizado o investimento inicial os proprietários dos imóveis só têm que se preocupar com as manutenções de rotinas, algo que muitas vezes fica a cargo do arrendatário que após a realização das obras desconta no valor a pagar pela renda.

O nível de empregabilidade de mão-de-obra local por parte do sector imobiliário é muito baixo, – o recurso a mão-de-obra sazonal acontece na fase de construção dos empreendimentos imobiliários – e o nível de contribuição fiscal é bastante reduzido ou quase nulo porque devido à completa desregulação do sector, é usual que os contratos de arrendamento firmados não possuam qualquer validade legal. São na prática uma espécie de “*gentleman`s agreement*”, uma vez que as partes se furtam a oficializar os mesmos, por forma a evitarem o pagamento dos referidos impostos.

Um outro aspecto, não menos relevante, reside no facto de durante muito tempo o investimento no sector imobiliário não ter estado directamente relacionado com o sector extrativo e as oscilações dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. Isto é, parte considerável dos clientes dos imóveis eram funcionários expatriados das agências de cooperação internacional e organizações não – governamentais internacionais, cuja sua permanência em Moçambique estava relacionado com a indústria do desenvolvimento.

O *boom* dos recursos minerais alterou significativamente esta lógica, sendo que actualmente parte considerável dos imóveis arrendados nos bairros mais nobres das cidades moçambicanas, principalmente Maputo, é constituído por funcionários expatriados de multinacionais e empresas estrangeiras ligadas a indústria extractiva, que inflacionaram significativamente os preços dos arrendamentos e, devido à sua musculatura financeira, forçaram os expatriados ligados a indústria de desenvolvimento a procurarem arrendar imóveis mais “baratos”.

Com esta mudança no perfil dos arrendatários, este sector tornou-se refém das oscilações dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, mais concretamente o petróleo e gás. Isto porque, quando há uma queda acentuada dos preços, as empresas tendem a reduzir os seus custos e a enviar a maior parte dos funcionários que se encontram em Moçambique aos seus países de origem, como forma de colmatar os altos custos inerentes à manutenção de um funcionário expatriado.

O cenário vivido no sector imobiliário em Moçambique ocorre devido à completa desregulação, que em última instância beneficia grandemente a elite política e económica que detém parte considerável dos imóveis para arrendamento nos melhores bairros e que, por via desse facto, se aproveita do *status quo* para ir realizando o seu processo de acumulação num sector que lhe permite rendimentos mesmo quando não tem o controlo do poder nos órgãos do partido e do Estado.

5.3.3 O saque aos bancos estatais

Quando Moçambique liberalizou a sua economia, o sistema financeiro nacional só tinha um único banco privado a operar no país. Era o Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM), actualmente designado Standard Bank. Os restantes bancos eram todos eles

controlados pelo Estado, respectivamente o Banco de Moçambique que era o único banco que podia lidar com divisas e era a tesouraria pública, o banco central e o controlador do plano estatal, mas que também desempenha funções comerciais. Em Fevereiro de 1992 foi constituído o Banco Comercial de Moçambique (BCM), este banco é o resultado da divisão do Banco de Moçambique, tendo o sector comercial do banco central sido transformado num banco comercial.

Também existia o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) que era um banco estatal e que financiava grande parte das empresas estatais. Este banco, durante o período socialista, foi responsável pela injeção de vários milhões de meticais que mantiveram em funcionamento empresas estatais que eram deficitárias e que sem a injeção de capital proveniente do BPD teriam fechado e relegado milhares de trabalhadores para o desemprego.

«José Miguel Sequeira Braga, administrador no Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) até se reformar em 1995, disse “o governo deu instruções para se injectar capital nestas empresas para lhes permitir continuar a funcionar e evitar o despedimento de dezenas de milhares de trabalhadores (Hanlon, 2000)».

Estes dois bancos do Estado, Banco Comercial de Moçambique e Banco Popular de Desenvolvimento, foram durante vários anos fontes de financiamento ilimitado das elites políticas moçambicanas. Na segunda metade dos anos 1990, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) exerciam pressão no sentido destes serem privatizados, fazendo estas exigências parte das sete condições necessárias da estratégia de assistência a Moçambique.

Contudo, devido aos graves problemas financeiros que estes bancos enfrentavam, incluindo os avultados valores referentes aos créditos malparados, não eram apetecíveis aos investimentos estrangeiros e aquando do lançamento do processo de privatização de ambos, não houve concorrentes internacionais com reputação no sector financeiro que estivessem interessados em adquiri-los. Mas como por parte do BM e o FMI havia pressão no sentido de se privatizar os bancos, grupos empresariais próximos ao poder político acabaram por ficar com o controlo dos bancos.

«O FMI e o Banco Mundial exigiam a privatização mesmo que ela fosse corrupta; e parte da elite moçambicana juntou-se a parceiros estrangeiros para tirar vantagens desta pressão. (Hanlon, 2000)».

Porém a gestão destes grupos empresariais era de tal modo ruínoza que, volvidos alguns anos após as privatizações, o Estado foi forçado a intervir novamente nos bancos de modo a evitar a falência de ambos e o conseqüente caos no mercado financeiro nacional.

Contudo, este processo ruínozo para os cofres do Estado foi bastante lucrativo para vários elementos da elite política ligada ao partido Frelimo, principalmente aqueles que eram muito próximos ao então Presidente da República, Joaquim Chissano.

No período inicial da acumulação de capital, foram várias as estratégias usadas pela elite política de modo reproduzir e manter o *seu status quo*, sendo que uma das estratégias de acumulação que mais foi usada no sentido de diversificar fontes de renda foi o recurso ao tráfico de influências para aceder a créditos bancários em condições extremamente favoráveis que numa situação normal nunca poderiam ser concedidos aos indivíduos que solicitaram esses mesmos créditos. Estes foram, assim, beneficiários devido às redes de influência a que pertencem ou às quais tem acesso.

Segundo Hanlon (2000), o investidor malaio no então Banco Austral, aquando da sua saída da estrutura accionista do banco, distribui um documento anónimo pelos jornais intitulado: «Razões para a saída do SBB de Moçambique». No documento em questão se dizia que os moçambicanos não tinham “uma cultura de pagamento das dívidas”, particularmente a elite. “Se lhes negas um empréstimo, estás mal. Se lhes concedes empréstimo estás mal porque eles não pagam».

O saque aos bancos constitui uma das primeiras estratégias de reprodução e manutenção das elites políticas em Moçambique, onde estas se aproveitaram das fragilidades do sistema financeiro do país para iniciarem o processo de acumulação primitiva de capital. As fragilidades que o sistema apresentava eram uma conseqüência do próprio processo de transição que o país estava a experimentar, de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado.

E durante este processo, há uma percepção quase que generalizada quer por parte das elites políticas quer de vastos sectores da sociedade de que é necessário fazer no mais curto espaço de tempo a acumulação de capital, de modo acautelar o futuro que se mostrava bastante incerto ou volátil.

5.3.4 O recurso aos créditos de tesouro como forma de financiar as suas empresas deficitárias, empréstimos que a maioria dos credores nunca reembolsou ao Estado.

Após a reestruturação do sistema bancário e a entrada de novos investidores nestas instituições bancárias, estes de certa forma impuseram novas regras e procedimentos por forma a evitar o caos que se viveu no período precedente.

Contudo, para além das privatizações muito delas mal sucedidas e do saque aos bancos descrito nos parágrafos acima, a década 1990 é marcada pelo discurso que invocava a necessidade do surgimento de uma classe empresarial nacional, algo que como foi frisado nos capítulos anteriores ainda não tinha sido consolidado devido à conjuntura político, económica e social do país.

É assim que, no final dos anos 1990, mais uma janela de oportunidade surgiu para a materialização do almejado sonho da criação de uma classe empresarial nacional, mudando por conseguinte as estratégias de manutenção e reprodução das elites. Esta oportunidade desviou o centro de atenção dos bancos para o Ministério das Finanças, porque era esta entidade que tinha a seu cargo a gestão dos títulos de tesouro.

Os créditos do tesouro foram empréstimos concedidos à elite política moçambicana, com base em fundos concedidos ao Estado, mais concretamente donativos e créditos destinados ao reforço da dependente Balança de Pagamentos do país. Os donativos eram provenientes do Japão, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e os créditos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Agência de Desenvolvimento Internacional (IDA), uma das agências do Banco Mundial.

A concessão do crédito estava sobre a responsabilidade do ministro das Finanças, cargo ocupado pela então ministra Luísa Diogo, cujo poder dentro da estrutura partidária nessa altura era bastante reduzido, o que a deixava vulnerável perante o interesse dos

principais *Patrões* do partido no sentido de acederem a estes créditos para poderem financiar as suas empresas.

Dito isto, é fácil compreender que a atribuição dos créditos aos beneficiários foi caracterizada pela ausência de critérios claros e transparentes. Estes foram concedidos a empresas moçambicanas sem que houvesse o cuidado de aferir se estas apresentavam garantias reais de retorno, sendo que as taxas de juro eram altamente concessionais. Isto é, mais uma vez a elite política tinha oportunidade de aceder a empréstimos em condições vantajosas em relação aos demais actores que quisessem iniciar ou estivessem já actuar no sector privado.

O objectivo principal que orientou atribuição destes créditos era a criação de uma burguesia nacional cujo processo de “*take-off*” tivesse sido com ajuda do Estado, mas que a médio ou longo prazo pudesse contribuir para o aumento da oferta de empregos, contribuir na tributação interna através do pagamento de impostos e, acima de tudo, ajudar o país no processo de desenvolvimento.

Contudo, mais uma vez os objectivos foram gorados, porque a maior parte dos beneficiários dos créditos, nunca reembolsou os empréstimos a que teve acesso. O jornal Savana do dia 12 de Fevereiro de 2016 apresenta um relatório do Tribunal Administrativo onde consta a lista dos principais devedores destes créditos que volvidos mais de 15 anos, continuam a não pagar ao Estado. O antigo Presidente da República Armando Guebuza era um dos devedores, só tendo reembolsado o valor em dívida de uma das suas empresas quando chegou ao cargo de Presidente da República.

Parte considerável das empresas que solicitaram esses créditos já não se encontra em actividade, tendo declarado falência, e claramente os objectivos que os créditos se propunham alcançar não foram alcançados. O mais caricato é que, para serem elegíveis para estes créditos, as empresas tinham que submeter um estudo de viabilidade do projecto de modo a beneficiarem dos financiamentos. Parte considerável dos membros da elite não procedeu dessa forma, devido à forte influência política que exerciam para que os créditos fossem concedidos.

Esta estratégia de acesso e privatização dos activos do Estado confirma de novo o padrão que temos vindo a mencionar, que se baseia essencialmente no controlo do Estado para obter dividendos privados.

5.3.5 Aliança ao capital internacional

O final da guerra civil e o consolidar do processo de paz em Moçambique abriu espaço para a entrada massiva do investimento directo estrangeiro. No início, este investimento era realizado de forma tímida mas após as descobertas de grandes quantidades de recursos naturais tais como o gás, carvão, pedras preciosas e semipreciosas, minérios e o potencial do agro-negócio, o investimento directo estrangeiro subiu vertiginosamente, tendo inclusive posicionado no ano de 2014 o país em segundo lugar entre os maiores receptores de investimento directo estrangeiro na Africa Sub-sahariana, segundo um estudo da consultora Ernst & Young sobre atractividade empresarial em Africa, só sendo superado pelo Quénia.

Numa economia com elevados níveis de interferência do poder político, o aumento considerável do investimento directo estrangeiro também beneficiou claramente os principais líderes do partido no poder. Foi aberto espaço para que estes criassem alianças empresariais com o capital estrangeiro, num contexto de alianças estratégicas onde uns garantem direitos de propriedade, de acesso à terra, licenças de exploração, facilidades de acesso ao crédito, rápida tramitação dos procedimentos burocráticos e, em troca, o capital internacional oferece o acesso a empregos altamente remunerados ou uma parte dos lucros das empresas.

Os capítulos anteriores apresentam de forma detalhada como ocorre e se desenvolve a aliança entre as elites políticas e o capital internacional. Contudo, é importante frisar que a disputa interna pela atração dos principais parceiros de negócios abre espaço para a ocorrência de conflitos intra-elites.

Estes conflitos podem tornar-se acirrados porque, por vezes, os investidores pretendem investir nas áreas de influência de um determinado “Patrão” do partido que não é necessariamente o aliado de negócios deste investidor. E isso obriga a um processo de negociação, de modo a acautelar os interesses de todas as partes envolvidas no negócio.

Por causa desse facto, o processo decisório em Moçambique é demasiado lento, mesmo quando não há razão aparente para que haja qualquer tipo de impedimento e o investimento até se reveste de interesse público para o país, devido aos empregos que poderá criar e contribuição fiscal que poderá gerar. Contudo, a realidade demonstra que quase sempre é necessário que haja arranjos nos bastidores para a viabilização de investimentos que até poderiam ser fulcrais para determinadas províncias, devido à necessidade de não criar rupturas nos equilíbrios distributivos instalados pelas elites nacionais.

Um Professor universitário entrevistado para efeitos desta pesquisa no dia 02 de Maio de 2015 mencionou o seguinte facto: *«Existe uma essência local de redistribuição, o que eu quero dizer é que existe certas províncias que tem donos, e você não pode investir lá sem que haja consentimento por parte desses donos. Quando falo de investimento obviamente que me refiro a grandes somas, não estou a dizer pequenos valores para abrir uma pequena empresa. Por exemplo a província de Cabo Delgado é controlada pelos generais makondes, porém há um que sobressai mais que os outros, que é o general Chipande. A província da Zambézia era zona de influência do falecido general Bonifácio Gruveta e todos sabiam disso. A província de Tete era feudo do coronel Sérgio Vieira e também da antiga Primeira-Ministra Luísa Diogo, e assim por diante».*

Como se pode depreender, ao longo do tempo foram usadas as mais diversas estratégias de modo a aceder aos activos e bens do Estado de modo a que as elites se reproduzissem e mantivessem o seu *status quo*. Porém, todas as estratégias tinham em comum o facto de ser imperioso que este grupo privilegiado mantivesse o controlo do Estado para que a sua estratégia fosse viabilizada.

O controlo do Estado coloca portanto o poder político no centro de toda a lógica da economia política de Moçambique. É o poder político, materializado através do controlo do Estado e do partido Frelimo, que possibilita o surgimento, consolidação e manutenção das elites. O que faz com a que competição política se torne acirrada e faz com que os actores, por mais capital económico que tenham acumulado, nunca se distanciem completamente da vida política, pois esta é o motor que alimenta toda a lógica do sistema.

O próximo subcapítulo irá explicar a partir da figura presente no organigrama, quais as implicações deste sistema para os principais “Patrões” do partido e para as suas respectivas redes clientelares.

5.4 A posse e detenção do poder político como estratégia de manutenção e reprodução das elites político-económicas em Moçambique

Ao longo do presente capítulo, temos vindo a apresentar de forma sucinta as diversas estratégias adoptadas pela elite política moçambicana, de modo a consolidar a sua posição de grupo privilegiado garantir a sua reprodução enquanto grupo.

Este subcapítulo irá apresentar a importância da detenção do poder político como estratégia de manutenção e reprodução das elites político-económicas moçambicanas. A importância do poder político no âmbito do processo de acumulação de capital e da defesa dos direitos de propriedade torna-se visível quando ocorrem mudanças políticas. Isto é, as discontinuidades inerentes ao exercício do poder político são momentos cruciais para se perceberem as lógicas inerentes às disputas, alianças e reconfigurações dos interesses das elites políticas do partido Frelimo.

Tendo em conta a forma como se encontra organizada a economia política de Moçambique, a posse e detenção do poder político constitui a principal estratégia ou, por outras palavras, é a melhor garantia de manutenção e reprodução das elites políticas. Por causa deste facto, assiste-se a uma competição desenfreada dentro do partido para controlar e exercer o poder político dentro do partido, o que permite controlar em última instância o Estado.

O controlo do poder político, no caso moçambicano, permite que se esteja no centro de todo o sistema da economia política do país, o que permite por conseguinte influenciar políticas públicas, processos e/ou decisões tanto ao nível do sector público, no sector da justiça, ao nível do poder legislativo, como também no que diz respeito ao sector privado. Isto também possibilita ao detentor desse poder e aos indivíduos mais próximos de si gozarem de privilégios dos quais são excluídos aos restantes grupos da sociedade.

Contudo, o controlo do poder não se resume somente aos indivíduos que ocupam formalmente os altos cargos públicos, tais como o Presidente da República, ministros, Presidente da Assembleia da República, Presidente do Tribunal Supremo, Procurador-Geral da República, entre outros altos cargos da administração do Estado. Na realidade moçambicana, as dinâmicas informais são muito mais importantes para se poder compreender as lógicas do poder, os processos de acumulação e a redistribuição de rendas entre os principais actores da economia política local.

Parte considerável dos principais actores não ocupam cargos públicos no Estado, contudo este grupo de *Patrões* concentra em si um enorme poder político, o que lhes permite estar acima das leis e instituições formalmente estabelecidas.

Este grupo dos grandes *Patrões* é constituído basicamente pelos membros fundadores da Frelimo, aqueles que estiveram na luta de libertação nacional e, por via disso, gozam de certa legitimidade dentro do partido, por vezes actuando como os verdadeiros “donos” do partido e por conseguinte do país.

Quanto aos outros membros, mesmo que lhes sejam reconhecidas competências técnicas acima da média e tenham maior capacidade financeira (por exemplo empresários ou indivíduos ligados ao sector financeiro), as opiniões proferidas por este segundo grupo não têm o mesmo peso ou poder que as provenientes dos “*Patrões*” do partido. O que demonstra a importância dos “*Patrões*” e, acima de tudo, indica que muitas das decisões tomadas ao nível das políticas públicas não obedecem a decisões tomadas tendo em conta pressupostos técnicos científicos ou de racionalidade económica, mas sim a vontade do grupo que realmente detém o poder.

Obviamente que este processo gera tensões entre os “*Patrões*” e as suas redes clientelares, constituídas pelos membros provenientes dos mais diversos grupos que constituem o partido, sendo que todos os intervenientes procuram colocar-se em posições estratégicas dentro da máquina administrativa do Estado ou do partido, onde possam retirar proveitos próprios.

Um aspecto não menos relevante reside no facto de os “*Patrões*” terem que satisfazer as suas redes clientelares, o que implica controlar o poder para melhor proceder a redistribuição do mesmo. Eles também têm que acautelar o futuro dos seus familiares

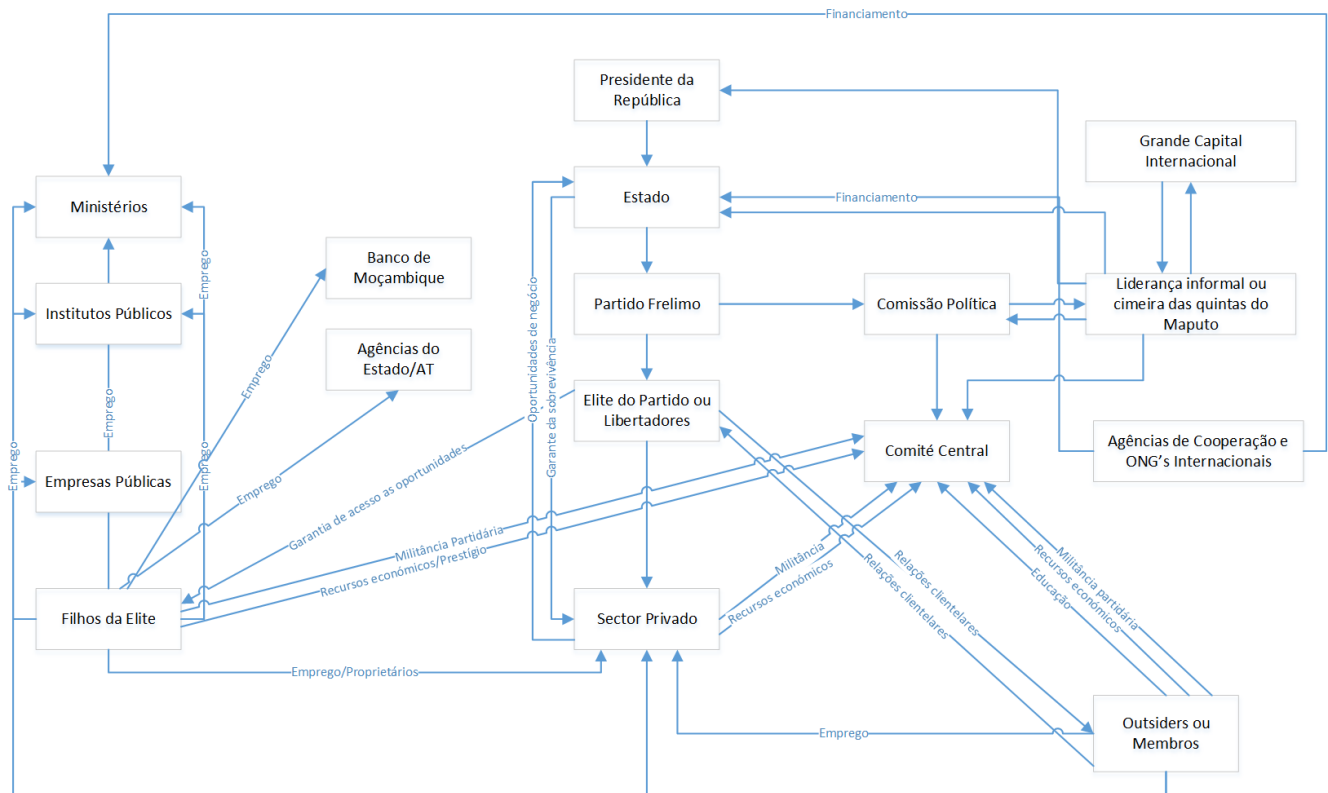
mais próximos, algo que dentro da lógica da economia política moçambicana passa por conseguir colocá-los em posições estratégicas que lhes permitam aceder a posições onde eventualmente possam controlar o poder e exercer a redistribuição de oportunidades ou de rendas aos restantes membros das redes clientelares controladas pelos seus pais.

Ora até que ponto é que este processo de renovação dos principais “*Patrões*” do partido pelos seus filhos, estará garantido num contexto de competição política feroz entre os diversos membros e facções, para o controlo do partido e conseqüentemente do Estado?

A análise do fluxograma abaixo poderá contribuir para uma melhor compreensão da importância da detenção do poder político na economia política de Moçambique, mas irá evidenciar a principal fragilidade deste sistema que, na nossa opinião, reside exactamente nas clivagens que poderão ocorrer num processo de mudança geracional.

O controlo do poder político permite aos principais “*Patrões*” do partido exercerem o controlo sobre o Estado, a economia e a sociedade, controlando processos de acumulação de capital, redistribuição de oportunidades de acumulação entre os demais membros das suas redes clientelares e acima de tudo controlando o partido e os seus órgãos.

Tendo a plena consciência de como o sistema funciona, este grupo de “*Patrões*” tem a necessidade de preparar o processo de mudança geracional de modo acautelar os interesses dos seus familiares mais próximos. Isso passa por conseguir fazer com que os seus filhos ou parentes mais próximos subam na hierarquia partidária de modo estarem próximos dos centros de poder. Isto, tendo em conta o facto de que só o capital económico e financeiro não garante por si, o respeito pelos direitos de propriedade e muito menos a continuação de obtenção dos grandes negócios do Estado, devido à enorme competição política entre os diversos intervenientes.



O fluxograma acima apresenta de forma sucinta as principais instituições, organizações e os diversos actores que compõem a estrutura da economia política de Moçambique. Acima à esquerda, é possível visualizar o quadro que representa os ministérios que compõem o governo. Mais abaixo, é apresentado o quadro correspondente aos institutos públicos e de seguida o quadro que representa as empresas públicas. As empresas públicas, em Moçambique, são tuteladas pelos ministérios do seu sector de actividade.

Mais abaixo pode-se encontrar o quadro representativo dos filhos dos membros da elite política, sendo que parte considerável deles tem nestas instituições do Estado as suas principais fontes de acomodação por via do emprego. As setas indicam as possibilidades de emprego que estes podem ter ao nível das empresas públicas, institutos públicos e ministérios.

Para além destas instituições, os filhos da elite também têm nas agências do Estado outra potencial fonte de empregabilidade. O quadro representando pelas agências do Estado apresenta como exemplo a Autoridade Tributária de Moçambique, uma das entidades públicas que melhor remunera aos seus funcionários e, por via disso, sofre

enorme pressão para empregar tanto os filhos da elite, quanto, indivíduos provenientes de outros extractos sociais.

Acima do quadro representativo das agências do Estado, temos o quadro que representa o Banco Central, uma das entidades mais apetecíveis em termos de emprego, devido ao pacote salarial e aos vários subsídios e incentivos atribuídos ao seu pessoal técnico e administrativo. Os funcionários desta instituição pública, para além dos contratos a tempo indeterminado que é o padrão da função pública em Moçambique, usufruem de benefícios que não se encontram disponíveis em outras instituições públicas, tais como bolsas de estudo no exterior, subsídios de alimentação, etc.

Este tipo de benefícios torna o Banco de Moçambique, uma das instituições públicas mais atractivas em termos de emprego, o que faz com que haja uma enorme pressão por parte não só dos filhos da elite política para aceder as oportunidades de emprego aqui existentes, como também por parte dos altos dirigentes desta instituição que procuram empregar os seus filhos nesta instituição.

O topo do Fluxograma é ocupado pela figura do Presidente da República. Num regime presidencialista como Moçambique e onde a Constituição da República lhe oferece poderes quase ilimitados, este é o cargo que concentra o centro do poder político e a figura que potencialmente pode ter a seu cargo as prerrogativas na coordenação das lógicas inerentes ao processo de acumulação de capital e da redistribuição de oportunidades entre as diversas redes clientelares e os seus respectivos “Patrões”.

Logo após a figura do Presidente da República, encontra-se o quadrado que representa o Estado. Num outro contexto, a figura correspondente ao Estado deveria ocupar o topo da hierarquia; contudo para o contexto moçambicano, tendo em conta as dinâmicas inerentes ao próprio contexto e a fraqueza que as diversas instituições que compõem o Estado demonstram, optou-se por colocar a figura do Presidente da República no topo da estrutura do fluxograma.

O controlo do Estado é o fim último que grande parte dos actores representados neste fluxograma pretendem atingir. É o Estado que permite que os indivíduos que o controlam possam aceder a um conjunto de oportunidades que não está ao alcance dos demais grupos da sociedade, possibilitando-lhes aceder a informação privilegiada sobre

os grandes negócios do Estado, licenças de pesquisa e exploração de recursos naturais, oportunidades de acomodar aliados e potenciais adversários em cargos públicos bem remunerados, etc.

Abaixo da figura que representa o ESTADO, se encontra o partido Frelimo, o partido que controla o ESTADO desde a independência de Moçambique. Parte considerável da elite política e económica moçambicana provém deste partido, portanto a presença deste partido neste fluxograma que tenta reproduzir parte das dinâmicas da economia política de Moçambique afigura-se muito importante.

É dentro deste partido que ocorrem as dinâmicas que estruturam a sociedade moçambicana e definem o rumo da economia política do país. As disputas, alianças e reconfigurações dos grupos que disputam o poder dentro deste partido afectam o processo de formulação de políticas públicas e a redistribuição de oportunidades e da riqueza nacional, devido ao controlo que o partido exerce sobre o Estado.

Logo a seguir ao quadrado que representa o partido Frelimo, temos o quadrado que representa as elites políticas do partido Frelimo. Estas são os verdadeiros “donos” do partido, sendo que parte considerável delas é composta pelos antigos combatentes de luta de libertação nacional, os fundadores da Frente de Libertação de Moçambique no então período colonial. Parte considerável destes indivíduos tem mais de setenta anos de idade e, actualmente, não ocupam cargos de direcção nem dentro do partido e muito menos no aparelho de Estado. Contudo, gozam de um enorme poder dentro do partido, podendo as suas vontades se sobrepor as leis, instituições e regras previamente estabelecidas.

«A maioria dos membros da Frelimo tem, na palavra dos históricos, a sua lei e linha de orientação, já que os documentos orientadores do partido não são muito famosos entre os membros daquele partido. Aliás, os comícios populares de Samora Machel é que introduziram esta percepção, pois bastava Samora dizer, já era lei. Por isso que o

membro mediano da Frelimo ainda está amarrado aos pronunciamentos destes históricos que hoje falam o que falam¹».

Numa sociedade onde à oralidade tem uma certa predominância em relação a escrita, é normal que ordens orais, provenientes daqueles a quem as pessoas conferem uma certa legitimidade para exercer o comando devido às suas “qualidades excepcionais”, demonstradas no tempo da luta de libertação nacional ou durante o período em que tiveram a seu cargo o exercício formal do poder político, sejam cumpridas em detrimento de leis, regulamentos ou instituições existentes.

Mais abaixo, o fluxograma apresenta o quadrado correspondente à figura do sector privado. Aqui predominam basicamente as pequenas e médias empresas, parte considerável detida por membros e simpatizantes do partido Frelimo. Mas também existem pequenas e médias empresas detidas por indivíduos sem qualquer filiação político partidária ou que não são membros do partido. Para estes, o caminho do sucesso ao nível empresarial é muito mais complicado, devido ao facto de o principal cliente destas empresas ser o Estado e, regra geral, os vencedores dos concursos de *procurement* público são apurados por via da influência política ou pagamento de subornos aos oficiais públicos ligados às entidades públicas que lançam os concursos.

O sector privado é basicamente um sector atrelado às vontades do partido Frelimo e às vontades dos seus históricos ou “*Patrões*”. Também enferma do facto de parte considerável dos seus membros se encontrar, quase sempre, numa situação de conflitos de interesse, pois ocupam cumulativamente as funções de titulares de cargos públicos e de empresários.

À direita do fluxograma, ao lado da figura que representa o partido Frelimo, pode-se encontrar o quadrado que representa a Comissão Política do partido, que é o órgão que orienta e dirige o partido no intervalo das sessões do Comité Central. Na estrutura formal, este é um órgão de decisão importantíssimo dentro do partido Frelimo. Contudo,

¹ Trechos de um artigo extraído do jornal Zambeze do dia 26 de Julho de 2016, da autoria de Manuel Zivata, página 9“

nem todos os principais “Patrões” do partido fazem parte da comissão política, apesar do seu enorme poder dentro das fileiras da Frelimo.

Mais abaixo, o fluxograma apresenta a Comité Central do partido Frelimo, um dos órgãos mais apetecidos por parte dos membros do partido, uma vez que possibilita aos seus membros uma posição privilegiada dentro das redes clientelares do partido. Este órgão é composto por 197 membros principais e 22 membros suplentes e a competição política entre os membros do partido para aceder a este órgão é bastante forte.

Sendo um partido hegemónico e que controla o Estado, a economia e parte das organizações da sociedade civil organizada, a capacidade de atrair ou cooptar outros grupos ou indivíduos que possam ser potencialmente hostis ou pôr em risco a sua hegemonia é bastante elevado. Contudo, o inverso também é válido, havendo indivíduos que procuram a todo custo agradar os principais “Patrões” do partido e, por via desse facto, serem cooptados para as redes clientelares dentro do partido e gozarem dos privilégios inerentes a esse facto.

«The first mentioned function of a hegemonic party is also the most oft-described in the literature. Hegemonic parties are said to promote regime stability by facilitating the inclusion of important social groups and providing the institutional bonds to coopt important elites and keep them loyal to the regime (Gandhi and Przeworski 2006, Geddes 1999b, Smith 2005, Brownlee 2004). Corporatist relationships with societal groups facilitate the exchange of support for material benefits and policy influence. With respect to elites, a similar logic of institutionalized cooptation applies. In exchange for linking their fates to the hegemonic party, elites are granted access to policy, rents, and office. An institutionalized hegemonic party institution provides elites with a guarantee that they will have continued access to these spoils in the future (Geddes 1999b, Brownlee 2004, Smith 2005). By reducing this uncertainty over the future distribution of spoils, elites have less reason to gamble on challenging the regime. In periods of executive succession, hegemonic parties facilitate regime continuity by clearly demonstrating the benefits of remaining in the ruling coalition, and they provide a ready-made support coalition for the regime’s presidential contenders. (Ghandi and Reuter, 2007:4)».

Ao nível partidário o Comité Central é um dos órgãos privilegiados para acomodação dos mais directos aliados políticos, os “*gatekeepers*” ou guardiões do sistema, para além dos indivíduos que são cooptados.

Esse aspecto é referenciado por Ghandi e Reuter (2007) quando apresentam o seu argumento sobre as principais características de regimes de partidos hegemónicos. «A second benefit that hegemonic parties provide is the routinization of political appointments and patronage flows. To the extent that the regime seeks loyal and capable appointments to political posts and the bureaucracy, the regime benefits from an institution that can effectively govern the distribution of these posts. Parties thus formalize a system of recruiting and retaining the most politically talented people, harnessing their abilities for the regime rather than for opposing forces».

No canto superior direito do fluxograma é possível encontrar o quadrado representativo do grande capital internacional, que tem investido principalmente no sector extractivo, financeiro e de infraestruturas muitas delas relacionadas com o complexo mineral e energético. Este grupo é constituído principalmente pelas grandes empresas multinacionais que têm chegado a Moçambique atraídas pelo “*boom*” dos recursos naturais que ocorreu a partir do ano 2005.

O tipo de investimento e as alianças estratégicas do grande capital internacional já foi escalpelizado nos capítulos anteriores, porém a sua presença no fluxograma é bastante importante, pois eles definem as opções de políticas públicas por parte da elite política de Moçambique.

Por baixo da figura que representa o grande capital internacional, está representado a liderança informal ou “Cimeira das Quintas”², este é o verdadeiro poder que governa o país. Constituído basicamente pelos principais “Patrões” do partido, estes detêm o

² Cimeira das Quintas é a designação que um antigo ministro da Educação, entrevistado para efeitos desta pesquisa no dia 1 de Dezembro de 2016, atribui aos almoços de final de semana que são realizados nas quintas ou casas de campo dos elementos da elite política moçambicana para se discutir os principais negócios do Estado. Esta denominação também foi usada por um empresário do sector financeiro, entrevistado para efeitos deste trabalho no dia 5 de Maio de 2015, tendo afirmado que as principais decisões deste país, referindo-se a Moçambique, eram tomadas neste tipo de fóruns, cabendo as instituições formais a responsabilidade de viabilizá-las.

verdadeiro poder de decisão, bloqueando e tomando decisões consoante os seus interesses económicos e políticos.

A “Cimeira das Quintas” confirma um dos argumentos apresentados ao longo deste trabalho, que demonstra que em Moçambique a actuação das elites políticas obedece à lógica baseada no padrão das redes Patrão – Clientes, sendo que um mecanismo como a “Cimeira das Quintas” possibilita que os principais Patrões do partido, de forma informal, possam assegurar a redistribuição de oportunidades entre eles e os demais clientes que asseguram a sobrevivência do regime.

Khan (2003), num artigo que versa a questão da estabilização política num contexto de capacidade fiscal estruturalmente fraca, faz uma comparação entre os países ocidentais e os países do sudoeste asiático e do continente africano que apresentam padrões de desenvolvimento relativamente mais baixos.

Neste artigo, o autor demonstra que nos países ocidentais a democracia funciona para estabilizar a política, através da redistribuição para categorias amplamente definidas de destinatários. Sendo que estas categorias podem compreender os desempregados, os doentes, os idosos, os estudantes ou, em sentido lato, regiões, grupos ou seitas. Segundo o autor, nestes países a quantidade de recursos que é redistribuída por via desse processo é difícil de destrinçar dos vários serviços providenciados pelo Estado nas áreas como saúde e educação.

Continuando, frisa que esta redistribuição pode representar entre 30% à 40% do PIB (Produto Interno Bruto) desses países, sendo que a maior parte desta eficaz redistribuição não é necessariamente para os pobres. É, no entanto, uma redistribuição cuidadosamente calibrado e regulada através do processo político, para maximizar a estabilidade política.

Enquanto isso, o autor aponta que na maioria dos países em desenvolvimento o cenário é completamente diferente. Nestes, o PIB é muito mais baixo do que nos países ocidentais, com a agravante de que só uma pequena parte da economia é que pode ser taxada, já que a maior parte dos agentes ou actores económicos actuam fora da economia formal. Portanto quer camponeses, quer o sector informal e frequentemente capitalistas emergentes não são taxados ou não pagam impostos.

O autor sustenta que em muitos países pobres e em desenvolvimento as receitas fiscais são insuficientes para que o Estado possa efectuar o pagamento dos salários dos funcionários públicos, devido aos défices frequentes na conta de receitas. Para Khan (2003), devido à escassez de recursos provenientes das receitas fiscais, os poucos recursos que o Estado consegue arrecadar só servem para cobrir demandas críticas para a construção de infraestruturas e serviços básicos tais como a segurança interna e externa do Estado.

Num contexto como o acima descrito para o caso dos países em desenvolvimento, não há muitos recursos que possam ser alocados a redistribuição para a estabilizar a política. O autor questiona-se como é que nesse quadro os países em desenvolvimento sobrevivem como sociedades.

Como resposta para a sobrevivência das sociedades nestes países, o autor identifica a importância das redes clientelares, mostrando que estas redes permitem a circulação de recursos fora do orçamento de modo a serem redistribuídos para clientes importantes, cujo apoio ou incorporação se revelam essenciais para a sobrevivência do regime.

Para o caso de Moçambique, a “Cimeira das Quintas” enquadra-se perfeitamente nesta descrição do autor, pois é aqui que as principais decisões sobre os principais negócios do Estado são deliberadas e, com elas, a consequente redistribuição de oportunidades de extrair rendas entre os principais Patrões e clientes que mantêm o sistema baseado nas redes clientelares.

Regressando a Khan (2003), o autor reforça o seu argumento mostrando que a motivação por detrás das modernas relações patrão-clientes é acima de tudo económica e ela constitui uma resposta racional aos constrangimentos políticos e económicos. Mostrando que o principal problema enfrentado por empresários políticos é como acomodar grupos potencialmente críticos, num contexto em que os recursos são insuficientes para acomodar grandes categorias da população colectivamente.

Para este autor, os recursos alocados através das redes clientelares podem ser em parte recursos que constam das rubricas orçamentais, mas frequentemente são recursos fora do orçamento, obtidos através de diferentes tipos de corrupção e crime. O que Khan consegue constatar nestes contextos é que, muitas vezes, os Patrões em vez de

procurarem aumentar os recursos para poderem fazer a redistribuição pelos mais diversos extractos da população, preferem simplesmente criar oportunidades para os clientes críticos se possam envolver directamente em corrupção.

O argumento do autor é importante para a análise do fluxograma acima apresentado, uma vez que Khan (2003) demonstra que, independentemente da forma como esteja feita a distribuição do poder nos países em vias de desenvolvimento, é importante que haja transferências significativas através das redes clientelares que se revelam essenciais para a manutenção da estabilidade política nesses países.

Um dos principais actores deste fluxograma é representado pelas agências de cooperação e organizações não-governamentais internacionais. Estes agentes ou actores têm um elevado protagonismo na economia política de Moçambique, sendo um dos principais responsáveis pelo facto de o Estado moçambicano não ser considerado um Estado falido.

Estes parceiros internacionais asseguram a entrada de parte considerável da moeda estrangeira ou divisas que circulam na economia local, principalmente por parte dos parceiros de cooperação que prestam apoio directo ao orçamento de Estado moçambicano. A ajuda disponibilizada por este grupo de 14 parceiros, que inicialmente eram 19, é de mais de 400 milhões de dólares americanos anuais só no que diz respeito ao apoio directo ao orçamento, valor que é acrescido com apoio sectorial e apoio aos diversos programas existentes pelo país, pode atingir 600 a 700 milhões de dólares anuais.

No que diz respeito ao apoio directo ao orçamento, este visa essencialmente a cobrir os constantes défices orçamentais apresentados por Moçambique e é tido como uma forma de o país receptor do apoio se apropriar da ajuda e identificar as áreas prioritárias de investimento, no sentido de reduzir a pobreza. O massivo investimento directo estrangeiro no sector extractivo e ajuda pública ao desenvolvimento são os maiores responsáveis pela entrada de divisas em Moçambique.

Portanto os parceiros de cooperação internacional são um importante actor quando se faz a análise da economia política de Moçambique, não sendo possível relativizar o seu peso. Por via desse facto, justifica-se a presença dos mesmos no fluxograma acima.

No ano de 2016, devido ao escândalo das dívidas ocultas que será amplamente discutido no próximo capítulo, os parceiros de cooperação decidiram suspender quer o apoio directo ao orçamento, como também alguns programas sectoriais que vinham desenvolvendo com alguns sectores do Estado moçambicano.

Esta suspensão da ajuda no sentido de pressionar o esclarecimento do escândalo das dívidas contraídas pelo governo do então Presidente Armando Guebuza durante os anos de 2013 e 2014, conduziu o país a uma crise financeira sem precedentes, o que confirma a importância destes actores na sustentabilidade da economia moçambicana no geral e do Estado moçambicano em particular.

O último quadrado representa os “*Outsiders*” e membros do partido que procuram visibilidade diante dos principais Patrões do partido. Estes possuem diferentes competências, sendo provenientes dos mais diversos extractos sociais e possuindo as mais diversas formações profissionais.

Num contexto em que o alinhamento político condiciona as oportunidades de ascensão aos níveis profissional, económico e social, parte considerável destes “*Outsiders*” e membros do partido, tendem preferencialmente a ser “politicamente correctos”, indo de encontro aos discursos de ocasião proferidos pelos principais “*Patrões*” do partido, pois são estes que controlam o Estado e, por via desse facto, as oportunidades de redistribuição de rendas, cargos públicos e de realização dos principais negócios com o Estado.

Após a descrição exhaustiva das instituições e grupo de actores que fazem parte do fluxograma acima apresentado, importa descrever como se comportam estas instituições e actores na realidade prática. A análise do discurso mediático e a observação dos factos quotidianos da economia política de Moçambique, constituíram elementos importantes para análise e interpretação deste fluxograma representativo da economia política de Moçambique.

O processo de transição política que ocorreu no ano de 2015, com a saída do então Presidente Armando Guebuza do poder e a entrada do Presidente Filipe Nyusi para o cargo de Presidente da República, constituiu uma oportunidade ímpar para captar e analisar situações conflituais dentro da elite política do partido Frelimo.

Estas situações conflituais que se fazem sentir nos processos de transição política dentro do partido no poder foram exacerbadas pela descoberta das dívidas ocultadas pelo governo do Presidente Armando Guebuza, avaliadas em mais de 2 mil milhões de dólares americanos, abrindo espaço para tensões entre as diversas facções dentro do partido.

«The rarity of these cases, however, does not mean that elections in hegemonic party regimes are risk-free for incumbents. Even if loss of power is not likely, the party still faces the threat posed by internal discord. Elections can lay bare succession struggles as members vie to be the standard bearer of the regime. As Casteneda`s interviews with four former presidents of Mexico make clear, behind the appearance of orderly succession was a messy, divisive process in which party members jockeyed to be the possible successor. The incumbent president had the power to determine his successor, but the unveiling of his choice could not be premature. Otherwise, “... the nominee would be destroyed by his rivals and enemies before the time came to begin to hand power over to him” (Casteneda 2000: xix). (Ghandi and Reuter, 2007:7)».

As tensões e conflitualidades inerentes a estes processos políticos que têm vindo a ocorrer no Estado moçambicano e dentro do partido Frelimo em particular, possibilitaram a compreensão de certos factores contextuais que provavelmente seriam difíceis de compreender se o país não estivesse atravessar a crise financeira provocada pelas dívidas ocultas e o conflito militar de baixa intensidade com a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

Quando se olha para o fluxograma no topo encontra-se a figura do Presidente da República. Apesar de ser a figura que ocupa o lugar central e de destaque, isso não significa que o Presidente da República ocupe a posição de “Big Men”, aquele que concentra em si as oportunidades de redistribuição de rendas entre os diversos membros da rede clientelar.

Provavelmente, Armando Guebuza esteve muito próximo da representação do que seria o típico “Big Men”. Contudo, o facto de ele não ter conseguido manter-se na presidência do país, através da mudança constitucional que pretendia levar a cabo, assim como o facto de mais tarde também ter perdido a presidência do partido devido às

pressões internas dentro da Frelimo, reforça o argumento de que a Frelimo é um partido que não é dominado por um “Big Men”, havendo a coexistência de vários padrões.

Mesmo se se tomar como referência o período de governação do então presidente Joaquim Chissano, pode-se constatar que este também nunca foi o “Big Men”. Havia mesmo neste período outros principais *Patrões* dentro do partido.

Devido ao facto de que, desde a introdução do multipartidarismo em Moçambique, sempre terem vencido as eleições presidenciais os candidatos do partido Frelimo, a figura de Presidente da República é simultaneamente presidente do Partido Frelimo, o que o confere certo grau de controlo sobre o Estado e simultaneamente sobre o partido que sustenta o governo.

«Um elemento que compromete o Estado de Direito em Moçambique é o artigo 76º dos Estatutos da Frelimo, aprovados no X Congresso em Pemba, em Setembro de 2012, sobre a responsabilidade dos eleitos e dos executivos, que refere:

1. Os eleitos e os executivos coordenam a sua acção com os órgãos do partido e do respectivo escalão e são perante este pessoal e colectivamente responsáveis pelo exercício de funções que desempenham nos órgãos do Estado e autárquicos.
2. Quando se trata de cargos de âmbito nacional, os eleitos e os executivos serão responsáveis perante a Comissão Política.

Este articulado é claro: é a Frelimo que manda no Estado. O Presidente da República é coordenado e dirigido pelo Presidente da Frelimo, que pode ou não, ser a mesma pessoa. Em todos os escalões do Estado, o dirigente é coordenado e dirigido pelo responsável da Frelimo a quem presta contas, podendo ou não, ser a mesma pessoa. Com este articulado, todo o eventual discurso sobre a não-partidarização do Estado é pura retórica, mais ou menos “semantizada” e manipulada. (Mosca et al., 2016: 28)».

Este arranjo institucional permite que o presidente do partido Frelimo, cargo que coincidentemente é ocupado em simultâneo pelo Presidente da República, possa na teoria controlar as estruturas do partido. As mudanças ao nível do topo da hierarquia do Estado, devido à ascensão ao poder dum novo Presidente da República, implica por

consequente mudanças nas estruturas partidárias de modo a que o novo líder partidário tenha elementos da sua confiança nos lugares estratégicos do partido.

Pese embora não seja o “BIG MAN” do sistema, a figura do Presidente da República é demasiado importante porque teoricamente controla tanto o Estado como também o partido. A figura do Presidente da República também tem acesso privilegiado aos dois principais vectores estruturantes da economia moçambicana, o grande capital internacional que pretende obter as licenças do Estado para investir no país, por um lado e os parceiros de cooperação internacional e as agências de desenvolvimento que desembolsam fundos que são cruciais para o investimento nos sectores sociais do Estado moçambicano, por outro.

Como figura central do Estado, o Presidente da República pela Constituição da República tem poderes para nomear o seu governo, porém como não se trata de um “BIG MAN” aqui ele tem que fazer concessões para acautelar os interesses de outros Patrões do partido. Patrões que se encontram representados na figura que representa o quadrado das elites partidárias como também das cimeiras das quintas.

Da concertação entre eles e tendo em conta os diversos jogos de interesses envolvidos, são nomeados os ministros do executivo, os presidentes dos institutos públicos, o governador do banco central, os presidentes das agências do Estado, tal como a Autoridade Tributária, os presidentes dos conselhos de administrações das várias empresas públicas, como também, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Tribunal Administrativo, o Presidente do Tribunal Supremo e do Conselho Constitucional.

Como se pode depreender, até mesmo para o caso dos órgãos do poder judiciário, o Presidente da República tem poderes concedidos pela Constituição da República para nomear e remover do cargo os seus titulares. Isto abre espaço suficiente para que a escolha dos titulares desses cargos seja baseada na confiança que o Presidente da República e os principais Patrões do partido tenham em relação às figuras escolhidas, o que pode influenciar gravemente o respeito pelos direitos de propriedade em Moçambique.

Olhando para o fluxograma, é possível constatar a enorme concentração do poder num número reduzido de indivíduos e o facto de as instituições não conseguirem actuar de uma forma independente e autónoma. Isto faz com que a economia política de Moçambique esteja bastante dependente de acordos ou compromissos obtidos de forma informal, entre os principais actores que controlam o poder político e económico.

«In contrast, patron-client politics achieves political stabilization by targeting resources to narrowly defined groups, and not by generalized redistribution. This is, after all, why developing countries are criticized for their patron-client politics. It follows that even if all the illegal resources used in patron-client politics could be centralized in the budget and used for publicly organized political redistribution, there would be insufficient resources for generalized redistribution that would still give enough to critical individuals and groups to keep them happy. (Khan, 2003:12)».

O enunciado de Khan (2003) aplica-se à realidade de Moçambique, onde a estrutura de recompensa na política e nos negócios estão dependentes das lealdades políticas, familiares, étnicas, regionais e só por último se recorre à meritocracia. É quando assim acontece, há necessidade de cooptar estes elementos para que fiquem politicamente alinhados com o poder político.

Analisando o fluxograma, pode-se aferir a importância da detenção do poder político, pois ele permite a redistribuição de oportunidades de extrair rendas, de ascensão política e social, de realizar negócios com o Estado e acima de tudo de se associar ao grande capital internacional. Há uma pressão por parte dos indivíduos que se situam nos níveis mais baixos da hierarquia partidária e do Estado, no sentido de progredirem na hierarquia do partido e do Estado.

Esta pressão também é exercida por *outsiders* provenientes dos mais diversos extractos sociais e tendo as mais diversas formações académico-profissionais, parte considerável deles ligados ao sector privado e não só. Estes procuram a visibilidade necessária para garantirem a viabilidade dos seus negócios e a protecção política necessária para sobreviver num ambiente de negócios onde não há cumprimento dos direitos de propriedade e contratuais.

Portanto, da parte dos principais Patrões do partido espera-se acima de tudo a enorme capacidade de gerirem as expectativas dos vários grupos que almejam ascender a posições no Comité Central do partido, a cargos nas empresas públicas, institutos públicos, agências do Estado, ministérios, etc. Este facto contribui para o aumento significativo do tamanho do Estado em Moçambique, pela quantidade de ministérios, empresas públicas e institutos públicos que são criados com o objectivo ultimo de acomodar as redes clientelares dos principais *Patrões* do partido.

Greene (2009) na sua obra com o título “Why dominant parties lose: Mexico`s democratization in comparative perspective”, o autor apresenta um conjunto de mecanismos frequentemente usados pelos partidos dominantes de modo a gerarem recursos para si: 1) desviar fundos dos orçamentos das empresas públicas, que são geralmente geridas por políticos proeminentes indicados pelo partido; 2) o controlo sobre um grande sector público permite que o partido dominante ofereça uma grande quantidade de postos de trabalho para os seus partidários e ao mesmo tempo remova dos adversários; 3) o grande envolvimento estatal na economia incentiva as empresas domésticas a fazerem contribuições económicas para campanhas políticas em troca de protecção do Estado; 4) os partidos dominantes em regimes autoritários eleitorais mobilizam apoio transformando órgãos públicos em sedes de campanha, usando materiais de escritório, telefones, veículos e os próprios funcionários públicos para mobilizarem eleitores.

Como se pode depreender, o argumento apresentado por Greene (2009) corrobora os pressupostos que têm sido apresentados ao longo deste trabalho e demonstra o quão importante é, para a reprodução das elites políticas e para a manutenção do *status quo*, o controlo que o Estado exerce sobre a economia, possibilitando processos de acumulação de capital por parte dos principais membros do partido e a manutenção no poder do partido dominante.

Contudo, este modelo baseado na expansão para acomodação dos diversos clientes não se mostra viável, a prazo tendo em conta o facto de o Estado em Moçambique, possuir enormes constrangimentos financeiros e de o número de clientes que é preciso acomodar tornar cada vez maior.

Os principais “*Patrões*” do partido controlam a ascensão e a queda dos seus diversos clientes na esfera política e económica, obviamente sem descurar os seus interesses individuais. Contudo, o mecanismo orientador de toda a economia política reside no poder político que este grupo privilegiado detém. Mas estes encontram-se numa fase descendente das suas vidas, pois a maior parte deste grupo de indivíduos já tem mais de 70 anos de vida e, portanto, é necessário abrir espaço para que as gerações mais jovens tomem as rédeas dos destinos do país.

Contudo, o modelo vigente exige uma enorme competição política entre os diversos actores de modo à ascenderem na hierarquia do Estado e do partido e, nessa competição, há um grupo de actores que não devem ser relegados ou esquecidos, os filhos das elites políticas ou dos principais “*Patrões*” do partido Frelimo. Não obstante, parte considerável destes não participa activamente na vida político-partidária, isto é, apesar de serem membros do partido, não participam activamente nas reuniões das diversas estruturas partidárias, tal como os outros membros fazem.

Analisando a composição do actual Comité Central do partido Frelimo, apenas os filhos de Samora Machel, Eduardo Mondlane e Armando Guebuza (este último provavelmente porque sofisticou o sistema clientelista dentro do partido, e por via disso acautelou a entrada da sua filha, Valentina Guebuza no Comité Central do partido) é que fazem parte deste importante órgão do partido.

A hipótese que se coloca é que parece não existir, por parte considerável dos principais “*Patrões*” do partido Frelimo, uma clara preocupação em assegurar a entrada dos seus filhos na militância activa dentro do partido. Os filhos destes, apesar de serem membros do partido, não são militantes activos, sendo a sua presença muito mais visível no sector privado, onde são proprietários de empresas nas quais representam os interesses dos seus progenitores, enquanto parte considerável trabalha nas principais empresas públicas, institutos públicos, agências do Estado.

A ausência de filhos dos principais “*Patrões*” do partido Frelimo na estrutura governativa do Estado também é visível. Não há tradição destes serem ocupantes de cargos governativos de destaque, tais como ministros, presidentes de institutos públicos, presidentes de empresas públicas ou governadores do Banco Central. No mandato do Presidente Filipe Nyusi, Nyeleti Mondlane, filha de Eduardo Mondlane, fundador da

Frelimo, foi nomeada para o cargo de vice-ministra dos Negócios Estrangeiros, algo inédito.

Portanto, este grupo que é privilegiado devido ao facto de serem filhos de quem são, pese embora haja por parte dos seus pais – os principais “*Patrões*” do partido - a plena consciência da importância do controlo do poder político para efeitos de acumulação de capital, não investe o suficiente para acautelar o futuro controlo das estruturas partidárias.

Este facto pode estar relacionado com a própria forma como está estruturada a sociedade moçambicana e com alguns dos seus particularismos culturais, sendo que alguns assuntos são considerados tabus e, por via desse facto, são pouco ou nada discutidos ao nível familiar. No caso concreto, a morte e o acautelar do futuro dos familiares directos, por via do testamento que indique os bens e as pessoas que serão os beneficiários desses mesmos bens.

Partindo deste pressuposto, e do peso que assume esse traço cultural generalizado pode ser que os principais “*Patrões*” do partido, a maioria deles com mais de 70 anos de vida, se sintam pouco confortáveis em falar sobre a morte e em preparar os filhos para que estes, com antecedência, tomem o lugar que actualmente pertence aos seus pais. Provavelmente, esta pode ser uma das principais fragilidades deste sistema Patrão – Clientes adoptado pela elite política que controla o partido Frelimo.

É importante frisar que os filhos da elite não representam obviamente um grupo homogéneo, eles representam as várias tendências ou facções dentro do partido, havendo por conseguinte divisões que podem ser baseadas nas origens étnicas, regionais, na amizade, frequência das mesmas escolas ou universidades no estrangeiro e, acima de tudo, baseada na relação entre os seus pais, os “*Patrões*” do partido.

Contudo, mesmo com esses factores, eles não deixam de constituir um grupo privilegiado dentro da economia política de Moçambique e, por via desse facto, é importante a sua representação no fluxograma acima apresentado. A posição privilegiada ocupada pelos filhos da elite política do partido Frelimo permite que os seus negócios estejam protegidos, pois com alguma frequência eles actuam como

representantes dos seus progenitores nos diversos interesses empresariais que estes possuem na economia local.

Os progenitores garantem o acesso à educação formal nas melhores escolas de Moçambique e posteriormente o acesso as universidades no estrangeiro, garantem o acesso aos melhores empregos nas instituições públicas moçambicanas onde os salários são elevados em comparação com a maioria do sector público. Alguns garantem empregos nas companhias que representam o grande capital internacional, tornando-se por conseguinte funcionários destas multinacionais devido ao domínio da língua inglesa e obviamente ao tráfico de influência dos seus progenitores.

Resumidamente, em termos de acumulação económica, os progenitores garantem que os seus filhos tenham acesso a um conjunto de vantagens que não estão ao alcance dos demais elementos da sociedade. E nem mesmo estão ao alcance dos restantes membros do partido, aqueles que não possuem a influência política necessária para controlar o poder político e decidir e proceder a repartição das oportunidades de redistribuição das rendas.

Mas, como acima foi referenciado, há um aspecto no qual parece que os principais “*Patrões*” do partido não tem controlo, ou não têm a consciência da importância e dimensão que pode ter em todo o sistema de reprodução das elites em Moçambique: que a influência política que se consegue através do controlo dos órgãos decisórios do partido, que por sua vez permitem o controlo do Estado não é automaticamente transmissível aos seus filhos.

Ao não conseguirem renovar-se, isto é, ao não introduzirem os seus filhos dentro da estrutura ou órgãos decisórios do partido - tal como o Comité Central ou OJM (Organização da Juventude Moçambicana) – provavelmente estará aberta uma grande lacuna que poderá abrir espaço a que ocorram descontinuidades no processo de acumulação de capital das actuais elites políticas que controlam o partido Frelimo.

Por via desse facto e tendo em conta a realidade analisada, as dicotomias que esta realidade apresenta, e as situações de conflito existentes, a opção metodológica pela denominação de principais “*Patrões*”, em detrimento de principais “*Famílias*”, que controlam o poder dentro do partido e do Estado em Moçambique parece a mais

acertada. Isto porque a denominação “*Famílias*” pressupõe que, no caso do patriarca ou matriarca, perder a vida, dentro da estrutura familiar, há mecanismos de sucessão que são automaticamente acionados para garantir a sucessão e continuidade do legado deixado pelo patriarca ou matriarca.

A experiência de Moçambique demonstra que isso não ocorre e que, se por algum infortúnio ocorre a morte do “*Patrão*”, a sua família perde o protagonismo dentro da estrutura ou órgãos do partido e, conseqüentemente, também vai perdendo as oportunidades de continuar o processo de acumulação de capital. Este facto deve-se essencialmente à perda de influência política de outrora que era garantida pelo indivíduo que era o “*Patrão*” de uma determinada rede clientelar, dentro do partido e do Estado.

A propósito deste facto, um professor universitário e activista da sociedade civil, entrevistado para efeitos deste trabalho no dia 1 de Dezembro de 2015, frisou: «*Os filhos das elites políticas do partido Frelimo nunca terão o protagonismo dos seus progenitores dentro do partido, eles não foram socializados ou não têm a cultura política dos seus pais e não sabem como manipular os jogos internos. Há indícios de que começa a existir um discurso interno sobre a reprodução das mesmas famílias na direcção do partido, não pode haver sempre os mesmos privilegiados, tendo em conta que a base de apoio é demasiado ampla e todos esperam a sua oportunidade*».

Como se pode depreender, os desequilíbrios no sistema são gerados pela pressão dos membros do partido que se encontram nos escalões mais baixos da estrutura partidária e também pelos “*outsiders*”. Estes procuram, por todos os meios possíveis e imaginários, garantir a sua ascensão na estrutura partidária e do Estado.

A pressão exercida por estes obriga aos principais “*Patrões*” do partido a realizarem uma gestão cautelosa das suas redes clientelares, de modo a não criarem tensões entre os seus clientes ou potenciais clientes. Isso implica a recompensa com posições de destaque ou nas instituições do Estado tais como ministérios, empresas e institutos públicas ou nos grandes negócios do Estado, aos membros ou *outsiders* mais inteligentes e criativos, cujo desempenho produz *mais-valias* ou resultados para o “*Patrão*” da rede clientelar.

Um excelente exemplo de como estas dinâmicas ocorrem na realidade prática pode ser encontrado quando analisamos a ascensão de um membro do partido como o deputado Edson Macuacua, que não é filho da elite política, ou de de Celso Correia empresário e ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural no primeiro mandato do governo do Presidente da República Filipe Nyusi.

Nenhum deles é filho da elite política do partido Frelimo, porém devido ao seu esforço individual e perspicácia foram ascendendo na hierarquia do partido e do Estado. Edson Macuacua foi eleito deputado da Assembleia da República nas eleições de 1999, tornando-se por conseguinte deputado e membro da Comissão de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Legalidade. No ano de 2002, aquando da realização do oitavo congresso da Frelimo é eleito membro do Comité Central deste partido.

Ainda no ano de 2002, é eleito secretário do Comité Central do partido para a mobilização e propaganda, cargo que ocupa até 2012 quando se torna secretário do Comité Central do partido para a formação e quadros. No ano de 2013, foi nomeado pelo então Presidente da República Armando Guebuza conselheiro de Estado, posição que acumulava com o seu cargo de deputado da Assembleia da República.

Nas eleições legislativas do ano de 2014 é reeleito para o cargo de deputado da Assembleia da República e após a tomada de posse dos deputados da nova legislatura é eleito presidente da primeira comissão do parlamento, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, comissão que tem a seu cargo a elaboração da maior parte da legislação que é produzida na Assembleia da República de Moçambique.

Enquanto isso, Celso Correia começou por notabilizar-se no mundo dos negócios, distante da vida partidária, representando por conseguinte a figura típica de um *outsider* da política partidária. Segundo informações propaladas pelos jornais moçambicanos e também apresentada num artigo da autoria de Hanlon e Mosse (2009) com o título “Is Mozambique’s elite moving from corruption to development?”, Correia terá desempenhado um papel fulcral na engenharia financeira que conduziu à reversão da Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB).

Segundo os jornais e os autores citados no parágrafo anterior, Celso Correia teria desempenhado o papel de intermediário entre o Estado moçambicano e o consórcio bancário responsável pelo financiamento desta operação de reversão da principal Hidroelétrica moçambicana, hoje a maior empresa pública a operar no país.

Desde então, assistiu-se à ascensão meteórica daquele que é, pela maior parte da imprensa moçambicana, denominado o “Jovem Tigre”, Através do seu grupo empresarial INSITEC começou a expandir as suas áreas de investimento em quase todas os sectores económicos, como se pode constatar na tabela apresentada nos capítulos anteriores.

Com apenas 33 anos de idade, Celso Correia tornou-se presidente do Conselho de Administração do segundo maior banco comercial em Moçambique, o Banco Comercial e de Investimento (BCI), como resultado da compra que o seu grupo empresarial a INSITEC fez de 18.90% das acções da holding SCI controlada pelo antigo ministro das Finanças Magid Osman. Além do grupo INSITEC, a estrutura accionista deste banco integra ainda o Banco Português de Investimentos (BPI) com 30%, Parbanca SGPS (Grupo Caixa Geral de Depósitos) com 51%, e por 43 pequenos accionistas e colaboradores do banco com 0.88%.

Alinhado com as políticas do então governo de Armando Guebuza, principalmente no que diz respeito à expansão da banca para os diversos distritos do país, Celso Correia viu o seu grupo empresarial a diversificar o seu *portfolio* de investimentos e o banco que dirigia a prosperar, tornando-se o segundo maior banco a operar em Moçambique.

No ano de 2012, a quando da realização do décimo congresso do partido Frelimo, Celso Correia foi eleito membro do Comité Central pela área das listas económicas e sociais, alcançado por conseguinte este importante órgão do partido Frelimo. Dois anos mais tarde, desempenhou um importante papel na arrecadação de fundos para o financiamento da campanha do candidato da Frelimo Filipe Nyusi.

Quando o recém-eleito Presidente Filipe Nyusi é empossado no cargo, nomeia Celso Correia seu ministro para o pelouro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, um ministério com atribuições bastantes amplas e fulcrais para o desenvolvimento de Moçambique.

Os exemplos acima arrolados apresentam duas formas diversas de ascensão dentro da hierarquia partidária e do Estado, o que pode demonstrar que os filhos da elite política com ambições de substituírem os seus progenitores que actualmente controlam o partido poderão ter enormes dificuldades em tornar-se principais “*Patrões*” do partido. Isto porque indivíduos como Edson Macuacua ou Celso Correia, para além de estarem a construir o seu capital político e simbólico, também estão a construir as suas próprias redes de apoio e consolidação das suas posições, de modo a colocarem-se em posição privilegiada para substituir os actuais principais “*Patrões*” do partido Frelimo.

Contudo, é importante frisar que em ambos os casos, apesar de estarmos na presença de *outsiders* perspicazes e inteligentes, eles subiram na hierarquia partidária e do Estado devido à relação privilegiada que tinham com um dos principais Patrões do partido, neste caso em concreto o então Presidente da República e do partido, Armando Guebuza.

A ascensão deste tipo de *outsiders* pode constituir um enorme entrave para os filhos da elite que pretendam substituir os seus progenitores no topo das redes clientelares, exigindo por conseguinte maior proactividade e militância dos mesmos. É provável que o critério de cotas para eleição dos membros de um órgão importante ao nível partidário, como o é o Comité Central, seja uma forma de acautelar o futuro dos filhos das elites políticas do partido.

O critério das cotas define que um determinado número de membros integrantes do Comité Central do partido seja proveniente de um grupo específico, tal como os antigos combatentes, as organizações sociais ou de juventude. Por via desse critério, Armando Guebuza, antigo Presidente da República e presidente do partido Frelimo, acomodou Valentina Guebuza, sua filha e sua principal representante nos seus mais diversos interesses empresariais, no Comité Central do partido Frelimo.

Este processo esteve envolvido em muita polémica, pois a sua filha entrou para o Comité Central do partido representando a cota dos antigos combatentes. Como a visada não era antiga combatente, os restantes membros do partido e a sociedade em geral questionavam-se sobre os critérios usados para que a filha do então Presidente do

partido e da República pudesse ser elegível a essa vaga. De facto ela concorreu “herdando” o estatuto que lhe é conferido pelo pai, pelo facto de ser antigo combatente.

É importante frisar, que de todos os antigos combatentes que fazem parte do partido Frelimo, representados pela Associação dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional, (uma das mais importantes, quiçá a mais importante organização social dentro do partido Frelimo), só o combatente Armando Guebuza é que recorreu ao dispositivo estatutário que permite a transmissão desse estatuto em caso de renovação do Comité Central, e conseguindo fazer eleger a sua filha.

O que de certa forma pode demonstrar a preocupação de Armando Guebuza - um dos principais “*Patrões*” do partido Frelimo - em não só continuar a manter a sua influência política, como também gradualmente ir passando o seu testemunho à sua filha, que poderia ser o garante da continuidade no processo de redistribuição de oportunidades de acumulação de capital, e na defesa dos seus direitos de propriedade.

Para terminar, fica claro que, independentemente do grau de acumulação de capital que os indivíduos ou diversas facções possam ter obtido, ou mesmo independentemente da competência técnica, profissional ou científica que eles também possam ter adquirido ao longo dos tempos, enquanto as lógicas do sistema se mantiverem, os actores envolvidos devem procurar incessantemente manter a influência política. Porque somente a influência política é que permite o controlo sobre o partido e, o por via disso, o controlo sobre o Estado, o que garante a manutenção das lógicas de reprodução e manutenção da elite política de Moçambique.

O controlo do poder político ao longo dos tempos revela-se, no contexto moçambicano a melhor estratégia para efeitos de acumulação de capital por parte da elite política moçambicana. Contudo, devido à enorme concorrência política que se assiste entre os diversos grupos ou facções dentro do partido, ela poderá não ser suficiente para garantir que, num futuro a médio ou longo prazo, possa garantir que os filhos dos principais “*Patrões*” do partido Frelimo possam a vir automaticamente a substituir os seus progenitores.

Capítulo VI

O impacto do escândalo das dívidas ocultas na coesão das elites políticas do partido Frelimo

O presente capítulo irá abordar um dos maiores escândalos da governação de Moçambique no período pós-independência, o escândalo das dívidas ocultas que foram divulgadas pelo jornal norte-americano Wall Street Journal do dia 5 de Abril de 2016. Estas dívidas, orçadas em 2 mil milhões de dólares americanos, foram contraídas durante os anos de 2013 e 2014, os dois últimos anos do segundo mandato do governo do então Presidente da República, Armando Guebuza.

No processo de contração das referidas dívidas, o Estado moçambicano serviu de avalista para viabilizar empréstimos junto do banco suíço Credit Suisse e do russo Vneshtorgbank (VTB) para a constituição e o início de actividade de três empresas, nomeadamente a Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), a Mozambique Assets Management e a ProIndicus.

O aval do Estado para que estas empresas contraíssem estes empréstimos deveria ter sido aprovado pela Assembleia da República de Moçambique, como preconiza a Constituição da República no seu artigo nº179, nº2 alínea p) que faz a seguinte menção: «É da exclusiva competência da Assembleia da República (...) autorizar o Governo, definindo as condições gerais, a contrair ou conceder empréstimos, a realizar outras operações de crédito, por período superior a um exercício económico e a estabelecer o limite máximo dos avales a conceder pelo Estado. (CRM, 2004:56)».

Isto «Significa: (1) o poder de autorizar o Governo a contrair empréstimos; (2) o poder de o autorizar a conceder empréstimos; (3) o poder de o autorizar a realizar outras operações de crédito que não sejam dívida flutuante (cf. Vinculação ao Orçamento de Estado), nomeadamente, a concessão de avais; (4) o poder de estabelecer as respectivas condições gerais; (5) o poder de estabelecer o limite máximo de avales a conceder pelo Estado. Em face deste normativo, o processo de emissão dos empréstimos públicos tem

de começar por uma autorização da Assembleia da República, salvo se tratar-se de empréstimos a curto prazo (*i.e.*, de dívida flutuante)¹».

Como se pode depreender das citações apresentadas nos parágrafos anteriores, apesar de existir legislação que obriga o Governo de Moçambique a solicitar aprovação da Assembleia da República nos casos acima apresentados, o Governo liderado pelo então Presidente Armando Guebuza avalizou estas dívidas sem consultar esse importante órgão de soberania, mesmo sabendo que estaria violando a Constituição da República.

A forma como foi conduzido o processo confirma um dos argumentos apresentados no capítulo anterior, quando foi mencionado o facto de os principais “*Patrões*” do partido Frelimo estarem acima da lei, dos órgãos de soberania e das instituições formalmente estabelecidas dentro do país, o que constitui um entrave para o cumprimento dos direitos de propriedade, dos direitos contratuais e de cidadania.

O processo que conduziu ao aval destas dívidas por parte do Estado moçambicano esteve envolto em secretismo e, por via desse facto, quando as primeiras notícias sobre as dívidas ocultas começaram a ser divulgadas pela média internacional, a maior parte da sociedade moçambicana foi surpreendida com as notícias que estavam a ser veiculadas.

Mesmo dentro do partido Frelimo, parte considerável dos seus membros não tinham informação sobre este escândalo e o mais caricato é que mesmo os membros do governo do Presidente Filipe Nyusi, incluindo o seu ministro da Economia e Finanças, afirmavam publicamente não terem informação sobre as dívidas contraídas pelas empresas Mozambique Assets Management e ProIndicus. A única dívida conhecida até então era da empresa EMATUM, que fora descoberta durante o ano de 2014.

«No dia 13 de Outubro de 2013, Filipe Nyusi, ministro da Defesa Nacional, defendeu a compra de navios e disse que a Marinha não pode trabalhar sem meios. Explicou que o

¹ http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas_Publicas/o_regime_juridico_da_divida_publica.pdf site consultado no dia 12 de Setembro de 2016

negócio da EMATUM foi inspirado em experiências internacionais: envolver o sector privado para viabilizar a Defesa²».

Segundo o mesmo jornal, O País, no dia 12 de Novembro de 2013 Filipe Nyusi, na qualidade de ministro da Defesa, voltou a defender a compra de meios para o Exército, Marinha de Guerra e Força Aérea. Sobre a falta de transparência disse que «não é muito importante para o povo moçambicano, o que importa é não pisar o risco em termos de procedimentos³».

Como se pode depreender, o então ministro da Defesa Nacional e actual Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, sabia dos contornos desta operação financeira que culminou com a contração das dívidas ocultadas à Assembleia da República de Moçambique. No que diz respeito ao desconhecimento apregoado pelos ministros do Governo de Filipe Nyusi, é preciso recordar que uma parte do actual governo transitou do anterior Governo liderado por Armando Guebuza, mas nesse governo nem todos os ministros sabiam ou tinham os detalhes desta operação, sendo que o mesmo é aplicável aos ministros recém-nomeados, excluindo obviamente o ministro da Economia e Finanças Adriano Maleiane que, pela natureza das suas funções, tinha obrigação, logo após a tomada de posse no cargo, de se informar sobre todos os “*dossiers*”. Contudo o que não abona a seu favor é o facto de um mês antes, mais concretamente no dia 23 de Março de 2013, o Governo ter fechado com sucesso a reestruturação da dívida contraída para financiar a operação EMATUM.

Portanto não é crível que o ministro tenha participado activamente no processo de reestruturação desta dívida com os investidores internacionais e não tivesse informação sobre os empréstimos com o aval do Estado para as empresas Mozambique Assets Management, ProIndicus e para o ministério do Interior.

Os valores envolvidos nesta engenharia financeira que foi realizada de forma secreta por elementos próximos do então Presidente Armando Guebuza, aliada ao facto de até ao momento não ser visível o que é que realmente foi adquirido com os mais de 2 mil milhões de dólares americanos, trouxeram os ingredientes necessários para acirrar as

² Jornal o País, 22 de Abril de 2016

³ Idem

disputas entre as diversas facções dentro do partido Frelimo, plausivelmente porque não foram contempladas no processo de redistribuição desta enorme renda.

O objectivo deste capítulo é demonstrar como a descoberta destas dívidas abriu espaço para que as situações de conflitualidade entre os principais actores e facções, dentro do partido Frelimo atingissem um nível de exposição que, normalmente, não é visível em outros períodos. A análise do discurso mediático proferido por figuras do partido no poder, algumas delas fazendo parte do grupo aqui considerado por principais “*Patrões*” do partido, constituiu uma ferramenta útil para a captar as divergências entre os diversos grupos dentro do partido Frelimo.

Um segundo objectivo deste capítulo será, através deste caso do escândalo das dívidas ocultas, apresentar uma visão real de parte considerável do debate levantado ao longo deste trabalho, uma vez que este escândalo oferece elementos de análise que suportam os argumentos até agora apresentados.

Há contudo de salientar que, para além de reforçar parte considerável dos elementos de análise expostos ao longo do trabalho, metodologicamente é possível descortinar dentro do capítulo, elementos do “Social Drama” de Vitor Turner (1957).

O drama social revela claramente como as tendências sociais operam na prática. Como, em uma determinada situação, alguns podem apoiar e outros se opõem umas às outras. E como o conflito entre pessoas ou grupos, em termos de uma norma comum ou em termos de normas contraditórias, pode ser resolvido em um determinado conjunto de circunstâncias. No drama social, os conflitos de interesses latentes tornam-se manifestos e os laços de parentesco, cujo significado não é óbvio nas genealogias, emergem com uma importância fundamental.

O escândalo das dívidas ocultas e as tensões que ela provocou no seio da elite política e empresarial do partido Frelimo, encaixa-se perfeitamente no modelo de Vitor Turner (1957) sobre os dramas sociais, sendo facilmente identificadas as quatro fases dos dramas sociais que são: fissura ou quebra, crise, tentativas de mediação e a reintegração ou reconhecimento de ruptura.

A cronologia dos acontecimentos e as declarações de figuras importantes do partido Frelimo ajudam a compreender em que fase do “social drama”, estas situações sociais conflituais e interligadas entre si podem ser enquadradas.

6.1 O historial da descoberta das dívidas ocultas

Neste subcapítulo é apresentado a cronologia dos acontecimentos relativos ao escândalo das dívidas ocultas, desde o anúncio dos contratos de produção dos barcos de pesca de atum para a empresa Empresa Moçambicana de ATUM (EMATUM), até à descoberta do aval do Estado as dívidas da EMATUM, e de outras duas empresas, a Mozambique Asset Management (MAM) e a ProIndicus, avaliadas em mais de 2 mil milhões de dólares americanos.

Na verdade, esta cronologia assenta no modelo de dramas sociais de Vitor Turner (1957). «Turner foca o seu trabalho na descrição e análise de uma série daquilo a que chamou *dramas sociais* - ou, se preferirmos, de *situações sociais* conflituais e interligadas entre si quer pela sua sequência cronológica, quer pelos seus intervenientes, quer ainda por, no essencial, cada uma dessas ocasiões de conflito constituir uma variação particular de um mesmo e contínuo conflito (Granjo, 2017:175)».

Ainda neste subcapítulo, é possível identificar a primeira fase dos dramas sociais descritos por Vitor Tuner, sendo que para o autor a primeira fase dos dramas sociais resume-se no seguinte:

«Breach of regular norm-governed social relation occurs between persons or groups within the same system of social relations. Such a breach is signaled by the public breach or non-fulfilment of some crucial norm regulating the intercourse of the parties (Turner, 1957:91)».

A cronologia dos acontecimentos demonstra claramente que, à medida que os pormenores relacionados com o escândalo das dívidas ocultas vão se tornando do domínio público, o clima de crispação e descontentamento entre os integrantes da elite política e empresarial se torna evidente para os demais membros da sociedade.

Em Setembro de 2013, o então Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, realizou uma visita oficial a França. Nessa visita, Armando Guebuza

acompanhado pelo presidente da França Francois Hollande, visitaram os estaleiros navais de Cherbourg no noroeste da França, onde Moçambique tinha encomendado 24 traineiras, 3 barcos patrulha de 32 metros e outros 3 de 42 metros.

Após a realização desta encomenda, a empresa detentora dos estaleiros Construction Mecanique de Normandie (CMN), através do seu proprietário Iskandar Safa, concedeu uma conferência de imprensa onde estavam três ministros do governo francês para comunicar a realização deste contrato, com o governo moçambicano avaliado em 350 milhões de dólares americanos. Segundo a imprensa francesa, este negócio iria duplicar o volume anual de negócios da CMN.

As reportagens da imprensa francesa sobre este negócio milionário com o Governo moçambicano gradualmente começaram a chegar a Moçambique, onde o governo liderado por Armando Guebuza nunca tinha mencionado os contornos do negócio e os valores envolvidos.

As contradições existentes no discurso dos próprios elementos do governo constituem um indicador de que esta operação, mesmo ao nível governamental, não era do conhecimento de todos os ministros, ou então esta aparente contradição, não era mais do que uma tentativa de confundir a opinião pública.

Quando confrontados pela imprensa, os elementos do governo, apresentavam contradições no que diz respeito aos valores do aval do Estado no caso da empresa EMATUM, no que concerne aos financiadores do crédito contraído pela EMATUM, e ainda quanto aos fins para as quais foi contraída a dívida. É importante realçar que, no início do ano de 2014, as restantes dívidas não eram do conhecimento do público.

O então ministro das Finanças Manuel Chang, quando interpelado pela imprensa moçambicana de modo a esclarecer os contornos deste negócio, afirmou: «Quem está a importar os barcos é uma empresa privada, tanto é que tem nome. Agora, não há dúvidas que nós, como Governo, achamos que o projeto é bom e damos todo o apoio que é necessário. A aquisição desses barcos não tem nada a ver com o Orçamento do Estado. Não entramos com nenhum valor, avalizamos a operação, significando que

temos que fazer tudo por tudo para que a empresa tenha sucesso e o Estado não tenha que entrar⁴».

Por outro lado, o então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Henrique Banze, numa entrevista concedida aos órgãos de informação nacionais e internacionais no dia 30 de Setembro de 2013, afirmava: «*o dinheiro do negócio dos barcos vem de um crédito de um país estrangeiro*».

No dia 17 de Setembro de 2013, o então ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuareneia, confirmava a compra de 30 navios por 350 milhões de dólares americanos. O ministro afirmava o seguinte: «*Este negócio tem como objectivo a viabilização da cabotagem ao longo da nossa costa*⁵».

No início de 2014 o Fundo Monetário Internacional (FMI), aquando da revisão do programa económico do Governo, faz um alerta sobre os elevados níveis da despesa pública, mostrando que esta iria aumentar de 36,3% para 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Este aumento da despesa pública reflecte a utilização, em 2014, de 400 milhões de dólares americanos colectados através das mais-valias⁶ durante o ano de 2013, e a incorporação no Orçamento do Estado (OE) das operações comerciais da EMATUM.

Quando o escândalo EMATUM eclodiu e as explicações do Governo sobre o assunto, em vez de esclarecer, colocavam mais zonas de penumbras sobre o assunto, alguns parceiros de apoio programático começaram a exercer pressão no sentido de serem completamente esclarecidos sobre os contornos deste negócio.

É importante frisar que os parceiros de apoio programático (PAP) ou G-19 apoiam directamente o orçamento do Estado e, por via desse facto, pretendiam ser esclarecidos sobre os detalhes deste negócio de modo assegurarem que o dinheiro do apoio ao

⁴ Declarações do então Ministro das Finanças Manuel Chang a Rádio Moçambique, que podem ser consultadas no site <http://www.rm.co.mz/index.php/programacao/100-arquivo1/12041-manuel-chang-desmente-divida-de-us-500-milhoes-para-compra-de-navios> consultado no dia 12/12/2016

⁵ Jornal O País, dia 22 de Abril de 2016, pág.4.

⁶ O imposto sobre mais-valias é um imposto definido por lei que visa tributar às transacções de participações em projectos de exploração de recursos minerais. Desde o ano de 2012 o Estado moçambicano arrecadou mais de 1,3 mil milhões de dólares através da tributação deste imposto.

orçamento está a ser aplicado nas áreas previamente acordadas e não para fins desconhecidos.

Para tal, a 14 de Novembro de 2013, os parceiros de apoio programático (G19), solicitaram ao Governo do então Presidente Armando Guebuza que fosse incluída a parte não comercial da operação EMATUM no Orçamento de Estado para o ano seguinte, 2014.

Em Março de 2014, a Dinamarca pede esclarecimentos adicionais ao Governo de Moçambique sobre o caso EMATUM e condiciona a sua ajuda ao orçamento do Estado à apresentação desses esclarecimentos e a regularização fiscal desta empresa. Nesse ano a Dinamarca suspendeu os seus desembolsos para o apoio ao orçamento de Estado.

Em Maio de 2014, a directora-geral do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, visitou Moçambique e aquando da sua visita já circulava a informação sobre o valor real avalizado pelo Estado nesta operação financeira, 850 milhões de dólares americanos. As dúvidas que se mantinham sobre esta operação financeira estavam relacionadas com o valor alocado para a compra de barcos de pesca e o quanto foi empregue na compra de armamento.

A directora-geral do Fundo Monetário Internacional frisou então que os investimentos na área militar não são preocupantes para o FMI desde que sejam feitos de forma transparente, precisando que *«quando temos uma parceria com um país, que, por exemplo, procura restaurar a sua estabilidade financeira, nós simplesmente não concordamos com despesas que são geridas à margem dos documentos orçamentais oficiais⁷»*. Fazendo menção ao facto de esta operação financeira ter sido realizada violando a Constituição da República e sem aprovação da Assembleia da República.

Contudo, durante o período em que a directora geral do FMI esteve em Moçambique, o ministro das Finanças Manuel Chang concedeu uma entrevista alguns órgãos de informação internacionais que faziam a cobertura da conferência do FMI. “África em Ascensão” tendo afirmado que o negócio EMATUM era transparente e tinha tido o aval

⁷ Pronunciamentos da Directora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) retiradas do site http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/afrika/detalhe/a_cronologia_da_crise_da_divida_escondida_de_mocambique consultado no dia 12/12/2016

da Assembleia da República. Entrando em contradição com o seu colega do sector das pescas, Vitor Borges, que no dia 28 de Novembro de 2013, reconheceu à saída do parlamento o incumprimento de aspectos legais na operação EMATUM.

No ano de 2015 Moçambique muda de governo, Armando Guebuza termina o seu mandato e ascende ao poder Filipe Nyusi, que exerceu o cargo de ministro da Defesa durante o segundo mandato do anterior Presidente. Em Junho desse ano, o governo liderado por Filipe Nyusi vai ao parlamento comunicar que se encontrava em conversações, com os credores internacionais, mais concretamente o Banco Credit Suisse com vista à reestruturação da dívida da EMATUM.

«Sete anos é um período curto para pagar 500 milhões de dólares o equivalente a 438 milhões de euros, mesmo para um período de graça de dois anos, principalmente a taxas de juros altos; estamos a tentar negociar um período de pagamento mais longo e a taxas de juros mais baixas e os nossos parceiros, incluindo o FMI, concordam com isso», disse o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane no parlamento.

O processo de renegociação da dívida da EMATUM foi um sinal da incapacidade da empresa para honrar os compromissos assumidos com os credores e, como o Estado assumiu o papel de avalista na operação financeira da contração da dívida, teve que assumir as dívidas perante a incapacidade de pagamento por parte da EMATUM.

Esta renegociação talvez tenha sido o primeiro alerta para os vários organismos internacionais que fazem a monitoria da performance económica do país. Foi deste modo que agência de notação financeira Standard & Poor`s, desceu o *rating* de Moçambique para B – em Junho de 2015, por causa dos receios de incumprimento por parte da EMATUM.

Contudo, até este período não era do conhecimento público a existência das outras dívidas, relacionadas com as empresas Mozambique Assets Management, ProIndicus e com o Ministério do Interior.

Em Julho de 2015, o principal partido da oposição a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), exige em sede do parlamento a criação de uma comissão de inquérito parlamentar para investigar toda a engenharia financeira ligada ao negócio EMATUM. Neste período, começou a ficar claro 350 milhões de dólares foram para

financiar a operação da constituição da empresa e os restantes 500 milhões de dólares para a compra de armamento militar.

O governo moçambicano afirmou então que não apresentou a proposta de viabilidade do negócio da empresa, nem a proposta de compra de armas, porque no parlamento esta representada a RENAMO e a compra de armamento é uma questão de segurança do Estado, sendo que estes aspectos de segurança são reforçados devido a tensão político-militar que opõe o governo da Frelimo e a RENAMO.

As incertezas sobre a viabilidade do negócio ligado à EMATUM, que se tornaram patentes com a negociação para a reestruturação da sua dívida com os bancos credores, fez com que as agências de *rating* aumentassem o seu escrutínio sobre as finanças públicas de Moçambique. Foi assim que em Agosto de 2015 a agência de notação financeira Moody's desceu o *rating* de Moçambique de B1 para B2, com perspectiva de evolução negativa.

No mês de Outubro de 2015, o governo de Moçambique formalizou um pedido de assistência financeira ao Fundo Monetário Internacional (FMI) avaliado em 282,9 milhões de dólares americanos. Em Dezembro do mesmo ano, o FMI, aprovou o pedido de empréstimo, tendo disponibilizado imediatamente 117,9 milhões de dólares americanos, equivalente a 109,4 milhões de euros.

O FMI realçou ainda no seu comunicado que o governo deveria manter o rigor orçamental e fiscal, bem como flexibilidade nas taxas de câmbio, de modo assegurar a estabilidade macroeconómica. O comunicado do fundo não deixou de parte a questão da EMATUM, recomendando ao governo que rapidamente encontrasse um plano de rentabilidade para a empresa, de modo a evitar que a situação se deteriore prejudicando gravemente as contas públicas.

Em Fevereiro de 2016 os juros da dívida da EMATUM exigidos pelos investidores para transacionarem os 850 milhões de dólares em títulos de dívida, subiram para 13,5%, nas vésperas de ser apresentada a proposta governamental de reestruturação da dívida. No mês de Março, a agência de notação financeira S&P emitiu um comunicado onde afirmava que a reestruturação da dívida da EMATUM corresponde a um incumprimento selectivo, o que poderia causar uma nova descida do *rating* do país. «Se a reestruturação

incluir uma troca que consideramos problemática, por exemplo uma redução principal ou uma extensão das datas das maturidades, podemos ver a transação como equivalente a um incumprimento», disse a agência de *rating*⁸.

Ainda em Março de 2016, o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, desloca-se ao Reino Unido e aos Estados Unidos da América, para apresentar a proposta da reestruturação da dívida da EMATUM.

No entanto, como o governo levou adiante a sua pretensão de reestruturar a dívida da EMATUM, a agência de notação financeira, Fitch coloca o *rating* de Moçambique em avaliação negativa. Enquanto isso, a Moody's desce o *rating* do país de B2 para B3, usando como argumentos a situação da Balança de Pagamentos do país que se estava a deteriorar, e que existia uma manifesta incapacidade por parte do Governo em pagar a dívida, comprovada pela descida abrupta das reservas em moeda estrangeira do banco central, e pela proposta de reestruturar a dívida.

Entre os meses de Março a Maio de 2016, os episódios desta “novela” das dívidas ocultas diariamente foram ganhando novos contornos. Muitos deles só são tornados públicos devido aos comunicados das instituições financeiras internacionais e aos artigos dos órgãos de informação estrangeiros.

Em meados de Março de 2016, o Governo de Moçambique apresenta uma proposta de troca de obrigações da EMATUM por novos títulos da dívida soberana, com uma taxa de fixa de 10,5% ao ano e uma extensão da maturidade até 2023, substituindo as obrigações da EMATUM que tinham uma taxa de 6,35% e venciam em 2020.

Ainda em Março de 2016, um artigo do jornal Financial Times apresenta o caso da EMATUM como uma fábula e alerta aos investidores sobre os perigos da dívida dos mercados emergentes da África Subsaariana. Apesar do vendaval de informação sobre as finanças públicas moçambicanas - mais concretamente em relação a reestruturação da dívida da EMATUM - circular nos principais media internacionais, a Fitch manteve o *rating* do país, pese embora tenha piorado a previsão de evolução negativa da mesma.

⁸ Citação retirada do site

http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/afrika/detalhe/a_cronologia_da_crise_da_divida_escondida_de_mocambique consultado no dia 12/12/2016.

Em Abril de 2016, os investidores aprovaram a operação financeira da reestruturação da dívida da EMATUM, conduzida pelos bancos Credit Suisse e o russo VTB. Alguns dias depois, o Wall Street Journal publica um artigo afirmando que há um empréstimo não divulgado de 622 milhões de dólares americanos que foi proposto por estes dois bancos em 2013, sendo que no ano seguinte foi proposto aos investidores que aumentassem o valor para 900 milhões de dólares americanos.

Perante as notícias divulgadas pelo Wall Street Journal, revelando a existência de um novo empréstimo não divulgado pelo Governo de Moçambique, e a reestruturação da dívida da EMATUM com o alargamento dos prazos para o ano de 2023 e a renegociação da taxa de juro, a oposição exigiu que o Governo fosse à Assembleia da República prestar esclarecimentos.

Perante a insistência da Renamo, em meados do mês de Abril o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, desmentiu a existência de dívidas escondidas e afirmou que possivelmente se trata de alguma confusão com o processo de reestruturação da dívida da EMATUM.

Contudo ainda no mês de Abril, uma delegação do Governo liderada pelo primeiro-ministro Carlos Agostinho do Rosário, desloca-se a Nova Iorque para um encontro de emergência com a directora do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, devido à descoberta de empréstimos que não tinham sido comunicados à Assembleia da República, ao FMI, e nem aos parceiros de apoio programático, cujo valor ultrapassa os mil milhões de dólares americanos - o equivalente nessa altura a 884 milhões de euros.

Por via desse facto, o FMI cancelou a visita da sua equipa técnica a Moçambique que deveria ocorrer ainda durante o mês de Abril. Suspendeu o desembolso da segunda *tranche* de 165 milhões de dólares americanos, referentes ao empréstimo concedido a Moçambique no âmbito do acordo de assistência financeira assinado em Novembro de 2015.

Neste período, o Governo do Presidente Nyusi encontrava-se numa situação delicada, pressionado tanto pelos actores internos, quanto pelos externos. O Presidente moçambicano realizou durante o mês de Abril uma visita oficial há alguns países

européus, de entre os quais, Alemanha e Bélgica, onde teve encontros com os respectivos chefes dos governos, que pediram explicações sobre as dívidas ocultas.

O périplo pelos países europeus durante este período é perfeitamente justificável, tendo em conta a importância dos fundos disponibilizados por esses países para o orçamento de Estado moçambicano. Ainda durante o mês de Abril, mês que pode ser considerado como o ponto mais alto do escândalo das dívidas escondidas, o Comitê Central do partido Frelimo deu indicações ao governo para que fosse disponibilizada informação oficial sobre as dívidas ocultas.

Neste mesmo mês, foi constituída uma equipa de trabalho do ministério da Economia e Finanças para, junto com a equipa do Fundo Monetário Internacional, levarem a cabo uma análise minuciosa da situação das finanças públicas moçambicanas.

Ainda no mês de Abril de 2016, o jornal norte-americano Financial Times divulga a existência de uma outra dívida avalizada pelo governo moçambicano para uma empresa pública, orçado em mais de 500 milhões de dólares. Alguns dias depois o Primeiro-Ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, ainda no decurso da sua ida aos Estados Unidos da América, confirma a existência de dívidas não declaradas acima de mil milhões de dólares americanos.

Perante a confirmação do Primeiro-Ministro, o segundo maior partido da oposição, o Movimento Democrático de Moçambique, exige a presença do Presidente da República no parlamento, a fim de esclarecer os contornos destas dívidas contraídas sem o aval da Assembleia da República.

Internamente, vários sectores da sociedade aumentaram as suas expressões de indignação perante a descoberta dos elevados montantes ligados às dívidas ocultas, no total mais de 2 mil milhões de dólares. Até mesmo a Confederação das Associações Económicas (CTA), a principal associação empresarial do país que foi amplamente descrita nos capítulos anteriores, também emitiu um comunicado mostrando a sua apreensão em relação ao aumento da dívida pública e à deterioração do ambiente de negócios no país, com reflexos no aumento dos custos de financiamento das pequenas e médias empresas.

Já alguns meses antes da descoberta das dívidas ocultas, Sérgio Vieira, um dos membros fundadores da Frelimo, primeiro governador do Banco de Moçambique no período pós-independência e antigo ministro da Segurança no Governo do falecido Presidente Samora Machel, tinha demonstrado publicamente o seu desagrado em relação aos milhões de dólares pagos pelo Estado moçambicano para honrar com serviço da dívida da EMATUM e pelo facto de o novo governo – liderado por Filipe Nyusi - ter afirmado que encontrou os cofres do Estado vazios.

«Creio que bem precisamos de uma operação tipo Lava Jato, para bem da pátria, do governo em exercício e dos cofres do Estado que devem reaver as pilhagens e as comichões de A e Z. Pouco interessa quem pilhou meia dúzia de milhões de Meticais, o fundamental quem se beneficiou directa e via familiares e subordinados de centenas de milhões de dólares e muitos biliões de Meticais. (...) Pobre Nyusi, pobre Maleiane gerirem cofres vazios e esvaziados pelas elites predadoras, do topo à base, apaniguados, familiares, amigos da onça deste país⁹».

Durante o mês de Abril, a incredulidade e as críticas em torno das dívidas ocultas tornaram-se transversais a quase todos os sectores da sociedade moçambicana. Mesmo dentro do partido Frelimo determinadas figuras do topo, nomeadamente Graça Machel, Sérgio Vieira, Teodato Hunguana e Jorge Rebelo, entre outros, apareceram publicamente a criticar a contração das dívidas por parte do governo liderado pelo então Presidente da República, Armando Guebuza.

Neste período ficou célebre uma frase proferida pela senhora Graça Machel, um dos principais “*Patrões*” do partido, que afirmou publicamente o seguinte: «*Eu, os meus filhos e netos, não vamos pagar a dívida da roubalheira*», fazendo menção as dívidas contraídas pelo governo de Armando Guebuza.

Neste período, os pronunciamentos de alguns dos mais influentes membros do partido Frelimo em relação às dívidas ocultas tornaram-se tema de conversas nos lares, nos escritórios, nos mercados, cafés, nos transportes públicos, (vulgo chapa – 100). O interesse despoletado por essas declarações advinha do facto de se assistir a

⁹ Trechos extraídos do artigo do jornal O País do dia 8 de Dezembro de 2015

posicionamentos antagónicos dentro da Frelimo e, manifestados por figuras de topo desse mesmo partido.

No seguimento dessas declarações proferidas por influentes membros do partido, o membro da Comissão Política e um dos principais *Patrões* do partido Frelimo, o general Alberto Chipande disse o seguinte no dia 26 de Abril de 2016, na cidade da Beira, província de Sofala: *«Encarregámos o Governo de clarificar a dívida. Chegámos à conclusão que se esta dívida existe, ela é soberana, e o Estado deve encontrar formas para resolver o problema da dívida. Ela foi contraída no Governo anterior, mas cabe ao Governo actual clarificar as dívidas e resolver o problema».*

O posicionamento de Chipande é totalmente oposto ao pronunciamento de Graça Machel, demonstrando que mesmo os grandes patrões do partido tinham perspectivas diferentes, no que diz respeito a este assunto. Esta diferença de perspectiva sobre o mesmo assunto pode ser um indicador de quem poderá ter sido beneficiado neste negócio e quem foi colhido de surpresa, como a maioria dos cidadãos comuns.

Por exemplo, Teodato Hunguana, ministro da Justiça durante o Governo de Joaquim Chissano, Juiz Conselheiro do Conselho Constitucional, membro do comité central do partido Frelimo e presidente do conselho de administração da companhia pública Moçambique Celular disse o seguinte: *«É uma situação gravíssima. Estamos a ser golpeados por uma situação que nós, que não estávamos envolvidos directamente no governo, não podíamos pensar que alguma vez isso fosse possível. Acabou de ter lugar o Comité Central da Frelimo, do qual eu sou membro. O Comité Central preocupou-se seriamente com esta questão, a ponto de ter feito uma recomendação, que esteve em rota de colisão com aquilo que era a maneira da bancada (da Frelimo) de ver este problema ao nível da Assembleia da República. O Comité Central felizmente veio repor as coisas no seu devido lugar, exigindo que fossem dadas explicações não aos membros do partido Frelimo, mas a nação. A nação tem que compreender, tem que saber o que é que se passa realmente. Qual é a dimensão disso? Ao fim do dia somos todos moçambicanos, não somos membros do partido A nem do partido B. Isso é de uma dimensão gravíssima. É como se tivessem anunciar uma nova colonização no nosso*

país. (...) Quarenta anos depois da independência, vem nuvens que significam ameaça de uma nova colonização¹⁰».

É importante frisar que no dia 12 de Abril de 2016 a bancada parlamentar da RENAMO, solicitou no âmbito das suas competências que o Governo fosse à Assembleia da República prestar esclarecimentos sobre as notícias que eram veiculadas pelos órgãos de informação internacionais, e nacionais sobre a situação das dívidas ocultas. A bancada parlamentar da Frelimo, dispendo da maioria parlamentar chumbou a proposta no plenário da Assembleia da República.

A 29 de Abril, o Governo de Moçambique convoca uma conferência de imprensa no gabinete do Primeiro-Ministro, onde confirma a existência das dívidas ocultas que até então eram propaladas pelos órgãos de informação internacionais. Nesta conferência de imprensa, o governo assume que para além dos 850 milhões de dólares americanos relacionados com a dívida da EMATUM, o Estado moçambicano também foi avalista de outros créditos para as empresas ProIndicus SA no valor de 622 milhões de dólares americanos (553 milhões de euros), Mozambique Assets Management 535 milhões de dólares americanos (476 milhões de euros) e um terceiro crédito envolvendo o Ministério do Interior no valor de 221 milhões de dólares americanos (196 milhões de euros).

Após o reconhecimento oficial por parte do Primeiro-Ministro, agência de notação financeira Fitch desceu o *rating* de Moçambique para CCC, argumentando que a dívida pública do país se havia deteriorado significativamente. Por outro lado, em Moçambique o Ministério Público anuncia uma investigação ao caso das dívidas ocultas.

No dia 23 de Maio de 2016 vence a primeira prestação de uma das empresas beneficiárias do aval do Estado para contrair empréstimo, a Mozambique Assets Management (MAM), prestação avaliada em 178 milhões de dólares americanos, o equivalente a 159 milhões de euros.

¹⁰ Trecho da entrevista de Teodato Hunguana ao jornal O País do dia 22 de Abril de 2016, página 11

A Mozambique Assets Management, tal como a EMATUM, também solicitou junto dos seus credores, banco Credit Suisse e VTB a reestruturação da sua dívida. A reestruturação visava essencialmente alargar os prazos de pagamento da dívida e reduzir significativamente o valores pagos em cada prestação.

Essa pretensão não teve o acolhimento desejado por parte dos credores e acabou agudizando os receios das agências de notação financeira em relação à capacidade de o país pagar as suas dívidas, tendo mesmo a Moody's comunicado a sua pretensão de baixar o *rating* de Moçambique, que na altura na sua avaliação situava-se no nível Caa1, por causa da divulgação dos empréstimos ocultos.

No período em questão o Governo de Moçambique, através do ministro da Economia e Finanças Adriano Maleiane, afirmou que a outra empresa que teve empréstimos avalizados pelo Estado, a ProIndicus, tinha efectuado o pagamento de 24 milhões de dólares americanos aos credores (o equivalente a 21 milhões de euros), referente à primeira prestação do seu empréstimo. Segundo este ministro, para o pagamento desta prestação a empresa recorreu aos fundos próprios, sendo que a próxima prestação vence no ano de 2017 e está orçada em 119 milhões de dólares (105 milhões de euros).

Como se pode depreender, os empréstimos contraídos com o aval do Estado por estas empresas ligadas principalmente aos serviços secretos de Moçambique, e ao Ministério da Defesa Nacional (MDN), implicam em caso de incumprimento das empresas um enorme esforço financeiro por parte do Estado, de modo a honrar o serviço da dívida para com os credores internacionais.

Ademais, desde que foram tornadas publicas as empresas que beneficiaram deste aval do Estado, foi se gradualmente tornando visível a insustentabilidade dos negócios que elas se propuseram realizar no momento da sua constituição.

Os planos de negócios apresentados às instituições credoras, documentos imprescindíveis nestes casos de contração de empréstimo junto de um credor, apresentavam cenários bastante optimistas. Provavelmente os bancos envolvidos nesta operação financeira e com grande experiência neste tipo de negócios terão aprovado a

concessão dos empréstimos sem a respectiva realização de uma *Due Dilligence*¹¹, devido ao facto de o Estado moçambicano aparecer como avalista.

Por exemplo, o plano de negócio¹² da EMATUM previa que a empresa capturasse 200 mil toneladas de atum por ano, o que nas contas da empresa seria o equivalente a 200 milhões de dólares anuais, tendo como principais mercados o continente europeu e asiático. O pagamento dos juros da dívida deveria ser de 260 milhões de dólares americanos por ano, sendo que a dívida seria totalmente amortizada no ano de 2020.

Obviamente que estas perspectivas eram bastante optimistas, se não totalmente insustentáveis, e a realidade prática acabou demonstrando que a empresa não teria capacidade para honrar os seus compromissos com os credores. Ademais, logo nos primeiros anos de actividade a empresa revelou dificuldades sérias em atingir as metas de captura de atum desenhadas no seu plano de negócios. Em 2013 capturando somente 6 mil toneladas e no ano seguinte reportou perdas de mais de 25 milhões de dólares americanos. Em Outubro de 2016 trabalhadores desta empresa levaram a cabo uma greve laboral para reivindicarem dois meses de salários em atrasos.

Foram reportadas anomalias nos barcos da EMATUM, que tiveram que beneficiar de reparações para se adequarem aos barcos de pesca de atum e cumprirem as normas de preservação do peixe, para que este estivesse em condições de ser exportado para os mercados internacionais. Para barcos produzidos por encomenda, com o propósito de pescar atum e tendo como principal mercado a Europa, Estados Unidos de América e Ásia, esses detalhes deveriam ter sido obviamente acautelados no desenho do plano de negócios da empresa.

Estes episódios podem ser reveladores da falta de capacidade por parte desta empresa em conseguir alcançar os objectivos a que se propôs, a quando da sua criação, confirmando que o seu plano de negócios era irrealista. A questão que se poderá colocar

¹¹ A *due diligence* é um processo de investigação e auditoria nas informações de empresas fundamental para confirmar os dados disponibilizados aos potenciais compradores ou investidores.

¹² Plano de Negócio é um documento que descreve os objetivos de um negócio e quais os passos que devem ser seguidos para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas para o empreendedor, empresa ou investidores.

é como é que dois grandes bancos internacionais poderão ter financiado um negócio deste nível sem tomar as precauções necessárias?

Numa recente entrevista a agência de informação Bloomberg o vice-presidente do banco russo VTB, afirmou o seguinte: «*O governo (moçambicano) enganou-nos ao não divulgar as dívidas com garantia estatal contraídas por várias empresas públicas em 2013 e 2014*¹³». Fazendo menção ao facto de o seu banco não ter tido acesso a toda a informação para poder elaborar uma melhor análise sobre os riscos inerentes a este empréstimo.

O que apesar de poder acontecer, não é crível que ocorra, principalmente quando se trata de grandes bancos internacionais que, ao lidarem com mercados emergentes tal como o mercado moçambicano, avaliam todos os potenciais riscos inerentes ao negócio.

Este facto pode ser um indicador de que estes bancos estavam confortáveis com o facto de estes empréstimos serem avalizados pelo Estado moçambicano. Um outro aspecto que não pode ser descurado prende-se com o facto de que no período em que foram contraídos estes empréstimos – entre os anos 2012 à 2014 – Moçambique gozava da fama do novo “*El dourado*” em termos de hidrocarbonetos, mais concretamente do gás natural que despertava a cobiça de grandes multinacionais do sector.

Os preços das *commodities* nos mercados mundiais (incluindo o gás) eram altos, o que possibilitou a corrida desenfreada por parte das companhias de multinacionais das áreas de hidrocarbonetos pela aquisição de blocos para pesquisa e prospecção de gás na bacia do Rovuma no norte de Moçambique, na província de Cabo Delgado. É importante frisar que no ano de 2013 o Estado moçambicano atingiu o recorde em termos de colecta fiscal, através da cobrança dos impostos das mais-valias sobre a venda de activos das multinacionais que operavam na bacia do Rovuma.

Portanto, é possível que perante estes dois factores favoráveis os bancos Credit Suisse e o Vneshtorgbank (VTB), tenham visto uma oportunidade de fazer negócio lucrativo com os empréstimos a estas empresas criadas pelo Estado moçambicano. No entanto, no

¹³ As citações do vice-presidente do banco russo VTB, foram retiradas do site de notícias <http://noticias.mmo.co.mz/2016/10/banco-russo-vtb-mocambique-enganou-nos-no-caso-das-dividas-escondidas.html#ixzz4NVasJgtZ> site consultado no dia 19/10/2016 as 15:07h.

ano de 2014 o cenário favorável mudou completamente, o preço das *commodities* nos mercados internacionais reduziu significativamente, o que de certa forma acabou por refrear os investimentos das grandes multinacionais em Moçambique.

Algumas multinacionais tais como a italiana Ente Nazionale Idrocarburi S.P.A (ENI) e a americana Anadarko, perante a queda dos preços do gás natural nos mercados internacionais, retardaram a aprovação dos seus planos de investimento em Moçambique, que passam pela construção das fábricas de liquificação de gás natural. No início do processo de pesquisa e prospecção de gás natural na bacia do Rovuma, a previsão era que estas fábricas já estivessem construídas e a primeira exportação de gás liquefeito fosse vendida em 2018.

Com o revés nos preços internacionais do gás natural, houve também atrasos nas negociações com os potenciais clientes para o gás proveniente de Moçambique, visto que nesta indústria a obtenção dos contratos de venda (geralmente de prazos, entre 10 e 25 anos) são determinantes para depois as multinacionais irem buscar financiamento para viabilizarem a operacionalização do processo de produção do gás.

As outras grandes companhias, de entre as quais se destaca a Exxon Mobil que antes manifestara o interesse em entrar no mercado moçambicano, também refrearam o seu interesse com a baixa dos preços das *commodities*.

Da EMATUM, afirma-se que, dos 850 milhões de dólares americanos, 350 foram investidos na empresa e 500 milhões para a compra de equipamento militar para o exército.

Mas é importante frisar que ainda há duas outras empresas. A Mozambique Assets Management tem como objectivo social a prestação de serviços multiforme na área petrolífera, mineira e portuária, designadamente a construção de um estaleiro naval em Pemba para manutenção e reparação de embarcações em terra e no mar, doca flutuante, formação do pessoal e assistência técnica. A ProIndicus foi constituída para operar em sistemas integrados de segurança área, espacial, marítima, lacustre fluvial e terrestre. A sua estrutura accionista é composta por GIPS (50%); Monte Binga (50%) ambas propriedades da Defesa e Segurança.

Assim, ambas as empresas foram constituídas em 21 de Dezembro de 2012 com o objectivo de realizar operações de segurança e logística para as grandes multinacionais que irão operar na bacia do Rovuma e ao largo da costa moçambicana, na exploração das reservas de gás natural. Contudo elas tiveram acesso aos empréstimos para a sua constituição baseando-se no pressuposto que as companhias multinacionais iriam contratar os seus serviços de segurança marítima e logística, contratos que nunca chegaram a ser rubricados.

Com o cenário acima descrito, o pagamento do serviço da dívida para estas empresas tornou-se uma miragem, porque parte considerável dos pressupostos que nortearam a constituição das mesmas, correspondente a factores externos, se tinha alterado substancialmente e mesmo os factores internos – leia-se os factores que elas podiam controlar, mais concretamente o seu plano de negócios – também tinham sido concebidos tendo em conta cenários demasiadamente optimistas.

Esta situação conduziu ao incumprimento do serviço da dívida por parte das 3 empresas, sendo que a EMATUM ainda conseguiu negociar com sucesso a reestruturação da dívida. Segundo os documentos oficiais do governo, esta reestruturação possibilitou o seguinte: *«A reestruturação da dívida teve os seguintes impactos:*

- *Maior transparência na gestão do título colocado no mercado de capitais internacional;*
- *Extensão do prazo de pagamento de 5 para 7 anos (ate 2023) com pagamento anual de juros e amortização do capital no final do sétimo ano;*
- *Redução do serviço da dívida de cerca de 200 milhões de dólares por ano para 78 milhões de dólares de juros;*
- *Mudança da taxa variável de Libor+ 6.5% para uma taxa fixa de 10,5% ano, sem garantia de outras instituições financeiras multilaterais;*

- *Incorporação da prestação que seria paga em Setembro próximo no novo capital em dívida agora de 726 milhões de dólares com início de pagamento em Março do próximo ano¹⁴».*

A Mozambique Asset Management e a ProIndicus não conseguiram chegar a acordo com os credores de modo a reestruturar as suas dívidas e o Estado, tal como no caso da EMATUM, tem que assumir o seu papel de avalista.

“Se considerarmos os dados preliminares do serviço da dívida de 2015, o serviço da dívida externa mais do que quintuplicou em resultado do pagamento da primeira *tranche* da EMATUM em Setembro e Outubro de 2016. Nestes meses o serviço da dívida foi cerca de 126 milhões de dólares americanos e 78 milhões, respectivamente, valor que transcende o total de serviço de dívida pública externa pago em 2014. (Banco de Moçambique, 2015 in Chivulele 2016:118)”.

Como se pode depreender, o serviço da dívida por causa dos empréstimos avalizados pelo Estado para estas empresas, constitui um enorme esforço financeiro num contexto de retração do investimento directo estrangeiro no sector extractivo, devido ao baixo preço das *commodities* no mercado mundial, o que implica menor entrada de divisas para o país.

Nos capítulos anteriores, fez-se menção ao facto de a economia de Moçambique ter dois principais vectores, por um lado o investimento directo estrangeiro concentrado essencialmente no sector extractivo e aqueles directamente ligados ao mesmo e, por outro lado, a ajuda pública ao desenvolvimento, que é disponibilizada nas mais diversas formas, desde o apoio directo ao orçamento, apoios sectoriais, financiamento de projectos, etc.

A descoberta das dívidas ocultas que foram contraídas sem o aval da Assembleia da República e foram escondidas a instituições tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e aos parceiros de apoio programático, criou por parte destes últimos

¹⁴ Informação sobre a dívida pública, intervenção de Sua Excelência, Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças, 8 de Junho de 2016, documento disponível em <http://www.mpd.gov.mz/index.php/documentos/sala-de-imprensa/discursossala-1/983--98/file> site consultado no dia 21 de Outubro de 2016

um sentimento de profunda desconfiança em relação ao uso dos fundos que estes países alocam ao orçamento do Estado.

Com receio de que os fundos por si canalizados ao orçamento do Estado fossem canalizados para o pagamento do serviço da dívida, os parceiros de apoio programático suspenderam a ajuda ao orçamento até que fossem esclarecidos os contornos desta operação financeira, exigindo por conseguinte uma auditoria forense a todos este processo de contração das dívidas.

Ora a redução do investimento directo estrangeiro e a suspensão da ajuda financeira ao orçamento do Estado criaram a combinação perfeita para que as finanças públicas do país entrassem numa crise de liquidez e se instalasse uma inflação descontrolada. Esta é agravada pelo facto de parte considerável dos bens alimentares, combustíveis e a maioria dos bens, serviços e materiais necessários para o funcionamento de outros sectores de actividade serem todos eles importados.

A moeda moçambicana (o Metical) deprecizou-se em mais de 50% em relação as principais moedas de troca no mercado moçambicano, o dólar americano, o euro e o rand sul-africano, encarecendo o custo de vida nas principais cidades do país.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) condicionava a retoma das conversações para um novo programa de ajuda financeira à realização de uma auditoria internacional forense, para perceber onde foi parar o dinheiro da contração destas dívidas. Este posicionamento do FMI era também apoiado por todos os parceiros de apoio programático, bem como, alguns dos principais doadores bilaterais, tais como os Estados Unidos da América

Perante a pressão do FMI, dos doadores, da sociedade civil e mesmo dentro do partido Frelimo, o Ministério Público anuncia uma investigação às dívidas ocultas. Devido à pressão interna e externa que esse assunto vinha suscitando a maioria parlamentar do partido Frelimo, na Assembleia da República, acabou por ceder a pressão da oposição, constituindo uma comissão parlamentar para averiguar a situação da dívida pública. Segundo a Resolução nº16/2016 esta comissão tinha competências para apurar:

A observância da legalidade na contração da dívida pública, o montante da dívida, a finalidade dos empréstimos, as instituições credoras dos empréstimos, os valores dos

empréstimos, os objectivos dos empréstimos, a aplicação dos fundos dos empréstimos, os juros cobrados, o prazo da amortização, as garantias do Estado, a natureza da dívida, a sustentabilidade da dívida, a natureza jurídica das empresas envolvidas, os níveis de receitas previstas no projecto e avaliação realística do seu cumprimento, o estatuto e estrutura accionista das empresas Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), Mozambique Assets Management (MAM) e ProIndicus, os estudos de viabilidade económica e financeira das empresas cujos créditos beneficiaram das garantias do Estado, o valor total da dívida pública do Estado moçambicano, arrolado de modo global a dívida externa e interna, o acto do Conselho de Ministros ou do órgão competente que aprovou a constituição das empresas, contração dos empréstimos e emissão das garantias do Estado.

Os termos de referência da auditoria internacional à dívida pública foram concebidos pela Procuradoria-Geral da República de Moçambique, Fundo Monetário Internacional (FMI) e a embaixada da Suécia em Moçambique. Concluindo o processo de desenho dos termos de referência da, o concurso internacional foi lançado, tendo o concurso sido adjudicado à empresa inglesa Kroll, Inc., uma empresa especializada em auditoria forense, que tinha um prazo de 90 dias para apresentar um relatório detalhado deste processo de contracção das dívidas ocultas.

Entretanto, no dia 25 de Outubro de 2016, o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, teve um encontro em Londres com os principais credores. Nessa reunião o ministro moçambicano assume a incapacidade total e completa do país em honrar com os pagamentos das dívidas ocultas, salientando que a dívida pública iria chegar a 130% do Produto Interno Bruto (PIB) até final do ano de 2016.

Esta visita do ministro da Economia e Finanças de Moçambique a Londres visava também conseguir uma segunda reestruturação da dívida da empresa EMATUM. Contudo, os credores que controlam mais de 60% dos títulos da dívida desta empresa mostraram-se reticentes quanto a esta pretensão, pretendendo renegociar a dívida após a divulgação dos resultados da auditoria internacional.

«Contudo, GGMB e os seus membros são da visão firme de que dadas as actuais circunstâncias em que há informações ambíguas e incompletas (por parte do Governo moçambicano), é prematuro começar as negociações nesta altura¹⁵».

Este grupo de credores, com vista a salvaguardar os seus interesses face ao manifesto incumprimento do Estado moçambicano, decidiu formar um grupo denominado Global Group of Mozambique Bondholders (the GCMB) que tem como objectivo manter um diálogo com o governo de Moçambique.

Durante os meses de Outubro e Novembro de 2016, os sinais da deterioração das finanças públicas do país, já eram mais do que evidentes. Salários dos funcionários públicos eram pagos com atrasos, o bónus, subsídios e horas extras eram retirados de modo a que houvesse cabimento orçamental para se poderem efetuar pagamentos a quase todos os funcionários públicos. Algumas empresas públicas e privadas viram-se na contingência de ter que anunciar aos seus funcionários que não iriam auferir o décimo terceiro mês de salário, como era habitual.

Por parte do Banco Central, havia um maior controlo sobre a circulação da massa monetária e principalmente sobre as divisas, o que fez com os bancos comerciais impusessem restrições ao levantamento de moeda estrangeira aos seus clientes. Os clientes não podiam levantar mais de 500 dólares americanos em alguns dos principais bancos a operar no país, tal como o Standard Bank. Os outros bancos que não impuseram restrições simplesmente não tinham divisas, ou os clientes tinham que solicitar com alguma antecedência.

Este facto fez com que o negócio de moeda estrangeira nos bancos comerciais, envolvendo funcionários bancários e os seus clientes, aumentassem significativamente. O Metical (a moeda moçambicana) depreciou-se significativamente em relação às moedas de referência, tal como o Dólar americano, o Euro e o Rand sul-africano. A título de exemplo, se em Dezembro de 2014, 1 dólar americano era trocado ao câmbio de 33 Meticais, em Novembro de 2016, 1 dólar americano equivalia a 77 Meticais.

¹⁵ Jornal Savana do dia 11 de Novembro de 2016, edição nº1192, página 4.

A derrapagem do Metical face as principais moedas de referência tem implicações sérias na actividade económica do país, tendo em conta o facto de Moçambique ser um país que exporta matéria-prima e importa a quase totalidade dos bens de consumo.

Ainda neste período, dois bancos com capitais maioritários moçambicanos apresentaram graves problemas financeiros. O Moza Banco, que era considerado o quinto maior banco a operar no país, foi intervencionado pelo Banco Central. O Nosso Banco¹⁶ um banco com menor dimensão foi encerrado.

O Banco de Moçambique, no comunicado que elaborou para informar ao público sobre a extinção do Nosso Banco, afirmava que a situação financeira e prudencial do banco estava em contínua degradação, ou seja, o banco enfrentava uma fraca capitalização, uma estrutura económico e financeira insustentável e graves problemas de liquidez e de gestão.

As taxas de desemprego aumentavam consideravelmente e o sector privado que vive basicamente dos negócios que tem com o Estado, via esta sua principal fonte de negócios, a cancelar vários contratos ou simplesmente não pagar, o que comprometia a saúde financeira dessas empresas.

Aliada a este facto, o país ainda se deparava com uma tensão político-militar – conflito militar de baixa intensidade - cujos intervenientes são o governo de Moçambique liderado pelo partido Frelimo e o maior partido da oposição a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Este conflito fazia-se sentir no centro e norte do país,

¹⁶ A estrutura accionista de O Nosso Banco era composta pela Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) que detinha 78,5% do capital social, Electricidade de Moçambique (EDM) com 12,72%, a SPI Gestão e Investimentos S.A.R.L empresa ligada ao partido Frelimo controlava 4,21%, Alfred Kaliza um cidadão ruandês que vive em Moçambique e tem negócios com elementos da elite política do partido Frelimo tinha 2,1%, Pedro Taímo com 0,74%, Alberto José de Nascimento Chissano 0,74%, FOCUS 21 empresa da família do antigo Presidente da República, Armando Guebuza com 0,74%, Sogesta – Sociedade Moçambicana de Gestão de Investimentos, Lda com 0,16%, António Albano Silva esposo da antiga primeira-ministra de Moçambique, Luísa Diogo com 0,11%, Teodato Hunguana membro do comité central do partido Frelimo e Presidente do Conselho de Administração da companhia de Telemóveis Moçambique Celulares e um dos mais críticos membros do partido a governação de Armando Guebuza com 0,11%, Deolinda Langa 0,11%, Mariano Matsinhe veterano da Luta de Libertação Nacional e antigo ministro do Trabalho do Governo de Samora Machel com 0,07%, Filor Nassone com 0,05% e Vicente Mebunia Veloso antigo presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Moçambique e actualmente desempenha o cargo de embaixador de Moçambique no Malawi com 0,05%.

provocando a fuga das populações das áreas afectadas, e sérias restrições na actividade económica.

Portanto, se no meio rural, principalmente nas províncias do centro e norte do país, as populações eram afectadas pela tensão político-militar que não deixa que elas desenvolvam normalmente as suas vidas e actividade produtiva e económica, no meio urbano, onde se concentram as pessoas com o nível educacional mais elevado e que possuem empregos formais (muitos deles na função pública, empresas públicas ou participadas pelo Estado ou então no sector privado que vive a custa do Estado), o dilema reside na profunda crise económica que fez com que o nível de vida destas pessoas se deteriore significativamente.

Para este grupo de cidadãos, que vivem no meio urbano, a crise financeira causada pela descoberta das dívidas ocultas é um motivo de descontentamento social, que não é manifestado publicamente pela maioria das pessoas por receio de represálias, mas que nos círculos privados e nas redes sociais é motivo de uma cada vez maior contestação ao poder político, principalmente à figura do anterior Presidente da República, Armando Guebuza.

Neste período, devido à comissão de inquérito à dívida pública que estava a ser realizada pela Assembleia da República, e ao início da auditoria internacional, alguns dos documentos ligados a toda operação financeira da contração das dívidas ocultas começam a tornar-se de domínio público. Nas redes sociais, principalmente no Facebook e Whatsapp, passam a circular fotografias de partes dos documentos que demonstram quem são os indivíduos que assinaram os contratos. Alguns órgãos de informação privados e organizações da sociedade civil também acedem a partes ou a totalidade destes arquivos documentais.

É assim que gradualmente começa a ser possível compreender não só quem esteve a frente de todo o processo, mas também, quem são os indivíduos que estão à frente das empresas que beneficiaram do aval do Estado para contrair estes empréstimos.

Este facto ajuda a perceber quem foram os principais beneficiários de todo este processo. Beneficiários na medida em que vieram ao público notícias que confirmam que houve pagamento de comissões acima do normal para este tipo de negócios,

havendo também indícios de sobrefaturação dos equipamentos adquiridos, o que pode indicar que parte considerável do dinheiro foi redistribuído entre um grupo de indivíduos que tiveram por dentro de todo o processo.

O facto de FMI e os parceiros de cooperação internacional, com maior destaque para aqueles que prestam apoio ao Orçamento de Estado, exigirem a realização de uma auditoria forense internacional a todo este processo, reforça as fortes suspeitas que houve aproveitamento de toda esta operação financeira para o enriquecimento ilícito de um grupo de indivíduos.

Segundo notícias veiculadas pelos jornais privados moçambicanos, citando documentos destas empresas a que tiveram acesso, e notícias veiculadas pela agência de informação Reuters, o Estado moçambicano pagou em comissões aos bancos envolvidos neste negócio cerca de 72 milhões de dólares americanos, divididos em 37.1 milhões de dólares americanos para o empréstimo da EMATUM e 35 milhões de dólares americanos para o empréstimo da Mozambique Assets Management (MAM). Este montante foi pago de modo acelerar a aprovação do empréstimo por parte dos bancos envolvidos nestas transacções.

«Segundo o relatório, na sua página 16, no segundo desembolso foram deduzidos 37,1 milhões de dólares para o pagamento de comissão aos facilitadores, ou seja, aos que arranjaram e geriram o processo. O banco usado nessa transacção, para além do “Credit Suisse”, que emprestou o dinheiro, foi o banco inglês “CitiBank N.A, London Branch”, apontado no relatório de contas da EMATUM como agente de pagamento¹⁷».

«Segundo a agência britânica Reuters, Moçambique pagou 35 milhões de dólares americanos à cabeça, em “taxas de arranjo” (ou comissões) para ter acesso ao empréstimo de 500 milhões de dólares americanos junto do banco russo VTB Bank Moscovo. A Reuters diz que a taxa de comissão paga (cobrada) de 7.4% é várias vezes superior ao que os banqueiros cobram em situações similares. Segundo aquela agência britânica, o máximo que se cobra tem sido 1% ou 2% na pior das hipóteses. “Se é um

¹⁷ Jornal Canal de Moçambique, do dia 22 de 2016, pág. 2

crédito muito complicado, você pode empurrá-lo até 2%, “ disse um dos banqueiros, citado pela Reuters¹⁸».

De acordo com o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o actual ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Salvador Mtumuke, afirmou que não recebeu nenhuma guia de entrega referente aos activos militares adquiridos pela EMATUM no valor de 500 milhões de dólares americanos. Tendo a CPI chegado a conclusão que as entidades inquiridas, exceptuando o então Presidente Armando Guebuza, o então ministro da Economia Manuel Chang e o presidente do conselho de administração das três empresas envolvidas EMATUM, MAM e ProIndicus, demonstraram aos olhos da CPI, falta de um conhecimento profundo dos contornos dos empréstimos, não tendo, por isso, «dado respostas profundas que pudessem ajudar a Comissão a obter informações esclarecedoras sobre a dívida pública relativa a estas empresas¹⁹».

A falta de transparência em todo este processo, que culmina com a criação de empresas em que o Estado aparece como avalista, aliada a ausência de comunicação à Assembleia da República sobre as operações financeiras em que o Estado iria envolver-se e as implicações das mesmas para as finanças públicas, acrescido do facto de se perceber que a maior parte do montante contraído nestas dívidas não foi aplicado nessas empresas, consolida a percepção no imaginário social de que esta não foi mais do que uma operação em que o Estado foi usado como instrumento de viabilização da acumulação de capital por parte de um grupo da elite política moçambicana.

6.2 A crise da dívida pública e o seu impacto na coesão interna da elite do partido Frelimo

«We must all hang together, or assuredly we shall all hang separately» - Benjamin Franklin

Quando as primeiras notícias sobre as dívidas ocultas começaram a surgir na imprensa internacional e foram reproduzidas pelos órgãos de informação moçambicanos, a

¹⁸ Idem

¹⁹ Trechos extraídos do site <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/11411713122016190637.html> consultado no dia 9 de Dezembro de 2016.

sociedade moçambicana reagiu com alguma surpresa e estupefação. Porém, para surpresa de muitos, dentro da elite política do partido Frelimo surgiram algumas das vozes mais críticas a todo este processo de contracção ilegal das dívidas, sem o consentimento de órgãos soberanos como Assembleia da República e violando a Constituição da República.

Fazendo um enquadramento das críticas públicas de proeminentes figuras do partido Frelimo, a todo este processo é possível descortinar a segunda fase do social drama de Vitor Turner (1957). Segundo o autor esta fase é caracterizada por:

«Following breach of regular social relations, a phase of mounting crisis supervenes, during which, unless the conflict can be sealed off quickly within a limited area of social interaction, there is a tendency for the breach to widen and extend until becomes co-extensive with some dominant cleavage in the widest set of relevant social relations to which the conflicting parties belong. The phase of crisis exposes the pattern of current factional struggle within the relevant social group, be it village, neighbourhood or chiefdom; and beneath it there becomes visible the less plastic, more durable, but nevertheless gradually changing basic social structure, made up of relations which are constant and consistent (Turner, 1957:91)».

O manifesto desagradado de uma parte dos membros preponderantes do partido pode ser percebido como um forte indicador de um dos principais argumentos que temos vindo a defender ao longo deste trabalho, o argumento de que estamos em presença de um grupo ou partido que não tem um “*BIG MAN*”, havendo isso sim, a coexistência de vários “*Patrões*” com as suas respectivas redes clientelares e que, consoante os assuntos ou rendas em disputas, podem haver alianças estratégicas entre determinados “*Patrões*” para se alcançar o objectivo em causa, sem que isso signifique necessariamente a constituição de uma aliança permanente.

Ao analisar-se quem são os intervenientes directamente implicados em todo o processo de contracção das dívidas ocultas (e por intervenientes directamente implicados, entenda-se, o antigo Presidente da República Armando Guebuza; o então ministro das Finanças, Manuel Chang, que assinou as garantias soberanas do Estado dando o aval para a constituição dos empréstimos por parte destas empresas; o então ministro da Defesa Nacional e actual Presidente da República, Filipe Nyusi, pois parte considerável

do dinheiro destas dívidas ocultas, segundo informações oficiais do Governo moçambicano, foram usados para aquisição de equipamento militar; o director dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE) Gregório Leão, pois os serviços secretos de moçambique fazem parte da estrutura accionistas destas empresas; o presidente do conselho de administração da EMATUM, ProIndicus e MAM, António Carlos do Rosário; e o grupo de generais que fazem parte da estrutura dos órgãos sociais das empresas que fazem parte da estrutura accionista da EMATUM, Mozambique Assets Managements (MAM) e ProIndicus), pode-se compreender que estas operações financeiras tiveram o envolvimento do anterior Presidente da República e de um conjunto de indivíduos próximos a si, a maior parte deles ligados aos serviços de inteligência do Estado e às forças armadas, incluindo o actual Presidente da República.

A EMATUM, que foi a primeira das empresas cuja contração da dívida foi tornada pública, tem a sua estrutura accionista composta em: 34% pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE), detido em 100% pelo Estado moçambicano. Um segundo sócio é a Empresa Moçambicana de Pescas (Emopesca) com 33%. A Emopesca é detida em 80% pelo Estado moçambicano e 20% pertencem ao Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP) que é uma instituição controlada em 100% pelo Estado moçambicano. Por fim, os restantes 33% da EMATUM são detidos pela Gestão de Investimentos, Participações e Serviços (GIPS), detida pela SERSSE que são os serviços sociais dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE), designação dos serviços secretos de Moçambique.

No que diz respeito à ProIndicus, a Monte Binga S.A detém 50% das acções. A Monte Binga é detida em 100% pelo IGEPE, mas a sua gestão está a cargo do Ministério da Defesa Nacional de Moçambique - contudo, já foi detida em 50% pelo Ministério da Defesa Nacional e os restantes 50% na posse de um grupo de generais ligados a luta de libertação nacional de Moçambique. Os restantes 50% do capital social da ProIndicus são controlados pela Gestão de Investimentos, Participações e Serviços (GIPS), sociedade que é controlada na totalidade pelo SERSSE, os serviços sociais do SISE.

Finalmente, a Mozambique Assets Management (MAM), é controlada em 98% pelo Gestão de Investimentos, Participações e Serviços (entidade controlada pelos Serviços Secretos moçambicanos), a 1% pela EMATUM e 1% pela ProIndicus.

Como se pode depreender, a estrutura accionista destas empresas é bastante peculiar, tendo elas com o denominador comum a forte presença dos serviços secretos e do sector de defesa na composição da estrutura accionista.

A própria composição dos órgãos sociais destas empresas e das empresas que participam da sua estrutura accionista, revelam os nomes de um conjunto de generais influentes do exército moçambicano, alguns no activo e outros na reserva. São exemplos o Major General na reserva Salésio Teodoro Nalyambipano que faz parte do Conselho Fiscal da ProIndicus SA, ou o Tenente General na reserva Pedro Gaivan Odallah que, até a sua morte em Dezembro de 2015, ocupava o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da ProIndicus SA.

Os órgãos sociais da Monte Binga SA, detentora de 50% do capital da ProIndicus SA, encontram-se quase todos ocupados por altas patentes do exército moçambicano, sendo que um dos mais influentes é o general do exército na reserva, Lagos Lidimo, que é o Presidente da Assembleia-Geral desta empresa. O cargo de presidente do Conselho Fiscal que é ocupado pelo general na reserva Mateus Ngonhamo e o cargo de presidente do conselho de administração é ocupado pelo comodoro na reserva António Manuel Pondja.

Alguns dos generais envolvidos neste negócio são também parceiros de negócios do general Alberto Chipande, um dos principais “Patrões” do partido Frelimo e que viu a sua visibilidade e influência política reforçada após ascensão ao poder do actual Presidente da República, Filipe Nyusi. Por exemplo, o general na reserva Lagos Lidimo²⁰ é sócio do general Alberto Chipande numa sociedade denominada Quionga Energia SA, com interesses no sector de hidrocarbonetos.

Tendo em conta a grande influência política que o general e homem de negócios Alberto Chipande tem dentro do partido, acrescido do facto de ele ter sido o primeiro dos “Patrões” do partido aparecer publicamente afirmar que as dividas eram soberanas e o Estado iria trabalhar para pagá-las, pode-se aferir que Alberto Chipande tenha sido um

²⁰ No dia 30 de Janeiro de 2017, o Presidente da República de Moçambique Filipe Nyusi, nomeou o General na reserva Lagos Lidimo para o cargo de diretor-geral do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE).

dos principais beneficiários desta operação financeira - pese embora, o facto de diferentemente dos outros envolvidos, não existir nenhum documento comprovativo dessa suposição e ele, no momento da contração das dívidas ocultas, não ocupasse nenhum cargo no Governo de Armando Guebuza e muito menos nas empresas envolvidas nestes escândalos.

O pressuposto de que houve principais beneficiários em toda esta operação financeira tem a ver com o facto de os créditos solicitados por estas empresas serem demasiado altos para os objectivos que as empresas se propunham realizar. Portanto, houve um claro empolamento dos valores solicitados para a viabilização destes empréstimos, o que pressupõe que houve indivíduos que beneficiaram do remanescente do valor destas operações financeiras que conduziram a contração das dívidas ocultas.

«O Credit Suisse, um dos bancos envolvidos no escândalo dos chamados empréstimos escondidos contraídos pelo Governo moçambicano entre 2013 e 2014, estimou em 372 milhões de dólares americanos o custo de um sistema abrangente de protecção da costa moçambicana, menos de um terço do valor da dívida que acabou sendo contraída pelo executivo de Armando Guebuza, revela a Zitamar News, uma agência noticiosa especializada em temas económicos sobre Moçambique. A projecção inicial das despesas da constituição de um sistema abrangente da costa moçambicana, que tem sido usada como argumento para justificar os empréstimos, consta de um documento confidencial do Credit Suisse, datado de Fevereiro de 2013. No total, o executivo na altura liderado por Armando Guebuza acabou angariando 1.157 mil milhões de dólares americanos para o referido sistema de protecção marítima (empréstimos da ProIndicus e da MAM), sendo que 372 milhões de dólares americanos seriam suficientes para garantir a segurança de uma Zona Económica Exclusiva até 30 milhas náuticas e de toda a linha costeira.²¹».

Estas notícias aumentaram as suspeitas em torno do aproveitamento de toda esta operação para o enriquecimento ilícito dos principais envolvidos. Um dos membros fundadores da Frelimo, Jorge Rebelo, numa entrevista concedida ao jornal Savana fez o

²¹ Jornal Savana, do dia 24 de Junho de 2016, pág.2

seguinte comentário: «... *Há uma forte suspeita de que grande parte desses valores foi parar nos bolsos de alguém. É necessário uma investigação*²²».

Portanto, há fortes indícios que tenham havido indivíduos que arrecadaram enormes quantias em dinheiro em toda esta operação financeira, sendo que o então Presidente da República Armando Guebuza é o rosto mais visível de todo este enredo, tendo em conta a posição que o mesmo ocupava na estrutura administrativa do Estado. Contudo, tendo em conta os valores envolvidos em torno desta operação financeira, e havendo a necessidade de acautelar os seus interesses imediatos e do futuro – entenda-se garantia dos seus direitos de propriedade e dos seus familiares directos e evitar futuras acusações judiciais – o processo de escolha dos beneficiários directos da redistribuição desta renda, tomou provavelmente em consideração a posição estratégica de cada um destes beneficiários e a capacidade dos mesmos defenderem os interesses deste grupo, específico, em caso de necessidade.

Num contexto como o moçambicano, a imunidade alcança-se através de alianças estratégicas com os indivíduos certos que possam garantir a segurança da integridade física, dos bens patrimoniais e direitos contratuais. Provavelmente, é devido a este facto que esta operação foi realizada em estrita colaboração com as mais altas figuras do sector securitário do Estado, pois estes controlam a polícia, o exército e a contrainteligência, permitindo por conseguinte abafar qualquer tipo de motim popular ou reivindicações de outros grupos da sociedade e mesmo dentro do partido.

Mas para que esta aliança estratégica tivesse o êxito necessário, era fulcral que a mesma fosse construída com as figuras de topo deste sector securitário. Pois são estes que detém o controlo do sector e mais facilmente podem manipulá-lo em seu favor.

Partindo desse pressuposto e tendo em conta o facto que temos vindo a mencionar ao longo deste estudo, mais concretamente, a essência da Frelimo que é um partido que nunca se deixou dominar por apenas um único “*BIG MAN*”, havendo pelo contrário vários principais *Patrões* com as suas respectivas redes clientelares e que se aliam ou lutam entre si consoante os interesses em disputa, é crível que para esta operação

²² Afirmações de Jorge Rebelo, fundador da Frelimo e Secretário do Trabalho Ideológico no Governo de Samora Machel, entrevista no Jornal Savana, do dia 27 de Maio de 2016, pág. 2

Armando Guebuza tivesse que se juntar a um desses grandes “*Patrões*”, de modo a garantir a sua sobrevivência no caso de descoberta destas dívidas ocultas, o que realmente veio a suceder.

Os pronunciamentos públicos do general na reserva, Alberto Chipande²³ (que é membro da Comissão Política do partido Frelimo, deputado da Assembleia da República e empresário com interesses em quase todos os sectores de actividade, e um dos principais *Patrões* do partido Frelimo), logo após a descoberta das dívidas, afirmando que as dívidas eram soberanas e o Estado deveria arranjar formas de pagá-las, podem ser um indicador que um dos principais aliados de Armando Guebuza neste processo tenha sido este general, cuja sua influência neste momento parte da Presidência da República, passando pelo parlamento, controlando algumas alas dentro do partido e dominando o sector da defesa nacional.

Um ex-ministro entrevistado para os efeitos deste trabalho, no dia 17 de Agosto de 2016, fez o seguinte pronunciamento: «*O camarada Chipande é uma pessoa bastante directa e frontal, é daqueles indivíduos que não consegue ser politicamente correcto, por vezes as suas declarações acabam embaraçando o próprio partido. Isto para dizer que se ele não estivesse envolvido neste caso, se não tivesse comido, usando a gíria popular, ele iria fazer um barulho enorme para embaraçar o camarada Presidente Guebuza e todos os implicados. Por isso as suas declarações logo após as descobertas destas dívidas só confirmam a minha convicção de que ele também foi um dos beneficiários de toda esta operação. E acho que o camarada Presidente Guebuza sabia bem disso por isso dividiu com ele*».

A percepção de que houve beneficiários directos em todo este processo, obviamente que cria ressentimentos, junto dos outros “*Patrões*”, como também por parte dos membros do partido que foram excluídos da partilha desta grande “*bolada*”. Isto principalmente

²³ Nas conversas informais nas instituições públicas, empresas, cafés e mesmo ao nível da sociedade civil, Alberto Chipande é tido como o verdadeiro Presidente da República, no actual governo liderado pelo Presidente Filipe Nyusi. Havendo relatos de membros do partido que indicam que Nyusi foi sua escolha pessoal, porque na hierarquia de sucessão ao cargo de Presidente da República, após a saída de Armando Guebuza, Chipande deveria sucedê-lo, contudo este preferiu apontar Nyusi, que é tido como seu sobrinho para além de ser do mesmo grupo étnico, os makondes. Chipande é conhecido como o homem do primeiro tiro, o tiro que iniciou a luta de libertação nacional de Moçambique contra o colonialismo português, também foi o primeiro Ministro da Defesa após a independência de Moçambique.

devido aos valores envolvidos, valores extremamente exorbitantes para aquilo que é a economia moçambicana, e mesmo ao nível mundial. Afinal de contas, trata-se de empréstimos na ordem dos dois mil milhões de dólares americanos.

As declarações públicas e mesmo artigos de opinião nos principais órgãos de informação privados, por parte de proeminentes membros do partido e mesmo de alguns “*Patrões*” demonstram claramente a perplexidade e o desagrado com as informações que eram veiculadas em relação aos empréstimos contraídas pelo governo do então Presidente da República, Armando Guebuza. Com o decorrer do tempo, os discursos inflamados dos indivíduos acima mencionados ganhavam simpatias junto de outros grupos ou extractos sociais.

As afirmações de Jorge Rebelo na entrevista concedida ao jornal Savana do dia 27 de Maio de 2017, confirmam o estado de espírito de parte dos membros influentes do partido Frelimo, ao se inteirarem do escândalo das dívidas ocultas. O repórter deste jornal perguntou ao ilustre membro do fundador da Frelimo, o seguinte: *«Já que a figura que dirigia o país na altura em que o país se endividou é histórica na Frelimo, participou na luta armada de libertação nacional, é um camarada das trincheiras, a sua possível penalização não pode criar ruptura no seio da Frelimo?»*.

A esta questão, Jorge Rebelo, respondeu nos seguintes termos: *«É previsível que provoque ruptura, porque Guebuza tem muitos apoiantes nos vários níveis da governação, que ele colocou lá e que beneficiavam da ligação com ele. Creio que é por isso que o governo actual insiste em assumir a responsabilidade pelos desmandos do governo de Guebuza, e recusa responsabilizá-lo. A minha opinião é: se a ruptura acontecer, que venha. Preparemo-nos para enfrentá-la. Somos a maioria, uma maioria consciente, engajada e não comprometida com interesses sórdidos. Um fenómeno que me deixa intrigado: como foi possível que um camarada, que deu provas de nacionalismo e patriotismo, a certa altura se deixe dominar pela ganância e desgrace o seu país e o seu povo? Estes apetites já existiam nele quando se engajou na luta, ou surgiram mais tarde? Não sei a resposta. Mas em certa medida nós próprios somos responsáveis, por não termos reagido quando começámos a detectar esses comportamentos. Por medo, estávamos sempre a elogiá-lo e a considerar certo tudo o que ele fazia. Até encorajávamos. Por exemplo, considerávamos normal e desejável que*

a nossa televisão transmitisse constantemente, de hora em hora, programas de elogio ao chefe: “as realizações de Armando Emilio Guebuza” está ainda fresca na nossa memória. Ou a transmissão em directo da festa do seu aniversário pela TVM, durante 7 horas seguidas. Para alimentar o ego insuflado do chefe. Preocupa-me notar que alguns de nós estamos a fazer o mesmo com o Presidente Nyusi. Ouvimos frequentemente elogios como - “sob a sua sábia direcção, o nosso país avança rumo a um progresso nunca sonhado”, etc. Esta era uma ladainha obrigatória no reinado de Guebuza. Qualquer ser humano, ao ouvir estes elogios constantemente repetidos, tende a acreditar e a considerar-se infalível. Torna-se arrogante e não aceita ser criticado. Espero que o Presidente Nyusi tenha o bom senso suficiente para não se deixar influenciar²⁴».

Figuras como Jorge Rebelo, constituíam a voz da indignação de largos extractos da sociedade que devido ao medo ou receio de represálias, não manifestavam publicamente o seu desagrado com a situação que o país atravessava. O alastramento deste tipo de críticas internas as lideranças do partido poderiam começar a representar um perigo real de o partido no poder perder as suas bases de apoio, principalmente no meio urbano, o que eventualmente poderia culminar com a perda de futuras eleições.

Na eventualidade disso ocorrer, há muito mais a perder para todos do que a amarga certeza de que houve um pequeno grupo que comeu o bastante sem se preocupar em dividir para com os demais.

É assim que, volvidos algumas semanas após o impacto inicial das notícias sobre os empréstimos concedidos sem o aval do Estado, alguns membros proeminentes do partido Frelimo, parte deles que dias antes fizeram pronunciamentos bombásticos, começaram a ter um discurso mais moderado.

Esta mudança radical nos pronunciamentos destes influentes membros do partido enquadra-se na terceira fase do “social drama” de Vitor Turner (1957) em que o actor preconiza o seguinte:

²⁴ Entrevista de Jorge Rebelo, no jornal Savana, do dia 27 de Maio de 2016, pág. 4

«in order to limit the spread of breach certain adjustive and redressive mechanisms, informal or formal, are speedily brought into operation by leading members of the relevant social group. These mechanisms vary in character with such factors as the depth and social significance of the breach, the social inclusiveness of the crisis, the nature of the social group within which the breach took place and the degree of its autonomy with reference to wider systems of social relations. They may range from personal advice and informal arbitration, to formal juridical and legal machinery, and, to, resolve certain kinds of crisis, to the performance of public ritual. (Turner, 1957: 91 e 92)».

É o que se pode depreender do pronunciamento da senhora Graça Machel: «*Nós, neste momento, não sabemos a totalidade da dívida que temos. Eu penso que o primeiro passo é o conhecermos o volume da dívida, em que condições ela foi feita, para se poder decidir como se vai lidar com ela. O que é preocupante de facto é que o país saiu do lugar de exemplo que era há um mês e agora, as notícias do mundo dizem que Moçambique é o pior exemplo em matéria de contrair e gerir a dívida (...) Penso que é preciso apostar na produção interna*²⁵».

Nas páginas anteriores, apresentámos uma declaração da senhora Graça Machel em que de forma veemente ela afirmava que ela, os seus filhos, netos e a sua família nunca iriam pagar esta dívida. Depois da posição radical do início, o pronunciamento do parágrafo anterior demonstra alguma moderação nas suas posições.

Os pronunciamentos do antigo ministro das finanças e membro do Comité Central do partido Frelimo, Tomaz Salomão vão de encontro ao argumento acima exposto, como se pode depreender: «*O importante é saber, qual é a natureza, a sustentabilidade e o conteúdo dessa dívida pública. Aquilo que os privados fazem são responsabilidades deles, eles que tratem isso com os bancos, etc. Mas, o que interessa aqui é melhorar a gestão da dívida pública. Pode estar dentro dos parâmetros, mas isso não quer dizer que seja sustentável para uma economia frágil como a nossa. É preciso reduzir o défice orçamental do Estado com base nas receitas que nós cobramos*²⁶».

²⁵ Depoimentos da Senhora Graça Machel in Jornal o País, dia 22 de Abril de 2016, pág.10

²⁶ Idem

O antigo Presidente da República, Joaquim Chissano, sobre este assunto fez o seguinte pronunciamento: *«Há dificuldades da parte económica que foram criadas por um, não sei como dizer - porque são questões ainda em investigação e não gosto de pôr rótulos às coisas. Talvez o máximo que posso dizer é que houve um deslize ou inadvertência, ou qualquer coisa, que criou problemas de desconfiança dos doadores, das instituições de Bretton Woods, o que cria também uma tensão no país. Estes assuntos devem ser encarados com muita paciência e com vontade de trazer soluções mais do que apenas castigos, de forma a ultrapassar-se esta fase, seguindo para uma nova actividade positiva²⁷»*.

Como se pode depreender, através das declarações de membros influentes do partido Frelimo, a crise das dívidas ocultas que Moçambique atravessa, trouxe à tona os problemas vividos pela sua elite política. Parte desses problemas estão ligados às suas fontes de renda, aos desafios para a sua sobrevivência e reprodução, as clivagens e divisões deste grupo privilegiado.

Num contexto de crise financeira profunda como o que Moçambique está atravessar, os mais pobres e vulneráveis são aqueles que mais sofrem; contudo a elite política e empresarial também vê parte considerável das suas fontes de renda a reduzirem consideravelmente, porque obviamente a economia já não produz o mesmo nível de oportunidades que tinha outrora.

Este facto faz com que as oportunidades de extrair rendas, se tornem diminutas. Por exemplo o plano de austeridade que o Governo teve que implementar de modo a sanear as finanças públicas implicou a redução nos concursos de *procurement* público do Estado, sendo que a redução destes concursos implicou a retração de oportunidades de negócios para as empresas da elite político-empresarial.

«Besides idiosyncratic personal motives, however, systematic reasons related to the state of the economy also might inspire splits from the ruling party. A declining economy surely results in a smaller pie of spoils for regime elites to divide amongst themselves. The loss of patronage that comes with poor economic performance might

²⁷ Extractos dos depoimentos do antigo Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, extraídos do Jornal Savana do dia 1 de Julho de 2016, pág.3.

lead elites to reevaluate the value of remaining within the hegemonic party. In addition, hard times may lead to policy disagreements over how to halt the economic decline. Recall that the leaders of the *Corriente Democrática*, which launched Cardenas' challenge, in Mexico were left wing members of the PRI who disagreed with President Miguel de la Madrid's attempts to liberalize trade and reduce state involvement in the economy as solutions to the economic downturn. Particularly if change is difficult to enact from within the party, the incentives to exit the party become stronger (Ghandi and Reuter, 2007:8)».

No capítulo anterior fez-se menção ao facto de o sector imobiliário ser um dos sectores estratégicos para a sobrevivência da elite política e empresarial moçambicana, sendo proprietários de apartamentos e vivendas nas zonas nobres das principais cidades do país, principalmente Maputo onde cobram rendas que oscilam entre 1.500 e 15.000 dólares americanos.

A crise económica que o país atravessa desde a segunda metade do ano de 2015 reduziu drasticamente o número de expatriados que viviam no país. Consequentemente, o preço inflacionado das rendas reduziu drasticamente, afectando os proprietários destas casas, que são os elementos da elite política empresarial do partido Frelimo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou que fossem privatizadas as empresas públicas deficitárias. Num contexto clientelistas como o moçambicano, as empresas públicas desempenhavam um papel fulcral no sistema de recompensa de “*Clientes*” fieis. A futura privatização destas empresas coloca desafios ao partido no poder, na medida em que implica uma reinvenção das lógicas nepotistas e clientelares, porque estas empresas constituem locais privilegiados de acomodação de familiares, amigos e “*Clientes*” que sejam fieis aos principais “*Patrões*” do partido.

Mas as empresas públicas em Moçambique desempenham um outro papel, não menos importante, que consiste no financiamento do partido no poder. É através destas empresas que o partido no poder arrecada uma das suas principais fontes de financiamento eleitoral e de outras actividades ou eventos.

Um dos casos mais falados foi da empresa Aeroportos de Moçambique, que culminou com o julgamento e prisão do então presidente do conselho de administração da

empresa, de alguns administradores e do então ministro dos Transportes e Comunicações, António Munguambe, entidade que tutelava esta empresa.

“Isidora Faztudo confirma que ADM disponibilizou dinheiro para evento da Frelimo A antiga vice-Ministra da Agricultura, Isidora Faztudo, reconheceu na quarta-feira, em tribunal, ter sido intermediária no pagamento de 400 mil Meticais a um empresário encarregue de preparar o campo de Zixaxa, arredores da cidade de Maputo, para albergar as comemorações do 45º aniversário da fundação da Frelimo (Partido no poder).

De acordo com Faztudo, o dinheiro não chegou de ser depositado em nenhuma conta bancária mas sim entregue a um representante da empresa “Moçambique Serviços Limitada”, que fez a montagem da tribuna para a celebração promovida pela própria Frelimo. Segundo a declarante, que actualmente é PCA da Cervejas de Moçambique (CDM), uma empresa de capitais privados, parte do dinheiro, 300 mil Meticais, foi lhe entregue pelo então Administrador Financeiro dos ADM e um dos denunciante do caso do roubo de 54 milhões de Meticais desta última empresa, Hermenegildo Mavale. Nessa altura, Faztudo fazia parte da comissão da Frelimo encarregue para organizar o evento e que ela, segundo as suas próprias palavras, fez chegar o montante ao destinatário”²⁸.

Durante o julgamento o então presidente do conselho de administração dos Aeroportos de Moçambique, Diodino Cambaza que foi condenado a 22 anos de prisão. “Em sede do Tribunal, o réu, Diodino Cambaza afirmou que foi abordado pelo então director da Escola da Frelimo na Matola, Arlindo Chilundo, para que a empresa Aeroportos de Moçambique (AdM) pagasse a reabilitação do campo da escola do partido, o que, segundo o réu, teve parecer positivo do seu conselho de administração, apesar de não existir acta que prove esse facto. A reabilitação deste campo custou aos cofres desta empresa pública cerca de 200 mil dólares americanos”²⁹.

Este exemplo demonstra o padrão comum do uso das empresas públicas como instrumento de viabilização de interesses do partido e dos membros do partido que se

²⁸ <http://www.verdade.co.mz/nacional/7449-cambaza-nunca-aceitou-auditoria-na-area-financeira> site consultado no dia 30 de Novembro de 2016

²⁹ http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/11/caso-aeroportos-de-mo%C3%A7ambique-2.html extraído do jornal CanalMoz do dia 20 de Novembro de 2009

encontram a frente destas empresas. Ora um processo de privatização dessas empresas implica uma reinvenção desses mecanismos de apropriação ilícita de fundos públicos, o que pode acarretar a diminuição não só de fontes de financiamento ao partido, como também uma reinvenção dos esquemas clientelistas.

Nos capítulos anteriores foi mencionado o facto de os poderes quase ilimitados que a Constituição da República oferece à figura do Presidente da República permite que este nomeie indivíduos da sua confiança para cargos em empresas públicas, institutos públicos e até universidades.

Cortês (2016)³⁰, num artigo com o título Crise da dívida mexicana de 1982: lições para Moçambique, elabora um paralelismo entre a crise da dívida mexicana e a crise da dívida ocultas de Moçambique, mostrando os efeitos nefastos na coesão de um partido político hegemónico, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) no México e se o mesmo poderia acontecer no caso moçambicano.

Segundo o autor acima referido, no ano de 1982 a economia mexicana sofreu um colapso económico que teve consequências drásticas. Antes desse colapso, a partir do início da década de 1940, o crescimento económico foi constante, que ficou historicamente conhecido como o “milagre mexicano”. Este crescimento organizou-se em torno de um modelo de industrialização baseado no princípio de substituição de importações, com a criação de várias empresas estatais.

A descoberta de petróleo em alguns estados mexicanos contribuiu para que o país se tornasse no 4º maior produtor de petróleo do mundo. No entanto, devido à falta de diversificação, a economia estava dependente das receitas petrolíferas. A queda do preço do petróleo nos mercados internacionais prejudicou severamente a economia mexicana, com a fuga de capitais e com uma dívida pública estimada em 86 biliões de dólares americanos.

Em Agosto de 1982, o governo mexicano declarou uma moratória da dívida na tentativa de conseguir um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para tal, o governo mexicano foi coagido a fazer concessões, reduzindo os gastos públicos e os

³⁰ Trechos de um artigo extraído do jornal o Savana do dia 17 de Junho de 2016, pág.20 da autoria de Emmanuel Cortês.

serviços governamentais, e privatizando várias empresas públicas e selando acordos de livre-comércio. A partir de então, o México atravessou um período económico difícil, com a estagnação económica durante toda a década de 1980 que ficou conhecida como a “década perdida”.

O advogado Miguel de La Madrid, com um discurso similar ao de Filipe Nyusi aquando da sua tomada de posse, prometeu austeridade e cortes no despesismo. A sua ascensão à Presidência da República marcou também uma ruptura na natureza keynesianista e populista da governação que o México tinha tido até então.

Segundo Cortês (2016) o novo Presidente dava ênfase a outros modelos: tecnocracia, o monetarismo e as directivas do FMI. Porém, o acordo selado pelo governo mexicano com o FMI para o alívio da dívida teve em contrapartida a adopção das directivas tradicionais do organismo: privatizações, cortes nos salários e redução da taxa de inflação. A mesma fórmula foi aplicada em Moçambique no ano de 2016 para fazer face à crise das dívidas ocultas que o país atravessa.

Mas apesar de seguir as directivas do FMI, que incluía a diminuição das cerca de 1155 empresas públicas para apenas 412 em 1998, os efeitos não foram palpáveis: de 1983 a 1998 o PIB mexicano teve um crescimento de apenas 0,2%, os salários foram reduzidos em cerca de 40% e a criação de emprego estagnou. Esses efeitos económicos foram devastadores para o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que apesar de se manter na presidência da República até o ano 2000 (o PRI manteve-se no poder de 1929 até o ano 2000, constituindo-se como o partido não comunista que mais tempo esteve no poder), passou a ver o seu poder contestado, o que quase culminou com a derrota do seu candidato Carlos Salinas em 1988, ante o dissidente do PRI Cuahatemoc Cárdenas filho do popular ex-presidente Lázaro Cárdenas.

O autor frisa ainda que foi Cárdenas que em conjunto com outros dissidentes, criou uma fractura no seio do partido por discordar das novas políticas neoliberais e por ter sido preterido como candidato, em favor de Carlos Salinas. Mas se por um lado as privatizações das empresas públicas contribuíram para que o México entrasse num sistema de economia competitiva, por outro trouxeram efeitos devastadores para o partido dominante, pois sem essas empresas (até ao ano de 2000 eram cerca de 202) o PRI não conseguia distribuir postos de trabalho para os seus militantes nem desviar

massivamente os recursos destas empresas para financiar suas campanhas eleitorais e outras actividades partidárias.

Em suma, a redução do Estado mexicano na economia, por via da privatização de grande parte das empresas públicas, privou o acesso aos recursos públicos por parte do partido dominante, que se viu obrigado a realizar uma reforma no sistema de financiamento aos partidos em 1996. Esta reforma possibilitou que o valor para o financiamento das campanhas eleitorais aumentasse significativamente, mais concretamente doze vezes mais, o que permitiu o crescimento dos partidos da oposição. Antes o PRI limitava legalmente os valores que os partidos poderiam angariar para financiamento das suas campanhas, uma vez que este partido se aproveitava do controlo que exercia sobre o Estado para financiar-se ilicitamente.

Cortês (2016) continua frisando que o drástico emagrecimento do sector público mexicano e da força de trabalho na função pública, resultantes das medidas impostas pelo FMI, aliadas à pressão internacional por eleições transparentes, contribuíram para que, Vicente Fox Quesada, do partido da Acção Nacional (um partido com uma génese e matriz ideológica similar à RENAMO) vencesse a eleição presidencial, no ano 2000. Não obstante o facto de o PRI ter regressado 12 anos depois sob a liderança do actual presidente mexicano Enrique Peña Neto, o partido já não é mais a formação ultra hegemónica do passado, quer por abandonar um modelo que vinha funcionando bem e acima de tudo garantia os seus interesses, quer pela má reputação que foi adquirindo durante as sete décadas de governação, tornando-se num símbolo de corrupção, má gestão financeira e fraudes eleitorais.

Terminando, o autor questiona se no caso de Moçambique, a Frelimo irá sobreviver a crise económica agudizada pelas dívidas ocultas.

Olhando para a realidade moçambicana, e tendo em conta os discursos proferidos por membros influentes do partido Frelimo, pode-se constatar que o nível de discordância pública entre os membros influentes do partido (de entre os quais, algumas figuras que para efeitos deste trabalho são considerados principais *Patrões* do partido) foi extremamente alto após a descoberta dessas dívidas.

Contudo, após o choque inicial causado pelas notícias e pelos valores envolvidos, nos meses subsequentes as declarações tornaram-se menos antagónicas e mais consensuais. Os níveis de discórdia do princípio do escândalo diminuíram significativamente, o que pode ser um indicador de que apesar de não concordarem com a forma como todo este processo foi conduzido, pelos principais intervenientes, a necessidade de salvaguardar o interesse geral, leia-se da elite política e empresarial como um todo, poderá ter contribuído para que o interesse individual fosse parcialmente posto de lado.

O início do processo de auditoria internacional que está ser realizada pela empresa inglesa Kroll Inc. e que tem o prazo de 90 dias para ser divulgado, pode também influenciar o abrandar dos discursos dos elementos mais críticos a governação do então Presidente da República Armando Guebuza. Isto é, numa provável perspectiva de esperar para ver os desenvolvimentos deste processo, após a divulgação dos resultados da auditoria internacional.

O escândalo das dívidas ocultas oferece elementos importantes para a consolidação de um dos argumentos principais desta tese, na medida em que a partir de factores contextuais – a descoberta das dívidas ocultas – foi possível captar claramente situações conflituais que opõem os diversos integrantes da elite política e empresarial moçambicana.

Sendo que estas situações conflituais demonstram claramente a existência de grupos antagónicos dentro do partido que o procuram controlar e, por conseguinte, controlar o Estado e as oportunidades de *rent-seeking* que esse controlo permite. Isto porque, conforme várias vezes salientamos o controlo do partido permite, acima de tudo, estar no centro da redistribuição de oportunidades, e o processo de contração das dívidas ocultas, a par de todo o enredo em volta dele, demonstram claramente que se tratou de uma oportunidade de extrair rendas, oportunidade esta que só foi acedida pelos indivíduos que controlavam o centro do poder no momento em que esta ocorreu.

Daí discorre um dos principais argumentos deste trabalho, que se centra no facto de a subida ao poder de um determinado indivíduo abrir espaço para que um grupo de indivíduos ou empresas ganhem notoriedade no mundo dos negócios, em detrimento dos indivíduos mais próximos da figura que ocupava antes o cargo de Presidente da República ou de Presidente do partido Frelimo.

No caso concreto da contracção das dívidas ocultas, foi visível o esforço para que todo o processo fosse viabilizado rapidamente, antes que ocorresse a mudança da liderança do Estado, isto é, antes que Armando Guebuza abandonasse o cargo de Presidente da República. Alguns indicadores dessa intenção residem no facto de o processo não ter tido o aval do parlamento, que para além de dar o respectivo enquadramento legal, iria abrir espaço para o debate sobre a viabilidade do projecto e a real necessidade de o país fazer esse investimento.

Um outro aspecto não menos importante é o facto de, segundo a imprensa internacional e os documentos que constam sobre toda esta operação, existirem pagamentos de comissões elevadas, acima do normal, para que houvesse a viabilização dos empréstimos, para além de os empréstimos solicitados terem sido acima do valor real para execução dos projectos que as empresas se propunham implementar.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, citado por diversos jornais moçambicanos, confirma a pressão que existia por parte dos principais intervenientes no processo para que o Estado rapidamente concedesse o aval para a contracção dos empréstimos. As transcrições das declarações do presidente do conselho de administração das empresas que tiveram o aval do Estado, que constam na página 107 do relatório desta comissão, demonstram que perante a insistência por parte do então ministro das Finanças Manuel Chang para que o assunto fosse depositado na Assembleia da República de modo a obter o aval deste importante órgão de soberania, o gestor máximo da EMATUM, MAM e ProIndicus fazia menção ao facto de que, face à pressão de tempo e à espera que seria necessária, a submissão do aval ao parlamento iria atrasar o processo.

Apelando, por conseguinte, ao patriotismo do então ministro Chang de modo a contornar os aspectos legais e viabilizar rapidamente o aval do Estado para a concessão dos referidos empréstimos.

Portanto, há fortes indícios que neste caso em particular houve por parte do Governo do então Presidente da República uma tentativa de procurar conseguir o máximo dinheiro possível no mais curto espaço de tempo. Este pressuposto pode confirmar o argumento de que é preciso acumular o máximo quando se controla o poder, parafraseando aquela

máxima moçambicana que diz “*é a nossa vez de comer*” e temos que comer o máximo que pudermos porque não haverá muitas oportunidades para fazê-lo.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito faz menção a um aspecto particularmente importante no empréstimo da EMATUM: «após o desembolso dos fundos por parte das instituições financeiras, a totalidade do valor do empréstimo foi imediatamente transferido para o empreiteiro responsável pela construção dos barcos, ignorando, deste modo, muitos pressupostos tais como a necessidade de fundos de maneiio, os custos de contratação e formação do pessoal para além de custos de oportunidade de tempo ligados aos processos burocráticos (licenciamento, recrutamento) que deveria pesar na avaliação do período da amortização da dívida e, conseqüentemente, na análise global do custo de capital³¹».

Este aspecto, ignorado aquando da efectuação do contrato com o empreiteiro, tem-se revelado crucial para o normal funcionamento da empresa, uma vez que para o desenvolvimento das suas actividades de pesca a empresa tem enfrentado enormes problemas, porque a sua frota não reúne as condições necessárias para a pesca de atum com os padrões exigidos nos principais mercados internacionais. Mercados estes que estavam previamente identificados nos estudos de viabilidade desta empresa.

O actual vice-ministro da Indústria e Comércio Ragendra de Sousa, no início desta crise e quando ainda não ocupava este cargo governativo, teceu os seguintes comentários sobre a frota de barcos da EMATUM: «*Da EMATUM, está claro que quem desenhou o pacote financeiro não estava preocupado com o atum porque o dinheiro não era dele. Se fosse não o faria, não compraria barcos para os deixar parados*³²».

A Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação da dívida pública era constituída inicialmente por 17 elementos, sendo 9 do partido Frelimo, 7 da Renamo e 1 do Movimento Democrático de Moçambique (MDM). A Renamo recusou a forma como foi constituída a comissão devido ao facto dela ser dominada pelos deputados da

³¹ Trechos do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, reproduzidas no jornal Savana de 9 de Dezembro de 2016, pág.3

³² Depoimentos de Ragendra de Sousa, actual vice-ministro dos Transportes e Comunicações ao jornal O País do dia 22 de Abril de 2016.

Frelimo, deputados esses que teriam que investigar ilícitos cometidos pelo antigo presidente do seu partido e da República.

Deste modo, a Renamo distanciou-se do processo e a comissão foi constituída por 10 elementos, 9 da Frelimo e 1 do MDM. Sendo que de entre esses 9 elementos da Frelimo constavam o membro da Comissão Política e deputado da Assembleia da República Eneas Comiche que ocupava o cargo de Presidente da Comissão, sendo a vice-presidência da Comissão ocupada por Sérgio Pantie, outro membro da Comissão Política e vice-chefe da bancada parlamentar da Frelimo na Assembleia da República. É importante frisar que Pantie ascendeu à comissão Política no período em que o partido era dirigido por Armando Guebuza.

Os outros membros da comissão eram o deputado Damião José, porta-voz do partido Frelimo quando Armando Guebuza ocupava o cargo de Presidente do partido, Mateus Kathupa, Jaime Neto, Lucas Chomera, Olinda Langa, Esmeralda Muthemba, Francisco Mucanheia, Luciano de Castro e Alberto Matukutuku, sendo que o único deputado da oposição era Venâncio Mondlane do MDM.

Portanto para além do partido Frelimo constituir a maioria na comissão parlamentar de inquérito - que ouviu o Presidente Armando Guebuza, o antigo ministro da Economia Manuel Chang, o presidente do Conselho de Administração da EMATUM, ProIndicus e MAM António do Rosário, de entre outros principais intervenientes neste operação de contração da dívidas - a maior parte dos deputados integrantes desta comissão são membros de terceiro escalão na hierarquia do partido.

Exceptuando as figuras de Eneas Comiche, Mateus Khatupa e Lucas Chomera, a maior parte são *Clients* que devem a sua ascensão na hierarquia do partido (e lealdade) ao então Presidente da República, Armando Guebuza, não tendo por conseguinte qualquer tipo de legitimidade para ousarem questionar as decisões tomadas pelo então Presidente. E todo o cerimonial em torno da chegada do Presidente da República à Assembleia da República no dia 28 de Outubro de 2016 demonstra o poder que Armando Guebuza detém dentro do partido e dos principais órgãos de soberania do Estado moçambicano.

Armando Guebuza chegou acompanhado por vários elementos da sua segurança pessoal, e acompanhado pelo ministro dos Transportes e Comunicação do seu governo,

Gabriel Muthisse, por Armino Chavana, antigo presidente do conselho de administração da empresa pública Televisão de Moçambique, e de outros elementos próximos a si. À sua chegada, Armando Guebuza foi recebido pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que o aguardava a entrada do edifício onde iriam decorrer as audições parlamentares, prerrogativa que nenhum dos outros ouvidos teve.

“Uma hora após o início da audição, Guebuza deixava a sala de sessões da CPI com o semblante a denotar boa disposição. Os abraços com os membros da CPI, com destaque para Eneas Comiche, presidente do órgão, na hora da despedida, evidenciavam a boa disposição do antigo estadista. Com a imprensa à espera de alguma declaração, Guebuza abandonou a Assembleia da República pela “porta dos fundos”, evitando qualquer contacto com os jornalistas”³³.

E segundo consta do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, ao ser inquirido sobre o seu papel neste processo, Armando Guebuza afirmou o seguinte: «*Muito novo abandonei a família para me juntar à Frelimo em Dar-Es-Salam. A caminho, fui preso, devolvido ao país e enviado à cadeia a mando da temível PIDE. Depois de sair, de novo fugi, para me juntar à Frelimo, para combater e libertar a pátria. É pela pátria e com o mesmo sentido de pátria que hoje vivo*»³⁴.

Este é o típico discurso usado pelos indivíduos que estiveram envolvidos na luta de libertação nacional de Moçambique, discurso que procura legitimar as suas acções e que corrobora um dos argumentos que aqui foi apresentado, o de que o Estado e as instituições que formam esse mesmo Estado em Moçambique são demasiado fracas perante as vontades de determinados indivíduos.

Sendo assim, para além de ter o domínio e controlo sobre figuras importantes que ocupam cargos de relevo nos principais órgãos do Estado e do partido, nesta operação o então presidente Armando Guebuza aliou-se a parceiros estratégicos que dominam o sector da segurança e defesa nacional e controlam o Estado.

³³ Descrição do momento da saída de Armando Guebuza após ser ouvido na CPI das dívidas ocultas, retiradas do jornal O País que podem ser consultadas no site <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/42588-audicao-a-armando-guebuza-encerra-investigacoes-do-parlamento-sobre-as-polemicas-dividas.html> site consultado no dia 26/02)2017

³⁴ Trechos do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito as dívidas ocultas, extraído do jornal Savana do dia 9 de Dezembro de 2016, pág.2

Portanto, apesar do visível descontentamento de proeminentes membros do partido Frelimo, inclusive alguns membros que para o efeito deste estudo são denominados *Patrões* do partido, não é crível que esse descontentamento possa criar conflitos internos capazes de provocar cisão dentro do partido. Isto pelo facto de, no contexto moçambicano, para efeitos de manutenção e sobrevivência das elites, é melhor manterem-se unidos, porque separados a probabilidade de sobrevivência é remota.

Também há junto dos membros do partido a percepção de que esta crise é temporária e o país irá ultrapassar este mau momento. Para tal será necessário cumprir com algumas das exigências daqueles que realmente conseguem circunstancialmente vergar o poder do partido e das suas elites, mais concretamente as instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e as agências de cooperação internacional que, através da ajuda ao desenvolvimento, financiam o orçamento de Estado moçambicano, programas sectoriais e projectos desenvolvimento.

Parte das exigências destas instituições passa pela auditoria internacional que está a ser realizada pela empresa britânica Kroll, Inc., que o governo moçambicano exigiu que fosse feita em colaboração com o Procuradoria-Geral da República como forma de mostrar que é um Estado soberano.

O esforço do governo que herdou as dívidas ocultas, liderado pelo Presidente Filipe Nyusi, tem sido no sentido de cumprir com as exigências do Fundo Monetário Internacional para que rapidamente sejam restabelecidas as relações entre o Governo, o FMI e os doadores.

O restabelecimento das relações deve ser entendido como o retorno da disponibilização de fundos da ajuda ao desenvolvimento e ao Estado moçambicano. Por parte dos doadores internacionais, existe a vontade em voltar a desembolsar os fundos, porém querem ver acauteladas as questões relativas a gestão transparente dos mesmos, porque nos seus países de origem há um cada vez maior escrutínio sobre aplicação do dinheiro da ajuda ao desenvolvimento.

Contudo, é pouco provável que os parceiros de ajuda ao desenvolvimento permaneçam mais um ano sem desembolsar os fundos da ajuda, uma vez que, a lógica destas organizações, a sua sobrevivência depende da sua capacidade em desembolsar fundos

em forma de apoio orçamento, apoio sectoriais, projectos de e com instituições do Estado ou organizações da sociedade civil ao nível local.

Durante o ano de 2016, não houve por parte dos parceiros de apoio programático qualquer desembolso ao nível do orçamento do Estado, contudo alguns programas sectoriais em alguns ministérios, tais como o Ministério da Saúde com o programa Pró-Saúde e o ministério da Educação, beneficiarem dos financiamentos dos parceiros de ajuda ao desenvolvimento.

Mas obviamente que a maior parte dos desembolsos são aqueles canalizados ao orçamento do Estado, avaliados em mais de 300 milhões de dólares anuais. Isto quer dizer que estas organizações têm pressão para gastar orçamentos que não foram gastos durante o ano de 2016, pretendendo por conseguinte que rapidamente sejam esclarecidas as questões em torno das dívidas ocultas, de modo a que a normalidade seja restabelecida.

Esta realidade é percebida por todos os intervenientes, isto é, tanto por parte dos parceiros de cooperação como por parte dos elementos do Governo de Moçambique que é controlado pelo partido Frelimo. Deste modo, há também interesses convergentes entre estes dois grupos no sentido de rapidamente serem sanados os problemas causados pelas dívidas ocultas, podendo as diferenças ser na forma como estas divergências podem vir a ser superadas.

Portanto, há a percepção de que esta relação é vantajosa para ambos, e de que, uma vez sanadas as divergências resultantes da contração das dívidas ocultas, as relações podem retornar a normalidade. O retorno à normalidade na relação com os parceiros de apoio programático pode por sua vez, contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e o retorno dos massivos investimentos ligados ao sector dos hidrocarbonetos.

Dentro desta lógica de raciocínio, não há incentivos para que os membros do partido Frelimo, principalmente aqueles que não se beneficiaram directamente com o escândalo das dívidas ocultas, abandonem o partido em sinal de protesto com a situação em que a anterior direcção do partido deixou o país e as finanças públicas.

Fará mais sentido que prefiram, pelo contrário, lutar pelo controlo do partido e com isso obter o controlo do Estado, condição *sine qua non* para garantir a reprodução e

manutenção das elites e, acima de tudo, da alternância de grupos e indivíduos que beneficiam directamente das rent-seeking característicos da elite política e empresarial moçambicana.

Confirmando a frase de Benjamin Franklin, um dos principais líderes da revolução Americana que a propósito da união dos Estados Unidos da América, no processo da formação da união afirmou: «We must all hang together, or assuredly we shall all hang separately», o que numa tradução aberta para a língua portuguesa pode significar devemos manter-nos juntos, porque de contrário seguramente ficaremos todos pendurados. Esta frase corresponde a um retrato fiel da forma de pensar das elites políticas e empresariais de Moçambique.

A quarta fase do “Social Drama” é a fase da reintegração ou reconhecimento de ruptura. «The final phase I have distinguished consists either in the reintegration of the disturbed social group or in the social recognition of irreparable breach between the contesting parties (Turner, 1957:92)».

Na altura da redacção final desta tese, ainda era incerto o resultado dessa 4ª fase, uma vez que, após sucessivos adiamentos, ainda não tinham sido revelados os resultados da auditoria internacional que servirá de base ao desenlace deste processo. Não obstante, a alteração nas tomadas de posição de outros relevantes *Patrões*, que pudemos constatar ao longo da 3ª fase do “Social Drama” de Vitor Turner (1957), faz prever um *outcome* de reintegração e não de cisão.

Porém, como se verifica quer no livro de Turner que temos vindo a citar, quer na sua obra *Forest of Symbols* (1970), a reintegração não é um simples regresso às estruturas pré-existentes, antes implicando uma reconfiguração. Mas, ainda de acordo com Turner, para que se atinja a reconfiguração os sujeitos envolvidos devem passar pela condição de liminaridade, de modo a construírem a “*communitas*” que irá contribuir para a formatação da situação subsequente.

Citando Noleto e Alves (2015),³⁵ «Turner (1970) concebe a ideia de liminaridade como correspondendo a um momento de margem dos ritos de passagem: fase ritual na qual os

³⁵ <http://ea.fflch.usp.br/conceito/liminaridade-e-communitas-victor-turner> site consultado no dia 5 de Abril de 2017

sujeitos apresentam-se indeterminados, em uma espécie de processo transitório de “morte” social, para, em seguida, “renascerem” e reintegrarem-se à estrutura social. Liminalidade é, portanto, uma condição transitória na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um entre-lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente. Em sua obra, Victor Turner (1970) concebe a liminaridade como condição social efêmera vivenciada por sujeitos temporariamente situados fora da estrutura social, dando origem ao que ele denomina *communitas*, isto é: uma forma de anti estrutura constituída pelos vínculos entre indivíduos ou grupos sociais que compartilham uma condição liminar em momentos especificamente ritualizados. Os sujeitos liminares agrupados pela *communitas* são marcados pela submissão, silêncio e isolamento, considerados como tábula rasa em relação à nova posição social a ser assumida após a conclusão do ritual de passagem».

Os principais elementos acima arrolados como caracterizando o comportamento de indivíduos ou grupos que se encontram numa condição de liminaridade são possíveis de descortinar no comportamento dos principais implicados no escândalo das dívidas ocultas – tal como, em grande medida, no comportamento público que tem vindo a ser assumido por outros elementos destacados da elite político-económica durante a 3ª fase deste “drama social”.

Mas como acima havia sido mencionado, a reintegração nunca é um regresso simples as estruturas pré-existentes, antes implicando uma reconfiguração. Contudo, uma tal reconfiguração não depende apenas dos actores sociais que acabei de referir, mas também das suas relações com outros quadrantes da sociedade e, conforme desenvolvi em capítulos anteriores, dos parceiros estrangeiros e internacionais envolvidos no financiamento ao Estado e ao País. E, de facto, parte do discurso público dos embaixadores dos países dos principais parceiros de cooperação de Moçambique, tal como os comentários de outros quadrantes da sociedade, demonstram esta tensão e disputa entre a ordem previamente estabelecida e a necessidade de mudança do actual *status quo*, com as implicações que isso acarreta ao nível político.

As declarações proferidas pelos embaixadores de países como o Canadá, Reino Unido e Suécia, países importantes no que diz respeito aos fundos que alocam a Moçambique no

âmbito da ajuda ao desenvolvimento, dão sinais de que o poder político em Moçambique terá forçosamente que proceder à reconfiguração das estruturas pré-existentes, após a divulgação do relatório de auditoria.

O Alto-Comissário do Canadá, numa entrevista concedida ao jornal Savana, afirmou o seguinte: *«Estamos a aguardar os resultados da auditoria e vamos também aguardar pelos próximos passos depois da auditoria, que são duas etapas importantes para restabelecer essa relação de confiança depois do evento das dívidas ocultas»*³⁶.

A Alta-Comissária do Reino Unido, entrevistada pelo mesmo jornal, teceu os seguintes comentários: *«O que eu espero é uma auditoria aberta que explique o que aconteceu, quanto dinheiro foi gasto sobre o quê, e quanto dinheiro não está contabilizado em líquido ou bens. Quero bem que a empresa tenha conseguido obter as informações necessárias. Eu tenho toda a confiança no profissionalismo desta empresa (Kroll Inc.) para apresentar uma auditoria bem enquadrada, caso tenha recebido o material a ser avaliado. Então, depois, é para as autoridades moçambicanas se decidirem, na base dos resultados da auditoria, quais seriam as acções a seguir, em primeiro lugar a Procuradoria-Geral da República e o Governo já começou a falar com o FMI sobre um possível programa e medidas possíveis para melhorar as finanças públicas e o investimento público, então estamos à espera»*³⁷.

Ainda a este propósito, a embaixadora da Suécia, numa entrevista também concedida ao jornal Savana, mencionou o seguinte: *«Paralelamente a auditoria, a Procuradoria-Geral da República (PGR) está a fazer as suas investigações para averiguar se houve ou não prática de factos que consubstanciam crime para levar os infractores à barra do tribunal. Deste modo, não seria razoável publicar o relatório final antes da conclusão das investigações da PGR. Contudo, esperamos bom senso das autoridades moçambicanas para levarem à barra do tribunal os infractores e responsabilizá-los pelas suas práticas, uma vez que não há nada escrito que garante que o Governo vai seguir esse caminho»*³⁸.

³⁶ Entrevista concedida ao jornal Savana do dia 17 de Março de 2017, ano XXIV, nº1210.

³⁷ Entrevista concedida ao jornal Savana do dia 3 de Março de 2017, ano XXIV, edição nº 1208

³⁸ Entrevista concedida ao jornal Savana do dia 31 de Março de 2017, ano XXIV, edição nº1212

Para além do nível diplomático, recorrendo a um registo mediático que não é nele habitual, o debate sobre o que irá acontecer após a divulgação dos resultados da auditoria também se faz a outros níveis. Um caso elucidativo é o artigo publicado no jornal Savana pelo jornalista Armindo Chavana Junior presidente do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique durante os mandatos de Armando Guebuza e um dos elementos da comitiva que acompanhou este último na audição conduzida pela Comissão Parlamentar de Inquérito às dívidas ocultas. Nesse artigo, o seu autor diz o seguinte: «Em face do exposto o que poderá acontecer? Os parceiros têm, cada vez mais insistentemente, afirmado que não há próximo passo sem cabeças (não há desbloqueio financeiro sem cabeças). A questão é, que cabeças seriam essas, e até que nível? No Brasil, era tarde demais quando a presidente Dilma Rousseff percebeu que no Lava Jato, o Lula da Silva era apenas um trampolim, e que a cabeça que se queria era a sua. Levantou-se a sua imunidade, e seguiu-se o *impeachment*, ou cassação de mandato e, mais ainda, uma mudança radical de regime político. É golpe, é golpe, é golpe... tarde demais³⁹».

Como se pode depreender, embora se trate de um processo ainda em aberto, ele por um lado evidencia a operacionalização dos elementos estruturais que foram sendo apresentados e argumentados ao longo da tese e, por outro lado, faz prever o estabelecimento próximo de uma reintegração que implique uma reconfiguração de algumas posições ou mesmo relações de poder, mas dentro do quadro de constrangimentos estruturais do modelo pré-existente - tanto dos constrangimentos que são internos ao funcionamento e dinâmicas das elites, do partido dominante e do Estado, quanto dos que decorrem das relações de dependência com "doadores" e organizações internacionais.

³⁹ Extractos de artigo publicado no jornal Savana no dia 31 de Março de 2017, ano XXIV, edição nº1212

Capítulo VII

Conclusão

Ao longo dos capítulos deste estudo, foi conduzida uma análise exaustiva sobre as dinâmicas de acumulação de capital da elite política e empresarial moçambicana, na sua relação com o exercício do poder político. Procurámos responder à questão de como é que as possibilidades de acumulação de capital são condicionadas pela posse ou não do poder político.

O título escolhido para esta pesquisa é um reflexo da análise que foi desenvolvida ao longo das várias partes e capítulos que compõem este estudo, “Velhos Amigos, Novos Adversários: as Alianças, Disputas e Reconfigurações da Elite Política e Empresarial Moçambicana”, mais concretamente da elite do partido Frelimo.

A análise da informação recolhida, os diversos argumentos e as teorias presentes na pesquisa demonstram que a Frelimo, quer seja na sua fase de movimento de libertação nacional, quer seja na fase de partido Estado ou mesmo na actualidade onde se apresenta como um partido dominante, nunca foi um grupo homogéneo. Muito pelo contrário, a sua própria génese demonstra que este partido sempre representou várias tendências e a sua própria origem está assente em três movimentos, nomeadamente UDENAMO, MANU e UNAMI. Isto, para além das divergências étnicas dentro da Frelimo que reflectiam as disputas e tensões entre grupos de indivíduos que pretendiam controlar o movimento, como é amplamente abordado por Opello (1960).

Contudo, após a ascensão de Samora Machel à presidência do movimento, e depois do Estado e do partido, há uma relativa coesão ou a construção de uma imagem de um partido único, coeso e homogéneo. Esta imagem também se torna no objectivo final que o então Presidente Samora Machel pretendia atingir no processo de construção do Estado moçambicano, um Estado uno, indivisível e que obedece a um comando centralizado.

Porém, após a morte de Samora Machel sucede-lhe como presidente Joaquim Chissano e, com ele, é introduzido um conjunto de reformas constitucionais que vieram a provocar mudanças profundas na estrutura política, económica e social de Moçambique.

Resumidamente, o país mudou, as mentalidades mudaram e os governantes também mudaram.

Segundo Castel-Branco (2016) afirmou na segunda metade da década de 1980, numa palestra muito concorrida que decorreu num dos hotéis da cidade de Maputo, Armando Guebuza defendeu a lógica do processo de acumulação capitalista nacional de forma clara, visionária e directa. Segundo o raciocínio de Guebuza, em face da globalização capitalista o partido e o Estado tinham a tarefa de garantir a soberania política e económica de Moçambique, o que requereria o desenvolvimento de uma classe capitalista doméstica capaz de manter a soberania sobre os recursos nacionais e ditar o rumo do desenvolvimento nacional, em vez de o ver ditado por forças externas.

Este processo requereria qualificações e capital. As qualificações proviriam do partido e do Estado (onde se acumulará a experiência de gestão do país e a lealdade nacionalista), bem como da juventude em formação. Logo, estes grupos da elite deveriam ser mobilizados para a formação da burguesia nacional. O capital, nas condições históricas de Moçambique, teria de provir das suas principais fontes externas, a ajuda externa e investimento directo estrangeiro (IDE) e de créditos internacionais, dada a crise económica profunda causada pela guerra que então se vivia e a inexistência de uma classe capitalista com capacidade financeira, à excepção dos grupos comerciais dominados por moçambicanos de origem asiática.

Dessa forma, teria de se encontrar um mecanismo de comunicação entre o capital internacional e as elites domésticas para permitir a capitalização da burguesia nacional emergente. Guebuza enfatizou ainda que o processo de privatização das empresas estatais ou intervencionadas pelo Estado, que então se iniciava, corria o risco de transferir o grosso dos activos económicos a serem privatizados para as mãos de capitalistas estrangeiros ou para nacionais de grupos étnicos minoritários, perdendo-se assim, mais uma vez, a oportunidade histórica de formação das elites capitalistas nacionais “maioritárias”.

O argumento de Armando Guebuza, acima reproduzido por Castel-Branco (2016), apresenta a viragem do paradigma por parte das elites políticas do partido Frelimo e o regresso às disputas e tensões entre os diversos grupos que compõem a estrutura do partido. Isto porque a intenção política do discurso de Armando Guebuza foi

materializada com a vaga das privatizações que vinham plasmadas no Programa de Reajustamento Económico que foi implementado a partir do ano de 1987. Numa corrida desenfreada pela acumulação, onde os principais beneficiários eram os membros do partido-Estado, o clima de animosidade ou disputas internas começaram a vir ao de cima, porque em processos como estes há claramente vencedores e vencidos, como também há uns mais astutos ou que possuem melhores qualificações para o mundo dos negócios, o que causa inveja, disputas e tensões entre os membros das elites.

Para além disso, como as áreas de investimento económico são praticamente as mesmas, o potencial de eclosão de situações conflituais é enorme. Tendo em conta o facto de o mercado não se guiar pelas lógicas da livre concorrência, o poder político tornou-se o elemento de diferenciação, recorrendo-se por conseguinte a influência política como um elemento fulcral para determinar quem vence na arena dos negócios.

As reformas introduzidas durante o período de governação de Joaquim Chissano possibilitaram que houvesse incentivos para a acumulação por parte da elite política do partido, contudo aqueles que estavam mais próximos do centro do poder foram os mais beneficiados. Mais concretamente, referimo-nos aos elementos da elite política ligada à luta de libertação e aos indivíduos que ocupavam cargos governamentais nesse período.

Quanto a estes últimos, é importante realçar que, no período em questão, o então Presidente da República Joaquim Chissano renovou a estrutura governativa, fazendo entrar para o seu governo uma nova classe de políticos que, em comparação com parte considerável dos elementos dos governos de Samora Machel, tinham melhor formação académica. Os anteriores membros do governo foram colocados como parlamentares na Assembleia da República, sendo que outros enveredaram pelo mundo de negócios.

No ano de 2004, realizaram-se as terceiras eleições presidenciais e legislativas. Apesar de Joaquim Chissano constitucionalmente poder candidatar-se a mais um mandato, influentes membros do partido barraram a sua pretensão porque viam a necessidade de o partido mudar de rumo e Chissano não era tido como o homem para fazer essa mudança. Foi assim que o partido elegeu internamente Armando Guebuza para ser o seu candidato às eleições presidenciais.

Guebuza venceu as eleições com o discurso contra o *deixa-andar* e o *cabritismo*, fenómenos largamente atribuídos a governação tida como algo permissiva de Joaquim Chissano. O *deixa-andar* é, na gíria popular, uma espécie de permissividade perante más práticas na administração pública e está directamente associado ao *cabritismo* que, também na gíria popular, significa que “o cabrito come onde está amarrado”, ou seja, no local onde determinado individuo desenvolve as suas actividades laborais como funcionário público, ele não deve deixar de aproveitar em proveito próprio todas as oportunidades de renda que aparecerem.

Armando Guebuza tomou posse em Janeiro de 2005 e trouxe consigo os seus fiéis aliados, tendo-se ele também aproveitado do Estado como instrumento ou veículo para a materialização da acumulação de capital para si e para os seus mais próximos *Clientes*. Conforme expusemos nos capítulos anteriores, diferentemente do seu antecessor, Guebuza concentrou as oportunidades de acumulação e distribuiu criteriosamente essas mesmas oportunidades entre os seus mais fiéis *Clientes*, retirando parte considerável das oportunidades de acumulação de capital aos fiéis *Clientes* do seu antecessor Joaquim Chissano, sendo que alguns deles acabaram mesmo por emigrar e outros caíram em desgraça. O caso mais visível foi de António Manhenje, Ministro do Interior do governo de Joaquim Chissano que foi preso, julgado e condenado por desvio de fundos do erário público.

Trata-se de uma condenação que não deixa de ser caricata, num contexto em que o processo de acumulação de capital demonstra que o padrão seguido por parte considerável dos membros da elite é similar, isto é, o uso dos activos do Estado em proveito próprio por via do saque aos bancos, desvio de fundos e/ou solicitação de empréstimos ao Tesouro que não são reembolsáveis, entre outros.

Mas obviamente que, num contexto onde a governação da Frelimo depende de fundos provenientes da ajuda ao desenvolvimento, para a sua sobrevivência política é necessário por vezes mostrar cometimento com a agenda dos doadores, de modo a garantir que o fluxo de ajuda se mantenha. Quando o então Presidente Armando Guebuza ascendeu ao poder, uma “nova moda” internacional surgia entre os doadores e Moçambique era um dos países elegíveis a esta nova modalidade de ajuda, que se denomina *Apoio Directo ao Orçamento*. Como forma de mostrar o seu cometimento

com as questões relacionadas com a transparência e corrupção, indivíduos próximos do seu antecessor foram detidos, julgados e condenados por práticas corruptas.

Ao longo do seu mandato, Guebuza consolidou e reestruturou o partido, sendo esta uma das principais diferenças em relação a Joaquim Chissano. Na era do então Presidente Chissano, o partido e as suas estruturas foram relegadas a um plano secundário, sendo que houve vários casos de indivíduos que conseguiram atingir altos cargos governamentais, na administração pública e mesmo em empresas públicas, sem que fossem membros activos, ou sequer membros, do partido Frelimo. Um dos casos mais conhecidos é de Benjamin Pequeno, que foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da empresa pública Correios de Moçambique, sendo na altura da sua nomeação membro da Renamo.

Com Guebuza, o partido ganhou um novo fôlego e os seus órgãos ganharam nova vida e foram investidos de poder real, económico e até simbólico. Na estrutura do Estado, não mais foi tolerado que indivíduos ocupassem altos cargos sem que fossem membros activos do partido. Este facto aumentou consideravelmente o número de adesões de novos membros, tal como aumentou a concorrência e competição entre os membros de modo a serem eleitos para órgãos do partido tais como a Comissão Política, o Comité Central, o Secretariado-Geral, a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, a Organização da Juventude, a Organização das Mulheres Moçambicanas, etc.

Guebuza tornou-se o homem no centro de dois principais pilares estruturantes do país, o Estado e o partido Frelimo, que neste período quase se confundiam, dando azo a críticas dos partidos da oposição e mesmo da sociedade civil sobre a partidarização do Estado. Neste período Armando Guebuza esteve muito próximo de se tornar um verdadeiro “*BIG MAN*”. Ele possuía a rede clientelar dominante, relegando os outros principais “*Patrões*” do partido e os seus respectivos *Clientes* para uma posição subalterna.

A saída de Magid Osman da estrutura accionista do Banco Comercial de Investimentos (BCI), que foi retratada num dos capítulos deste estudo, é um exemplo claro deste argumento. Guebuza procurou acumular para si e para a sua rede clientelar o máximo de oportunidades possíveis. É neste período que prosperavam nos negócios, com a devida protecção política, grupos empresariais como o FOCUS 21, a empresa da sua família, a INSITEC, uma empresa detida por Celso Correia um dos homens próximos do então

Presidente Armando Guebuza, ou mesmo a INTELEC Holding, empresa onde Guebuza é sócio do empresário Salimo Abdula.

No final do seu segundo mandato, Armando Guebuza tinha o controlo do Estado pelo facto de exercer o cargo de Presidente da República e detinha o controlo quase que absoluto do partido, em virtude de ter revitalizado os órgãos do partido e dado incentivos económicos e materiais aos membros que ocupavam estes órgãos partidários, constituindo os mesmos os guardiões dos seus interesses e da sua rede clientelar. Por fim e não menos importante, controlava a Assembleia da República porque, no seu segundo mandato que começou no ano de 2009, a Frelimo conseguiu uma maioria qualificada de 2/3, suficiente para alterar a Constituição.

Tendo todo esse poder, o então Presidente da República ensaiou uma revisão constitucional que lhe permitisse concorrer a mais um mandato de 5 anos. Aliás, uma pretensão semelhante à do seu antecessor Joaquim Chissano, que aquando da sua retirada da vida política pretendia concorrer a mais um mandato, o que foi prontamente recusado pelos principais *Patrões* do partido. Guebuza também tinha as mesmas pretensões, só que estas não tiveram o acolhimento necessário por parte das figuras influentes dentro do partido, mostrando por conseguinte que a Frelimo, como movimento e depois como partido, nunca foi totalmente dominado por um “*BIG MAN*”.

Os outros “*Patrões*” insurgiram-se contra a intenção de Armando Guebuza e apesar de, por um lado, este contar com o apoio da sua rede clientelar no sentido de se realizar a mudança constitucional para acomodar o interesse do seu *Patrão* e de, por outro lado, a Frelimo deter uma maioria qualificada no parlamento que lhe permitiria realizar essa mudança, tal pretensão nunca foi avante.

Com a sua renúncia a concorrer a mais um mandato, tinha-se iniciado oficialmente a corrida à sucessão de Armando Guebuza. A princípio, essa corrida foi restrita a somente três indivíduos, nomeadamente José Pacheco, Alberto Vaquina e Filipe Nyusi. Todos eles tinham sido indicados pela Comissão Política que era controlada pelo então Presidente do partido, Armando Guebuza. Contudo, a pressão exercida pelas outras facções dentro do partido fez com que fossem integrados mais dois candidatos, Luísa Diogo e Aires Aly.

Enquanto decorria publicamente a luta pela sucessão de Armando Guebuza e as várias facções dentro do partido se digladiavam para fazer eleger o seu candidato, nos bastidores da governação o então Presidente da República Armando Guebuza e um grupo restrito de indivíduos, ligados principalmente ao Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) e aos serviços da Defesa Nacional, avalizavam em nome do Estado moçambicano empréstimos orçados em mais de 2 mil milhões de dólares norte-americanos para três empresas, nomeadamente a EMATUM, a ProIndicus e a Mozambique Assets Management (MAM), sem o conhecimento da Assembleia da República e violando a Constituição da República. Foi esta a origem daquilo que, anos mais tarde, seria conhecido como o escândalo das dívidas ocultas.

Ironicamente Filipe Nyusi sagrou-se o candidato vencedor das eleições internas do partido Frelimo, tornando-se por conseguinte o candidato do partido as eleições presidenciais. Ironia porque Filipe Nyusi era, de entre todos os candidatos que se apresentaram a esta corrida, aquele que teoricamente conhecia melhor o *dossier* sobre as dívidas ocultas, uma vez que no período em que as mesmas foram contraídas ele ocupava o cargo de ministro da Defesa Nacional. De facto, segundo relatos dos principais implicados neste caso, o Ministério da Defesa Nacional foi aquele que mais beneficiou com a contração destes empréstimos, na medida em que grande parte dos valores contraídos nestas dívidas foram aplicados na compra de equipamento militar.

Para vencer os demais candidatos, Nyusi contava também com o apoio de peso de um dos principais “*Patrões*” do partido, o general Alberto Chipande, que é do mesmo grupo étnico.

Há uma célebre foto em que estão os principais governantes da Frelimo e do Estado no período pós-independência. No centro dessa foto encontra-se o então Presidente da República Samora Machel, a sua direita está Joaquim Chissano, seguido de Armando Guebuza e depois Alberto Chipande.

A foto revela de certa forma a linha de sucessão na Presidência do Estado e do partido, até a saída de Armando Guebuza. Há muito quem afirme que, tendo chegado a vez de Chipande tomar o poder, este terá renunciado à sua vez, contudo não renunciando à indicação de quem iria ocupar o seu lugar quando a sua vez chegasse - e daí a nomeação do seu afilhado Filipe Nyusi.

Nesta linha de análise, ao envolver Nyusi, Chipande e outros generais Macondes na operação financeira da contracção das dívidas ocultas, Armando Guebuza tê-lo-á feito de modo a garantir os seus direitos de propriedade, os seus direitos contratuais e, acima de tudo, de modo a garantir imunidade para si e para os seus mais próximos.

Isto porque, como se pode depreender, as alianças, disputas e reconfigurações na elite política moçambicana obedecem critérios racionais e estratégicos e as mesmas não duram para sempre. Conforme constatou Sumich (2005), elas são estabelecidas durante o período de tempo em que durar o objectivo que determinado grupo ou facção pretende atingir. Resumindo, o aliado de hoje pode ser o adversário de amanhã.

Portanto, o país vive constantemente em ciclos. Estes ciclos sofrem descontinuidades e estas descontinuidades ocorrem nos momentos de sucessão política. E pese embora o facto de o país nunca ter experimentado alternância política no sentido de ter outro partido no poder, a realidade empírica moçambicana demonstra que quando ocorrem mudanças políticas ao nível do topo – eleições e mudança de Presidente da República – se inicia um novo ciclo, tanto ao nível de processos de acumulação de capital, quanto ao nível da formulação de políticas públicas.

Daí que os grupos ou facções dentro do partido se digladiem para conseguir controlar o partido e com isso controlar o acesso aos recursos do Estado, de modo aceder as oportunidades de acumulação de capital. Essas lutas não visam a substituição do *status quo*, mas sim a substituição daqueles que detêm o poder de redistribuição das oportunidades de acumulação de capital.

Este facto acaba corroborando a primeira hipótese desta pesquisa, que afirma que *o controlo dos destinos do partido no poder pode criar condições para a constituição de grupos empresariais favorecidos, mas que estes privilégios se podem reduzir a partir do momento em que os seus proprietários perdem o poder efectivo na estrutura partidária e, por conseguinte, do Estado.*

Ainda é cedo para aferir quais são os grupos empresariais moçambicanos que estão a emergir em torno da figura do novo Presidente da República, Filipe Nyusi. Porém, grupos económicos tais como o INSITEC e a Intelec Holding, próximos do anterior Presidente da República Armando Guebuza, já não apresentam o fulgor de outrora.

É possível que esta menor visibilidade seja devida à profunda crise financeira que o país está atravessando, o que de certa forma afecta todas as empresas do sector privado. Não obstante, no caso concreto da INSITEC, as notícias sobre a venda de empresas que fazem parte deste grupo são tornadas públicas pelos órgãos de comunicação social moçambicanos e recentemente foram divulgadas notícias dando conta de que o seu sócio maioritário, Celso Correia, teria dívidas orçadas em mais de 80 milhões de euros com um banco português, a Caixa Geral de Depósitos.

O sistema clientelar instalado em Moçambique parece atrair cada vez maior número de indivíduos que procuram filiar-se ao partido Frelimo, não pelo facto de partilharem da mesma visão ideológica, mas sim com o claro objectivo de terem no partido um instrumento que permita a sua ascensão económica, social e política. À medida que o número de adesões aumenta, mais difícil se torna para os *Patrões* do partido satisfazerem as demandas das suas redes clientelares, o que tem o potencial de aumentar significativamente as tensões internas dentro da estrutura partidária.

Contudo, essas disputas e tensões internas não têm tido a capacidade de provocar cisões dentro da estrutura partidária, uma vez que os *Clientes* competem entre si de modo a agradar aos principais *Patrões* do partido e, acima de tudo, estes *Clientes* têm a plena noção de que o partido controla o sector público e privado, havendo poucas hipóteses de ascensão na função pública ou no mundo dos negócios sem o beneplácito dos principais “*Patrões*” do partido.

Este facto faz com que nem todos os *Clientes* tenham a mesma importância aos olhos dos “*Patrões*”. Consoante os interesses em jogo, os *Clientes* podem tornar-se importantes ou descartáveis para os interesses perseguidos pelos principais *Patrões* do partido e vice-versa.

Isto faz com que a segunda hipótese deste estudo seja parcialmente corroborada, pois *o acesso e controlo do poder efectivo dentro da estrutura político partidária abre maiores hipóteses de controlo do poder económico*. Porém, como existem entraves institucionais que conduzem a um processo de sucessão interna dentro do partido e na presidência da república, isso conduz a que *os indivíduos que detêm o poder num determinado período tendem, sempre que possível, a proceder ao processo de*

redistribuição dentro da elite político-económica do partido, de modo a garantir a sua sobrevivência económica quando forem relegados do centro do poder.

Contudo, aquando do processo de redistribuição de oportunidades de acumulação de capital, aqueles que detêm o poder de redistribuir a renda escolhem estrategicamente os beneficiários. E essa escolha não é aleatória, antes indo de encontro aos interesses que estejam em jogo nesse preciso momento e à capacidade desses indivíduos em responder favoravelmente a esses interesses.

Dito isto, e após análise de todos os argumentos e elementos à disposição, podemos afirmar que em Moçambique o sucesso empresarial, particularmente no mundo dos negócios de grupos económicos sustentados pelo acesso privilegiado ao Estado, é condicionado pelas lógicas e dinâmicas internas de acesso ao poder dentro do partido Frelimo.

Este facto condiciona a emergência de um sector privado forte e independente que possa contribuir para o desenvolvimento do país. Os ciclos políticos acabam condicionando o sucesso das empresas, mesmo que estas tenham desenvolvido *expertise* e capacidade financeira ao longo do período de tempo em que gozaram de acesso privilegiado ao poder político. Aquando da alternância no poder, se estas empresas não conseguirem reinventar-se rapidamente (leia-se construir novas redes clientelares de favorecimento e tráfico de influência), correm o risco de gradualmente irem perdendo a sua visibilidade no mercado.

Conscientes desse facto, há por parte dos empresários - e principalmente dos políticos/empresários - uma aversão ao risco de investimento ao longo prazo, priorizando por conseguinte áreas de retorno rápido do investimento, de modo a evitarem a exposição às discontinuidades inerentes a alternância do poder político, que colocam em risco todo o processo de acumulação de capital.

Ainda relacionado com o argumento apresentado nos parágrafos anteriores, um outro argumento importante que esta tese procura demonstrar é que *o modelo de acumulação adoptado não tem sustentabilidade a médio e longo prazo*. Esta falta de sustentabilidade deve-se essencialmente aos alicerces sobre os quais o modelo está construído. Ele encontra-se demasiado personalizado ou ligado à figura dos indivíduos que controlam a

máquina partidária e do Estado, sendo que estes mesmos indivíduos - que ao longo desta tese denominámos como principais “*Patrões*” do partido Frelimo - não conseguiram até ao momento fazer com que os seus filhos tenham ou caminhem no sentido de ter o mesmo tipo de influência política que eles possuem na esfera político-partidária.

Portanto, em caso de morte ou qualquer outro tipo de incapacidade por parte de um dos principais “*Patrões*”, a enorme competição política pelo controlo do partido - aliada ao facto de o sistema não permitir que se desenvolvam grupos empresariais fortes e independentes das lógicas do poder - torna-se um enorme obstáculo, ou mesmo impedimento, à continuação dos processos de acumulação de capital por parte da sua família, que já não pode contar com a influência política desse “*Patrão*” para a sua sobrevivência e reprodução no mundo dos negócios.

Este facto faz com que provavelmente o modelo não seja sustentável a médio ou longo prazo pois, uma vez desaparecido um “*Patrão*” do cenário político, ou a sua rede clientelar se irá desmembrar, ou então um dos membros mais influentes irá tentar assumir a posição deixada vaga pelo “*Patrão*” que morreu ou está incapacitado. Os seus filhos, por mais competentes que sejam no mundo dos negócios, actuam num contexto onde a influência política se revela preponderante para o êxito empresarial; se eles não conseguirem ser suficientemente habilidosos para forjarem novas alianças, estão condenados a sair da ribalta do mundo dos negócios e a interromper abruptamente o ciclo de acumulação de capital.

Por um lado, a fragilidade do modelo deve-se essencialmente à constatação de que *o capital político que serve de base à acumulação económica não é transmitido geracionalmente*. Ou seja, deve-se ao facto de os filhos dos principais *Patrões* do partido Frelimo não possuírem o mesmo capital político dos seus pais e, acima de tudo, não fazerem militância política activa dentro da estrutura partidária de modo a que gradualmente pudessem a vir a conquistá-lo e, por conseguinte, pudessem manter os seus privilégios no processo de acumulação de capital.

Dessa forma, e tendo em conta que os principais “*Patrões*” do partido Frelimo se encontrarem quase todos na faixa etária acima dos setenta anos de idade, é credível a presunção de que, se por alguma eventualidade estes ficarem incapacitados ou perderem

a vida, os seus descendentes não mais conseguirão aceder aos grandes negócios do Estado.

Este facto demonstra a já debatida natureza do sistema clientelar vigente na economia política de Moçambique, onde as rupturas e descontinuidades são um elemento constante, uma vez que as alterações nos ciclos de governação implicam alterações nos principais beneficiários económicos do controlo do poder. É tendo em conta estes aspectos que aqueles que detêm o poder político num determinado momento procuram acumular o máximo possível, de modo a prevenirem-se dos períodos de menos abundância. E é nesse processo de acumulação que surgem as disputas, alianças e reconfigurações que foram abordadas nesta tese.

Por outro lado, a possível insustentabilidade do modelo de acumulação está relacionado com o facto de ele ter uma *capacidade limitada de geração de oportunidades para outros grupos de indivíduos, fora do círculo restrito que compreende as elites e os seus principais clientes*. As possibilidades de aceder a novas rendas ou oportunidades de satisfazer uma clientela cada vez maior não são infinitas, o que obriga a uma escolha criteriosa dos *Clientes* que devem ser integrados nas redes clientelares e devidamente recompensados, o que por seu lado pode acabar criando tensões e frustrações nos demais *Clientes* ou potenciais *Clientes* que pretendem aceder ao processo de redistribuição de oportunidades, sejam elas de carácter político ou económico.

Portanto, este modelo parece não ser sustentável a médio e longo prazo, a não ser que houvesse uma reconfiguração que permitisse o surgimento de um “*BIG MAN*” que fosse capaz de alcançar um controlo absoluto sobre todos os outros “*Patrões*” e que conseguisse submeter as respectivas redes clientelares ao seu próprio domínio e controlo. Contudo, uma eventualidade como essa implicaria, para além de uma reconfiguração profunda das relações de poder político-partidário existentes, uma alteração *de facto* e *de jure* do sistema constitucional.

Bibliografia

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders (1994): *Moçambique em transição : um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, ed. Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais e Instituto Superior de Relações Internacionais.

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. (2006): *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*, ed. Cambridge University Press.

BAYART, Jean-François: (2009): *The State In Africa, The Politics of the Belly*, ed. Polity Press.

BOCHMANN, Grete and OFSTAD, Arve, *Moçambique: Ajuda Norueguesa Num Contexto de Crise. Estudo do País e Exame da Ajuda Norueguesa*. Francfort, Bergen, Noruega, 1990.

BOISSEVAIN, Jeremy, (1974): *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*, ed. Basil Blackwell, 1974.

BRITO, Luis de (2009): “Moçambique de uma economia de serviços a uma economia de renda”. IESE, IDEIAS, Boletim N°13.

CACIAGLI, Mario e BELLONI, Frank, P. “The “New” Clientelism in Southern Italy: The Christian Democratic Party in Catania” artigo extraído in EISENSTADT, S.N. and Lemarchand, René. *Political Clientelism, Patronage and Development*, ed. Sage Publications, 1981.

CASTEL-BRANCO, (2010), *Economia Extractiva e Desafios da Industrialização em Moçambique*, Cadernos Instituto de Estudos Sociais e Económicos nº01/2010, Maputo

CASTEL-BRANCO, (2015), *Estado e Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique*. Boletim Ideias, 73, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo

CASTEL-BRANCO, C., LANGA, E., & MANDLATE, O. (2015). *Dilemas das Ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada*. Ideias, 76. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2016): Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital, *Desafios Para Moçambique*, Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2016): Desenvolvimento centrado em PME?, *Desafios Para Moçambique*, Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

CAPELA, José, (1977): *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias*, ed. Afrontamento, Porto.

CARNEIRO, Emmanuel M. (2004): *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana, Caracterização e Consequências*, PRINCIPIA.

Centro de Integridade Pública, (2016): O Regime Jurídico da Dívida Pública, http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas_Publicas/o_regime_juridico_da_divida_publica.pdf

COHEN, Abner, (1981): *The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society*, ed. University of California Press, 1981.

CORTÊS, Edson (2010): “Mais de Quase o Mesmo: O Apoio Directo ao Orçamento e a Apropriação dos Bens Públicos em Moçambique”, Tese de Mestrado. Lisboa, ISCTE, 2010.

CORTÊS, Emanuel (2016): Crise da Dívida Mexicana de 1982: lições para Moçambique, artigo extraído do jornal Savana do dia 17 de Junho de 2016.

Costa, Ana da ‘Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique’. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 127-145, Jan./Abr. 2009.

CHIVULELE, Fernanda Massarongo (2016): Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação, *Desafios Para Moçambique*, IESE.

COUTO, Mia (2015): “O livro que era uma casa, a casa que era um país”. Oração de sapiência ao receber o grau de Doutor Honoris Causa pela Universidade A Politécnica, Maputo, Moçambique.

CROSS, Michael (2011): *An Unfulfilled Promise: Transforming Schools in Mozambique*. Ed. Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa (OSSREA).

DINERMAN, Alice (2007): “Independence Redux in Postsocialist Mozambique” *Revista Relações Internacionais* nº15, setembro 2007, pp.1-29

EISENSTADT, S.N and RONIGER, L., *Patrons, Clients and Friends: Interpersonal relations and the Structure of trust in a Society*, ed. Cambridge University Press, 1984.

GLAESER, Andreas, (2005): An Ontology for the ethnographic analysis of social process, Extending the Extended-Case Method, *Social Analysis*, Volume 49, Issue 3, Winter 2005, 16–45 © Berghahn Journals.

GLUCKMAN, Max (1961): *Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna*

GRAHAM, Harrison (2010): *Neoliberal Africa: The Impact of Global Social Engineering* Paperback– April 15, 2010.

GRANJO, P. (2004): “*Trabalhamos sobre um barril de pólvora*” *Homens e perigo na refinaria de Sines*, ICS, 2004

GRANJO, P., (2005): *O lobolo em Maputo. Um velho idioma para novas vivências conjugais*, Porto: Campo de Letras, 2005

GRANJO, P., (2009): *Um Amor Colonial*, Cosmos, 2009.

GRANJO, P., (2017): O Detalhe, a Exceção e a Regra: fazer estudos de caso etnográficos, in *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais: Experiências de Pesquisa em Contextos Moçambicanos*, Escolar Editora, Maputo.

Hanlon, Joseph (2011). *Mozambique: Can Frelimo Remain the Predominant Party?* African Arguments, consultado no site <http://africanarguments.org/2011/10/06/mozambique-can-frelimo-remain-the-predominant-party-by-joe-hanlon/> no dia 6 de Abril de 2017

HANLON, Joseph and MOSSE, Marcelo, (2009): “Is Mozambique’s Elite Moving From Corruption To Development?” UNU-WINDER, Working Paper nº2010/05,

Conference on the Role of Elites in Economic Development, 12-13 June 2009, Helsinki, Finland.

HANLON Joseph, and SMART, Teresa, (2008): “*Há mais Bicicletas – Mas Há Desenvolvimento?*”, CIEDIMA e Editora de Maputo, Maputo, Moçambique, 2008.

HANLON, Joseph, (2002) “Are Donors to Mozambique Promoting Corruption?” – Palestra proferida a 3-4 Julho, Sheffield, 2002.

HANLON, Joseph, *Peace Without Profit – How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique*. Villiers Publications, London, UK, 1996.

HANLON, Joseph, *Mozambique Who Calls the Shots?* Villiers Publications, London, UK, 1991.

HELLMAN, S. Joel et al, (2000): “Seize the State, Seize the Day: State Capture, Corruption and Influence in Transition”. WB Policy Research, Working Paper No. 2444.

HODGES, Tony, (2001): “*Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*”, PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas 2001.

KENSALL, Tim (2013): “Business, Politics and State in Africa: Challenging the Orthodoxies on Growth and Transformation”, ed. Zed Books Ltd, 2013.

KIM, Jongwook and MAHONEY, Joseph T, (2005): Property Rights Theory, Transaction Costs Theory, and Agency Theory: An Organizational Economics Approach to Strategic Management, Published online in Wiley Inter Science (www.interscience.wiley.com).DOI:10.100/mde.1218.

KHAN, Mushtaq H., (2010): “Political Settlements and the Governance of Growth-Enhancing Institutions. 2010. Research Paper Series on Governance for Growth. School of Oriental and African Studies, University of London: London. http://eprints.soas.ac.uk/9968/1/Political_Settlements_internet.pdf”.

KHAN, Mushtaq H. (2009): “Governance, Growth and Poverty Reduction” DESA Working Paper No. 75 ST/ESA/2009/DWP/75

KHAN, Mushtaq H. (2003): "Corruption and the Capitalist Transformation: Analysis, Policy and the Real World. Paper presented to the International Conference on Re/Constructing Corruption University of East Anglia 30th April to 2nd May 2003. Available HTTP: http://eprints.soas.ac.uk/9948/1/East_Anglia.pdf"

KHAN, Mushtaq H. (2000): Rent-seeking as Process, in Khan, Mushtaq H. and K.S. Jomo (eds) *Rents, Rent-Seeking and Economic Development: Theory and Evidence in Asia*, Cambridge: Cambridge University Press.

Khan, Mushtaq, H. (1998): "Patron-Client Networks and the Economic Effects of Corruption in Asia, *European Journal of Development Research*, 10 (1): 15-39 June 1998".

KUPER, Leo, (1965): *An African Bourgeoisie: Race, Class, and Politics in South Africa*, New Haven and London, Yale University Press, 1965.

LANGA, Epifânia & MANDLATE, Oksana (2013): "Questões à Volta de Ligações a Montante com a Mozal". Ed. Instituto Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo, Moçambique.

MACAMO, Elísio, (2012): "O poder da Frelimo", série de artigos de Elísio Macamo nas vésperas do 9º Congresso da Frelimo que podem ser consultados no site http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/09/o-poder-da-frelimo-s%C3%A9rie-de-artigos-de-elisio-macamo-nas-v%C3%A9speras-do-9%C2%BA-congresso-da-frelimo.html

MACAMO, Elísio, (2006): *Um País Cheio de Soluções*, Produções Lua, Maputo, Moçambique, 2006.

MACUANE, José J. (2012): "Economic and Political Liberalization, Dependency and Elite Formation in Contemporary Mozambique" DIIS Working Paper 2012:09

MANNING, Carrie L., (2002): *The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000*, ed. Praeger Publishers, 2002.

MANUEL, Sandra (2013): "Maputo Has No Marriage Material: Sexual Relationships in the Politics of Social Affirmation and Emotional Stability Amongst Cosmopolitan In An

African City. Department of Anthropology and Sociology School of Oriental and African Studies. University of London. Tese Doutoramento.

Mazula, B. (1995): ‘As eleições Moçambicanas: Uma trajetória da paz e da democracia’. In B. Mazula (ed). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group:25-77.

MÉDARD, Jean-Francois, “Corruption in the Neo-Patrimonial States of Sub-Saharan” Africa Mondes en Development, tome 26. Paris. 1998.

MILANDO, João, *Cooperação sem Desenvolvimento*. Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal, 2005.

MONJANE, Celso M. (2014): “A Corrupção como Mecanismo de Alocação de Recursos: Uma análise aos mecanismos de acesso e concessão de licenças mineiras no período (2009-2011), Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

MOSCA, João (Coordenação) (2016). *Políticas Públicas e Agricultura em Moçambique*. Escolar. Editora.

MOSCA, João (2013): *Economia de Moçambique 2001-2010, Um Mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem*, Escolar Editora, Maputo, Moçambique

MOSCA, João (2005): *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa. Editora Piaget. ISBN: 972-771-817-5.

NORTH et al. (2009): *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*, Cambridge University Press, NY, USA.

NUVUNGA, Adriano (2014): *From Former Liberation Movement to Four Decades In Government, The Maintenance of the Frelimo State*, Up Coming.

OLIVEIRA, Ricardo Soares (2015): “Magnífica e Miserável, Angola desde a Guerra Civil”. Ed. Tinta-da-china.

OPELLO Jr., Walter C., (1975): “Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: Frelimo in the 1960”.

PRIETO, Diana Consuelo Martínez (2014) “ A Política de Conteúdo Local e as decisões de investimento no Brasil”. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2014.

PITCHER, M. Anne, (2002): *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge University Press, 2002.

SCHNEIDER, Ben Ross (2004): *Business Politics and State in Twentieth-Century Latin America*. Cambridge University Press.

SUMICH, Jason, (2008a): “Construir uma nação: Ideologias de modernidade da elite moçambicana” extraído in Revista Análise Social, vol. XLIII (2º), pp319-345, 2008.

SUMICH, Jason, (2008b): “Politics after the Time of Hunger in Mozambique: A Critique of Neo-Patrimonial Interpretation of African Elites”, *Journal of Southern African Studies*, 34:1, 111-125, 2008.

SUMICH, Jason, (2005): *Elites and Modernity in Mozambique*, Department of Anthropology, London School of Economics.

TURNER, Vitor, (1957): *Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembu Village Life*, Manchester University Press.

TURNER, Vitor (1967): *Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*, Cornell University Press.

WALLE, N. V, (2001): *African Economies and the Politics of Permanent Crisis*, Cambridge University Press.

WELLS, J. & HAWKINS, J. (2008): “Increasing Local Content in the Procurement of Infrastructure Projects in Low Income Countries (Briefing note)”. ICE (Institution of Civil Engineers), Reino Unido.

WEIMER, B., MACUANE, J.J, BUUR, L. (2012): “ A economia do Political Settlement em Moçambique: Contexto e implicações da Descentralização” extraído in Moçambique: Descentralizar O Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados, pp.31-66, IESE – Maputo.

Legislação e Documentos Consultados

African Peer Review Mechanism, Country Review Report nº11, Moçambique, Julho de 2010

Constituição da República de Moçambique, 1990

Constituição da República de Moçambique, 2004

Jornais Consultados

Canal de Moçambique, edição nº868, de 15 de Junho de 2016, Ano X

MAGAZINE Independente, edição nº 476, de 14 de Junho de 2016, Ano X

O País, edição nº, de 22 de Abril de 2016, Ano VII

O País, edição nº, de 22 de Dezembro de 2016, Ano VII

O País, edição nº, de 8 de Dezembro de 2015, Ano VI

O País, edição nº 2303, de 5 de Agosto de 2016, Ano VII

O País, edição nº 2136, de 7 de Janeiro de 2016, Ano VII

Savana, edição nº1193, de 18 de Novembro de 2016, Ano XXIII

Savana, edição nº1178, de 5 de Agosto de 2016, Ano XXIII

Savana, edição nº1172, de 24 de Junho de 2016, Ano XXIII

Savana, edição nº1171, de 17 de Junho de 2016, Ano XXIII

Savana, edição nº1170, de 10 de Junho de 2016, Ano XXIII

Savana, edição nº1173, de 1 de Junho de 2016, Ano XXIII

Savana, edição nº1166, de 13 de Maio de 2016, Ano XXIII

Savana, edição nº1152, de 5 de Fevereiro de 2016, Ano XXII

Anexo das entrevistas

Adriano Nuvunga - Professor universitário e Director de uma organização da sociedade civil

Antigo quadro sénior da Autoridade Tributária de Moçambique

Antigo Ministro da Educação

Antigo deputado da Assembleia da República ligado a um partido da oposição

Antigo vereador do Conselho Municipal da cidade de Maputo

Antigo director nacional do sector dos recursos minerais e energia

Chefe da bancada parlamentar do maior partido da oposição

Consultor e Jornalista investigativo

Consultor de uma empresa de avaliação de risco sediado em Londres

Conversas com grupo de amigos do futebol de Domingo

Conversas com colegas de trabalho no Centro de Integridade Pública (CIP)

Conversas com antigos colegas da faculdade (UFICS)

Conversas com amigos do bairro de infância do autor desta tese

Deputados da Assembleia da República dos partidos Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique

Director de um dos principais jornais privados

Director de Informação de um canal privado de televisão

Director de um organismo da sociedade civil e Professor universitário

Directora de uma organização da sociedade civil

Dois Membros da direcção da Associação Comércio, Indústria e Serviços

Dois Membros do Conselho de Direcção da Confederação das Associações Económicas (CTA)

Economista e consultor de organismos internacionais

Empresário e filho da elite política moçambicana

Funcionário da Presidência da República

Funcionários públicos ligados ao sector dos transportes (2)

Funcionário público e membro do comité central da Frelimo

Funcionários moçambicanos que trabalham em agências de cooperação que actuam em Moçambique (3)

Funcionários moçambicanos que trabalham em agências de cooperação que actuam em Moçambique (4)

Jornalista Freelancer

Membro do Conselho de Administração do Moza Banco

Marcelo Mosse – Jornalista

Professor universitário e autor de vários artigos sobre a economia política de Moçambique

Professora Universitária

Professor universitário e Consultor

Professor universitário

Reitor de uma universidade privada e membro do Comité Central do partido Frelimo

Sócio e membro da administração do Moza Banco

Tomás Vieira Mário - Jornalista